

Organizadoras:

Andreia Jane Leandro Camara

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Andreia Mesquita Santos Marques

2025

Arquitetura, urbanismo & paisagismo

contribuições conceituais e projetuais



volume 5

Andreia Jane Leandro Camara
Cintia Maria De Aguiar Moraes
Nairama Pereira Barriga Feitosa
Andreia Mesquita Santos Marques
(Organizadores)

**ARQUITETURA,
URBANISMO E PAISAGISMO:
CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS E PROJETUAIS
VOLUME 5**

**EDITORA PASCAL
2025**

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Saulo José Figueredo Mendes

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R343c

Coletânea Arquitetura, urbanismo e paisagismo: contribuições conceituais e projetuais / Andreia Jane Leandro Camara, Cintia Maria De Aguiar Moraes, Nairama Pereira Barriga Feitosa e Andreia Mesquita Santos Marques (Orgs). São Luís - Editora Pascal, 2025.

204 f. : il.: (Arquitetura, urbanismo e paisagismo; volume 5)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-173-6

D.O.I.: 10.29327/5628799

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Desenho. 4. Pesquisa. I. Camara, Andreia Jane Leandro. II. Moraes, Cintia Maria de Aguiar. III. Feitosa, Nairama Pereira Barriga. IV. Marques, Andreia Mesquita Santos. V. Título.

CDU: 71::72.011

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2025

APRESENTAÇÃO

Atualmente, o desenvolvimento das cidades permeia conceitos voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente e relaciona os aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais na sua área de influência. Para tanto, se faz necessário políticas públicas e ações em diversas áreas, principalmente, dentro do escopo conhecido como responsabilidade social.

Este livro traz, através de propostas de projetos de arquitetura, que vão além da parte teórica e prática, uma compilação de ideias e conhecimentos sobre o assunto e propõe uma reflexão atual e permanente.

Para se tornar um bom profissional de arquitetura deve-se conhecer os fundamentos de projeto arquitetônico e urbanístico e sua análise de viabilidade, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários.

Além disso, é preciso questionar e fazer críticas, muitas vezes sobre pensamentos predefinidos que nós mesmos temos sobre alguns assuntos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação urbana, serviços, gestão política e administração pública.

As cidades são frutos das relações humanas refletidas na organização de espaços coletivos, que devem possuir uma infraestrutura adequada para que seus habitantes e turistas vivam e convivam harmoniosamente por meio da conciliação de interesses públicos e privados.

Este livro colabora com a apresentação de temas diversos que premeiam entre a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo voltados para população em geral com viés sociais, econômicos e ambientais através de capítulos que incentivam a pesquisa e estudos nessas áreas.

Andreia Jane Leandro Camara

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - UFSC. Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT/UFMA, Mestre em Meio Ambiente, especialista em Magistério Superior e Cidades Inteligentes e Inovação, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Estácio São Luís e Centro Universitário Anhanguera São Luís.

ORGANIZADORES

Andreia Jane Leandro Camara

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - UFSC (2024 em andamento). Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT/UFMA (2023), Mestre em Meio Ambiente - UNICEUMA (2022), Especialista em Cidades Inteligentes: Tecnologia e Inovação (2021) e Especialista em Magistério Superior (2002), Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2000). Tem experiência em Docência Superior Lecionando disciplinas como: Atelier de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Oficina e Modelagem e Construções Digitais e Geometria, Desenho Técnico e Design nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design no Centro Universitário Estácio São Luís e disciplinas como: Informática Aplicada à Arquitetura e Urbanismo e Instalações Hidrossanitárias nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil no Centro Universitário Anhanguera. Tem experiência como Arquiteta e Urbanista em elaboração de projeto, construção, reforma e ambientação residencial e comercial. Tem experiência em Inovação com Patente Depositada, Marcas Registradas e Registros de Desenhos Industriais já concedidos pelo INPI.

Andreia Mesquita Santos Marques

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - 2008) e Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com tema de dissertação PLANEJAMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE: os moradores e a dinâmica urbana do município de Barreirinhas - MA. Atuante como arquiteta autônoma desde 2008, na iniciativa privada e na gestão pública em 2013 e 2014; e na docência desde 2013, sendo no ensino superior desde 2014. Atualmente, além da docência, atua na área de design de mobiliário através da marca Punkidea, com produtos de fabricação própria.

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNIDERP, Especialista em Geoprocessamento aplicado ao Cadastro Multifinalitário e em Cidades Inteligentes: Inovação e Tecnologia. Experiência no serviço público municipal de São Luís - MA, atuando com pesquisa e planejamento urbano, no Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural - INCID e na Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais - SEMISPE, onde atuou na Assessoria de Cidades Inteligentes e colaborou na construção do Plano Municipal de Cidades Inteligentes, e nos programas para Bancos Internacionais nas áreas de habitação, revitalização de áreas centrais, mobilidade, saneamento e requalificação de áreas degradadas. Atualmente ocupa o cargo de Chefe da Assessoria Técnica do Instituto da Cidade e é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Anhanguera São Luis. Possui habilidade nos softwares AutoCAD, Revit, QGis e ArcGis, além do pacote Office.

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, pela UNIDERP - MS, possui especialização em Assessoria Técnica no habitat urbano e rural pela Universidade Estadual do Maranhão (2019) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (2002). Atualmente é professora das instituições UNDB, Pitágoras (Faculdade Anhanguera) e UEMA , no curso de arquitetura e urbanismo, profissional autônoma na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projetos de edificações e arquitetura, Arquitetura de interiores e Projetos de Espaços Livres Urbanos, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura, literatura infantil, habitação social, poesia e ilustração. Atua como ilustradora em parceria com escritores da literatura infantil, poesia e trabalhos científicos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
URBANISMO APLICADO À CIDADES INTERIO- RANAS: UMA PROPOSTA DE REQUALIFI- CAÇÃO URBANA PARA O ESPAÇO DA FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-MA	
Eva Estefane Melo Lopes Nairama Pereira Barriga Feitosa Cintia Maria de Aguiar Moraes	
CAPÍTULO 2.....	25
REQUALIFICAÇÃO DE COMUNIDADE PARA DEPENDENTES QUÍMICOS EM PAÇO DO LUMIAR-MA	
Ingred Pollianne Coelho Lula Nairama Pereira Barriga Feitosa Andreia Jane Leandro Camara	
CAPÍTULO 3.....	43
PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CRECHE MONTESSORIANA:INTEGRANDO PRÍNCI- PIOS PEDAGÓGICOS COM DESING SENSÍVEL ÀS NECESSIDADES DA PRIMEIRA INFÂN- CIA	
Yasmim Nunes Sousa Andréia Mesquita Santos Marques Andreia Jane Leandro Camara	
CAPÍTULO 4	59
ARQUITETURA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: NEUROARQUITETURA APLICADA EM ES- COLA INFANTIL ESPECIALIZADA EM ALUNOS TEA	
Isabela Cecilia Santos dos Santos Cintia Maria de Aguiar Moraes Andreia Jane Leandro Camara	
CAPÍTULO 5.....	76
PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO RODÃO E FEIRA DO PARQUE VITÓRIA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO	
Richard Vieira Garcia Cintia Maria De Aguiar Moraes Andreia Jane Leandro Camara	
CAPÍTULO 6.....	93
CENTRO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - MA	
Adryelle Amorim Cutrim Cintia Maria de Aguiar Moraes Andréia Mesquita Santos Marques	

CAPÍTULO 7.....	109
LAR CALABRIA - ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SÃO LUÍS - MA	
Ana Lúcia Costa Bogéa do Nascimento	
Nairama Pereira Barriga Feitosa	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	
CAPÍTULO 8	124
ESTAÇÃO RODOVIÁRIA E AQUAVIÁRIA DE MARACAÇUMÉ	
Yuri Pereira Marques	
Andreia Jane Leandro Camara	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	
CAPÍTULO 9.....	142
URBANIZAÇÃO DE ESPAÇO DESABITADO NA CIDADE DE VITÓRIA DO MEARIM PARA PROMOVER MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL	
Natan de Jesus Brito	
Andreia Jane Leandro Camara	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	
CAPÍTULO 10	156
PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO COMO SOLUÇÃO PARA A OCUPAÇÃO INDEVIDA DE QUIOSQUES EM VIA PÚBLICA NA TRAVESSA DA ESTRADA DE RIBAMAR	
Janilde Batista Falcão	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	
Andreia Jane Leandro Camara	
Nairama Pereira Barriga Feitosa	
CAPÍTULO 11	173
ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE EMOCIONAL: PROPOSTA DE CENTRO ESPORTIVO EM SÃO LUÍS, MA	
João Victor Silva Gomes	
Nairama Pereira Barriga Feitosa	
Andreia Jane Leandro Câmara	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	
CAPÍTULO 12	189
REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CHÁCARA BRASIL EM SÃO LUÍS MARANHÃO	
Victor Lorrán Azevedo Serra	
Nairama Pereira Barriga Feitosa	
Andreia Jane Leandro Câmara	
Cintia Maria de Aguiar Moraes	

capítulo 1

URBANISMO APLICADO À CIDADES INTERIORANAS: UMA PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA PARA O ESPAÇO DA FEIRA LIVRE NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-MA

URBANISM APPLIED TO INNER CITIES: AN URBAN REQUALIFICATION PROPOSAL FOR THE FREE FAIR SPACE IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BENTO-MA

Eva Estefane Melo Lopes

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma requalificação urbana da feira livre na cidade de São Bento-MA, pautada na valorização da função social, cultural e econômica desta. Para tal, utilizou-se a metodologia estruturada na análise de referencial teórico, levantamento da situação em campo e das necessidades locais. Da pesquisa os teóricos norteadores foram: do espaço público foi utilizado Gehl e Lych, da caminhabilidade, e Jacobs para urbanismo de cidades de pequeno porte. Seguindo os objetivos específicos de: diagnosticar a situação atual da feira, identificar expectativas e demandas de feirantes, consumidores e demais usuários e por fim desenvolver uma proposta onde está promova a sustentabilidade social e econômica. O projeto baseado em funcionalidade, respeito a identidade local, para resultar numa proposta que contemple as atividades econômicas e estimule a convivência, a permanência para uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Espaço Público, Município de Pequeno Porte, Revitalização, Feira Livre, São Bento.

Abstract

This research aims to develop an urban requalification of the street market in the city of São Bento-MA, based on the valorization of its social, cultural and economic function. To this end, a structured methodology was used to analyze the theoretical framework, survey the situation in the field and local needs. From the research the guiding theorists were: from public space Gehl and Lych were used, from walkability, and Jacobs for urbanism in small cities. Following the specific objectives of: diagnosing the current situation of the fair, identifying expectations and demands of stallholders, consumers and other users and finally developing a proposal that promotes social and economic sustainability. The project is based on functionality, respecting local identity, to result in a proposal that encompasses economic activities and encourages coexistence and permanence for a better quality of life..

Key-words: Public Space, Small Municipality, Revitalization, Free Market, São Bento.

1. INTRODUÇÃO

O homem se faz social em busca da conquista do direito à cidade, pois “por meio desses lugares de encontro e comunicação, produz uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população” (Gomes, 2006, p. 164). O espaço público das feiras, onde se expõe a identidade única de cada local, carrega tradições em meio a um ecossistema econômico, garantindo seu desenvolvimento sustentável (Exime *et al.*, 2021; Pereira *et al.* 2017). Diante disso, é importante levar esse debate também para fora dos grandes centros urbanos e estender à pluralidade das cidades do interior.

Assim como várias cidades interioranas, o município de São Bento no estado do Maranhão ainda preserva muitas das práticas de sua cultura popular, desde a pesca com socó até o picadinho. Um exemplo que resiste bravamente é o do comércio em feira livre, que por gerações carrega “atribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, etc., onde um certo número concreto de compradores e vendedores se reúnem com a finalidade de trocar ou vender e comprar bens e mercadorias” (Mott, 1975, p. 10). Entretanto, assim como em outras cidades, compõe o cenário mais comum contemporâneo a falta de atenção pelo poder público, carregando as marcas do envelhecimento e a necessidade de ressignificar as crescentes demandas de seus usuários, sejam eles feirantes ou consumidores (Arantes, 2021; Lima *et al.*, 2023).

A feira livre local tem sua história atrelada à da cidade e está inserida num bairro central há mais de 30 anos, existindo assim um uso consolidado do local. Por não se tratar de uma centralidade unicamente comercial, existe uma grande quantidade de edificações híbridas (comerciais e residenciais). Porém, este espaço carece de atrativos e infraestrutura para a população, que poderia ter na feira um espaço não só de compras, como de lazer, valorização da cultura local e pólo de socialização (Danielli; Mackmillan, 2018).

Além disso, a situação atual é marcada pela falta de cuidado quanto a infraestrutura física, (pavimentação, calçamento adequado, iluminação, mobiliários urbanos e etc), falta de organização dos espaços de ambulantes e de pedestres, falta de estacionamentos, carência de atratividades, sensação de insegurança e necessita principalmente de uma proposta que vise o bem estar da população como um todo. Existe no meio da feira uma edificação de mercado fechado abandonado que não foi demolido ou ressignificado depois da construção do novo ao fundo, pelo abandono, está deteriorado.

Desta forma, este artigo apresenta uma proposta de desenvolvimento projetual sobre a conjuntura espacial da feira livre em São Bento. O objetivo geral é desenvolver um anteprojeto que contemple a organização espacial da feira livre em São Bento - MA. A proposta compreenderá a criação de espaços de venda, circulação (pessoas e mercadorias) e vegetação, com diversificação de usos e resgate histórico/cultural da feira para a população, incentivando o turismo, a economia e a vitalidade urbana. Os objetivos específicos consistem em compreender a importância do espaço público e qualidade urbana; contextualizar feiras livres e a sua importância para São Bento; e por fim desenvolver uma proposta com diversidade de usos, determinando espaços de feira, convívio e contato pessoa - natureza, seguindo legislação e demais referências teóricas.

Para tanto, essa pesquisa utilizou-se da metodologia cujas etapas consistiram na revisão da literatura vigente quanto às temáticas relacionadas, na visita local, aplicação de questionários com feirantes e usuários, na análise da situação atual e por fim no desenvolvimento da proposta. A ênfase na proposta aplicada está na busca e compreensão de como é a relação empírica entre arquitetura e feirantes, partindo assim das demandas da comunidade (Carvalho, 2011), para propor um espaço público condizente.

A investigação e o desenvolvimento em torno da proposta de requalificação do espaço da feira livre no município de São Bento - MA podem contribuir para preencher a lacuna de estudos do Urbanismo em cidades do interior. Assim, o estudo surge em resposta às novas dinâmicas urbanas e ao debate de como a arquitetura pode atuar para que se promovam espaços públicos de qualidade que incorpore valores intrínsecos da comunidade para um desenvolvimento econômico mais sustentável.

2. ESPAÇO PÚBLICO E QUALIDADE URBANA NO CONTEXTO DE CIDADES INTERIORANAS

Dentro do contexto urbano, é estritamente relevante destacar a importância da função dos espaços públicos para integração social, necessitando que estes sejam inclusivos, acessíveis e que gerem coesão social e democratização do direito do uso da cidade. Para Gomes (2002, p. 162):

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, um lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas.

Arquitetos e urbanistas desde a revolução industrial se debruçam sobre as dinâmicas urbanas para conceber espaços tais quais as aspirações e demandas de clientes e solicitantes, prática historicamente aplicada inclusive na noção sobre espaços e edificações urbanas (Bloch, 2017). Para esta complexa tarefa de promover espaços públicos que reforcem a relação de convivência dos indivíduos e do lugar, inclui a necessidade do apoio do governo visto que, do ponto de vista material, os espaços públicos de lazer geralmente são mantidos pelo Poder Público (Azevedo, 2013).

Contudo, segundo Maricato (2017), esse apoio nem sempre é uma realidade, pois dentro de uma ótica capitalista que regem também a esfera política da sociedade, o lucro é muitas vezes colocado à frente do bem-estar coletivo, diferentemente do que propõe o Estatuto da Cidade (2001). A falta de manutenção por parte das entidades responsáveis para evitar a deterioração de espaços públicos resulta muitas vezes na sua subutilização, transformando-os em pontos inseguros e contrários ao seu real sentido de existência: o da socialização (Alomá, 2013).

Há uma polarização dos estudos urbanos sobre o panorama de grandes cidades, metrópoles que concentram não só uma grande parcela da população, como também grande soma de problemas urbanísticos a serem tratados. Porém, o olhar para as cidades situadas fora dos holofotes das regiões metropolitanas se faz necessário, visto que “cidades, muitas vezes consideradas ‘interioranas’, têm a capacidade de criar ambientes de alta qualidade que são autossuficientes e menos vulneráveis às pressões econômicas externas. Essas cidades podem servir como modelos de resiliência e sustentabilidade urbana” (Jacobs, 2011).

A formação destas cidades, segundo Santos (1996), se deu a partir de uma complexa relação de fatores sociais, geográficos e econômicos, onde a atividade agrícola desempenha um papel preponderante na estruturação espacial e social. Vale citar outros fatores formadores, como os ligados aos aspectos políticos, geográficos, ciclos de exploração, rotas de comércio e outros. Políticas específicas são essenciais para que bons espaços sejam



desenvolvidos, embora muitas vezes projetos desenvolvidos para a qualificação de espaços públicos configuram-se em ações pontuais, estando suscetíveis ao descaso e abandono quando necessária sua continuidade, em casos de mudança de gestão e de incompatibilidades políticas (Macedo, 2003).

Apesar de existir um grande número de cidades no interior do país, e estas serem o que Jacobs (2011) aponta como ricas e complexas, seus aspectos e dinâmicas carecem de maior atenção acadêmica. Essa falta de atenção e representação por estudos necessita de uma correção, como Glaeser (2011) aponta, existe a necessidade de se entender essas formas urbanas para que se formulem políticas que consigam equilibrar crescimento econômico e a qualidade de vida.

Para formular espaços mais adequados, que trazem vitalidade urbana e que não sejam levados ao desuso e consequentemente transformados a polos de insegurança, é essencial voltar os estudos à escala humana, mais condizente ao contexto de menos impessoalidade (diferente dos grandes centros urbanos) das cidades interioranas que Gehl (2010) considera como fundamental para manter a coesão social, pois nessas cidades os espaços públicos funcionam como polos de atividades em comunidade e consequentemente promove a interação social e reforçam a identidade local.

É preciso lembrar que as cidades estão em constantes transformações, seja por questões naturais, pelo aumento populacional ou por influências mercadológicas relacionadas a interesses capitalistas, o que pode levar a espaços ociosos, centros deteriorados e “frequentemente associados à perda de sua função, ao dano e ruína das estruturas físicas, ou ao rebaixamento do nível do valor das transações econômicas de um determinado lugar” (Vargas; Castilho, 2006, p. 3).

Essas mudanças impactam diretamente no cotidiano dos habitantes e os urbanistas entram não só para pensar em novos espaços, como também para realizar propostas de intervenções em áreas já consolidadas que podem fortalecer alguns eixos econômicos e sociais e favorecer a cultura local. Para Harvey (2012), para que essas intervenções resultem em espaços urbanos de qualidade e que estejam de acordo com os interesses da população é preciso que elas sejam realizadas de maneira inclusiva, onde todos os grupos sociais sejam ouvidos.

De acordo com o pensamento de Silva (2011) compreende-se que é possível destacar as identidades geográficas de determinado território com base na valorização e conservação do seu patrimônio. Dessa forma, evita-se que ocorra uma descaracterização do território e da tendência à sua homogeneização, possibilitando o desenvolvimento de um vínculo da população com o espaço e demais bens dali pertencentes e/ou vinculados.

Nesse contexto, admite-se a requalificação de espaços urbanos, estes configurando-se como prioridade nas iniciativas de revitalizações urbanas, trabalhando assim em aspectos tanto físicos quanto sociais, aliando inovação e preservação no desenho da cidade (Silva, 2011). E para que esta seja bem feita é preciso respeitar a complexidade das cidades, mantendo a diversidade de usos e usuários para que as áreas que passam por um processo de revitalização permaneçam acessíveis a todos (Jacobs, 2011).

3. FEIRAS LIVRES E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS FORMAÇÕES DAS CIDADES E PARA AS RELAÇÕES SOCIAIS URBANAS

O nome feira vem do latim *feria*, significa “dia de festividade”. Sua origem remonta à antiguidade com práticas apontadas nas civilizações astecas, gregas e romanas, mas é no

contexto da Idade Média que elas são oficializadas (Almeida, 2009). Nesse período, as feiras eram periódicas, realizadas em datas específicas, localizadas em rotas comerciais e assim passaram ser essenciais no comércio de longa distância, onde bens de diferentes regiões da Europa eram comercializados (Braudel, 1982; Hobsbawm, 1962). Sua importância além de econômica era também social, pois além de trocas de mercadorias eram nesses espaços que ocorriam interações sociais, plurais no que diz respeito a culturas.

No nordeste do país, historicamente as feiras exerceram um importante papel para a urbanização dessa região, atraindo produtores e consumidores aos centros de comércio, o que contribuiu para o desenvolvimento das infraestruturas urbanas dos entornos desses locais (Queiroz, 1973). As feiras atuavam como catalisadoras do desenvolvimento urbano, ao atrair comerciantes, artesãos e agricultores, criando um fluxo contínuo de atividades econômicas e sociais em espaços regulares e organizados para tal fim, o que incentivava a expansão urbana e a construção de toda uma infraestrutura.

Dentro do contexto atual, muitas feiras perpetuam sua existência junto a paisagem urbana de muitas cidades brasileiras, atraindo interesses turísticos por carregarem ricas relações sociais e culturais dentro das trocas comerciais que ali ocorrem, visto que são experiências únicas que transbordam tradições e a personalidade local. Um desses exemplos é a Feira de Caruaru, localizada em Caruaru (PE), que desempenha papel no desenvolvimento socioeconômico para a cidade, reconhecido como patrimônio imaterial do estado pelo Iphan em 2004.

Apesar disso, a maioria das feiras pelo país enfrentam problemas como a carência de infraestrutura e a gestão ineficaz, que impactam negativamente a experiência dos consumidores e comerciantes. Desse modo, a concorrência com os supermercados, principalmente com as grandes redes, é um dos maiores desafios das feiras livres hoje em dia. Visando enfrentar tais desafios, é crucial que se destaque a atual importância da feira livre para o desenvolvimento de uma cidade, sendo vitais para que se promova a sustentabilidade urbana.

O autor Cardoso (2011) aborda em seus trabalhos a natureza efêmera desses locais, de modo que sua arquitetura é ao mesmo tempo física, social e muitas vezes, improvisada. Para intervenções corretas nesses espaços é imprescindível que se leve a noção da arquitetura como superfície de contato das relações entre indivíduos ali presentes e a relação de valor e funcionalidade dos objetos e espaços. Cabendo ao arquiteto o papel de etnógrafo para que se entenda profundamente as necessidades e dinâmicas dos usuários da feira.

Desse modo é necessário que se levante o contexto histórico da feira, bem como o seu papel para a comunidade e tradição local, respeitando a imaterialidade de suas práticas informais, de feirantes e consumidores, considerando a diversidade dos produtos e os serviços ali vendidos e oferecidos, para que então se proponha espaços adequados e multifuncionais ao mesmo tempo que flexíveis, garantindo a adaptabilidade contínua às necessidades mutáveis. E que esses espaços propostos precisam se integrar ao ambiente que o circunda, considerando aspectos como a acessibilidade e a conexão com demais espaços públicos, evitando o cenário “[...] de uso da arquitetura, ora por parte dos poderes públicos ora por parte dos próprios arquitetos, como ferramenta de domesticação e regulação das práticas informais que caracterizam as feiras livres tradicionais” (Carvalho, p. 27, 2011).



4. ESTUDO PRELIMINAR

4.1 Contextualizando a Cidade

O município de São Bento fica localizado no interior do estado do Maranhão, a cerca de 300km da capital São Luís, numa região conhecida como Baixada Maranhense. Limitando-se ao Norte com os municípios de Palmeirândia e Peri-Mirim; ao Sul com o município de São Vicente Férrer; ao Leste com o município de Bacurituba e ao Oeste com o município de Pinheiro (Moreira et al., 1995).

Historicamente São Bento têm ocupações registradas que remetem ao final do século XVIII e início do século XIX, em tempos de Capitania de Cumã, fazendo parte da área chamada de Tapuitapera. Sobre essas questões, Melo (2005) retrata em seu trabalho “São Bento dos Peris: água e vida”, como parte de uma área de interesse para criação de gado onde foram implantadas algumas fazendas com escravos vindos da Angola. Com o crescimento orgânico foi se elevando a Arraial, Freguesia, Vila e em 30 de março de 1905 à cidade, essa evolução se deve muito pela economia movimentada pela agricultura e a exportações de seus produtos para a Alcântara e a capital.

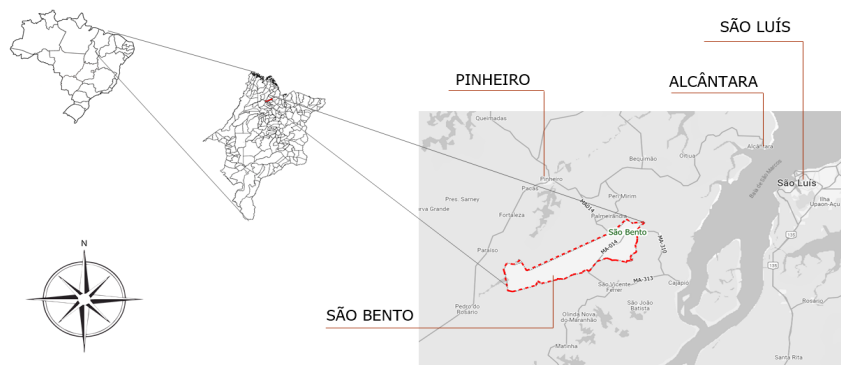


Figura 1. Localização de São Bento

Fonte: Autora (2024)

O município possui uma forte identidade ambiental, incorporando ecossistemas como o dos babaçuais, campos abertos e inundáveis e também manguezais, onde o aproveitamento de seus recursos naturais se dá principalmente através de atividades como da pesca e da caça predatória, da criação de gado nativo e bubalino (Matos, 2021).

Desse modo, Matos (2021) ainda pontua uma forte relação do município com a agricultura familiar, ligadas à produção vegetal: mandioca, cana-de açúcar, milho, feijão e a extração de amêndoa de babaçu; produção animal: bovino, bubalino, peixes, (em tanques de aquicultura, nos campos e rios), caprinos, aves e ovos; produção agroextrativista: babaçu, juçara, buriti etc; produção agroindustrial artesanal: queijos, conhecido “queijo de São Bento”, cachaça, redes (prática tradicional do município), etc.

Assim, no âmbito comercial, a cidade de São Bento está localizada em um ponto estratégico, onde ocorre o escoamento da produção de alimentos e outros insumos para cidades como a capital São Luís, núcleos regionais maranhenses como as cidades de Pinheiro, Viana, Zé Doca e Santa Inês e também do Estado do Pará, configurando-se como importante via de fluxo e canal de comercialização de produtos agrícolas (Moreira et al., 1995).

4.2 Condição Atual da Feira

A feira livre de São Bento tem sua história atrelada a da cidade, e passou por várias ressignificações ao longo do tempo, boa parte da população tem seu sustento atrelado a ela, ela está inserida num bairro central da cidade e como já está nesse local a mais de 30 anos, existe assim um uso consolidado do local. Vale salientar que não se trata de uma centralidade unicamente comercial, existe uma grande quantidade de edificações híbridas (comerciais e residenciais), porém não existem atrativos e infraestrutura para a população que poderiam ter na feira um espaço não só de compras, como de lazer.

A feira realiza-se de domingo a domingo, com as atividades focadas no período da manhã, os produtos ofertados são em geral em pontos físicos: frango, frutas e verduras, peixes, lanches, importados, panelas e churrasqueiras em alumínio, caixas em isopor, ferramentas e produtos de apoio a agricultura familiar: equipamentos para lavar, cofos, peneiras, tipitis. Em caráter sazonal, pode-se encontrar, milho, melancia e abacaxi, geralmente sem um apoio próprio para a venda, os produtos são ofertados nas carrocerias de picapes ou dispostos nas calçadas.



Figura 2. Estudo Bioclimático e Estudo de Fluxos

Fonte: Autora (2024)

Segundo Matos (2021), a cidade está a apenas 2 metros acima do nível do mar, e a variação térmica é considerada pequena, com a temperatura oscilando entre 22,7°C e 31,3°C. O clima da região é tropical úmido com dois períodos definidos: sendo um chuvoso (janeiro a junho) e outro seco (julho a dezembro). Ao se tratar de temperaturas, entre meados de setembro e dezembro a temperatura média diária chega a acima de 34°C.

A ventilação predominante no local é a nordeste, apesar de ser uma área rodeada de edificações, estas são térreas ou sobrados, não tendo tanta influência como elementos sombreadores ou como bloqueadores de ventilação. Dessa forma, no horário de maior incidência solar causa desconforto aos frequentadores, por não existirem elementos sombreadores que ajudam no conforto ambiental e ajudam a aumentar o tempo de permanência no local.

No que diz respeito à poluição é uma presença constante do local, desde a sonora, devido ao fluxo de pessoas e veículos e as atividades comerciais, atingindo diretamente frequentadores e moradores da região. Resíduos sólidos, principalmente pela falta de disposição de lixeiras, levando ao descarte inadequado de embalagens. Também se destaca a poluição visual, pelo acúmulo de lixo, infraestruturas inadequadas ou depredadas, fios de energia desorganizados e falta de controle de fluxo de veículos e pedestres.



Figura 3. Galpão abandonado

Fonte: Autora (2024)



Figura 4. Barraquinhas

Fonte: Autora (2024)

Para fazer o levantamento das opiniões sobre usuários foram desenvolvidos dois tipos de entrevistas, uma delas voltada aos feirantes e a outra ao público geral. A ideia era entender como as pessoas utilizam o espaço diariamente, entendendo suas rotinas, o que é ofertado, o que gostariam que fossem vendidos, bem como sua percepção do espaço, quanto a qualidade e segurança.

Ao serem questionados se comparam os produtos oferecidos na feira com os oferecidos no supermercado, o público considera aspectos como, estado de conservação, qualidade e preço, no geral a feira está sendo apontada como onde se tem produtos mais frescos e os preços estão equiparados com o supermercado. No aspecto ambiental, os usuários apontam como qualidades hoje, o atendimento e o contato com as pessoas, e a necessidade de se melhorar aspectos como, limpeza, organização, segurança (60% dos entrevistados apontaram se sentir inseguros no local) e estrutura. Sobre o tempo de permanência hoje, são apontados de 20 minutos a 1 hora, e as atividades que aumentariam esse tempo, são listados espaços para convivência, para as crianças brincarem, assistir apresentações culturais e para relaxar junto à natureza.

O município carece de lei municipal sobre Plano Diretor, zoneamento e uso e ocupação do solo, contando apenas com um projeto de lei, este projeto é o que está na câmara municipal e é apresentado quando se procura por essas leis municipais. Para tanto, foi consultado o Plano Diretor da capital, São Luís (Lei nº 7.122 - 2023), sobre feiras livres, dispõe: Art. 16 Para consecução do desenvolvimento rural sustentável será necessário: VIII - incentivar e apoiar a criação de estrutura de comercialização dos produtos agropecuários e agroindustriais, principalmente as feiras livres e nos mercados municipais. Normas Técnicas consultadas: ABNT NBR 9050:2020 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT NBR 5410 Instalações elétricas de baixa tensão, sobre as especificações de segurança para instalações elétricas temporárias (como as de feiras livres). ABNT NBR 16280:2015 Reformas em edificações.

Síntese do diagnóstico		
	Fragilidades	Potencialidades
Aspectos históricos	-Falta de apoio à cultura local; -Falta de apoio às práticas comerciais locais; -Falta de apoio à agricultura familiar.	-Localização consolidada; -Bairro misto.
Aspectos físicos e naturais	-Ausência de vegetação; -Ausência de espaços definidos para ambulantes; -Antigo mercado municipal abandonado e deteriorado; -Necessidade de infraestrutura e mobiliário urbano adequado.	-Terreno Plano; -Ventilação.
Entorno	-Iluminação inadequada; -Apesar do uso residencial presente à pouca vitalidade fora do horário da manhã; -Calçamento irregular; -Saneamento insuficiente.	-Próximo da rua de comércio; -Próximo a bancos; -Próximo a escolas; -Uso residencial presente.
Público	-Concorrência direta com supermercados.	-Presença de escolas e consequentemente de crianças; -População ligada à tradição da feira; -Relações sociais presentes na feira são um atrativo; -Interesse de uso da feira como espaço de permanência e lazer.

Quadro 1 – Potencialidades e Fragilidades

Fonte: Autora (2024)

5. A PROPOSTA

Para o desenvolvimento da proposta de requalificação urbana da área da feira livre em São Bento - MA, se fez necessário a busca por projetos de referência. Foram buscados projetos que tratam locais que já tinham um uso comercial preexistente e uma relação cultural com esta prática. Primeiramente foi analisado o projeto do Mercado Popular da Rocinha, cujo uso consolidado e um entorno imediato foram propostas soluções que levaram ao uso em diferentes turnos do local, resultado essencial quando se trata de vitalidade urbana e por fim, foi analisado o projeto Mercado *Targ Blonie*, apesar de ser um trabalho internacional, ele trata de uma comunidade pequena e buscou o uso híbrido do local, garantindo a conexão social dos frequentadores também fora do horário de comércio.

A proposta visa requalificar a área (área: 2.921,86 m² e perímetro: 296,07 m), respeitando os usos e atividades preexistentes, propondo um espaço que valorize a identidade local, segundo a cultura, práticas comerciais e gastronomia local. Para que o novo espaço público da feira proposto permita a conexão com o entorno e os espaços já existentes tornando estes mais acessíveis e que busque a permeabilidade local com percursos que valorizem a caminhabilidade. Para tanto busquei homenagear a região da baixada maranhense muito marcada pelos campos alagados e a pesca em socó.





Figura 5. Conceito

Fonte: Autora, adaptado da internet (2024)

No geral, a proposta busca ser visualmente convidativa, trazendo referências culturais locais, buscando cores e tons agradáveis e favoráveis a maior tempo de permanência. Assim como nos projetos de estudo de caso, mesclar espaços cobertos e abertos para garantir elementos sombreadores, bem como ser dotados de mobiliários urbanos duráveis e funcionais, sinalização e iluminação eficiente. A área de venda precisa ser protegida contra intempéries, sem perder a característica de ser amplo. Os espaços fechados devem garantir o conforto de seus respectivos utilizadores, utilizando de alvenaria por ser uma técnica construtiva comum na região. O paisagismo com intuito de melhorar a qualidade do ambiente, contato com a natureza e conforto visual.

Cada cidade possui suas particularidades que as tornam únicas, por isso intervenções urbanas precisam se pautar pela identidade regional. A principal intenção deste projeto é de propor por meio do Urbanismo aplicados a cidades do interior, espaços que busquem melhorar a qualidade de vida dos moradores, ouvindo as necessidades deles e que possam assim se sentirem participantes ativos da formação do território urbano. Por se tratar de um espaço público comercial a qualificação desses espaços interferem diretamente no desenvolvimento econômico local, melhorando a renda da população. A pluralidade de usos deve ser, portanto, incentivada pela coexistência de espaços mistos, onde atividades de lazer convivam com o comércio e a natureza. Reafirmando também a perspectiva do pedestre ao garantir a permeabilidade como principal foco da mobilidade.

4.1 Diretrizes Projetuais

A partir das necessidades e particularidades levantadas anteriormente defino aqui as diretrizes projetuais para esta requalificação: Manter o espaço da feira no mesmo local, usufruindo do uso já consolidado pelos moradores; Recuperar a espacialidade da área, propondo a demolição do antigo prédio do mercado municipal que se encontra em estado de ruína; Promover equilíbrio entre as proporções dos espaços novos com os já edificados em convivência com a natureza; Respeitar os usos já estabelecidos e edificações existentes. Propor nova área para barracas e ambulantes; Garantir a permeabilidade e fluidez; Destinar área para convivência e lazer, com mobiliário urbano, elementos sombreadores

e paisagismo, aumentando o tempo de permanência; Garantir acessibilidade para o uso do espaço seja feito por uma maior variedade de usuários; Propor a diversidade de usos como chave para vitalidade urbana em diferentes turnos. Chegando assim no seguinte programa:

COMERCIAL
• Espaço para comerciantes locais (barracas) ◦ Área de barracas de condimentos; ◦ Área de barracas de importados; ◦ Área de barracas de produtos da agricultura familiar; • Área Food Truck ◦ Área de mesas
ESTAR/LAZER
• Áreas de Convivência; • Espaços Livres; • Espaços de Playground; • WCs.
CULTURAL
• Casa de Apoio ao Microempreendedor e à agricultura familiar; ◦ Recepção/Informação; ◦ Salão Multiuso; ◦ Sala de Apoio; ◦ WCs.
SERVIÇO
◦ Posto Policial ■ WC.

Quadro 2. Programa de Necessidades

Fonte: Autora (2024)

Foi escolhido o uso de formas mais orgânicas, uso de vegetações, banheiros, espaço para alimentação, brincadeiras, descanso e demais escolhas projetuais para que estas incentivem a permanência e ao pertencimento de usuários, sejam eles, feirantes, moradores ou clientes. Para uma melhor fluidez a retirada do antigo mercado municipal abriu espaço para a realocação de ambulantes que antes ocupavam a calçada da escola municipal, divididos em três categorias (barracas de importados, barracas de condimentos e de produtos de agricultura familiar). A ideia foi justamente ocupar o espaço de forma fluida para que a movimentação também atraia consumidores aos pontos comerciais fixos do entorno.

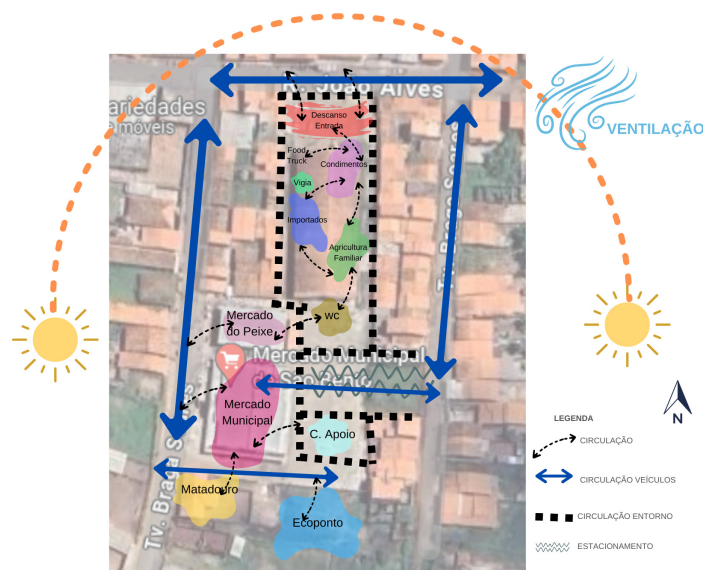


Figura 6. Estudo de Manchas e Fluxos

Fonte: Autora (2024)

As alterações de fluxos foram desenvolvidas para que estas melhorem o acesso tanto às novas edificações como as já construídas que se encontravam desfavorecidas com a situação anterior, a nova locação garantiu um espaço para uma casa de apoio ao micro-empendedor e aos agricultores que podem ter espaço para formação com Sebrae. Foi pensado um ecoponto para descarte de lixo ao fundo da área.

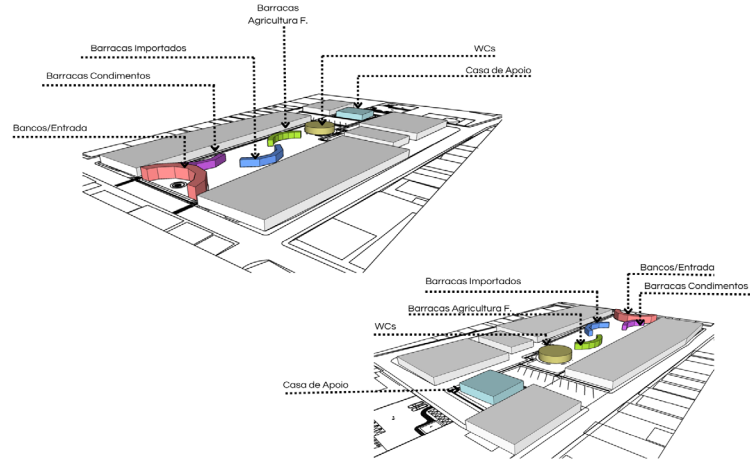


Figura 7. Estudo de Massas

Fonte: Autora (2024)

A instalação de um posto de vigilância pensado no conforto dos profissionais que já atuam no local e não tem espaço adequado de apoio, além de ser uma alternativa voltada à segurança local, juntamente com a iluminação. Importante ressaltar a escolha de um banco em formato circular na frente da área inspirado nas amarrações presentes no socó, técnica de pesca muito utilizada na região cria um espaço de descanso esteticamente agradável sem comprometer a visão da área. Apesar de contar com um uso misto de acabamento de piso, para isto foi pensado como uma mudança de paginação evitando mudanças de níveis para não comprometer a acessibilidade.

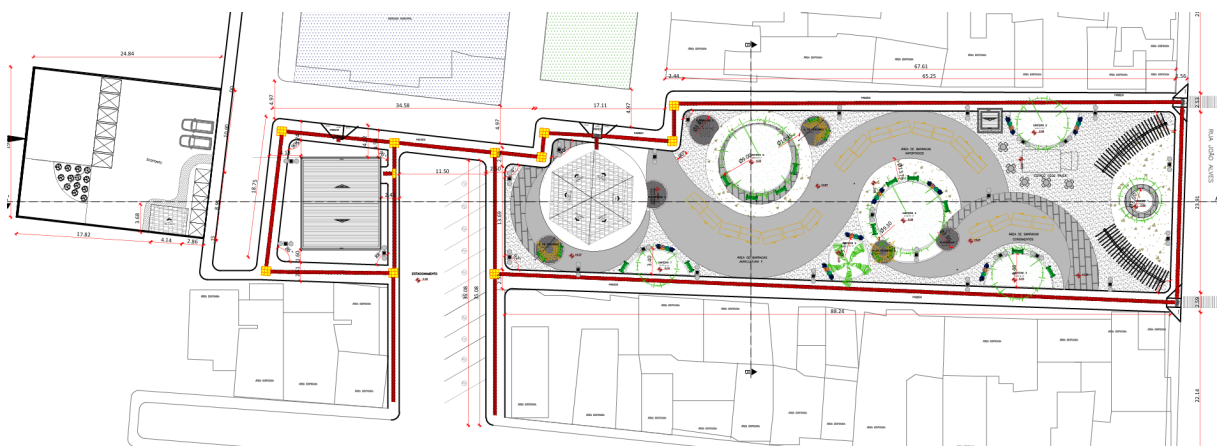


Figura 8. Proposta

Fonte: Autora (2024)

A concepção foi pautada a criar um local público que seja atrativo e confortável aos frequentadores, para tanto foi escolhidos os usos de formas orgânicas, texturas que remetesse ao natural, cores convidativas, sem deixar de serem confortáveis visualmente para garantir uma maior permanência no local. Desse modo o projeto buscou alinhar as neces-

sidades de moradores, usuários e feirantes para que ao mesmo tempo que condiz com as atividades já existentes no local, abrace novos usos e garanta assim aos frequentadores uma experiência de feira confortável, dinâmica e cheia de vitalidade. Ressalta-se também a escolha dos elementos de paisagismo, desde espécies de vegetações, bancos, bancos com coberturas, para quê o bem estar de usuários seja também pautado coma conexão com a natureza e conforto visual/estético. Não foi proposto mudanças nas fachadas dos comércios laterais a área pois estes são em sua maioria residências e o trabalho não busca interferir na individualidade dos moradores.



Figura 9. Portal de Entrada, Banheiros, Food Truck e Portal de Entrada

Fonte: Autora (2024)

5. CONCLUSÃO

De acordo com o que foi proposto do início dessa pesquisa concluo que a proposta de requalificação urbana para a feira livre de São Bento - MA é um resultado satisfatório onde se demonstra como o urbanismo está para desempenhar o papel importantíssimo para bem estar também de cidades de pequeno porte, que resultem em espaços urbanos que proponham uma visão otimista de uso mistos, ao trazer vitalidade a ambientes antes desertificados (em turnos fora de horários comerciais), sem deixar de lado um olhar sensível a comunidade, sua identidade, cultura e economia ao trazer infraestrutura adequada. Locais como feiras livres podem continuar a contribuir a um ecossistema econômico saudável, e que possa também inspirar a novos estudos e projetos voltados a esferas diferentes das metropolitanas servindo como agentes transformadores para a promoção de qualidade de vida e um crescimento/desenvolvimento sustentável.

Referências

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e. **Fazendo a feira: estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG.** 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Montes Claros. Programa de PósGraduação

em Desenvolvimento Social. Montes Claros-MG, 2009.

ALOMÁ, Patricia R. O espaço público, esse protagonista da cidade. Publicado em 19 de Dez. de 2013. **ArchDaily Brasil**. ISSN 0719-8906. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/162164/oespaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>> Acesso em: 3 Mai. de 2024.

ARANTES, Rafael de Aguiar. O (s) espaço (s) público (s) numa cidade desigual e segregada. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021010, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16280: Reforma em edificações - Sistema de gestão de reformas - Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. **O espaço público nas cidades médias: análise da dinâmica socioespacial de praças e parques em Limeira-SP**. Rio Claro, 2013. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista.

BATISTA, T. G., & Bortolo, R. E. (2022). Os usos dos espaços públicos: a praça e sua dinâmica na cidade atual. **GeUERJ**, 40(2), e51763.

BLOCH, Luiz Laurent. **A arquitetura do lazer: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Afterthoughts on material life**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1979.

BRAUDEL, Fernand. **The Structures of Everyday Life: Civilization and Capitalism, 15th-18th Century Volume 1**. Berkeley, Loas Angeles: Harper & Row, 1982.

Carvalho, Fernando de Oliveira. **Arquitetura nas Feiras ao Ar Livre: Paradigmas para Construções de Mercados Populares Contemporâneos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Da MATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANIELLI, Leonardo; MACKMILLAN, Vanderli Machado. Mercado Público: tipologias e sociabilidades do ambiente urbano. **Simpósio Nacional de Geografia e Gestão Territorial e Semana Acadêmica de Geografia da Universidade Estadual de Londrina**, v. 1, p. 1105-1116, 2018.

EXIME, Ethol et al. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: uma caracterização da feira do produtor rural do município de Marechal Cândido Rondon-Paraná, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e20310111462-e20310111462, 2021.

GEHL, J. (2010). Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva.

GLAESER, E. L. (2011). **Triumph of the City: How Our Greatest Invention Makes Us Richer, Smarter, Greener, Healthier, and Happier**. Tradução de Mario Molina. Rio de Janeiro: Elsevier.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

HARVEY, David. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres/Nova York: Verso, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. **Age of Revolution: Europe, 1789-1848**. Littlehampton Book Services Ltd: London, 1962.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Quatro bens são revalidados como patrimônio cultural do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/assuntos/noticias/quatro-bens-sao-revalidados-como-patrimonio-cultural-do-brasil>. Acesso em: 16 mai. 2024.

LIMA, Poliana Carvalho et al. **Políticas Públicas E Feiras Livres: O Que Está Oculto?**. **Enepcp**, 2023.

MACEDO, S. S. **Parques Urbanos no Brasil: Brazilian Urban Parks**. São Paulo: Edu sp. 2003.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

- MATOS, Wellington. **Atlas do Cenário Territorial de São Bento-Ma**. 1. ed. UICLAP: Campinas, 2021.
- MELO, Álvaro. **São Bento dos Peris: água e vida**. 1. ed. Academia SAmbentuense: São Bento, 2005.
- MOREIRA, C. N. S.; LEITE, D. J. C.; FARIAS, L. F.; FERREIRA, J. R.; RIBEIRO, J. P.; MUNIZ, M. C. V.; AMORIM, M.P. S.; **São Bento, Nossa História e Nossa Gente**. 1.ed. São Bento: Northby, 1995.
- MOTT, Claudio. **Feiras Livres: Espaços de Trocas e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A Feira-Livre Como Importante Mercado Para A Agricultura Familiar Em Conceição Do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2017. DOI: 10.32813/rchv-10n22017artigo6. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Plano Diretor de São Luís - Lei nº 7.122 - 2023**. São Luís: Prefeitura Municipal de São Luís, 2023.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1973.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Ana Marina Ribeiro. **Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria**. Dissertação (Mestrado em Geografia, especialidade em Ordenamento do Território e Desenvolvimento) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.
- SOARES, J. M. D.; MENDES, M. L. M.; MESSIAS, C. M. B. O. **Feiras Livres: Avaliação da Estrutura Física do Comércio**, Salvador, Bahia, v. 38 n. 2, 2014.
- SOARES, Romênia de Oliveira Medina. **Feira da Parangaba: Proposta de Requalificação do Espaço Público**. Trabalho Final de Graduação (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Fortaleza, junho de 2011. Orientador: Joaquim Aristides.
- VARGAS, Heliana Comin; DE CASTILHO, Ana Luyisa Howard. Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados. In: _____. **Intervenções em centros urbanos: Objetivos, estratégias e resultados**. 1 ed. São Paulo: Manole Ltda, 2006.
- WASILKOWSKA, A. **Mercado Targ Blonie**. ArchDaily Brasil, 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/1000327/mercado-targ-blonie-aleksandra-wasilkowska-architectural-studio?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 18 jun. 2024.
- _____. Mercado **Popular da Rocinha**: Projeto tombado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.AAA, 2024.Disponível em:<https://aaa.com.br/view/6>. Acesso em: 18 jun. 2024.

capítulo 2

REQUALIFICAÇÃO DE COMUNIDADE PARA DEPENDENTES QUÍMICOS EM PAÇO DO LUMIAR-MA

REQUALIFICATION OF COMMUNITY FOR CHEMICAL ADDICTIONS IN PAÇO DO LUMIAR-MA

Ingreed Pollianne Coelho Lula

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Andreia Jane Leandro Camara

Resumo

As comunidades terapêuticas tem se mostrado uma alternativa eficaz no tratamento de dependentes químicos, oferecendo um ambiente acolhedor e estruturado que favorece a recuperação dos mesmos. O presente trabalho tem por objetivo a requalificação da comunidade Terapêutica Casa do Oleiro, que trata de dependentes químicos no município de Paço do Lumiar, no Maranhão, explorando como o design e a estrutura física dos espaços podem influenciar positivamente o processo de reabilitação e reintegração social desses indivíduos. Portanto, a pesquisa aborda a importância da criação de ambientes que promovam a o senso de pertencimento doravante perdido pelos pacientes que se encontram à margem da sociedade, ao mesmo tempo incentivam a interação social e a inclusão na comunidade. Foram analisados estudos de caso, práticas arquitetônicas inovadoras e diretrizes para o planejamento de espaços voltados para o tratamento de dependentes químicos, visando contribuir para uma abordagem mais humanizada e eficaz no combate às drogas e na promoção da saúde mental.

Palavras chave: Espaços Terapêuticos, Sociabilização, Qualidade de Vida.

Abstract

Therapeutic communities have proven to be an effective alternative in the treatment of drug addicts, offering a welcoming and structured environment that promotes their recovery. The present work aims to requalify the Terapêutica Casa do Oleiro community, which treats drug addicts in the municipality of Paço do Lumiar, in Maranhão, exploring how the design and physical structure of spaces can positively influence the process of rehabilitation and social reintegration of these individuals. Therefore, the research addresses the importance of creating environments that promote the sense of belonging now lost by patients who find themselves on the margins of society, while at the same time encouraging social interaction and inclusion in the community. Case studies, innovative architectural practices and guidelines for planning spaces aimed at treating drug addicts were analyzed, aiming to contribute to a more humanized and effective approach to combating drugs and promoting mental health.

Keywords: Therapeutic Spaces, Socialization, Quality of Life.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo explora o conceito, a estrutura e as metodologias dentro do contexto da arquitetura, trazendo a luz o parecer de como o ambiente físico desempenha um papel crucial, promovendo um espaço que favoreça a saúde mental, a socialização e o bem estar, na recuperação dos indivíduos.

Com o final da Segunda guerra mundial, após a percepção da necessidade de tratar neuroses de guerra em soldados ingleses, através de observações clínicas feitas pelo psiquiatra do exército inglês Maxwell Jones, as comunidades terapêuticas (Thrapeutic Community) surgiram na década de 1950 e as mesmas ganharam notoriedade a partir dos anos 1950, como alternativa para o tratamento psiquiátrico manicomial. (JONES, 1953).

As Comunidades terapêuticas (CTS) voltadas exclusivamente ao tratamento das toxicomantias começaram a surgir a partir de 1960, com a possível distinção de dois modelos: O modelo de Minnesota que é um regime fechado, que pode variar de 28 dias a vários meses, com essência em sua maior parte espiritual, com base na ajuda mutua e nos 12 passos e o modelo Synanon que propunha um modelo mais analítico; um modelo mais voltado a ajuda da comunidade, um novo lar, uma nova sociedade para os dependentes químicos e seus familiares, estimulando a autoconfiança dos indivíduos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o Brasil é apontado como uma rota significativa no tráfico de Drogas e também uma nação emergente onde o consumo de drogas aumenta progressivamente (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012).

Desde a década de 70, quando as primeiras comunidades terapêuticas (CTS) foram listadas, até os dias atuais, várias comunidades terapêuticas foram criadas por toda a extensão do território brasileiro, trabalhando no tratamento, prevenção e reinserção de pessoas usuárias de substâncias psicoativas, sendo responsáveis por 90% do atendimento de dependentes químicos registrados no Brasil.

No território nacional as comunidades terapêuticas foram implantadas com dois motivos principais; primeiro a falta de opções no que diz respeito ao atendimento do poder público, tendo como característica principal o tratamento tradicional em hospital psiquiátrico junto ao atendimento de pessoas com transtornos mentais; e, por segundo motivo, a procura por parte de familiares e pessoas dependentes por auxílio e intervenção das igrejas e intuições religiosas no combate ao vício, levando em consideração o envolvimento das mesmas nas causas existentes nas comunidades que fazem parte.

A questão da dependência química é um desafio complexo e multifacetado que afeta não apenas os indivíduos diretamente envolvidos, mas também suas famílias e comunidades, onde a busca por soluções eficazes para lidar com tal situação exige uma abordagem abrangente que considere não apenas os aspectos médicos e psicológicos, mas também o ambiente físico no qual os processos de tratamento e recuperação são conduzidos, visto que um dos principais problemas que os dependentes químicos enfrentam é a exclusão social.

Neste presente trabalho irei apresentar uma proposta para melhorar a qualidade de vida dos internos da Comunidade Terapêutica Casa do Oleiro propondo espaços para atividades diárias, tendo em vista a melhoria na vivência e saúde dos internos, criando um ambiente acolhedor tanto para os pacientes, quanto para os familiares e promovendo o auxílio na percepção de valor próprio ao internos, através da utilização de espaços arquitetônicos confortáveis, fazendo o uso de materiais simples e propondo a integração com

a natureza local, usando como referências Comunidades terapêuticas existentes no território nacional, como a Clínica de Recuperação Evangélica em SP – Guaratinguetá e Comunidades terapêuticas existentes ao redor do mundo, como por exemplo o Centro de Reabilitação Psicossocial – Otxotorema Arquitectos.

Nesse contexto, a arquitetura emerge como uma ferramenta poderosa e muitas vezes subestimada na promoção da reabilitação e reinserção social de dependentes químicos, uma vez que ela pode ser usada como um recurso terapêutico quando o usuário é recebido em um ambiente humanizado, confortável e cuidadosamente planejado para atender às suas necessidades. A criação desses espaços aguça o convívio social, tornando-o colaborativo e instigando a interação entre os membros, estimulando a criatividade e a produtividade, além de proporcionar um melhor bem-estar¹; Sendo assim, é preciso pensar no vínculo que a pessoa terá com aquele espaço, nas sensações que os usuários terão e como isso vai influenciar na sua reincidência na sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Casa do Oleiro

Em 2009 foi a primeira tentativa de implantação, sem sucesso a princípio da CT Casa do oleiro. No ano de 2018 após uma visita ao sítio, onde hoje é localizado a casa do oleiro, o Pr. Fernando de Vasconcelos implantou em fim a Comunidade Terapêutica, tendo seu primeiro culto celebrado no local no dia 18 de Março de 2018 e seu primeiro acolhimento em 5 de Maio de 2018. No ano seguinte obtiveram o CNPJ, o que deu início a regulamentação da CT – que tem por nome Comunidade Terapêutica Acolhedora Casa do Oleiro.

2.2 Problema

Através de um estudo conduzido em municípios do território nacional, com indivíduos a partir de 14 anos de idade, percebeu-se que 4 % da população adulta e 3% dos adolescentes já haviam experimentado o contato com Cocaína na vida, e a predominância do uso deste tipo de droga no último ano está em torno de 2% para todas as faixas etárias; é o que aponta o LENARD (Levantamento Nacional de Álcool e Drogas). De acordo com o Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e outras drogas, 2012, o Brasil detém 20 % do consumo de cocaína mundial e é o maior mercado de crack no mundo.

O relatório mundial sobre drogas, apresentou dados significativos sobre o consumo de drogas no ano de 2021; este documento aponta que 25 milhões de pessoas usaram drogas no ultimo ano e mais de 36 milhões sofreram transtornos associados ao uso de drogas. Apontou também que cerca de nos anos entre 2010 e 2019 houve um aumento de 22 % no numero de pessoas que usam drogas, devido ao fato também do aumento da população mundial, tendo como estimativa que esse valor aumente em ate 11%, de forma global, até o ano de 2030.

¹ Bem estar : Segundo Corbella (p.30, 2003), uma pessoa sadia está confortável em um ambiente quando sente neutralidade em relação a ele. No caso do dependente químico, a sensibilidade ambiental se torna mais intensa, “(...) considerando que espaço deve ir além dos aspectos físico, funcional e normativo, valorizando as dimensões da inclusão, circulação e autonomia de trabalhadores, usuários e familiares nesses serviços” (MELO *et al.*, 2002).

Ainda segundo essa pesquisa recente o percentual de usuários brasileiros de drogas ilícitas é de 3,2% (4,9 milhões de pessoas), levando em consideração o uso nos 12 meses anteriores à realização do estudo apontado, entretanto entre os jovens esse percentual pode subir de forma alarmante, chegando a 7,4% dos entrevistados entre 18 e 24 anos.

Dentre as drogas ilícitas mais consumidas, temos a maconha em primeiro lugar com 7,7%, seguida pela cocaína (pó) com 3,1%. Entretanto o dado mais alarmante com relação ao consumo de drogas no Brasil apontou para o consumo de álcool como o causador principal do uso excessivo e ou de forma descontrolada, levando em consideração que mais da metade da população brasileira entre 12 e 65 anos afirma ter consumido bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida. É sabido que pelo fato de ser uma droga lícita é preciso haver uma conscientização da população por parte do governo, de uma forma mais clara, já que a venda é liberada no Brasil e o seu uso.

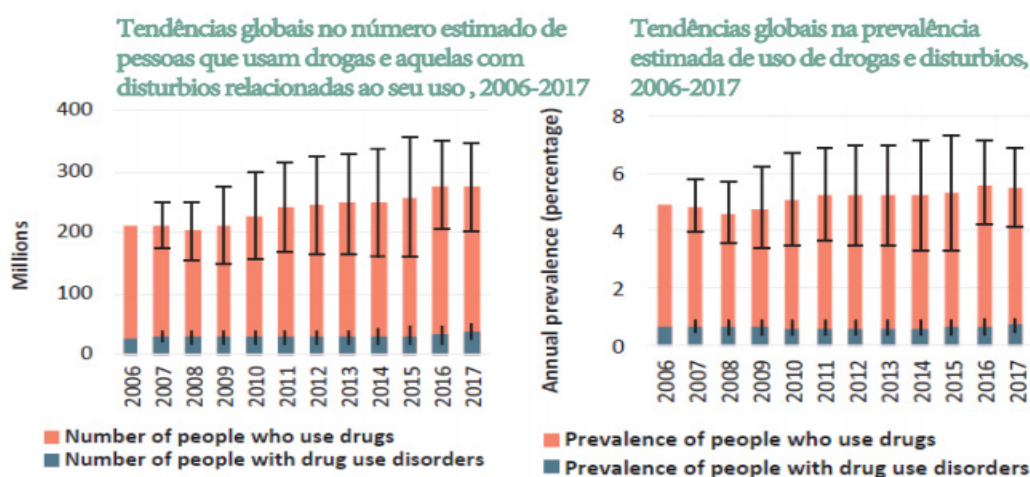


Figura 01. Tendências Globais sobre o uso de drogas 2006-2017

Fonte: World Drug Report (2019)

2.3 A arquitetura e a valorização do ambiente x percepção do indivíduo

Ao longo da história, a arquitetura tem exercido um impacto social considerável, pois tem sido utilizada como ferramenta de expressão e comunicação desde a antiguidade, espelhando as convicções, valores e prioridades de uma sociedade em um determinado período; no século XIX o planejamento das cidades tinha como objetivo maximizar a eficiência e a produção em larga escala, e assim acontece até os dias atuais. Sendo assim, pode-se afirmar que ao longo dos anos o uso da arquitetura tem sido aperfeiçoado para atender as demandas das constantes mudanças no estilo de vida e comportamento humano; levando em consideração a melhor forma de transformar a percepção dos indivíduos através dos espaços, sendo abordada de forma a elaborar um projeto funcional para cada tipo de estrutura de acordo com suas funções específicas.

Proporcionar ao indivíduo uma boa relação com o espaço, através de um ambiente acolhedor é sem sombra de dúvidas a intenção quando se faz um projeto, sabendo que cada um dos elementos inseridos na concepção dos ambientes é percebido por seus usuários, por meio dos estímulos sensoriais, seja pela visão (onde diferentes cores tem o poder de despertar a atividade cerebral ou promover o relaxamento), olfato (através de odores, que reavivem boas memórias), cinestesia (através do sentir) e audição (com sons característicos), havendo a possibilidade de através da interação o indivíduo usar inclusive mais de

um dos sentidos ao mesmo tempo.

Por conseguinte, a arquitetura das comunidades terapêuticas é um fator determinante para a eficácia do tratamento de dependentes químicos; levando em consideração que não se trata apenas de uma questão estética; ela impacta no comportamento humano, uma vez que pode ser usada como um recurso de tratamento, quando o usuário é recebido em um ambiente humanizado, confortável e cuidadosamente planejado para atender às suas necessidades. A criação desses ambientes estimula o convívio social, onde as atividades nele praticadas tem uma significativa relevância na sua recuperação.

Elementos como luz natural, ventilação e organização espacial, o contato com a natureza e elementos naturais tendem a promover uma melhor adaptação do usuário influenciando emocional, corroborando com a percepção sobre si mesmos e os trazendo de volta a uma vida social, perdida ao longo dos anos por conta do uso de substâncias psicoativas.

A humanização de um ambiente o torna colaborativo, incentivando a interação entre os membros, fomentando a iniciativa, a responsabilidade, a organização e o respeito ao próximo em um contexto coletivo, diminuindo a resistência aos processos rotineiros do tratamento, consequentemente aumentando a adesão e aceitação do por parte do paciente e sua família, criando um ambiente seguro para cada um, melhorando assim o bem-estar.

Sendo assim, é preciso pensar no vínculo que a pessoa terá com aquele espaço, nas sensações que os usuários terão e como isso pode vai influenciar na sua percepção de mundo e por fim na sua reincersão na sociedade.

3. ESTUDO DE REFERÊNCIA

3.1 Centro de Reabilitação Psicossocial – Otxotorema Arquitectos



Figura 02. Centro de Reabilitação, ALICANTE, Espanha Espanha

Fonte: Archdaily (2014)

O projeto foi pensado em um bloco que organiza as diferentes áreas do programa, com um único acesso e um jardim recreacional compartilhado. Um sistema de pátios - que agem como prismas de luz - proporciona iluminação natural para os diferentes ambientes internos.

No projeto observamos uma construção mais impessoal, com cara de hospital e ou clínica, poucas cores e pouca vegetação.

3.2 Clínica de Recuperação Evangélica em SP – Guaratinguetá

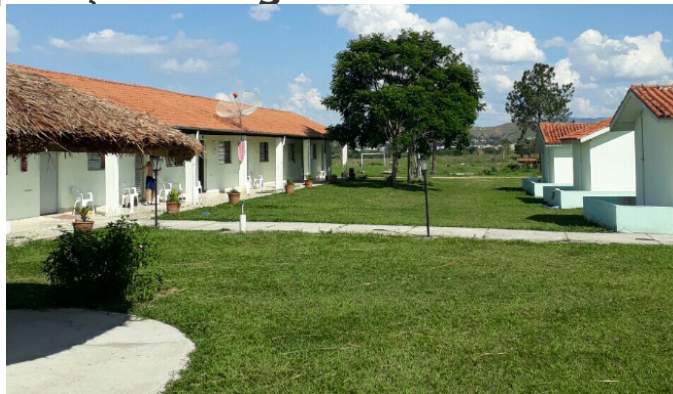


Figura 03.Clínica de Recuperação Evangélica em São Paulo, Guaratinguetá

Fonte: <https://capitalremocoos.com.br> (2021)

Localizada no município de São Paulo-SP, a Clínica de Reabilitação foi fundada há mais de 5 anos, a Clínica de Recuperação /Reabilitação hoje é reconhecida nacionalmente pela excelência no tratamento e ressocialização dos pacientes, homens, com dependência química ao álcool e/ou outras drogas, onde podemos perceber a presença de mais contato com a natureza, mais vida e aparência similar a uma vida cotidiana no campo.

4. REQUISITOS PROJETUAIS

4.1 Localização

A Comunidade Terapêutica Casa do Oleiro está localizada na Maioba do Mocajituba, em Paço do Luminar – MA, cep: 65130-000, tendo como acesso principal a avenida General Arthur Carvalho, entrando na rua ao lado da empresa de cimento SUPERMIX, 3 rua a direita, com uma área de 7.490 m², rodeada por uma mata mais fechada.



Figura 04. Planta de Localização

Fonte: Google maps, Adaptado pelas Autoras (2024)

A Comunidade em questão já existe neste espaço desde 2008, cercado por sítios e em uma área afastada, na época da fundação a escolha do sítio em que se encontra, se deu pela proximidade que tem com a natureza, transmitindo um ambiente de paz, o que ajuda no processo de reabilitação dos internos.

4.2 Aspectos Bioclimáticos e Plano de Manchas

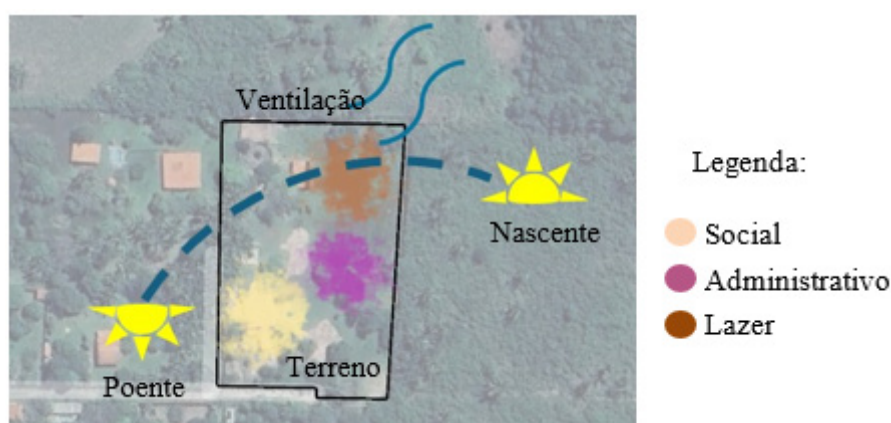


Figura 05. Plano de Manchas

Fonte: Imagem Google maps, Adaptado pelas Autoras (2024)

O terreno em questão proporciona uma excelente ventilação a estrutura, por não possuir construções adjacentes, agregando conforto térmico devido a integração com o ambiente em que esta inserido; desta forma foi distribuído a setorização dos espaços com o intuito de obter um melhor aproveitamento da ventilação.

4.3 Aspectos Legais

De acordo com a legislação vigente do município de Paço do Lumiar, no estado do Maranhão, o terreno está inserido na Zona de Urbanização Intensa - ZUI, que regulamenta a área mínima do lote (ALML) em 160 m² (Cento e sessenta metros quadrados) e testada mínima do lote de 8 m (Oito metros), com a possibilidade de ser utilizado para Hospitais e Assistência à Saúde.

Ainda de acordo com a tabela da Zona de Urbanização I, as normas de ocupação sobre os afastamentos no lote para edificações de um pavimento é de 5 m (cinco metros) na parte frontal, 1,5 m (um metro e meio) na lateral, 1,5 m (um metro e meio) na lateral secundária e 1,5 m (um metro e meio) de fundo.

5. PROJETO

5.1 Conceito e Partido

O conceito arquitetônico pensado para a comunidade terapêutica casa do oleiro, é por em prática a missão de cura e restauração, usando a construção para refletir os valores de acolhimento, espiritualidade, harmonia com a natureza e promoção do bem-estar. A proposta é criar um espaço que não apenas atenda às necessidades funcionais da terapia, mas que também inspire e promova a reflexão espiritual e a conexão com Deus, levando em consideração que a comunidade casa do oleiro é sem fins lucrativos e está diretamente ligada a um projeto social, pertencente a igreja Casa do Oleiro e que recebe apoio de várias igrejas.

Já como partido, foi adotado para a criação de uma comunidade terapêutica em um sítio ser uma oportunidade única de integrar arquitetura e natureza em um projeto que não só oferece suporte à recuperação, mas também promove o bem-estar contínuo dos

usuários. A proposta apresentada aqui busca utilizar a arquitetura como um facilitador do processo de cura, criando espaços que favorecem a introspecção, o convívio e a conexão com a natureza. Em um ambiente projetado com sensibilidade e atenção aos detalhes, os residentes poderão encontrar não apenas um local para recuperação, mas um espaço que lhes permita se renovar física, emocional e espiritualmente.

5.2 Programa de Necessidades e Pré-dimensionamento

O programa de Necessidades, juntamente com o pré-dimensionamento foram pensados de acordo com as prioridades da comunidade Terapêutica, no intuito de melhorar e setorizar espaços que irão ajudar no processo de reabilitação dos dependentes de psicoativos, visando auxiliar no conforto e bem-estar dos internos e com isso fazê-los vislumbrar uma nova oportunidade de vida.

Setor Administrativo		Lazer	
Cômodos	Área	Cômodos	Área
Sala de Acolhimento	9 m ²	Quadra	420m ²
Sala Administrativo	12 m ²	Praça da Mangueira	24,1 m ²
Wc Feminino	2,14 m ²	Praça do Cajueiro	24,1m ²
Wc Masculino	2,14 m ²	Horta	72,24 m ²
Sala de Atendimento Coletivo	11,7 m ²	Alojamento	
Almoxarifado	5,6 m ²	Cômodos	Área
DML	4 m ²	Cozinha	14,93 m ²
Sala de Atendimento Individual	12 m ²	Refeitório	46,05 m ²
Sala de Atendimento Individual	9 m ²	Sala de Estar	46,05 m ²
Arquivo	4,5 m ²	Despensa	14,93 m ²
Reabilitação e Convivência		Lavanderia	4,2 m ²
Cômodos	Área	Quarto 1	13,95 m ²
Templo	34,8 m ²	Quarto 2	18,66 m ²
Wc Feminino	6,22 m ²	Quarto 3	10,96 m ²
Wc Masculino	6,22 m ²	Wc Monitor	6m ²
Biblioteca	15,68 m ²	Wc Internos	28,88 m ²
Sala de Funcionários	34,8 m ²	Estacionamento	
Vestiário Feminino	16,25 m ²		Área
Vestiário Masculino	16,25 m ²	Estacionamento	419 m ²
Sala de Música	16 m ²		
Sala de Cursos	16m ²		

Tabela 01. Programa de Necessidades

Fonte: Elaborado pelas Autora (2024)

5.3 Fluxos e estudos de Massas

5.3.1 Plano de Massas

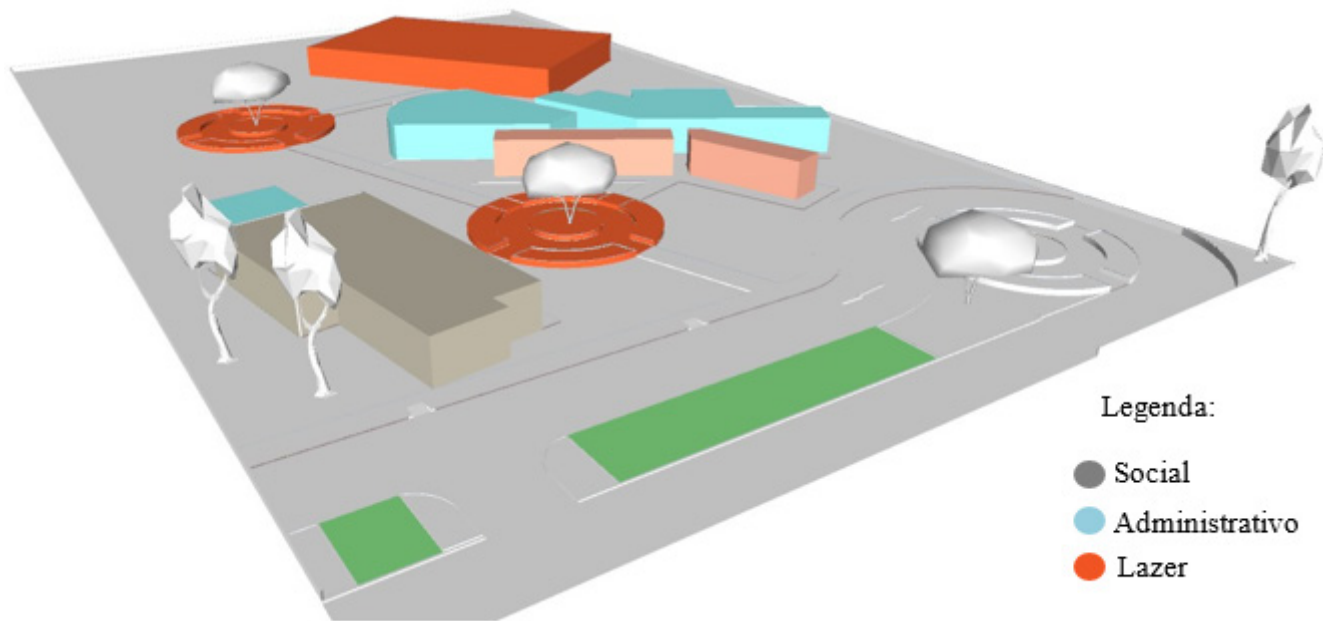


Figura 06. Estudo de Massas

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

Na imagem acima nota-se a volumetria do projeto proposto, expondo de forma mais nítida a forma de uso do solo em que os edifícios serão construídos e favorecendo a idéia de preservação da área verde que foi proposta desde o início para essa construção.

Com áreas de lazer com conceito mais abertos, proporcionando a interação dos internos com a natureza.

5.3.2 Fluxograma



Figura 07. Fluxograma

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

No fluxograma entende-se a forma em que os usuários terão acesso aos edifícios propostos, marcando com as setas vermelhas áreas de acesso restrito como arquivo, cozinha e despensa, sala do administrativo, almoxarifado, DML sala dos funcionários e os respectivos vestiários e com demais setas áreas de circulação livre, pensadas para o uso diário de seus ocupantes.

6. PROPOSTA DE PROJETO

6.1 Implantação: Edificações

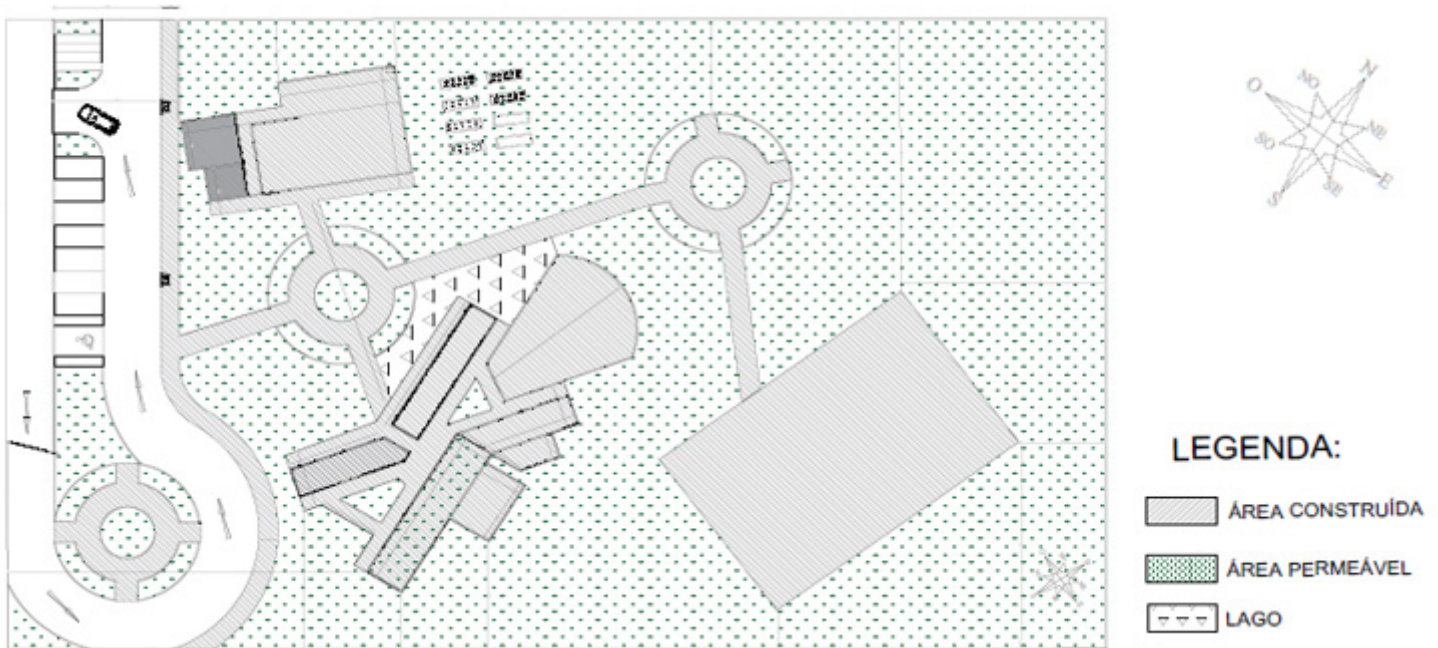


Figura 08. Planta de Implantação

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

A comunidade terapêutica casa do Oleiro está inserida em uma área de sítio, onde a natureza é a visão predominante do espaço, proporcionando uma maior conexão com a natureza, ajudando a reduzir o stress dos internos, criando um ambiente que promove o relaxamento e uma melhor convivência entre si, facilitando a reabilitação e reinserção social.

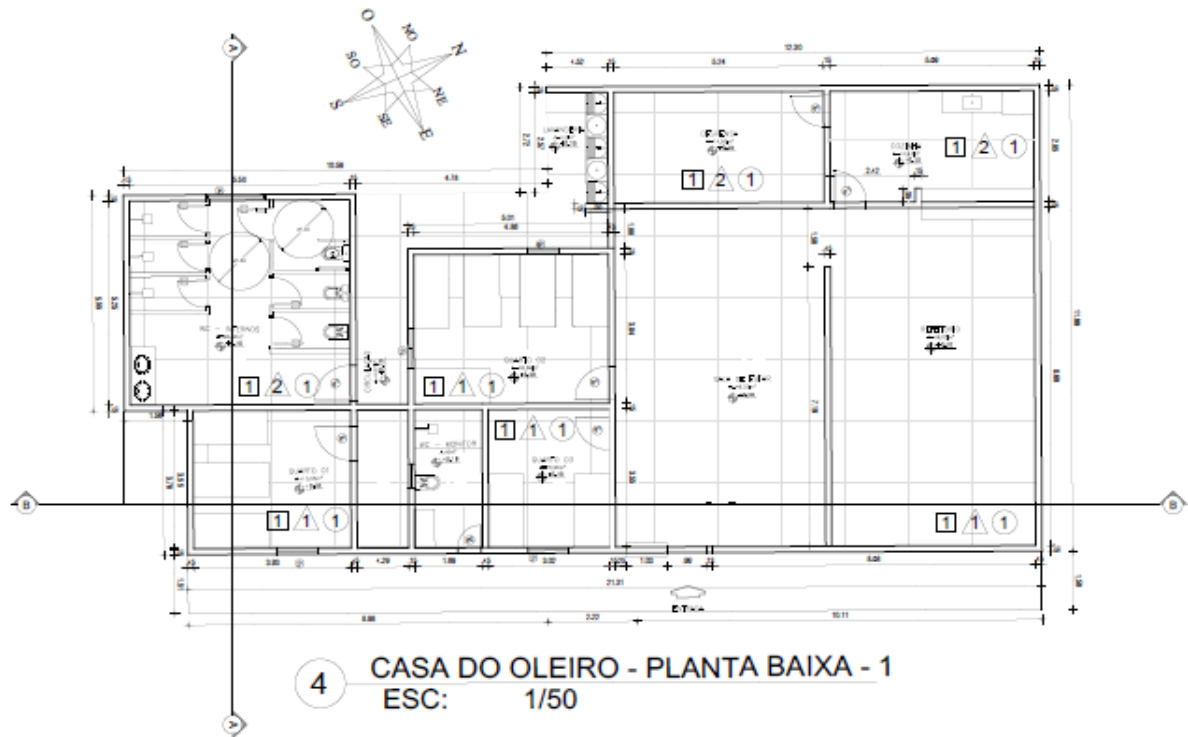


Figura 09. Planta Baixa 1

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)



Figura 10. Fachada 1

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

O projeto está dividido em dois setores, onde na planta baixa do alojamento temos quartos com beliches, área de alimentação e convivência diária dos internos, com banheiro PCD e lavanderia; para a sua fachada, foi proposto o uso de acabamentos mais rústico, simulando os veios de madeira existentes nos troncos as árvores.

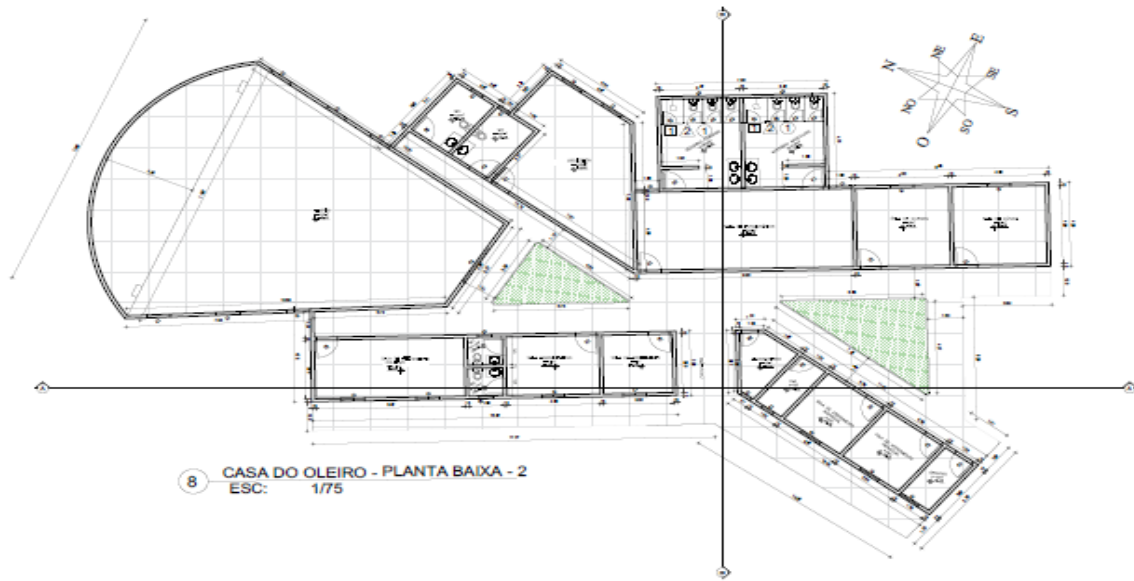


Figura 11. Planta Baixa 2

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

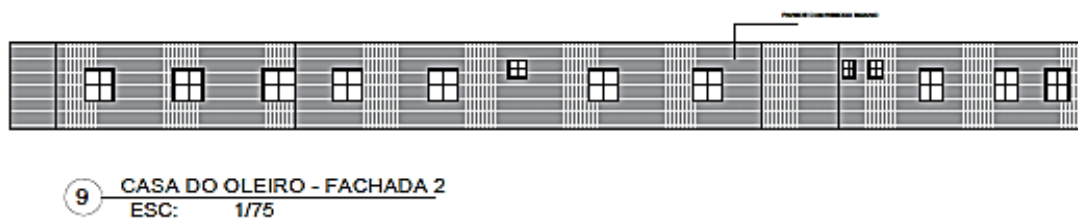


Figura 12. Fachada 2

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

Já na planta baixa do segundo prédio temos o setor de acolhimento e o administrativo funcionando para receber os novos internos, trabalhar com eles atividades laborais e cognitivas e um templo para que haja um momento de conexão com a espiritualidade de cada um deles, visando sempre trazer a memória a percepção de valores individuais e coletivos que foram perdidos ao longo do processo de dependência química. Para sua fachada, foi proposto o uso do reboco baiano, trazendo uma proposta mais leve para o acabamento da edificação, fazendo com que o mesmo se integre a paisagem natural, causando uma sensação visual de inclusão com o ambiente que o circunda.

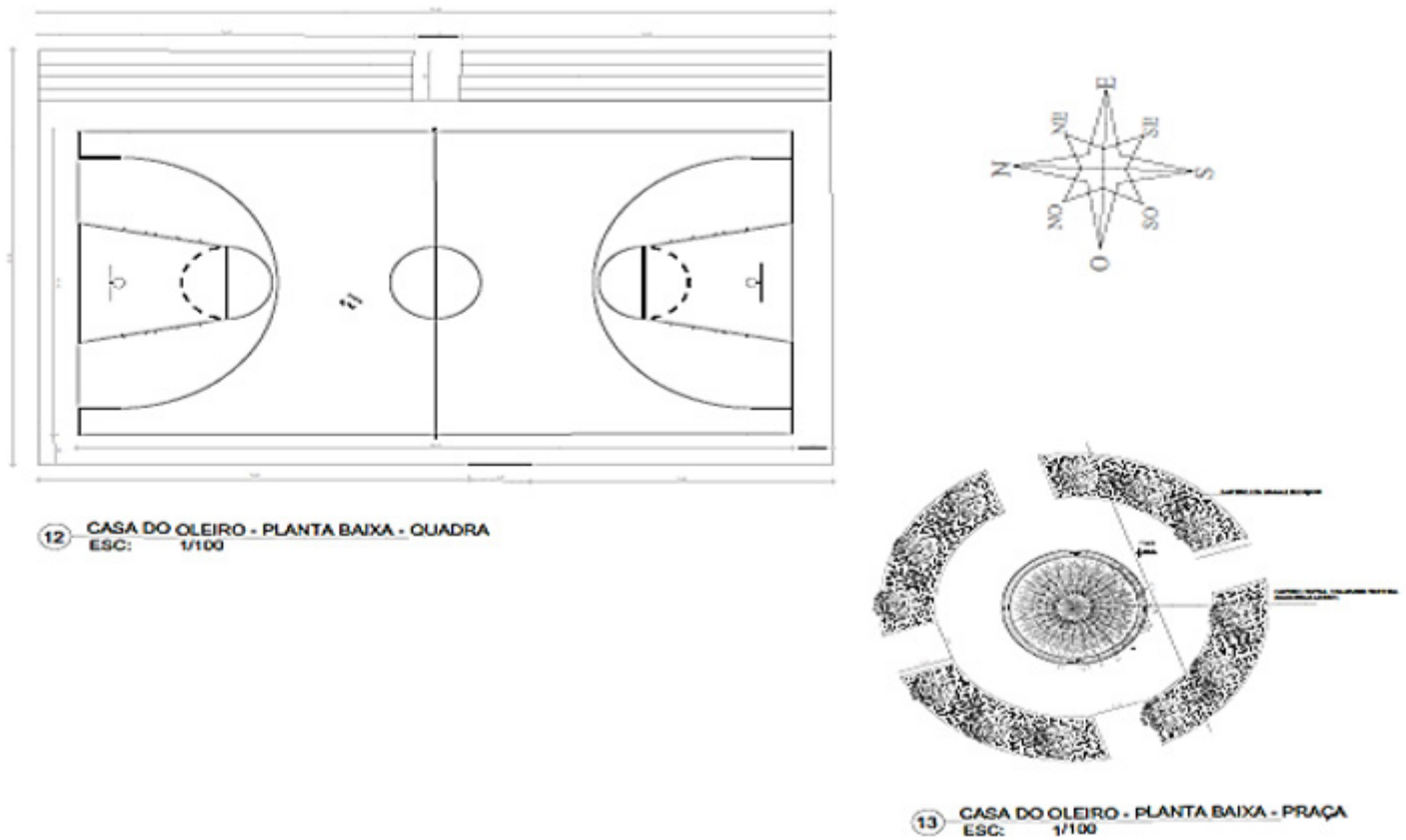


Figura 13. Planta Baixa 3

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

No intuito de promover um maior espaço de lazer e integração social entre os usuários e o espaço físico do sítio, foi proposto o uso de praças arborizadas com árvores frutíferas existentes no terreno que interligam os espaços, permitindo a contemplação da natureza ao redor e uma quadra para a realização de esportes coletivos.

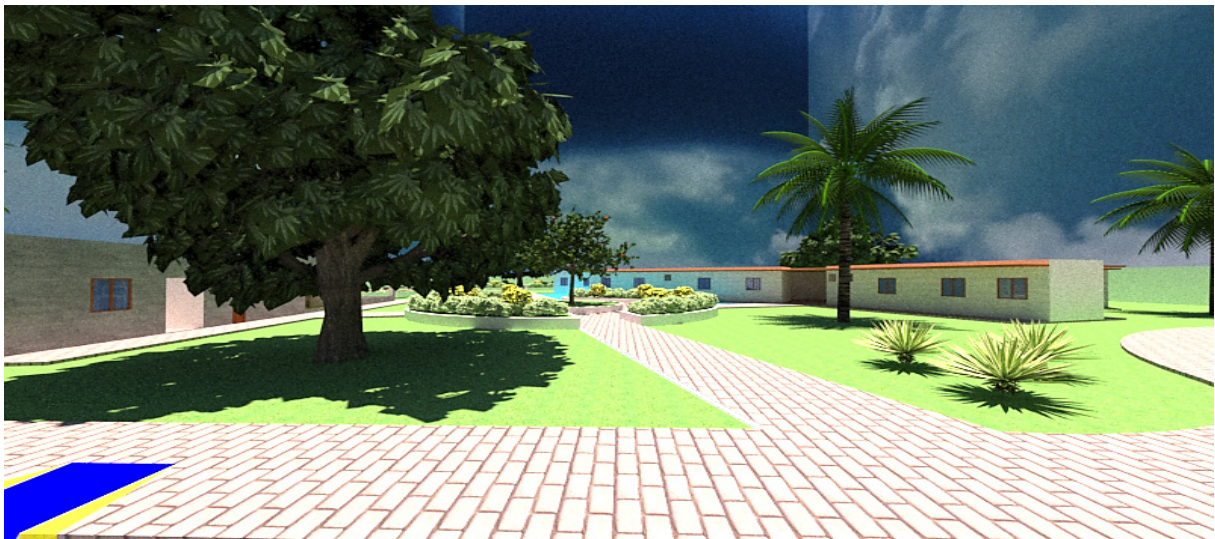


Figura 14. Pátio Central

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

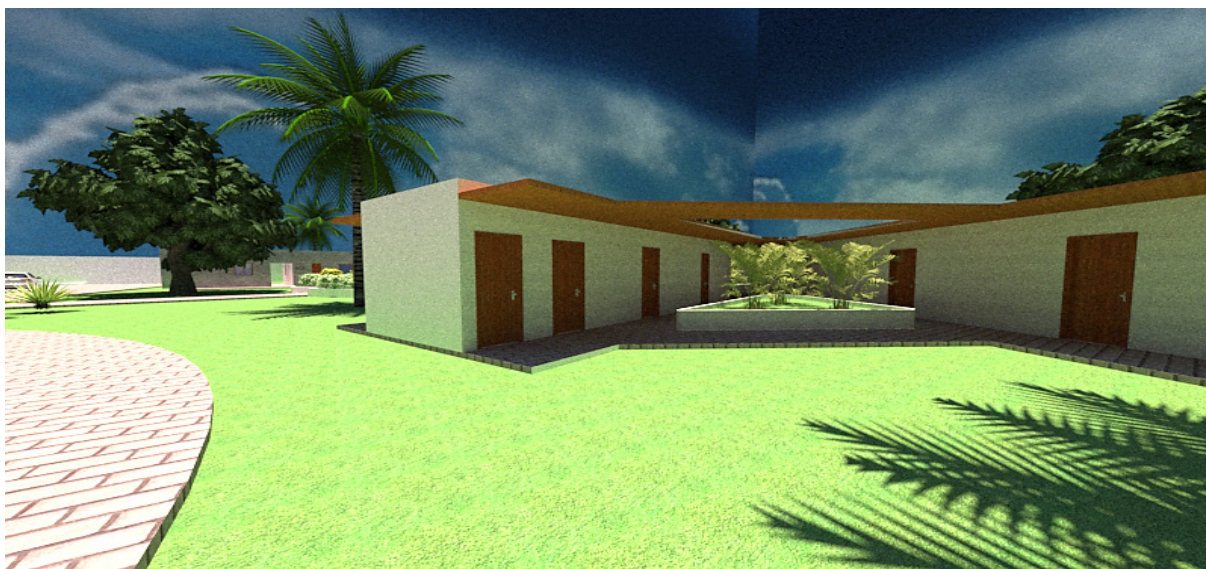


Figura 15. Pátio Interno – Setor Administrativo

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

As imagens acima mostram a estrutura de conceito mais aberto, o que possibilita a circulação da ventilação de forma livre entre os espaços tornando o ambiente construído mais ventilado e confortável a seus usuários, melhorando a qualidade de vida e possibilitando um melhor conforto térmico nas edificações em questão.

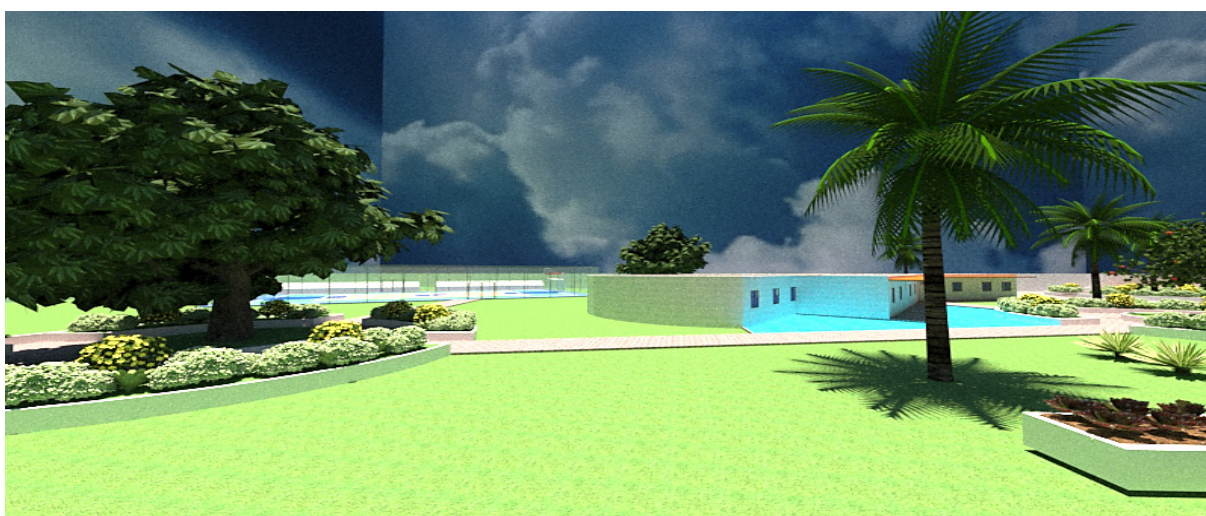


Figura 16. Praça da Mangueira

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2024)

Em toda a área externa a presença da natureza é evidente, com espaços arborizados, proporcionando uma estadia mais tranquila e saudável aos internos, aumentando a sensação de bem-estar e melhor qualidade de vida.

7. CONCLUSÃO

A arquitetura pode desempenhar um papel fundamental no processo de recuperação de dependentes químicos, proporcionando um ambiente seguro, confortável e propício ao tratamento. A qualidade dos espaços, sua organização e estética podem contribuir significativamente para o bem-estar dos pacientes, ajudando a reduzir a ansiedade, promo-

ver a calma e estimular a interação social. Ao criar ambientes acolhedores, que transmitam sensação de segurança e confiança, os pacientes se sentem mais motivados e engajados em seu processo de recuperação. Além disso, espaços bem projetados podem favorecer a criação de vínculos afetivos entre os indivíduos, aumentando a sensação de pertencimento e apoio mútuo. A inserção de elementos naturais, como luz natural, plantas e materiais sustentáveis, pode contribuir para a sensação de conexão com a natureza e promover a saúde mental dos pacientes.

Da mesma forma, a incorporação de espaços de convivência, como áreas de lazer, jardins terapêuticos e salas de estar, favorece a interação social e o desenvolvimento de habilidades sociais essenciais para a reintegração na sociedade. Portanto, ao pensar no design de espaços destinados ao tratamento de dependentes químicos, é essencial considerar não apenas as necessidades físicas e funcionais, mas também as necessidades emocionais e sociais dos pacientes. A arquitetura pode ser uma ferramenta poderosa para promover a recuperação e a reinserção desses indivíduos na sociedade, oferecendo um ambiente acolhedor e terapêutico que os apoie em seu processo de transformação e recuperação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14050/98**: Sistemas de revestimento de alto desempenho, à base de resinas epóxicas e agregados minerais – Projeto, execução e avaliação do desempenho – Procedimento. Apresentação. Rio de Janeiro, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2020.

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p.

BUXTON, Pamela. **Manual do Arquiteto: Planejamento, dimensionamento e projeto**. Tradução: Alexandre Salvaterra – 5.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2017.

DAMAS, F. B. **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL: EXPANSÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA SOCIAL**. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/>>. Acesso em: 2024.

DO BRASIL, C. DE A. E. U. **Manual de Arquiteto e Urbanista**. Acesso em: 10 set. 2024.

ERNST, Neufert. **Neufert**: Arte de projetar em arquitetura. 39. ed. São Paulo: G. Gili, LTDA, 2009.

FAERMANN, P. **Brasil está entre os países que mais produzem, importam e exportam drogas**. Disponível em: <<https://jornalgggn.com.br/>>. Acesso em: 2024.

FONTES, M. P. Z. (2004) **Humanização na Arquitetura da saúde: a contribuição do conforto ambiental dos pátios e jardins em clima quente e úmido**. In ENTAC 2004 -trabalho completo em cd room. São Paulo: Encontro Nacional de Tecnologia do Meio Ambiente Construído.> Acesso em: 09 de setembro 2024.

GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: < [https://www.google.com.br/maps/@2°30'33.57\"S 44° 8'31.45\"O](https://www.google.com.br/maps/@2°30'33.57\) Acesso em: 25, abr. 2024.

JONAS, A. **Manual de Orientação para Instalação e Funcionamento das Comunidades Terapêuticas e Centro de Tratamento para Dependentes Químicos**. Disponível em: <<http://justica.sp.gov.br>>. Acesso em: 2024.

N. T. C. **LEGISLAÇÃO PARA COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL - NOTA TÉCNICA CSIPS/GGTES/ ANVISA Nº 02/2020**. Disponível em: <<http://febract.org.br>>. Acesso em: 2024.

SANTA MONICA, Hospital. **Consequências das drogas: entenda o real perigo do uso das drogas**. Hospital Santa Monica. Disponível em < <https://hospitalsantamonica.com.br/consequencias-das-drogas-entenda-o-real-perigo-do-uso-de-drogas/>> Acesso em: 09 de setembro 2024.

SILVA, V. et al. **Centro de Reabilitação Psicossocial / Otxotorena Arquitectos**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br>>. Acesso em: 11 abr. 2024.

UNIMED. **Dependência química é considerada transtorno mental, alerta psiquiatra**. Cuiabá, 2016. Disponível em: <<https://www.unimed.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2024.

vel em: <https://www.unimed.coop.br/web/cuiaba/noticias/dependenciaquimica-e-considerada-transtorno-mental-alerta-psiquiatra>. Acesso em 15 setembro 2024.

UNODC. **Número de pessoas que usaram drogas em 2020 é 26% maior do que em 2010**. Disponível em: <<https://brasil.un.org>>. Acesso em: 2024.

UNODOC. **Relatório Mundial sobre Drogas 2019**. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/en/exsum.html>. Acesso em 15 setembro 2024.



capítulo 3

PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CRECHE MONTESSORIANA: INTEGRANDO PRÍNCÍPIOS PEDAGÓGICOS COM DESIGN SENSÍVEL ÀS NECESSIDADES DA PRIMEIRA INFÂNCIA

*ARCHITECTURAL DESIGN OF A MONTESSORI NURSERY: INTEGRATING
PEDAGOGICAL PRINCIPLES WITH DESIGN SENSITIVE TO THE NEEDS OF EARLY
CHILDHOOD*

Yasmim Nunes Sousa

Andréia Mesquita Santos Marques

Andreia Jane Leandro Camara

Resumo

Este estudo alude a proposta de uma creche Montessoriana pública integral no bairro Caratatiua, em São Luís -MA, buscando atender às necessidades educacionais e sociais da comunidade. A abordagem Montessori, reconhecida por seu foco no desenvolvimento integral da criança, é considerada uma alternativa eficaz para propiciando aprendizado autônomo, criatividade e respeito ao ritmo individual de cada criança. A creche Montessoriana integral oferece um ambiente educacional adequado, com espaços projetados para estimular a autonomia, a concentração e a interação social, alinhados aos princípios da arquitetura sustentável. O projeto visa fomentar a inclusão social, atendendo a crianças de diferentes contextos socioeconômicos e culturais, proporcionando igualdade de oportunidades desde a primeira infância. Além disso, a creche Montessoriana “Pequenos Passos” será um espaço de apoio às famílias, concedendo orientação pedagógica e suporte emocional. Para viabilizar a implementação da creche Montessoriana, foram considerados aspectos sociais, legais e urbanísticos.

Palavras-chave: Educação Infantil, Primeira Infância, Método Montessori, Arquitetura Escolar

Abstract

This study presents the proposal for a full-time public Montessori nursery in the Caratatiua neighborhood, São Luís - MA, aiming to address the educational and social needs of the community. The Montessori approach, renowned for its focus on the holistic development of children, is considered an effective alternative for promoting autonomous learning, creativity, and respect for each child’s individual pace. The full-time Montessori nursery offers an appropriate educational environment, with spaces designed to stimulate autonomy, concentration, and social interaction, aligned with sustainable architectural principles. The project aims to foster social inclusion by serving children from diverse socio-economic and cultural backgrounds, providing equal opportunities from early childhood. Furthermore, the “Pequenos Passos” Montessori nursery will serve as a support space for families, offering pedagogical guidance and emotional support. To enable the implementation of the Montessori nursery, social, legal, and urban aspects were considered.

Keywords: Early Childhood Education, Early Childhood, Montessori Method, School Architecture



1. INTRODUÇÃO

Desde o início da gestação até a fase da infância, o ambiente em que uma criança está imersa exerce uma influência significativa em seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Assim, é crucial que o ambiente em que a criança vive seja saudável e estimulante. Nesse sentido, a creche assume um papel central na sociedade.

Ademais a proposta da abordagem Montessoriana absorvida a creche desempenha um papel crucial, pois é fundamentada na concepção educacional de Maria Montessori, que visa o pleno desenvolvimento infantil. Essa abordagem é pautada em uma educação equitativa tanto para crianças típicas quanto para atípicas, proporcionando uma metodologia que respeita diversas formas de aprendizado. Conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação infantil é considerada um pilar fundamental da educação básica no Brasil. No entanto, enfrentamos grandes desafios quando se trata de proporcionar acesso à creche para todas as crianças, seja devido à escassez de instituições ou à precariedade da infraestrutura das creches disponíveis. Nesse contexto, as creches particulares ganham destaque, porém excluem uma parcela significativa da população que mais necessita desse acesso.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste trabalho é elaborar um projeto arquitetônico para uma creche Montessoriana pública em tempo integral na cidade de São Luís. Com foco na arquitetura inclusiva para crianças, buscamos avaliar os efeitos da arquitetura em conjunto com o método Montessori durante primeiríssima infância. A partir dessa análise, propor diretrizes práticas para o design da creche, considerando como esses recursos arquitetônicos e científicos influenciam a aprendizagem e o desenvolvimento físico, intelectual e motor das crianças, com o objetivo de criar um ambiente educativo equitativo. Um dos objetivos específicos é criar espaços acolhedores que facilitem a adaptação das crianças, proporcionando ambientes lúdicos que estimulem seus sentidos. Além disso, buscaremos projetar espaços ergonomicamente corretos para promover um ambiente educativo responsivo e adequado para a primeira infância.

A metodologia da pesquisa fundamenta-se em livros da Maria Montessori, dissertações acadêmicas, pesquisa bibliográfica, artigos científicos de especialistas na educação infantil e construções escolares afim de desenvolver uma análise assertiva, corroborando para a desenvoltura da pesquisa. Ademais foram realizadas visitas técnicas a instrumentos educacionais montessoriano, em busca de compreensão de como os espaços podem ser trabalhados, e análises de projetos de referência internacionais e nacionais que trazem um panorama de como a arquitetura aliada ao método Montessori traz um impacto significativo no contexto escolar infantil.

2. IMPORTÂNCIA DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O Marco Legal da Primeira Infância, (Lei nº 13.257, de 2016) determina que a primeira infância compreende o período de 0 a 6 anos de idade e estabelece diretrizes para políticas públicas para os primeiros anos de vida. Com a implementação dessa lei, reconhece-se a infância como primeiro passo para a importância deste período para o desenvolvimento humano, tratando a criança como cidadão pleno de seus direitos.

Ademais o Center no Developing Child, da Universidade de Harvard, (2020) publicou um artigo que reforça a importância da primeira infância. Nele, pronunciou-se que as bases de saúde são formadas nos primeiros anos de vida, o que denota a importância de

submeter a população infantil a um ambiente que sejam adequados ao estágio e ao processo de desenvolvimento intrínseco a infância, deste modo o ambiente em que as crianças estão é fundamental. Isso denota a importância de um ambiente que proporcione um bom desenvolvimento completo das crianças. Diante disso, as creches, como ambientes receptivos às crianças durante a fase inicial da vida, promovem múltiplos benefícios para a população infantil, a imagem abaixo figura 1 evidencia que a formação de novas sinapses são mais acentuadas desde a concepção da criança aos primeiros anos de vida, o que destaca a importância de expor o público infantil a ambientes qualificados para seu melhor desenvolvimento.

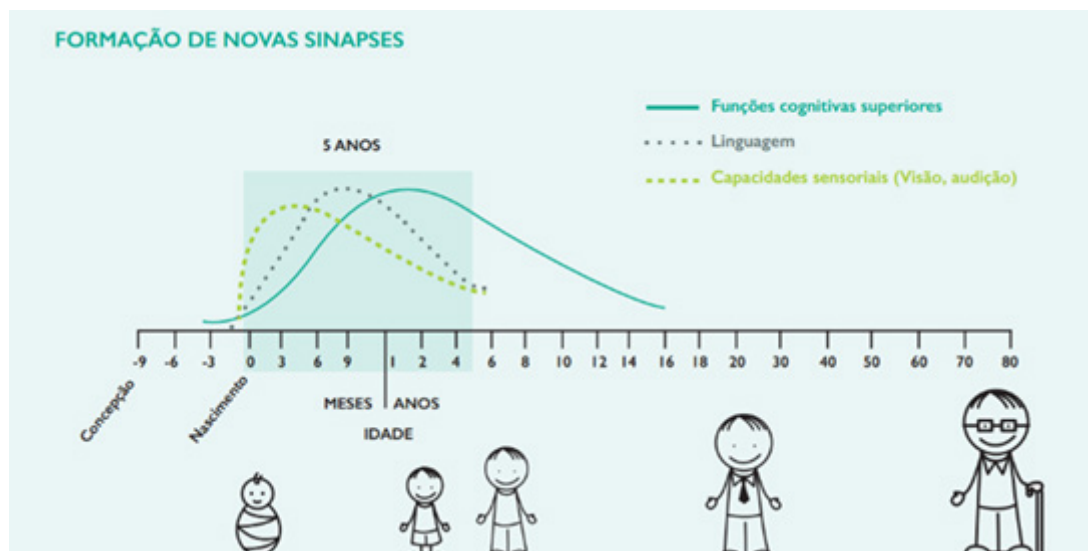


Figura 1. Formação de novas sinapses.

Fonte: O impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem - NCPI(2000)

Outrossim A NCPI O Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2014) relata que no início da vida são construídos os circuitos cerebrais, sendo este responsável por várias funções, entre as quais são processar e transmitir informações sensoriais do corpo para o cérebro, como visão, tato, olfato e audição, além das redes cognitivas que tem por função a linguagem, atenção, memória além de desempenhar o papel de regulação de emoções e das respostas emocionais, a plasticidade neural é a capacidade do cérebro em se adaptar e mudar em resposta a experiências todas as nossas ações precisam anteriormente serem processadas no cérebro, o que conota a importância de um bom desenvolvimento para que a criança e no futuro o adulto possa desfrutar do seu máximo potencial, e isso está intrinsicamente ligado ao ambiente e estímulos que o indivíduo recebe principalmente na primeira infância, os circuitos cerebrais é altamente influenciada pelas experiências nos primeiros anos de vida, nessa perspectiva a creche assume um papel indispensável ao passo que se mostra um ambiente centrado na criança como sujeito de educação, executa seu papel de mediador do conhecimento e apoio para o desenvolvimento infantil.

2.1 Investimento na educação

Segundo Beatriz Linhares, pesquisadora do CPAPI- Centro Brasileiro de Pesquisa Aplicada a Primeira Infância (2021) se o objetivo social é um desenvolvimento de uma sociedade sustentável deve-se priorizar políticas públicas que tratem a primeira infância com prioridade, pois tal ação é fundamentada em razões humanitárias, ética, psicológicas e econômicas. Nesse sentido investimentos na primeira infância é concludente, ao proporcio-

nar uma série de prerrogativas no corpo social como ressalta Jack P. Shonkoff, diretor do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard, em seu livro “From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development”, os anos iniciais da vida da criança são excepcionais, visto que é nesse período a formação de desenvolvedores da construção de aprendizados, portanto priorizar a educação infantil é determinante para a qualidade de vida do indivíduo quanto para a economia e coesão social do país.

Consoante o economista James Heckman (2006), vencedor do prêmio Nobel de economia em 2000, investir na primeira infância promove redução do déficit de curto a longo prazo, uma vez que, tal conduta despersua problemas regulares no contexto social atual, como a desigualdade social, criminalidade, gravidez na adolescência entre outros temas *complexos, sendo assim*, quanto mais precoce for o investimento na infância maior é o retorno para a criança e consequentemente para a sociedade, conforme a figura 2 que demonstra o investimento desde o nascimento até os 5 anos de idade gera um maior retorno no investimento com menor reparos futuros a se fazer.

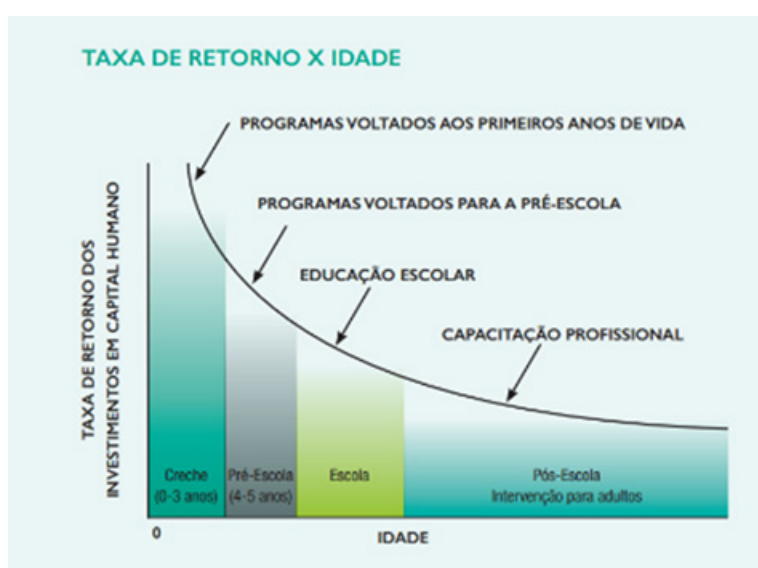


Figura 2. Taxa de retorno x idade

Fonte: O impacto do desenvolvimento na Primeira Infância sobre a aprendizagem - NCPI(2000)

3. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA CRECHE

A concepção da creche se deu em um momento de mudanças sociais, econômicas e políticas no corpo social, tal modificação alterou a relação de educação das mães para com as crianças, conforme aponta Didonet (2001) a origem da creche está vinculada ao trinômio mulher-trabalho-criança, até a atualidade este conceito dita a essência da creche na sociedade.

Falar da creche ou da educação infantil é muito mais do que falar de uma instituição, de suas qualidades e defeitos, da sua necessidade social ou da sua importância educacional. É falar da criança. De um ser humano, pequenino, mas exuberante de vida (DIDONET, 2001, p.11).

Nesse contexto de urbanização e mudança da dinâmica de trabalho em especial a inserção da mulher no trabalho assalariado, emerge as “mães mercenárias”, cuja eram mulheres que optaram ao invés de trabalharem nas fabricas cuidar das crianças dos quais

os pais estavam nas fábricas durante longas horas de trabalho, nesse cenário que foram realizados os primeiros cuidados fora do contexto familiar a criança todavia tal ação e ínfima a relação que a sociedade tinha para com as crianças, o desprezo com a população infantil era tamanho que altas taxas de mortalidade, acidentes domésticos e desnutrição infantil eram visto com banalidade, nesse panorama foram instituídas as primeiras instituições filantrópicas afim de conter tal situação.

Apesar das instituições que prestavam cuidados a criança tenha seu princípio intitulado de caráter assistencialista Kuhlmann (2001) ressalta que já havia uma preocupação não só com a guarda e cuidado das crianças, mas também com a educação, o autor exemplifica com a “Escola de Principiantes” criada por Friedrich Oberlin no final do século XVIII, continha um programa que tinha por intuito desenvolver hábito de obediência e bondade mas também identificação das letras do alfabeto e pronuncia correta das palavras, o que demonstra uma pequena evolução para com a educação infantil.

3.1 A creche no Brasil

Enquanto na Europa já se dispunha de noções educacionais nas intuições para com as crianças. No Brasil por séculos a única instituição de auxílio a criança era a roda dos expostos, este nome origina se do objeto alocado em janelas de instituições ou casas de misericórdia que acolhiam as crianças abandonadas, somente em 1950 o Brasil extinguiu o sistema de roda dos expostos se tornando o último país a fazê-lo (MARCÍLIO, 1997).

Posteriormente nas primeiras décadas do século XX no Brasil surge os primeiros jardins de infância, sob influência europeia pautadas na pedagogia froebeliana destinado apenas a famílias ricas, em paralelo para as famílias pobres a creche emerge através de reivindicações da classe operária

Os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus trabalhadores. Eles buscavam o controle do comportamento dos operários, dentro e fora da fábrica. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato de os filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992).

As crianças foram submetidas a contextos de desenvolvimentos diferentes, já que, as crianças pobres recebiam tutela sob cunho assistencialista, somente de guarda e higiene enquanto os pais estavam trabalhando, já as crianças nobres obtinham educação, baseada em estudiosos que despendiam estudos acerca da educação infantil (KRAMER, 1995)

A transformação do panorama educacional teve início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 208, inciso IV, estabelece que o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 1988). Esse dispositivo representou um ponto de inflexão ao reconhecer a criança como sujeito de direitos, conferindo à educação infantil um status educacional em vez de meramente assistencialista.

Além dos marcos legais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, destaca-se a última como uma legislação fundamental para a estruturação do sistema educacional brasileiro. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi crucial ao



incluir a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Segundo esta Lei, a educação infantil tem como objetivo principal promover o desenvolvimento integral das crianças até seis anos de idade, atuando em complementaridade com as ações da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Visto da perspectiva atual ainda há muitos obstáculos a serem superados para a promoção de creches a comunidade, no Brasil esse acesso é marcado por desigualdades socioeconômica, regionais, de raça e cor, entre os 25% mais pobres 26% das crianças de 0 a 3 anos estão na creche, entre os 25% mais ricos, 55% estão matriculados nessa etapa (IBGE 2019).

3.2 O Método

O Método Montessori, introduzido no início do século XX pela médica e pedagoga italiana Maria Montessori, representou um marco significativo no campo da educação infantil, trazendo consigo importantes contribuições para a prática pedagógica. Baseado em estudos e observações empíricas, Montessori postulou que todas as crianças possuem uma capacidade inata de aprendizado e desenvolvimento, o que desencadeou uma abordagem centrada na autonomia e na confiança, como destacado por Lillard e Else-Quest (2006). Essa abordagem, fundamentada nos pilares da educação cósmica, ambiente preparado, adulto preparado e criança equilibrada, enfatiza a importância de um ambiente escolar adaptado às necessidades das crianças, onde estas desempenham um papel central como usuárias primárias do espaço.

Montessori, em sua obra de 1901, sublinha a relevância do ambiente na educação, enfatizando não apenas a provisão de condições fisiológicas básicas, mas também a criação de um ambiente que promova tarefas e atividades alinhadas com as características inerentes de cada criança. Nesse sentido, o ambiente escolar é concebido não apenas como um espaço físico, mas como um cenário que deve ser adaptado e personalizado de acordo com as especificidades de cada grupo de crianças. A pedagogia Montessoriana, como ressaltado por Pessoa (2017), tem como objetivo fundamental a preparação das crianças para o futuro, enfatizando a humanização e o desenvolvimento da paz e independência como virtudes essenciais para a formação do adulto do amanhã. Assim, a abordagem Montessori não apenas reconfigura o paradigma tradicional da educação, mas também sinaliza uma perspectiva holística que reconhece o papel vital do ambiente físico e social na promoção do desenvolvimento saudável da criança.

3.3 Arquitetura no Método Montessoriano

A arquitetura no método Montessori desempenha um papel primordial na criação de um ambiente preparado que promove a liberdade e independência das crianças. Maria Montessori ressaltou a importância de um ambiente seguro e acessível, onde as necessidades físicas, emocionais, mentais e sociais das crianças são atendidas para que elas possam desenvolver-se livremente. Como ela mesma afirmou: “O ambiente deve ser rico em estímulos, mas controlado, para permitir que a criança se concentre em suas atividades” (Montessori, 1967). Nesse sentido, os espaços projetados para a creche Montessori serão cuidadosamente planejados para facilitar a autonomia das crianças, oferecendo acesso fácil a recursos essenciais, como água, comida e banheiro, sem depender da intervenção constante dos adultos. Além disso, o ambiente será calmo e organizado, com cores neutras e mobiliário simples, para evitar excesso de estímulos e permitir que as crianças se rete-

nam em suas atividades de maneira plácida.

A concepção arquitetônica da creche Montessori irá considerar a importância da escolha dos materiais e os móveis antepostos serão adequados à escala e às necessidades das crianças. Visto que é imprescindível que o ambiente seja projetado para encorajar a independência e a responsabilidade das crianças, permitindo-lhes cuidar do próprio espaço e dos materiais utilizados em suas atividades diárias. Ao proporcionar um ambiente seguro, acessível e bem ordenado, a arquitetura aliada a abordagem Montessoriana cria as condições ideais para que as crianças possam explorar, aprender e se desenvolver de forma autônoma.

4. ANÁLISE DE SIMILARES

O projeto da Imagine Escola Montessori, concebido pelo escritório de arquitetura Gradolí & Sanz e localizado na Espanha, destaca-se como uma referência no campo da arquitetura educacional contemporânea. Com uma área total de 1.982 m², o projeto apresenta uma abordagem inovadora à materialidade, priorizando o uso de materiais de menor pegada ecológica, como a terracota e madeira. (Figura 3). A utilização desses materiais não apenas confere uma estética natural e acolhedora ao ambiente, mas também refletem um compromisso com a sustentabilidade e a harmonia com o entorno. O emprego consciente desses elementos ressalta a preocupação do projeto em criar um ambiente propício para o desenvolvimento abrangente das crianças alinhado com os princípios da pedagogia Montessori (ARCHDAILY, 2019).



Figura 3. Sala de estudos Imagine Escola Montessori

Fonte: ArchDaily(2019)

O método Montessori, fundamentado na visão pioneira da médica e pedagoga Maria Montessori, é amplamente reconhecido por seu enfoque no desenvolvimento integral da criança. Nesse contexto, a Imagine Escola Montessori incorpora os princípios fundamentais desse método em sua concepção arquitetônica e pedagógica. Por meio de uma disposição cuidadosa dos espaços interiores e exteriores, a escola proporciona às crianças uma experiência educacional imersiva e estimulante, onde a conexão com a natureza desempenha um papel central. As salas de aula, estrategicamente posicionadas para ofe-

recer vistas panorâmicas do barranco e do pinhal adjacente, incentivam a exploração e a aprendizagem ativa, promovendo o desenvolvimento sensorial, cognitivo e emocional dos alunos (ARCHDAILY, 2019).



Figura 4. Implantação Imagine Escola Montessori

Fonte: ArchDaily(2019)

Além disso, a concepção dos espaços exteriores reflete uma abordagem integrada ao ambiente natural, criando oportunidades para o contato direto com a natureza e o desenvolvimento de habilidades motoras e sociais. A ênfase na interação com o ambiente ao ar livre, aliada à escolha consciente de materiais ecológicos, contribui para uma experiência educacional única, onde o aprendizado se estende além das paredes da sala de aula. (ARCHDAILY, 2019).

5. LOCALIZAÇÃO

A implantação de uma nova creche se mostra imprescindível uma vez que o Maranhão é um dos estados com maior número de crianças sem acesso a creches das mais de 2 milhões de crianças no país sem vagas, 137 mil são maranhenses (IBGE 2019). Afim de decrescer o déficit de instrumentos educacionais destinados a criança o presente trabalho debruça-se para desenvolvimento da implantação de uma creche pública integral Montessoriana ao Estado do Maranhão, em sua capital, proposta ao bairro Caratatiua (figura 5).

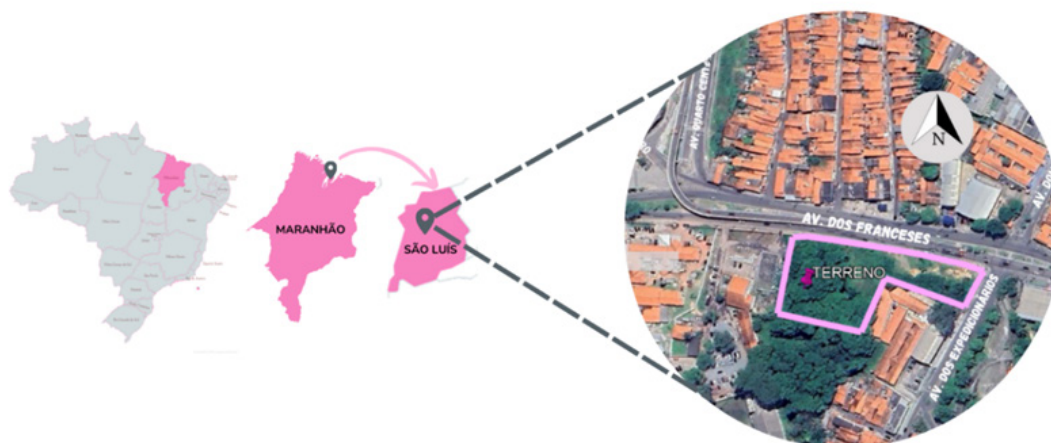


Figura 5. Localização do terreno no Brasil, Maranhão, São Luís

Fonte: Arte elaborada pelas autoras com imagem extraída do gogle Earth,2024

Além disso, o lote em questão está situado em uma esquina, apresentando calçada e iluminação adjacente. Anteriormente, o terreno abrigava a sede da SEMUR - Ministério da Saúde de São Luís, no entanto, a construção foi demolida e, há nove anos, o terreno permanece desocupado. Sua área total é de aproximadamente 9.544 m².

6. CONDICIONANTES LEGAIS

Ademais, o terreno em questão está situado na Zona Residencial 3 (ZR3), sujeita às diretrizes urbanísticas estabelecidas no Art. 16 da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Este artigo delinea as disposições específicas que regem a utilização e ocupação desse espaço dentro do contexto urbano, assim visando garantir conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos para a área anteposta (figura 6).

SEÇÃO III ZONA RESIDENCIAL 3 – ZR 3	
Art. 16 - Os usos permitidos e proibidos na Zona Residencial 3 estão definidos na tabela anexa à presente Lei.	
Art. 17 - Os lotes resultantes dos novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:	
I. Área mínima do lote igual a 300,00 m ² (trezentos metros quadrados); II. Testada mínima do lote igual a 10,00 m (dez metros).	
Art. 18 - Os novos parcelamentos nesta Zona deverão obedecer à tabela anexa à presente Lei.	
Parágrafo único - Os índices constantes na tabela referente ao artigo anterior não excluem a obrigatoriedade dos artigos citados nas disposições sobre parcelamento do solo.	
Art. 19 - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinadas pelas seguintes normas:	
I. Área Total Máxima de Edificação (ATME) igual a 150% (cento e cinquenta por cento) da área do terreno; II. Área Livre Mínima do lote (ALML) igual a 40% (quarenta por cento) da área do terreno; III. Afastamento frontal mínimo igual a 3,00 m (três metros); IV. Gabarito máximo permitido igual a 04 (quatro) pavimentos.	

Figura 6. Uso e Ocupação do Solo

Fonte: Lei de zoneamento, uso e ocupação do solo 1992

7. ELEMENTOS PRÉ-PROJETUAIS

Para uma elaboração projetual mais eficaz, foram realizadas análises bioclimáticas do lote em questão. (Figura 7). O terreno apresenta a testada principal voltada para o norte, com a lateral direita recebendo baixa incidência solar durante a tarde e a lateral esquerda sendo mais exposta ao sol no mesmo período. Além disso, o bairro possui gabarito baixo, favorecendo a livre circulação da ventilação predominante na direção nordeste. Atualmente, o terreno possui abundante vegetação rasteira e árvores de médio a grande porte.

Em consequência, a disposição dos setores da creche distribuídos no terreno leva em consideração os aspectos climáticos supracitados e a relação dos setores que precisam estar interconectados para garantir um fluxo eficiente na creche, com propósito de gerar o maior aproveitamento da iluminação e ventilação predominante, as salas de aula e atividades pedagógicas foram posicionadas no setor de maior permanência.



Figura 7. Estudo de Manchas

Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

Em seguida, foi realizado o Estudo de Massas, uma etapa crucial para a compreensão inicial da organização espacial do projeto. Essa fase teve como objetivo principal avaliar e definir a melhor disposição dos setores, suas conexões e interações funcionais, além de planejar de maneira estratégica a distribuição dos ambientes no terreno. Por meio dessa abordagem, foi possível realizar uma análise detalhada das relações espaciais, assegurando que os fluxos entre as diferentes áreas fossem fluidos e que a integração entre os espaços respeitasse critérios de funcionalidade, acessibilidade e eficiência.

Além disso, o Estudo de Massas possibilitou a criação da concepção volumétrica preliminar do edifício, estabelecendo diretrizes para o equilíbrio entre a estética arquitetônica e as exigências técnicas e programáticas do projeto. Essa concepção inicial considerou elementos como proporções, alinhamentos e o impacto visual da edificação no contexto em que será inserida, reforçando o compromisso com a harmonia e a adequação do design ao entorno.

Esse processo resultou em uma base sólida e bem fundamentada para o desenvolvimento das etapas subsequentes do projeto arquitetônico, criando as condições necessárias para uma proposta final que alie criatividade, coerência e qualidade técnica. Dessa forma, o Estudo de Massas tornou-se uma ferramenta indispensável para assegurar que cada decisão projetual fosse orientada por uma visão clara e estratégica do conjunto, conforme (imagem 8).

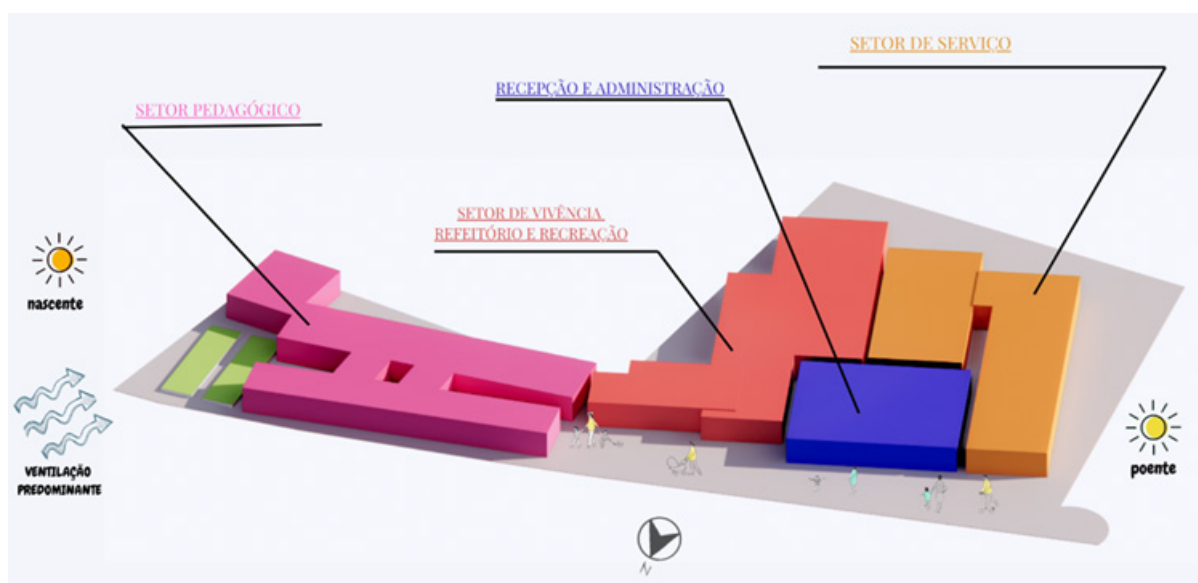


Figura 8. Plano de Massas

Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

7.1 Partido Arquitetônico

A proposta arquitetônica da creche fundamenta-se no método Montessori, priorizando a autonomia e a liberdade de aprendizagem das crianças. O espaço é concebido para promover a exploração e a interação, com um layout que considera a ergonomia infantil, garantindo que todos os elementos estejam acessíveis e adaptados à escala das crianças. Mobiliários em madeira natural, com formas suaves e arestas arredondadas, são utilizados para criar um ambiente acolhedor e seguro, incentivando a manipulação independente e a organização dos materiais.

A paleta de cores adotada inclui tons claros e suaves, como bege, verde e azul, que promovem um ambiente tranquilo e estimulante. Além disso, a proposta integra uma horta, estabelecendo um contato direto com a natureza e permitindo que as crianças experimentem o cultivo e a responsabilidade em relação ao meio ambiente. Assim, a proposta arquitetônica não apenas reflete a filosofia Montessori, mas também favorece o desenvolvimento integral da criança, proporcionando um espaço que estimula a aprendizagem ativa e a descoberta.

8. PROGRAMA DE NECESSIDADES

Para organização dos ambientes que constituem a creche o dimensionamento foi fundamentado na lei delegada N.033/1976 que preconiza a área mínima dos ambientes, para as áreas baseadas pelo quantitativos de alunos que frequentarão a creche, foi estabelecido juntamente com o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja Lei nº 9.394/96, Essas diretrizes serviram como alicerce para o dimensionamento dos espaços, levando em consideração tanto a quantidade de alunos quanto a necessidade de uma proporção adequada de professores por aluno. Assim, a divisão das salas de aula foi estabelecida, respeitando os critérios legais estabelecidos, como demonstra na (figura 9), que apresenta a relação aluno-professor.

SALA DE AULA	FAIXA ETÁRIA	QTD. ALUNOS/ TURMA	QTD. DE PROFESSORES E AUXILIARES /TURMA
BERÇÁRIO	3 MESES A 11 MESES	8	1 PROFESSOR + 2 AUXILIARES
AGRUPADA 1	1 ANO A 1 ANO E 11 MESES	10	1 PROFESSOR + 1 AUXILIAR
AGRUPADA 2	2 ANOS A 2 ANOS E 11 MESES	15	1 PROFESSOR + 1 AUXILIAR
AGRUPADA 3	3 ANOS A 3 ANOS E 11 MESES	17	1 PROFESSOR + 1 AUXILIAR
TOTAL: 50 ALUNOS x 2 TURMAS : 100 ALUNOS			

Figura 9. Relação de aluno- professor

Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

Através dessas análises foi possível elaborar um programa de necessidades com os devidos setores elencados e seus dimensionamentos grafados, o programa de necessidades serve como guia para garantir que os espaços atendam adequadamente às demandas educacionais e de convivência das crianças. (A figura 10), elaborada com base nessas análises, apresenta os diferentes setores e suas dimensões, essa abordagem embasada em normativas legais assegura não apenas a qualidade dos espaços, mas também a adequação às necessidades específicas da comunidade atendida pela creche. Parte superior do formulário

PROGRAMA DE NECESSIDADES					
PEDAGÓGICO			ADMINISTRATIVO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
BERÇÁRIO:	2	47,00 m ²	RECEPÇÃO:	1	83,00 m ²
AGRUPADA I:	2	34,00 m ²	SALA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	15,00 m ²
AGRUPADA II:	2	34,00 m ²	DIRETORIA:	1	16,00 m ²
AGRUPADA III:	2	34,00 m ²	SECRETARIA:	1	19,00 m ²
FRALDÁRIO:	8	64,00 m ²	ALMOXARIFADO:	1	11,00 m ²
SANITÁRIO INFANTIL:	2	24,20 m ²	COPA:	1	19,00 m ²
SANITÁRIO FUNCIONARIOS	2	16,57 m ²	SALA DOS PROFESSORES:	1	28,00 m ²
DORMITÓRIO:	8	26,00 m ²	DML:	1	18,00 m ²
ATELIER DE ARTES:	1	51,00 m ²	SALA DE REUNIÕES:	1	32,00 m ²
BRINQUEDOTECA:	1	15,00 m ²			
SALA DE MÚSICA:	1	34,00 m ²			
ENFERMARIA:	1	39,00 m ²			
PÁTIO:	1	342,00 m ²			
VIVÊNCIA			SERVIÇO		
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)	AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m ²)
REFEITÓRIO:	1	236,00 m ²	COZINHA:	1	82,00 m ²
AUDITÓRIO:	1	224,00 m ²	DESPENSA:	1	27,00 m ²
SANITÁRIO INFANTIL:	2	52,00 m ²	HIGIENIZAÇÃO:	1	24,00 m ²
VESTIÁRIO FEMININO	1	19,00 m ²	LAVANDERIA:	1	17,00 m ²
VESTIÁRIO MASCULINO	1	19,00 m ²	ESTACIONAMENTO:	1	1.091,00 m ²
			TOTAL: 3.233,54 m ²		

Figura 10. Programa de necessidades.

Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

O fluxograma apresentado ilustra de forma clara e objetiva a organização funcional da creche Montessoriana, destacando a integração dos espaços pedagógicos e de apoio. Cada setor foi planejado para proporcionar fluidez nas atividades diárias, respeitando os princípios do método Montessori de autonomia e aprendizado ativo. A disposição dos ambientes facilita o deslocamento das crianças e educadores, promovendo a independência e a segurança. Esse arranjo espacial é resultado de uma análise cuidadosa, que considerou

não apenas a funcionalidade, mas também o conforto ambiental e a acessibilidade, garantindo que cada criança se sinta acolhida e estimulada a explorar o ambiente ao seu redor (figura 11).

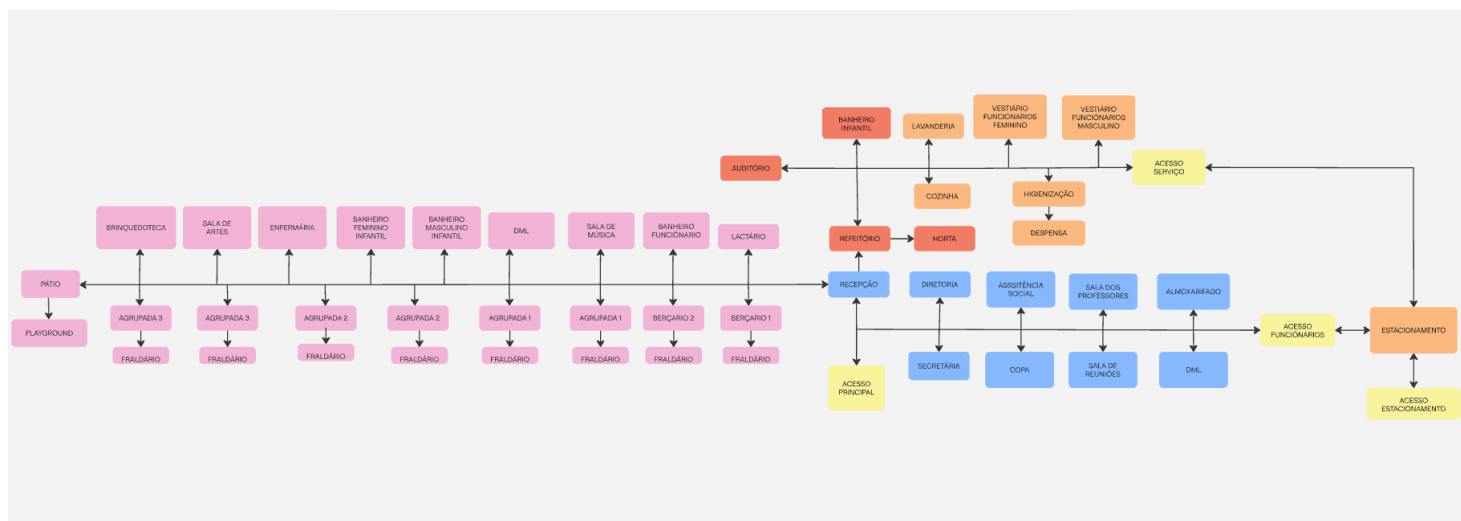


Figura 11. Fluxograma

Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

A disposição dos ambientes na creche foi planejada com base nos princípios do método Montessori, com o objetivo de promover a autonomia das crianças. O layout foi elaborado para que os espaços favoreçam o desenvolvimento motor e cognitivo, proporcionando um ambiente seguro e independente para a exploração. Para garantir essa independência, foram escolhidos materiais naturais e sustentáveis, como madeira de reflorestamento para o mobiliário e revestimentos. A madeira não só contribui para um ambiente mais acolhedor e natural, mas também é durável e fácil de manter, o que facilita a rotina de limpeza e conservação da creche.

A paleta de cores foi cuidadosamente selecionada, com tons claros, que criam um ambiente sereno e agradável, ideal para a concentração e o bem-estar das crianças. O mobiliário foi adaptado à altura das crianças, permitindo o fácil acesso a brinquedos, materiais pedagógicos e ao uso dos banheiros. Essa escolha de materiais e a organização dos espaços têm o objetivo de proporcionar maior autonomia para as crianças no seu dia a dia, incentivando sua capacidade de organização e independência, de acordo com os princípios do método Montessori.

9. PROJETO

A implantação da creche foi cuidadosamente planejada para estabelecer uma relação harmoniosa com o entorno urbano, maximizando o uso da iluminação natural e da ventilação cruzada. A disposição dos espaços reflete a intenção de criar ambientes que favoreçam o aprendizado e o bem-estar infantil (Figura 12). A entrada principal é acolhedora e convida à exploração, conectando o espaço interno com áreas verdes externas, como jardins e pátios de recreação. A seguir, apresentam-se a planta de layout e os renders da creche Montessoriana Pequenos Passos:



Figura 12. Layout creche montessoriana
Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024



Figura 13. Render Fachada Principal
Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024



Figura 14. Sala de aula Agrupada 2
Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

As Figuras 13 e 14 ilustram a fachada principal e a sala de aula da creche Montessoriana. A fachada combina tons claros e materiais como madeira tratada, criando um visual moderno e acolhedor, que reflete a proposta pedagógica. Na sala de aula, a paleta de cores suaves e o mobiliário adaptado à escala infantil promovem um ambiente calmo e estimulante. Os móveis foram projetados para incentivar a autonomia das crianças, permitindo fácil acesso aos materiais e facilitando a organização do espaço, conforme os princípios do método Montessori.



Figura 15. Render Refeitório
Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024



Figura 16. Render Playground
Fonte: Arte elaborada pelas autoras, 2024

As Figuras 15 e 16 destacam o refeitório e o playground da creche. O refeitório é equi-

pado com mobiliário ergonômico e em escala infantil, promovendo autonomia durante as refeições. O playground combina áreas gramadas e pisos seguros, incentivando a interação com a natureza e o desenvolvimento motor, alinhados aos princípios Montessori.

10. CONCLUSÃO

Este estudo reafirma a importância de projetar espaços educacionais que vão além da funcionalidade básica, focando no desenvolvimento integral das crianças. A creche Montessoriana proposta não apenas atende às demandas educativas, mas também promove valores fundamentais como autonomia, respeito e interação social. Ao considerar fatores ambientais, ergonômicos e pedagógicos, o projeto se destaca como um modelo de arquitetura escolar inclusiva e inovadora. As referências bibliográficas utilizadas sustentam a base teórica do projeto, garantindo a profundidade acadêmica necessária para contribuir com o campo da arquitetura educacional.

REFERÊNCIAS

Centro sobre a Criança em Desenvolvimento. As bases da saúde ao longo da vida são construídas na primeira infância. 2010. Disponível em: <www.developingchild.harvard.edu>. Acesso em: 26 de abril de 2024.

Didonet, V. (2001). Educação infantil: A creche, um bom começo. Brasília, 18, julho de 2001.

Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. [s.l.], 2014. Disponível em: <http://www.ncpi.org.br>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

Heckman, James J. (2006). **Invest in the Very Young. *Economics Focus***. Vol. 379, no. 8494, p. 3.

KRAMER, Sonia. **Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sonia. Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995. KRAMER, Sonia. Política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995. Parte superior do formulário

KUHLMANN, Moysés. A criança e o cuidado: reflexões sobre políticas sociais e educação infantil. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LILLARD, Angeline Stoll; ELSE-QUEST, Nicole. **The Early Years: Evaluating Montessori Education**. Science, vol. 313, no. 5795, 2006.



capítulo 4

ARQUITETURA ESCOLAR E A NEUROCIÊNCIA: NEUROARQUITETURA APLICADA EM ESCOLA INFANTIL ESPECIALIZADA EM ALUNOS TEA

*SCHOOL ARCHITECTURE AND NEUROSCIENCE: NEUROARCHITECTURE APPLIED
IN CHILDREN'S SCHOOL SPECIALIZED IN ASD STUDENTS*

Isabela Cecilia Santos dos Santos

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Andreia Jane Leandro Camara

Resumo

A arquitetura escolar vem se tornando cada vez mais importante no contexto da educação, principalmente quando se trata de escolas especializadas em alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A Neuroarquitetura, que consiste na aplicação dos conhecimentos da neurociência na arquitetura, tem se mostrado uma ferramenta fundamental para melhorar o bem-estar e o desempenho dos alunos em ambientes escolares. O objetivo deste trabalho é analisar a aplicação da Neuroarquitetura em uma escola infantil especializada em alunos com TEA, buscando identificar os impactos positivos no aprendizado e no desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, que consistiu na análise de artigos científicos, livros e documentos relacionados ao tema. Os resultados obtidos indicam que a Neuroarquitetura pode promover um ambiente escolar mais adequado para alunos com TEA, proporcionando espaços mais acolhedores, estimulantes e seguros. Foi possível perceber que a aplicação da Neuroarquitetura em escolas especializadas em TEA pode não apenas beneficiar os alunos, mas também os professores, familiares e demais profissionais que atuam na instituição. A melhoria do ambiente escolar pode favorecer a interação social, a comunicação, a autonomia e o desenvolvimento global das crianças com TEA, além de reduzir comportamentos desafiadores e estresses relacionados ao ambiente físico. Como conclusão, pode-se afirmar que a Neuroarquitetura desempenha um papel fundamental na criação de ambientes escolares inclusivos, acessíveis e estimulantes para alunos com TEA.

Palavras-Chaves: TEA; Neuroarquitetura; Educação Infantil; Inclusão.

Abstract

School architecture has become increasingly important in the context of education, especially when it comes to schools specializing in students with autism spectrum disorder (ASD). Neuroarchitecture, which consists of the application of neuroscience knowledge in architecture, has proven to be a fundamental tool for improving the well-being and performance of students in school environments. The objective of this work is to analyze the application of Neuroarchitecture in a children's school specializing in students with ASD, seeking to identify the positive impacts on the learning and cognitive and emotional development of these children. The methodology used was bibliographic review, which consisted of the analysis of scientific articles, books and documents related to the topic. The results obtained indicate that Neuroarchitecture can promote a more suitable school environment for students with ASD, providing more welcoming, stimulating and safe spaces. It was possible to see that the application of Neuroarchitecture in schools specializing in ASD can not only benefit students, but also teachers, family members and other professionals who work in the institution. Improving the school environment can promote social interaction, communication, autonomy and global development of children with ASD, in addition to reducing challenging behaviors and stress related to the physical environment. In conclusion, it can be stated that Neuroarchitecture plays a fundamental role in creating inclusive, accessible and stimulating school environments for students with ASD.

Keywords: ASD; Neuroarchitecture; Child education; Inclusion.



1. INTRODUÇÃO

A relação entre arquitetura escolar e neurociência tem sido tema de estudo e pesquisa nos últimos anos, com o objetivo de criar ambientes educacionais que promovam o bem-estar e o desenvolvimento cognitivo dos alunos. A neuroarquitetura, como é chamada essa abordagem interdisciplinar, busca compreender de que forma a arquitetura e o design dos espaços escolares influenciam a aprendizagem, o comportamento e o desenvolvimento cerebral dos estudantes.

Nesse contexto, a escola infantil especializada em alunos com TEA deve ser projetada levando em consideração as recomendações da neuroarquitetura, que incluem aspectos como a iluminação natural, a qualidade do ar, a acústica, a cor e a textura dos materiais, a organização dos espaços e a segurança, entre outros. Estudos têm demonstrado que esses fatores podem influenciar diretamente na concentração, na cognição, na memória e no comportamento das crianças com TEA, contribuindo para o seu desenvolvimento global.

A questão cerne neste estudo se fundamenta na necessidade de compreender como a aplicação dos princípios da neuroarquitetura pode influenciar positivamente o desenvolvimento e o bem-estar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola infantil especializada. O problema que norteia esta pesquisa é: De que forma o design arquitetônico e a organização dos espaços em uma escola infantil especializada em alunos com TEA podem contribuir para a criação de um ambiente educacional mais adequado, inclusivo e estimulante, considerando as necessidades específicas dessas crianças e as diretrizes da neurociência aplicada à arquitetura escolar? Por meio da análise e da reflexão sobre essa questão, busca-se fornecer subsídios para a proposição de diretrizes e estratégias de design que potencializem o desenvolvimento e a qualidade de vida dos estudantes com TEA e promovam a efetividade do processo educacional nesse contexto.

Visando responder a questão apresentada acima, temos por objetivo geral: Investigar a relação entre arquitetura escolar e neurociência, com foco na neuroarquitetura pensada para escolas infantis especializadas em alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Realizar uma proposta arquitetônica na cidade de São Luís do Maranhão de uma escola de ensino infantil com suporte para alunos neurodivergentes, e proporcionar a valorização do meio urbano em que está inserido. E por objetivos específicos: Avaliar como a construção e a organização dos espaços físicos podem impactar no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental das crianças com TEA; analisar as diretrizes e recomendações da neurociência aplicadas à arquitetura escolar para promover a inclusão, a aprendizagem e o bem-estar dos alunos com TEA; aplicar materiais construtivos que facilitem e promovam o bem estar e autonomia dos alunos, e propor um programa de necessidades e espaço escolar com ênfase no design emocional/afetivo.

Este estudo justifica-se na relevância e na atualidade do tema abordado, que se situa no cruzamento entre a arquitetura escolar e a neurociência. Diante da crescente demanda por ambientes inclusivos e adaptados às necessidades específicas de crianças com TEA, a investigação das relações entre o design arquitetônico e o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental desses alunos apresenta-se como um campo de estudo fundamental para promover a qualidade de vida e a eficácia dos processos educativos nesse contexto.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação infantil no Brasil

Zabala (2019) afirma que em tempos passados o papel feminino era somente zelar pelos filhos e pela casa, enquanto o homem tinha o encargo de sair em busca de emprego para prover o sustento da família. Na década de 70, surgiu uma nova oferta de trabalho para as mulheres devido aos processos de urbanização e industrialização. Nessa época, as mulheres, especialmente as de classes menos privilegiadas, precisavam de um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, o que levou a questionamentos por parte delas aos proprietários das fábricas. Foi assim que as creches surgiram para atender a essa demanda da sociedade, exigida pelas mães trabalhadoras. Estes espaços tinham como objetivo principal oferecer cuidados assistencialistas, ou seja, apenas zelar pelas crianças, no entanto, eram ambientes inadequados, onde as crianças ficavam sob os cuidados de uma única pessoa, geralmente sem a devida formação.

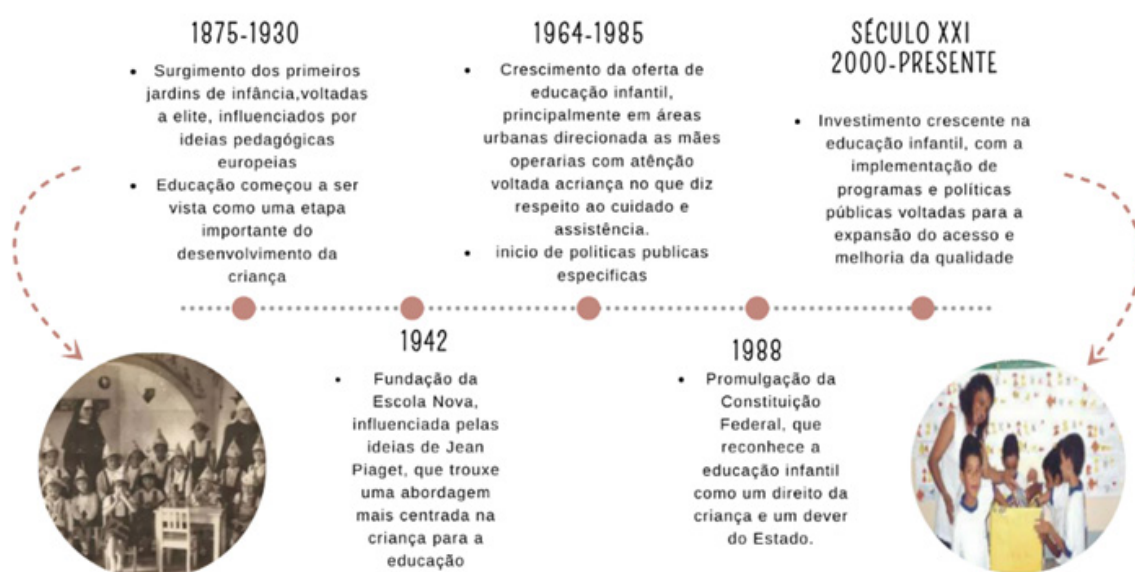


Figura 1. História da educação no Brasil

Fonte: MENDES, Rafael Pereira da Silva. "Educação no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>. Acesso em 08 de dezembro de 2024.

A educação no Brasil foi resultado da contribuição de diversos movimentos sociais para ser estabelecida como responsabilidade do Estado, sendo assim, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (art.208, IV), foi assegurado que a educação seria efetivada por meio da garantia de educação infantil, tanto em creches quanto em pré-escolas, contemplando crianças de até 5 anos de idade (Mendes, 2019). De acordo com Mendes (2019), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Infantil (1996), creches e pré-escolas passaram a fazer parte das instituições que oferecem a Educação Básica. Nesse cenário, já se reconhece a importância dos primeiros anos de vida do indivíduo e a necessidade de atenção especial nessa fase. Além disso, compreende-se que é na escola que a criança vivencia parte essencial de seu processo de desenvolvimento.

Por fim, na cidade de São Luís do Maranhão, a história da educação está intimamente ligada à história da cidade, desde a sua fundação até os dias atuais. Ao longo dos séculos, São Luís viu a criação de escolas, a formação de professores, a implementação de políticas educacionais e a construção de uma identidade educacional própria, refletindo as características culturais e sociais da região.

É importante ressaltar que em cada um desses contextos, a educação passou por desafios, transformações e conquistas, moldando a sociedade e influenciando o desenvolvimento humano. No Maranhão, os desafios na área da educação infantil, vão desde a sua origem assistencial até a falta de investimentos adequados. De acordo com os dados do censo escolar divulgado pelo INEP 2023, em São Luís, Maranhão, existem um total de apenas 329 escolas de educação infantil com alunos da educação especial, com 80% das escolas públicas possuindo bibliotecas ou salas de leitura, e 45% quadras esportivas.

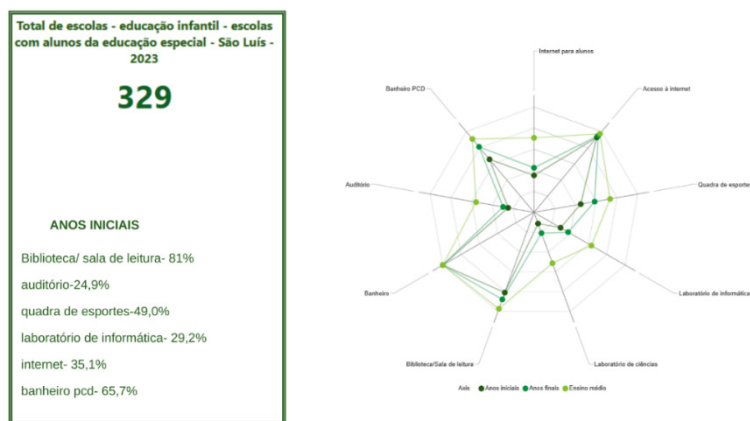


Gráfico 1. Percentual de escolas e recursos por etapa de ensino

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024. Adaptado de INEP, (2023)

Quanto à organização dos espaços nas instituições de educação infantil, estas demandam características específicas, necessitando de ambientes amplos, bem definidos, de fácil acesso e adaptados às necessidades especiais. No que diz respeito à estrutura física, não se deve adotar modelos arquitetônicos padronizados, visto que estes devem ser adaptados à cultura e aos usuários do ambiente. Zabala (2019) destaca que a qualidade da educação infantil não está vinculada a um único aspecto, mas sim a diversos fatores bem estruturados e organizados, que possibilitam um melhor desempenho das crianças na escola.

2.2 Contextualização do ambiente de ensino

A linha do tempo da evolução da implementação de uma arquitetura escolar acompanhou as mudanças sociais e econômicas ocorridas desde o início da era da industrialização, quando a demanda presente na nova cidade industrial, com o aumento de sua força de trabalho, exigia a criação de novos equipamentos sociais. Diante da descentralização do sistema educativo, São Paulo se destacou como um dos estados líderes em educação a nível nacional, devido ao seu desenvolvimento econômico que impulsionou a educação em seus vários níveis. As escolas públicas da era republicana, entre 1890 e 1920, seguiam modelos predefinidos com soluções espaciais simplificadas, muitas vezes com plantas semelhantes e simetria rígida, refletindo os conceitos da época sobre a educação, que focava nas primeiras letras e tabuada (Souza, 2020).

Kowaltowski (2021) destaca a importância de considerar a relação do comportamento humano com o ambiente construído, abordando temas como privacidade, espaço pessoal, territorialidade e densidade, que fornecem insights cruciais para avaliar a eficácia e a qualidade desses espaços em contextos sociais, pessoais, de trabalho, produtividade e aprendizagem no ambiente educacional. Em 1898, Maria Montessori observou o comportamento das crianças no ambiente e enfatizou que a falta de estímulos adequados para o

desenvolvimento das crianças nos espaços em que estavam inseridas era um dos principais obstáculos para seu aprendizado e comportamento aprimorados.

Com essa descoberta, Montessori destacou a importância do ambiente preparado nas salas de aula, que favorece concentração, autonomia e aprendizado independente. A arquitetura é crucial para a vida das pessoas, criando espaços para habitar, trabalhar e se divertir. Nos últimos anos, as escolas evoluíram para além do ensino tradicional, tornando-se facilitadoras da cultura e promotoras de relações sociais. Elas desempenham um papel na criação de novos saberes, mantendo a relevância do conhecimento fundamental.

2.3 A importância do ambiente de aprendizado

Kowaltowski (2021) argumenta que, a fim de atender à necessidade de satisfazer o ambiente educacional, é vital considerar diversos aspectos, como: natureza do espaço (público ou privado); requisitos coletivos ou individuais para as funções essenciais; preferências e expectativas individuais em relação ao ambiente utilizado; tamanho do espaço; tempo de permanência no local; normas de convivência; interação social dos usuários; contexto urbano e acessibilidade; satisfação e expectativas quanto à qualidade de vida dos alunos e professores. Reconhecer a criança como a principal usuária da escola é crucial para a elaboração do ambiente educativo, visto que projetar um espaço escolar que dialogue com seu principal público (a criança) implica considerar suas necessidades físico-motoras, socioafetivas e intelectuais. Esse ambiente deve ser cuidadosamente planejado para estimular a curiosidade e a imaginação infantil. O espaço deve favorecer o agrupamento positivo desses indivíduos para contribuir de forma significativa ao longo desse processo. Aspectos como o mobiliário desempenham um papel crucial, influenciando diretamente no aprendizado e na autonomia das crianças, devendo ser projetados levando em consideração as necessidades individuais e coletivas dos alunos, de acordo com sua faixa etária e altura.

2.4 Educação inclusiva para alunos com TEA

O transtorno do espectro do autismo apresenta uma série de desafios complexos para indivíduos autistas e suas famílias. Muitas vezes, a ausência de alterações visíveis na fisionomia dificulta a compreensão e o reconhecimento dos direitos das pessoas com autismo, levando à falta de apoio e proteção. Apesar de uma crescente conscientização sobre a condição, a exclusão social e o preconceito ainda são significativos. Isso resulta em dificuldades na inclusão escolar, no mercado de trabalho e na participação em atividades cotidianas, como visitar espaços públicos, que podem ser complicadas devido a mudanças na rotina.

Coelho (2015, p.81), neste sentido fala a respeito da inclusão:

Incluir socialmente a criança com TEA vai além do que antes era conhecido como processo de integração, transpassa a fronteira de apenas reconhecê-la como diferente, e impõe o compromisso de criar situações nas quais ela, assim como as crianças de desenvolvimento típico, possa usufruir das mesmas oportunidades. Trata-se de uma reestruturação do sistema, uma reorganização, uma transformação, quer seja ele familiar, escolar ou público. Do contrário, crianças diagnosticadas com TEA, serão sempre “crianças-problema”, um problema que nunca será de ninguém.



O ordenamento jurídico brasileiro deve se adequar para atender efetivamente a todas as exigências e garantir a empatia coletiva pelos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com diagnóstico de autismo.

A escola como a conhecemos deveria ser projetada para fornecer educação para todos. No entanto, a instituição há muito não experimenta a diversidade dentro de cada indivíduo (e ainda luta para isso) e, segundo Martins (2018, p. 17), é provável que acabe “[...] de várias formas isolando e excluindo alunos que fogem desses padrões, demandando um tratamento diferente ou especial no processo de aprendizagem do que normalmente é dado ao aluno médio”.

Essa realidade também tem exigido professores de educação especial em sala de aula que muitas vezes veem as carências de seus alunos muito além de seu potencial. Consequentemente, as práticas de exclusão progrediram a surgir nos sistemas de ensino, afetando negativamente a aprendizagem dos alunos e reafirmando o descaso com a diversidade individual. Foi no início da década de 1990 que surgiu um novo conceito de inclusão, no qual as visões convergiam para a necessidade de erigir uma escola para todos, e essa ideia era compartilhada em vários países (Chaves, 2019, p. 38). A reestruturação das mentalidades de inclusão não apenas facilitou mudanças no sistema educacional, mas também teve um forte impacto nas sociedades que se afastam de práticas discriminatórias e adotam comportamentos mais inclusivos.

2.5 Conceito de neuroarquitetura

A neuroarquitetura é descrita como a utilização da neurociência na arquitetura, que investiga o impacto do ambiente físico no cérebro humano e as mudanças comportamentais resultantes desse impacto. Ao analisar o cérebro e o comportamento, é essencial ter em mente que o desenvolvimento provoca transformações significativas em nosso cérebro e em seu funcionamento ao longo do tempo. Isso implica que os efeitos que um ambiente específico pode provocar em adultos jovens não necessariamente serão os mesmos em crianças ou idosos, evidenciando a não uniformidade do desenvolvimento cerebral ao longo da vida.

Segundo Pizzini (2019), ao criar espaços com base na neuroarquitetura, é crucial reconhecer que cada indivíduo recebe e interpreta os estímulos do ambiente de maneira única. Nesse sentido, não existem regras fixas, apenas certos aspectos a serem considerados, como a “necessidade de pertencimento” a um espaço físico, ou seja, a urgência que os seres humanos têm em pertencer a um grupo social. Essa teoria, fundamentada pelo psicólogo Abraham Maslow, destaca que as memórias positivas são decodificadas de modo agradável pelo cérebro, sugerindo investir em memórias (visuais, auditivas ou olfativas) ao planejar um ambiente, de forma a criar uma sensação de pertencimento aos usuários.

2.6 Abordagem da psicologia das cores

Segundo Pena (2019), os ambientes exercem considerável influência e podem estimular condutas particulares, e uma tonalidade aplicada com conhecimento traz grandes vantagens, pois todas as tonalidades possuem sua própria interpretação. Os efeitos estão relacionados aos sentimentos, por meio de experiências universais, que estão profundamente enraizadas na linguagem e no pensamento. Todas as tonalidades impactam nos sentimentos e no raciocínio, uma vez que cada uma delas carrega uma interpretação liga-

da às emoções. Exames de ressonância magnética comprovam que as tonalidades estão diretamente conectadas às regiões responsáveis pelo processamento emocional e da memória.

As tonalidades em ambientes educativos podem estimular a atividade cerebral e promover relaxamento e introspecção. Por exemplo, o azul acalma a mente, proporcionando tranquilidade e segurança, o que ajuda na realização de tarefas. É importante usar essas cores com cautela para garantir um equilíbrio e o estímulo adequado. No design de interiores, técnicas específicas são aplicadas para evocar diferentes sensações em espaços, dependendo da superfície das tonalidades utilizadas. Na área de design de interiores e decoração, observamos a aplicação de técnicas como as apresentadas no Quadro 01, para evocar diversas sensações em determinados espaços, dependendo da superfície em que a tonalidade é empregada.

COR	TETO	PAREDE	PISO
VERMELHO	PERTURBADOR	AGRESSIVO	ALERTA
ROSA	DELICADO	DOCE	DELICADO
LARANJA	ATRAENTE	QUENTE	ATIVADOR
MARROM	PESADO	ACOLHEDOR	ESTÁVEL
AMARELO	ESTIMULANTE	QUENTE	DIVERSÃO
VERDE	PROTEÇÃO	RELAXANTE	NATURAL
AZUL	CELESTIAL	CALMANTE	TRANQUILIDADE
CINZA	SOMBRIO	NEUTRO	NEUTRO
BRANCO	CLARIDADE	NEUTRO	INTOCÁVEL
PRETO	OPRESSIVO	SÓBRIO	ABSTRATO

.Quadro 01. Uso das cores na arquitetura e decoração

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024. Adaptado de Pena, 2019

A percepção visual, conforme mencionado por Pena (2019), varia de forma individualizada, portanto compreendemos que na infância essa percepção é ainda mais intensa e exploratória, uma vez que não apenas a percepção do espaço ou do objeto é algo novo e atrativo, mas também as tonalidades inerentes a eles são instigantes.

3. ESTUDOS DE CASOS

Visando aprimorar a compreensão e desenvolvimento do projeto, foi necessário selecionar duas referências projetuais que melhor se alinhassem às ideias propostas. Com o objetivo de compreender a organização espacial, o dimensionamento dos espaços e seus fluxos.

3.1 Escola Waldorf Ecoara

A escola de Educação infantil e ensino fundamental I está situada em Valinhos-SP e foi projetada pelo escritório de arquitetura Shieh Arquitetos Associados. O projeto nasceu da necessidade de ampliação escolar afim de ganhar instalações adequadas. A ideia era

evitar a adoção de ângulos retos e trabalhar o ambiente de forma orgânica, com isso foram adotadas salas em formatos hexagonais e telhados inclinados. Remetendo o acolhimento das crianças.

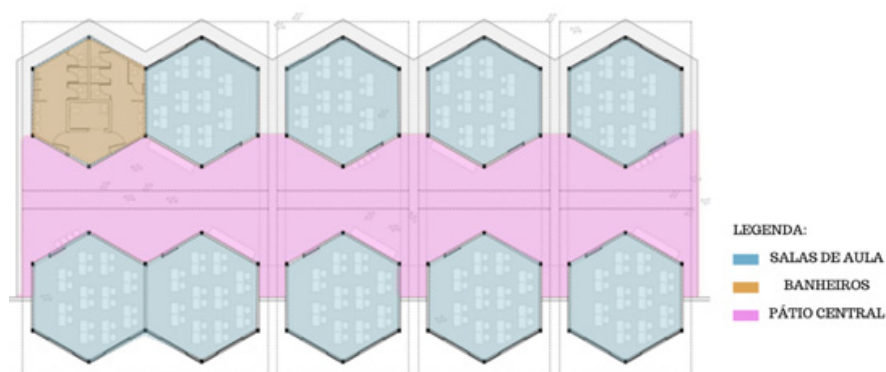


Figura 2. Planta baixa

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024. Adaptado de site Shieh, (2023)

Outro ponto importante foi a necessidade de modularidade afim de acompanhar o crescimento da escola, desse modo valorizou-se um sistema construtivo leve, com peças de madeira de lei, paredes fechadas com a técnica de taipa, visando um bom conforto térmico e telhas pré-pintadas em aço, com um núcleo de lã de rocha e uma face inferior com telha perfurada, para uma acústica apropriada para as salas de aula.

O pátio central criado com bastante iluminação natural, desempenha o papel de um espaço de convivência que se estende e se integra harmoniosamente com a natureza.



Figura 3 Imagens internas

Fonte: site Shieh, (2023)

4. ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 Localização

O terreno escolhido para implantação do projeto proposto está situado no estado do Maranhão, na cidade de São Luís, localizada no nordeste do Brasil, a uma elevação de 24 metros acima do nível do mar, com território de 583,063 km², e cerca de 1.037.775 habitantes segundo o censo IBGE 2022.

A escolha do terreno se baseou de acordo com o manual de orientações técnicas, seleção de terrenos para edificações escolares e implantação de obras (fn de 2017), a fim de garantir padrões satisfatórios foram analisados alguns fatores essenciais, dentro de um

raio de 40 metros sendo eles: a demanda exigente, as escolas existentes no local, a legislação vigente e principalmente as características físicas do entorno e sua infraestrutura.

O lote em questão está localizado no bairro Ipem São Cristóvão com aproximadamente 7.207 metros quadrados, sendo de forma retangular com 60,75 metros em sua lateral esquerda, lateral direita com 59,69 metros, 119,58 metros de frente e 118,88 de fundo.

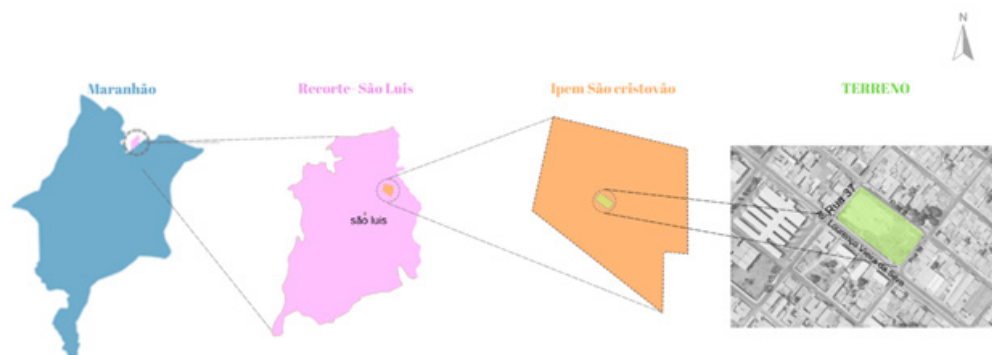


Figura 4. mapas de localização

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

4.2 Análise Morfológica

O processo inicial de desenvolvimento do projeto começa a partir da análise do mapa de uso do solo (figura 5). Dentro da área de estudo, encontra-se uma diversidade de usos, que abrangem mercados, lojas, praças, terminal de integração e uma extensa zona residencial. No entanto, com relação a instituições educacionais voltadas ao ensino infantil, foram identificadas 6 escolas, das quais apenas 3 estão em funcionamento. Não foram encontrados no caso específico, uma escola infantil especializada em alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa análise do local permite uma compreensão mais profunda das características do entorno sendo possível notar a necessidade de escolas próximas que ofereçam um ensino de qualidade e atenda a demanda de alunos neurodivergentes.

De acordo com a análise do mapa de gabarito (figura 5) que trata das alturas das edificações do entorno, observa-se que o bairro cresce de forma horizontal, com predominância de residências de um pavimento. Este padrão foi considerado como um elemento importante para o projeto, uma vez que contribui significativamente para atmosfera característica do bairro.

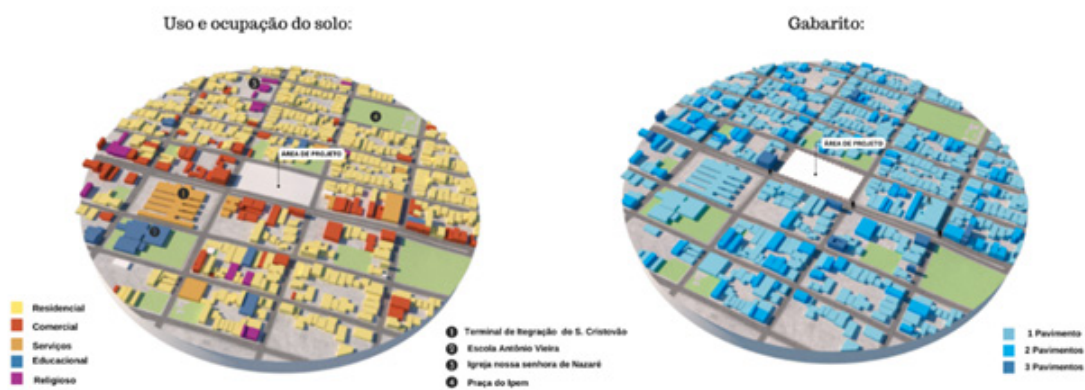


Figura 5. diagrama de uso e ocupação do solo e gabarito de altura

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

4.3 Aspectos Bioclimáticos

O estudo bioclimático integrado a análise tem como proposito examinar o comportamento das condições climáticas e ambientais em relação ao projeto, desempenhando um papel fundamental em sua concepção. Esta avaliação é essencial para compreender como os elementos climáticos e ambientais influenciam o ambiente construído, facilitando a adoção de medidas sustentáveis e eficientes durante o processo de desenvolvimento do projeto. Ao analisarmos o mapa de condicionantes (figura 6), podemos observar que, no Maranhão, os ventos predominantes sopram do Nordeste, o que, considerando a localização do terreno, corresponde à Rua Oito. Essa informação é fundamental para orientar as estratégias de design visando a ventilação natural e ao conforto térmico dentro do edifício escolar.

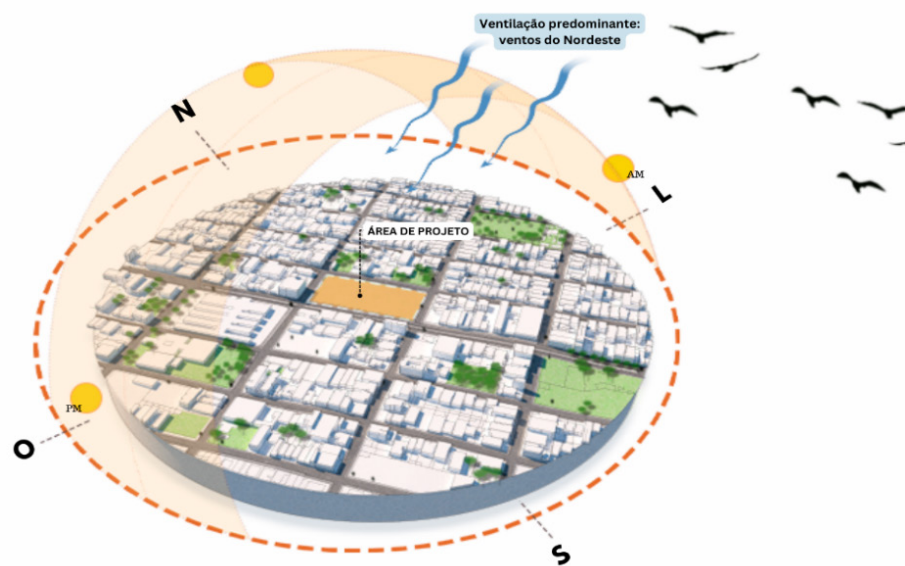


Figura 6. mapa de condicionantes bioclimáticos
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

4.4 Aspectos Legais

Considerando os aspectos legais pertinentes, de acordo com a lei nº 3.253/1992, que estabelece diretrizes para o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo em São Luis-Ma, foi viável identificar que a área em foco está situada na Zona Residencial 4 (ZR4), e se classifica no item E 1.1- que diz respeito a Educação de ensino pré-escolar o que confere a validade de implantação do projeto no referido local.

ZONA RESIDENCIAL 4		AFASTAMENTO	NUMERO DE PAVIMENTOS					
			1	2-3	4-5*	6-8**	9-12**	13-15**
ÁREA MINIMA	250,00M²	LATERAL PRINCIPAL	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
TESTADA MINIMA	10,00M	LATERAL SECUNDARIA	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
ÁREA TOTAL MAXIMA DA EDIFICAÇÃO	120%	FUNDOS	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	10,00
ÁREA LIVRE MINIMA	40%	* Com até mais de um pavimento de garagem ** com até mais de dois pavimentos de garagem						
GABARITO MÁXIMO	4							
AFASTAMENTO FRONTAL MINIMO	3							

Quadro 2. Índices urbanísticos zr4

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024. Adaptado de Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, (1992)

5. PROJETO

5.1 Conceito e Partido

O conceito adotado para o projeto deriva da integração de três elementos-chave para a criação de escolas inclusivas baseado na neuroarquitetura: flexibilidade espacial, inclusão e design biofílico. A escola será inspirada na estrutura complexa e organizada de uma colmeia de abelhas, refletindo a diversidade, onde cada criança é como uma abelha, trazendo habilidades únicas e contribuindo para o todo. Esse conceito busca criar espaços que respeitem as necessidades sensoriais e cognitivas dos alunos TEA, criando um ambiente acolhedor e estimulante para o aprendizado e desenvolvimento.

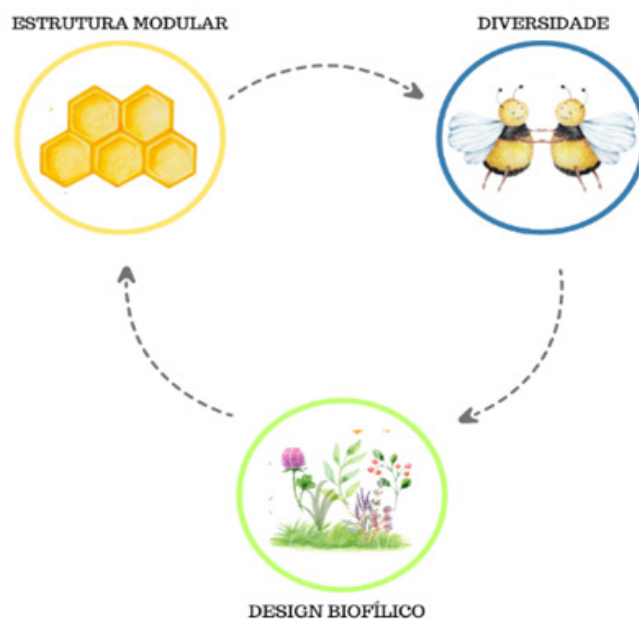


Figura 7. Diagrama do conceito projetual

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Baseado no conceito adotou-se um partido fundamentado na estrutura geométrica da colmeia, com espaços flexíveis e adaptáveis que se conectam de forma orgânica, e incluem espaços de refúgio integrados ao design para os alunos se reequilibrarem quando necessário. Esses espaços se adaptam às necessidades individuais do aluno. As salas de aula serão projetadas com flexibilidade permitindo que sejam reconfiguradas, todo o projeto será integrado com a natureza, criando-se um grande jardim central reforçando o design biofílico.

Dessa forma obtém-se uma escola que incorpora os princípios de inclusão.

5.2 Programa de necessidades

Visando atender efetivamente todas as necessidades do projeto o programa de necessidades foi elaborado considerando ambientes que oferecem suporte em diversas áreas de desenvolvimento dos usuários. Isso inclui salas de terapias, espaços de acolhimento, salas de fonoaudiologia e áreas externas para atividades sensoriais. Com setores bem definidos evitando fluxos complicados para garantir acessibilidade e funcionalidade.



Figura 8. Programa de necessidades
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

5.3 Fluxos e estudo de massas

No que diz respeito a fluxos, é importante pensar em espaços que ofereçam possibilidades de integração e interação para as crianças neurodivergentes. Sem corredores extensos, com espaços de circulação com áreas para socializar, pontos de fuga e orientações simples.



Figura 9. Fluxograma
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

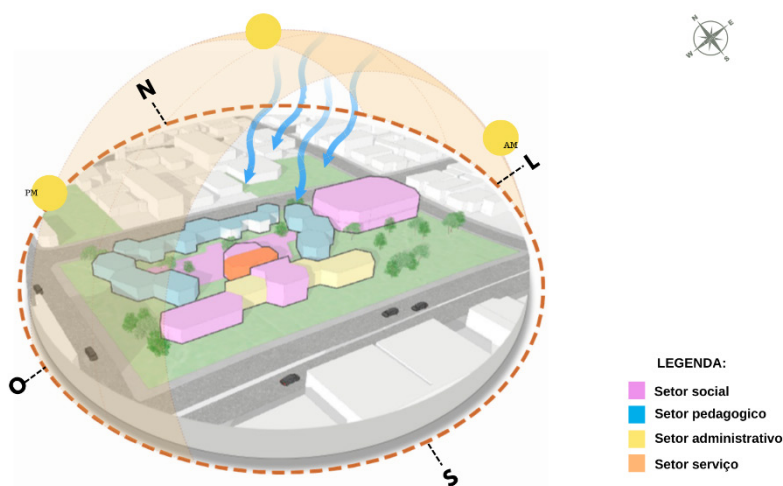


Figura 10. Estudo de massas

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

5.4 Proposta projeto inclusivo

Com base nessa abordagem, foi proposto o projeto de uma instituição de ensino especializada para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), integrando os princípios da Neuroarquitetura. Essa abordagem é essencial para desenvolver ambientes acolhedores e estimulantes para crianças neurodivergentes. Ao considerar elementos como paisagismo, cores, luz natural, mobiliário e decoração, é possível atender de forma mais eficaz às necessidades desses alunos, promovendo seu bem-estar e favorecendo seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

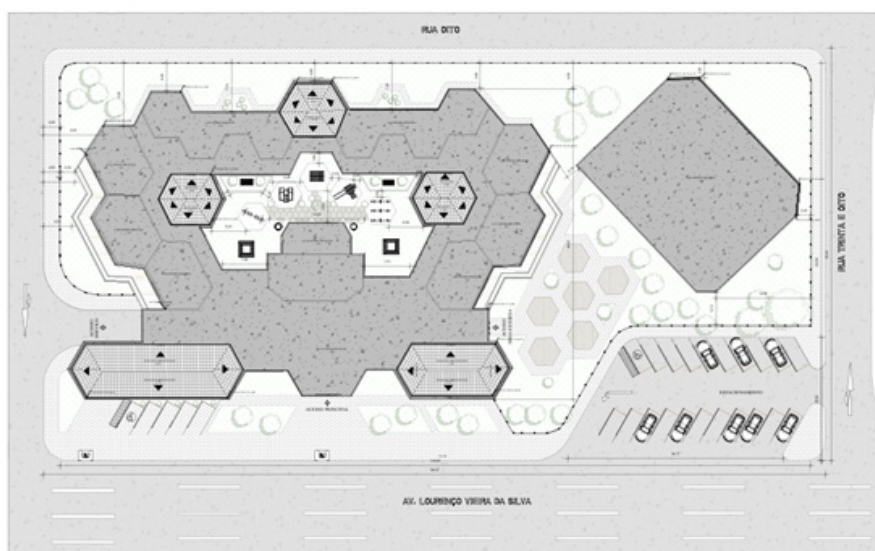


Figura 11. planta implantação e cobertura

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

A proposta visa criar um espaço que realmente respeite e valorize as particularidades

de cada criança. O Layout do projeto foi pensado para garantir flexibilidade e adaptação conforme as necessidades individuais dos alunos.

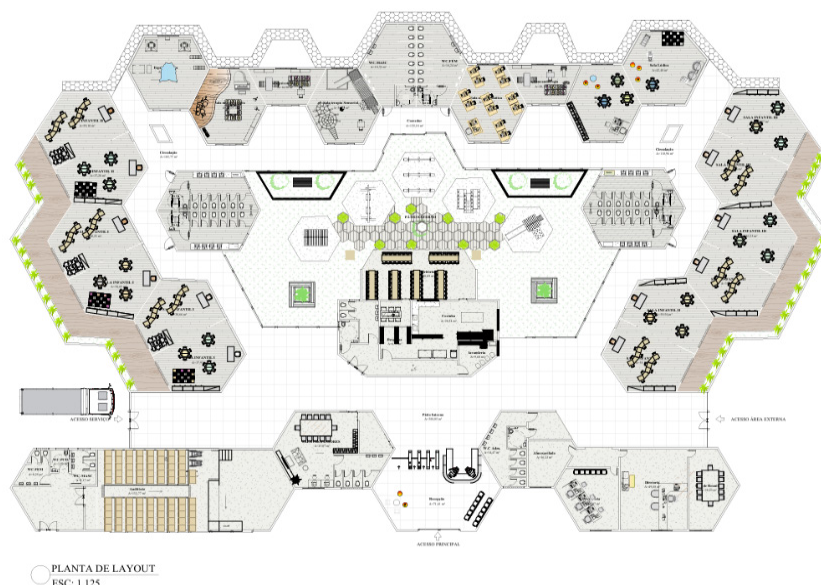


Figura 12. planta de layout

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Ao ingressar na escola, os alunos são recebidos em um ambiente amplo e iluminado naturalmente, com cores suaves nas paredes e materiais que estimulam os sentidos de forma positiva. A distribuição das salas de aula segue uma organização clara e sem excessos de estímulos visuais ou sonoros.



Figura 13. fachada Principal

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Cada ambiente é cuidadosamente projetado para oferecer diversidade sensorial, mas sempre com foco no equilíbrio e na harmonia, para evitar distrações. Elementos como plantas, quadros e outros objetos decorativos são utilizados de maneira discreta, contribuindo para a sensação de calma e bem-estar. criando uma atmosfera que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o emocional e social, respeitando as individualidades e proporcionando uma experiência educacional enriquecedora e equilibrada.



Figura 14. sala de aula e pátio externo
Fonte: Elaborados pelas autoras, 2024.



Figura 15. Área externa
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

6. CONCLUSÃO

Na conclusão deste artigo, reafirma-se que a interação entre arquitetura, neurociência e educação é essencial para criar espaços educacionais mais eficientes, inclusivos e adaptados às necessidades de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A revisão da literatura mostra que a Neuroarquitetura, que investiga o impacto do ambiente construído no funcionamento do cérebro e no bem-estar, é uma abordagem promissora para desenvolver ambientes acolhedores e estimulantes.

A aplicação de princípios neurocientíficos pode beneficiar significativamente o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses alunos, promovendo sua aprendizagem e bem-estar. Elementos como paisagismo, cores, luz natural, mobiliário ergonômico e decoração adaptada podem otimizar a experiência educacional, criando um ambiente mais inclusivo.

Destaca-se também a importância da colaboração entre profissionais de diversas áreas—arquitetos, neurocientistas, educadores e terapeutas—para projetar espaços educacionais eficazes que atendam às individualidades de cada aluno com TEA. Por fim, enfatiza-se a necessidade de mais pesquisas na área de Neuroarquitetura Educacional para

aprofundar o entendimento sobre os efeitos do ambiente físico na aprendizagem e no desenvolvimento dessas crianças educacionais cada vez mais inclusivos, acolhedores e adaptados às necessidades individuais de todos os alunos, contribuindo assim para uma educação mais eficaz e significativa para todos.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sabrina. **Neuroarquitetura - Como o cérebro é impactado, o desenvolvimento cognitivo e as interações dos profissionais através do ambiente de trabalho**. 2019.
- CAIRRÃO, Giselly Andrade de Alencar. **Conforto térmico no ambiente escolar: uma análise metacognitiva com aplicação da cortina térmica sustentável**. UFPE/CB: Recife, 2019.
- CARDEAL, Catharina Castro; VIEIRA, Larissa Ribeiro Cabral. Neurociência como meio de repensar a arquitetura: formas e contribuição para a qualidade de vida. Cadernos de Graduação. **Ciências Humanas e Sociais**. UNIT, Sergipe, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 55-70, mar. 2021.
- CRIZEL, Lorí. NEURO | ARQUITETURA | DESIGN: **Pressupostos da neurociência para a Arquitetura e a Teoria Einfühlung como proposta para práticas projetuais**. [entre 2013 e 2023]. [s.n.]
- FRÓES, Samantha Bering; DIAS, Solange Irene Smolarek. **A construção da razão: um estudo de caso sobre a neuroarquitetura aplicada as instituições de ensino brasileiras**. FAG: Cascavel, Paraná. 2020.
- KOWALTOWSKI, Doris. **Arquitetura Escolar - O projeto do ambiente de ensino** - Doris C. C. K. Kowaltowski. PDF. 2021.
- MATOSO, Marília. **Neuroarquitetura: como o seu cérebro responde aos espaços**. 31 Mai 2022.
- MENDES, Julianna. **A Organização do espaço da educação infantil: A perspectiva das crianças**. 2019.
- MIGLIANI, Audrey. **Neuroarquitetura aplicada a projetos para crianças**. 02 Jul 2021. ArchDaily Brasil.
- PAIVA, Andréa de. **Ambientes para Crianças: o que a Neuroarquitetura pode nos ensinar**. 2020
- PENNA, Fernanda. **CORES na Arquitetura e Decoração (Parte 2) | Penna Arquitetura e Urbanismo**. 2018.
- PIZZINI, Karina. **Creche construída no Brasil é a primeira do mundo com selo máximo de construção sustentável**. 2019.
- REIS, Maiara Fonseca. **Neurociência aplicada à arquitetura no espaço do ensino escolar primário**. [manuscrito] / Maiara Fonseca Reis. - 2019. 100 p.
- SANTOS, Isabel. **Neuroarquitetura aplicada para ambientes escolares do ensino fundamental**. Florianópolis -SC. 2021 ISA VITORIOSA 2021 (1).pdf.
- SILVA, Eder Donizeti da; NOGUEIRA, Adriana Dantas. A cor em edificações escolares e sua interferência no ensino aprendido. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, 17 06 2020.
- SILVA, Gabriela e col. **Avaliação dos conceitos de sustentabilidade aplicados nas fases de construção e operação de uma edificação para obtenção da certificação LEED**. 2020.
- SOUZA, Eduardo. 2020. Construindo escolas melhores: 6 maneiras de ajudar nossas crianças a aprenderem. **ArchDaily Brasil**. Tradução por Eduardo Souza.
- YE, Chiara. Jardim de Infância Montessori. **ArchDaily Brasil**. 2020.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2019..

capítulo 5

PROPOSTA DE REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO RODÃO E FEIRA DO PARQUE VITÓRIA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO

*PROPOSAL FOR THE REDEVELOPMENT OF RODÃO SQUARE AND VITÓRIA PARK FAIR
IN SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, MARANHÃO*

Richard Vieira Garcia

Cintia Maria De Aguiar Moraes

Andreia Jane Leandro Camara

Resumo

A requalificação e reabilitação urbanas, comumente aplicadas no planejamento de espaços públicos, muitas vezes encobrem questões políticas como enobrecimento e higienização. Esses processos visam revitalizar áreas para atrair pessoas e criar espaços de lazer, mas podem negligenciar aspectos de inclusão social e democracia. Em contraste, feiras e mercados públicos, com longa tradição no Brasil, desempenham um papel vital na integração cultural e econômica, conectando produtores rurais e consumidores urbanos. Elas funcionam como espaços multifuncionais e simbolizam a identidade local. Este estudo propõe a requalificação arquitetônica da Praça do Rodão e da Feira do Parque Vitória, em São José de Ribamar, Maranhão. A metodologia inclui a elaboração de um Programa de Necessidades, com base em entrevistas com feirantes e frequentadores, para identificar áreas prioritárias de intervenção, como espaços de convivência, banheiros e acessibilidade. O projeto também considera aspectos legais, análise bioclimática, fluxos de pessoas e veículos, e otimização do uso do espaço. A proposta visa transformar esses locais em ambientes mais atrativos e funcionais, promovendo segurança, conforto e organização. A integração da praça e da feira cria um espaço unificado e multifuncional que atende às necessidades de lazer, convivência e comércio, além de estimular a economia local. A requalificação prioriza a valorização da identidade cultural e a acessibilidade, com soluções que atendem às demandas da comunidade, respeitando aspectos urbanísticos, arquitetônicos e bioclimáticos.

Palavras-chave: Espaços Públicos, Feiras Livres, Integração Social, Planejamento Urbano.

Abstract

Urban requalification and rehabilitation, commonly applied in the planning of public spaces, often cover political issues such as issues such as ennoblement and sanitation. These processes aim to revitalize areas to attract people and create leisure spaces but can neglect aspects of social inclusion and democracy. In contrast, public with a long tradition in Brazil, play a vital role in cultural and economic integration, connecting rural producers and urban consumers. consumers. They function as multifunctional spaces and symbolize local identity. identity. This study proposes the architectural requalification of Praça do Rodão and the Parque Vitória Market, in São José de Ribamar, Maranhão. The methodology includes drawing up a Needs Program, based on interviews with market-goers and regulars, to identify priority areas for areas for intervention, such as communal spaces, bathroom and accessibility. O also considers legal aspects, bioclimatic analysis, flows of people and vehicles, and people and vehicles, and optimizing the use of space. The proposal aims to transform these places into more attractive and functional environments, promoting safety, comfort and organization, comfort and organization. The integration of the square and the market create a unified and multifunctional space that serves the needs of leisure, socializing and commerce, as well as stimulating the local economy. commerce, as well as stimulating the local economy. Redevelopment prioritizes cultural identity and accessibility, with solutions that take into account.

Keywords: Public Spaces, Free Markets, Social Integration, Urban Planning.

1. INTRODUÇÃO

A requalificação de espaços públicos desempenha um papel crucial na promoção de qualidade de vida, convivência social e desenvolvimento urbano sustentável. Palavras como reabilitação, regeneração, revitalização e conservação surgem em debates sobre áreas históricas ou negligenciadas, adquirindo uma função normativa em textos técnicos e acadêmicos, bem como em diretrizes globais de entidades como UNESCO e ICOMOS. Esse campo terminológico revela a dificuldade de definir um vocabulário preciso para descrever realidades urbanas diversas e complexas, refletindo as diferentes abordagens e práticas voltadas para os problemas enfrentados pelas cidades contemporâneas (Panerai et al., 2006).

A Praça do Rodão carece de áreas adequadas de lazer e recreação, o que limita seu uso como espaço de convivência e interação social para os moradores do Parque Vitória. Além disso, a falta de infraestrutura básica, como acessibilidade, impede que pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência (PCD) usufruam plenamente do local.

Já a Feira do Parque Vitória, embora seja um importante centro comercial para a comunidade, apresenta sérios desafios de organização e funcionalidade. O espaço reduzido da feira é insuficiente para comportar a grande quantidade de feirantes e consumidores, especialmente nos fins de semana, resultando em superlotação e engarrafamentos nas vias adjacentes. Outro problema crítico é o compartilhamento da via pública entre pedestres, feirantes e veículos, o que gera riscos de acidentes e dificulta a circulação. Além disso, o local sofre com problemas de higiene e mau odor, decorrentes do manejo inadequado de resíduos. A ausência de um estacionamento adequado agrava ainda mais a situação, contribuindo para o caos no trânsito e dificultando o acesso dos consumidores.

Diante desse cenário, este trabalho propõe uma requalificação integrada desses dois espaços, buscando solucionar os problemas de infraestrutura e valorizar suas funções sociais e econômicas. Para isso, será realizado um estudo aprofundado das condições atuais, considerando as demandas da população e os princípios do urbanismo sustentável, como os propostos por Lynch (1999), que defendem a criação de espaços públicos mais funcionais, acessíveis e acolhedores.

Com base nesse diagnóstico, este trabalho propõe um plano de requalificação que visa transformar a Praça do Rodão e a Feira do Parque Vitória em espaços mais organizados, acessíveis e funcionais. A requalificação da praça incluirá a implantação de áreas de lazer e recreação, como playgrounds, equipamentos de ginástica, áreas verdes e espaços para convivência. Essas intervenções visam atender às diferentes faixas etárias e promover a integração social. Na feira, as melhorias propostas incluem a organização do espaço comercial, a criação de uma área de estacionamento, a instalação de sistemas de manejo adequado de resíduos e a separação de áreas destinadas a pedestres e veículos, garantindo maior segurança e funcionalidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Espaços públicos e qualidade urbana

Os espaços públicos desempenham um papel fundamental na qualidade urbana, pois são locais de convivência, lazer e interação social, fundamentais para o bem-estar das populações. Eles são elementos essenciais na formação da identidade de uma cidade, sendo responsáveis por promover acessibilidade, segurança e inclusão. A qualidade desses es-



paços influencia diretamente na mobilidade urbana, no desenvolvimento econômico local e na saúde pública, oferecendo à comunidade oportunidades de socialização e recreação. Portanto, a requalificação de praças e feiras urbanas é uma estratégia vital para melhorar a infraestrutura urbana e garantir que esses locais atendam de forma eficaz às necessidades da população, promovendo uma cidade mais humana, funcional e sustentável.

De acordo com Jan Gehl (2013), os espaços públicos devem priorizar o uso humano, proporcionando ambientes confortáveis, acessíveis e seguros. Gehl argumenta que praças e feiras desempenham um papel fundamental na interação social e no fortalecimento da identidade comunitária. Para isso, é necessário criar ambientes convidativos, que atendam às diferentes faixas etárias e promovam atividades diversificadas. A aplicação dessas ideias é essencial para a requalificação da Praça do Rodão, com a inclusão de áreas de lazer e recreação, e da Feira do Parque Vitória, com melhorias que favoreçam a acessibilidade e a funcionalidade do espaço.

A prática de feiras e mercados remonta a tempos anteriores à era cristã, as primeiras configurações urbanas de mercados ao ar livre ou cobertos já estavam estabelecidas em torno de 2000 a.C. Na tradição judaico-cristã, também há referências ao comércio nesses espaços, como narrado na Bíblia, onde Jesus encontra negociantes e cambistas no templo em Jerusalém. No Brasil, registros de atividades de feira surgem no período pré-colonial, quando ocorriam trocas entre nativos. Com a chegada dos europeus, a prática se institucionaliza, especialmente a partir de 1548, quando o rei Dom João III ordenou que se estabelecessem feiras semanais nas vilas (Almeida; Pena, 2011).

O Parque Estadual Capivari, em Campos do Jordão, São Paulo, oferece um exemplo interessante de como espaços urbanos podem integrar áreas de lazer e sustentabilidade. O Parque representa um elemento único e importante na região do Capivari. Nesse contexto, a revitalização desse espaço público, integrado ao bairro, favorece as transformações necessárias para o desenvolvimento local. O projeto foi pensado para atrair diferentes perfis de público, oferecendo novos atrativos, ao mesmo tempo em que renovou a oferta comercial, trazendo novos conceitos e produtos que ressaltam a identidade e a produção local (Natureza Urbana, 2018).

3. METODOLOGIA

Este estudo apresenta uma proposta de requalificação arquitetônica para a Praça do Rodão e a Feira do Parque Vitória, localizados em São José de Ribamar, no estado do Maranhão. A metodologia adotada é estruturada em etapas de estudo e análise que abarcam aspectos arquitetônicos e urbanísticos, essenciais para a criação de um espaço público funcional, inclusivo e sustentável. Primeiramente, foi desenvolvido um Programa de Necessidades, baseado em uma pesquisa detalhada das demandas e expectativas da comunidade local e dos usuários do espaço. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas aos feirantes, frequentadores e representantes da comunidade, permitindo um levantamento abrangente das funções e usos desejados para o local.

Ao avaliar as condições da infraestrutura da praça e feira (Figura 01), foi levantada a seguinte questão sobre o estado da estrutura. Dos respondentes, 56,8% afirmaram que a condição do mercado é considerada péssima, 38,6% classificaram como regular, e 4,5% dos usuários consideraram a situação boa.

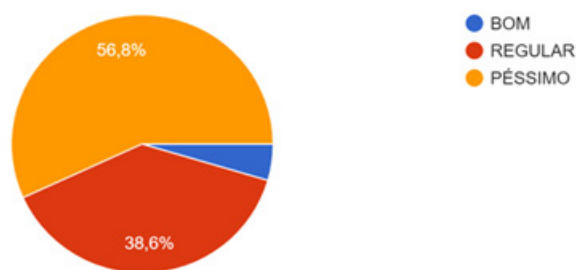


Figura 01. Condições da infraestrutura

Fonte: Autores (2024)

Com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados na área da feira (Figura 02), 57,6% dos respondentes afirmaram que o mercado não atende às suas necessidades, enquanto 42,4% consideraram que o mercado atende às suas expectativas.

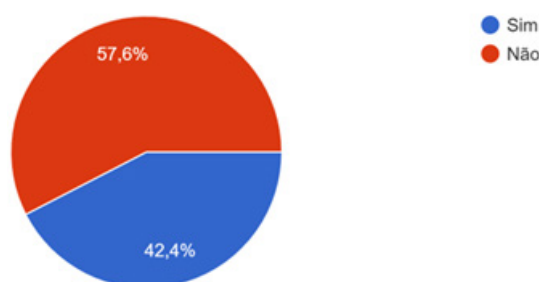


Figura 02. Qualidade dos serviços

Fonte: Autores (2024)

Esses dados, coletados e analisados de forma qualitativa e quantitativa, servem como base para identificar áreas prioritárias de intervenção, como espaços de convivência, áreas de venda, banheiros, acessos e circulação. As informações obtidas norteiam o desenvolvimento do estudo, orientando as decisões de planejamento e a definição das áreas e elementos necessários para aprimorar a qualidade do ambiente. Esse processo de investigação permite alinhar o projeto às necessidades reais dos usuários, conferindo maior relevância e aplicabilidade à proposta de requalificação.

As Condicionantes Legais foram analisadas com base nas normas e regulamentações urbanísticas e ambientais que regem o uso do espaço, incluindo diretrizes do Plano Diretor do Município, código de obras, legislação ambiental, e normas de acessibilidade, garantindo a conformidade do projeto com os padrões estabelecidos, respeitando a legislação local. A análise bioclimática buscou compreender as características climáticas da região específica do estudo, como a orientação solar, direção dos ventos, e índices de umidade e temperatura. Esses fatores são considerados no desenvolvimento de soluções que promovam o conforto térmico e a sustentabilidade, como o uso de vegetação para sombreamento e a disposição estratégica de áreas ventiladas.

O estudo de fluxos foi realizado a partir de um mapeamento detalhado da movimentação de pessoas e veículos na área, identificando os principais pontos de acesso, zonas de maior circulação e cruzamentos, análise essencial para compreender as dinâmicas de circulação e possibilitar o planejamento de um fluxo interno mais eficiente, evitando congestionamentos e facilitando o acesso dos usuários. No estudo de massas, foram avaliadas as massas construídas e vegetais, considerando o impacto visual e a escala das edificações em relação ao entorno, visando uma integração estética e harmônica com a paisagem. Já o estudo de manchas permitiu mapear as zonas de uso e ocupação dentro da praça e

feira, identificando áreas destinadas a diferentes funções, como convivência, alimentação, circulação, comércio e lazer.

Foram desenvolvidos o partido arquitetônico e o conceito que orientou a proposta de requalificação, refletindo a identidade cultural e as características regionais, valorizando elementos locais e promovendo um espaço que seja ao mesmo tempo funcional e esteticamente atrativo. O partido arquitetônico guiou as decisões de *layout*, materiais, e acabamentos, resultando em uma proposta contemporânea e respeitosa com o contexto social e ambiental.

Foi elaborada uma planta baixa detalhada que contempla as paredes internas, destacando o espaço a ser construído e sua integração com o terreno. A planta apresenta de forma precisa os recuos e afastamentos obrigatórios, além de evidenciar as áreas livres e construídas. Os fluxos internos e externos foram planejados para garantir uma circulação funcional e segura, com acessos bem definidos para pedestres e veículos.

3.1 Área de estudo

O Parque Vitória, é um bairro localizado no município de São José de Ribamar, integra a Região Metropolitana de São Luís, no Maranhão. Criado inicialmente como um complexo habitacional em 1991.

O crescimento do bairro também incentivou o surgimento de pequenos comércios e de uma feira que atende a comunidade local (Figura 3), ampliando as opções de produtos e serviços na região. No entanto, apesar das melhorias, a falta de segurança ainda se destaca como um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores do Parque Vitória hoje. O estudo revelou diversos outros problemas que comprometem a experiência dos consumidores e as condições de trabalho dos feirantes. Em relação à infraestrutura, observou-se que a estrutura física do local carece de manutenção adequada, com bancas desgastadas, pavimentação irregular e cobertura incompleta. O espaço de 4536,86 m², não dispõe de áreas de carga e descarga bem definidas, o que faz com que veículos de fornecedores ocupem áreas de circulação, criando congestionamentos e aumentando o risco de acidentes.



Figura 03. Feira do Parque Vitória

Fonte: Google Maps (2024)

Outro ponto crítico é a ausência de instalações adequadas para coleta e descarte de resíduos, o que gera acúmulo de lixo e atrai pragas, além de produzir odores indesejáveis.

O estudo também evidenciou a falta de proteção contra intempéries, como sol e chuva, em grande parte da feira, expondo os trabalhadores e os visitantes às variações climáticas e tornando o ambiente desconfortável em dias de muito calor ou chuva. A iluminação insuficiente representa um risco adicional, especialmente em horários de menor visibilidade, como o início e o fim do expediente, o que intensifica a sensação de insegurança no local.

Outro problema identificado foi a falta de organização na disposição das barracas, o que dificulta o fluxo de pessoas e dificulta o acesso aos diferentes setores da feira. A falta de banheiros públicos e áreas de descanso limita o conforto e o bem-estar dos frequentadores e dos próprios feirantes, que passam longas horas no local sem acesso a facilidades básicas. Esses problemas indicam a necessidade urgente de uma requalificação que priorize segurança, organização e conforto. Melhorias como a implementação de uma infraestrutura adequada para saneamento, áreas sombreadas, iluminação reforçada e uma reorganização espacial das barracas poderiam transformar a feira em um espaço mais funcional e atrativo para a comunidade.

O estudo também se debruçou sobre a problemática da praça situada próxima à feira, a praça do Rodão (Figura 4), uma área de 1880,86 m², de formato circular que ocupa o centro de uma avenida principal do Parque Vitória. Atualmente, esse espaço encontra-se em estado de abandono, apresentando infraestrutura degradada e pouco atrativa para os moradores. Sem manutenção adequada e desprovida de áreas sombreadas, e iluminação, a praça não cumpre sua função social de ponto de encontro, convivência e lazer. Em vez disso, o espaço está subutilizado, o que contribui para a insegurança no local e desencoraja o uso da praça pela comunidade.



Figura 04. Praça do Rodão

Fonte: Google Maps (2024)

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo está fundamentada na necessidade de revitalizar áreas urbanas, especialmente espaços públicos que desempenham um papel primordial no convívio social e na qualidade de vida dos moradores. A praça e a feira são locais de encontro, lazer e comércio que, quando adequadamente estruturados, promovem a interação comunitária, incentivam o uso do espaço público e fortalecem a economia local.

No entanto, muitas dessas áreas carecem de infraestrutura adequada, segurança e elementos de conforto ambiental, o que limita seu potencial e a frequência de uso pela população. Com o desenvolvimento deste estudo, busca-se criar uma proposta de requalificação que responda a essas demandas, transformando esses locais em um ambiente atrativo, funcional e acessível para todas as faixas etárias. A requalificação contribuirá para

a melhoria do ambiente urbano, fortalecendo a identidade local e proporcionando um espaço de convivência mais seguro e acolhedor para os habitantes.

3.2 Proposta de requalificação arquitetônica

A proposta de requalificação busca transformar a os dois ambientes da área de estudo, em um espaço unificado e multifuncional, que atenderá às necessidades de lazer, convivência social e comércio dos moradores e frequentadores da área. Com uma abordagem integrada, o projeto foi planejado para criar um ambiente seguro e atrativo, ideal para todas as idades, promovendo atividades de lazer e incentivando a economia local.

A implementação desse projeto no futuro trará inúmeros benefícios para a comunidade. A integração da praça e da feira transformará o local em um verdadeiro ponto de encontro e socialização, reforçando laços comunitários e impulsionando a economia local. A segurança, o conforto e a estética aprimorada farão do espaço um atrativo tanto para os moradores quanto para visitantes, revitalizando a região e promovendo o bem-estar da população.

3.3 Programa de necessidades e pré dimensionamento

Para identificar as principais queixas e necessidades, foi desenvolvido um questionário com perguntas direcionadas aos feirantes e moradores buscaram compreender as condições atuais da feira e identificar aspectos que podem ser aprimorados para atender melhor às necessidades dos usuários. Os feirantes foram questionados sobre os desafios enfrentados em suas atividades, a organização dos espaços de venda, a infraestrutura disponível, e as possíveis melhorias que facilitariam seu trabalho e atrairiam mais clientes. Já os moradores e frequentadores compartilharam suas percepções sobre o conforto, a limpeza, a acessibilidade e a segurança do espaço, além de sugerirem serviços ou funcionalidades que consideram indispensáveis, como áreas de convivência e sanitários adequados.

Ambos os grupos foram questionados sobre o impacto da feira na comunidade e possíveis ajustes para fortalecer a interação e a funcionalidade do local. Essas perguntas visaram criar um panorama detalhado das necessidades e expectativas, contribuindo para o desenvolvimento de um projeto alinhado à realidade local. Com a sumarização das respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos feirantes e frequentadores da feira, foi elaborado um Programa de Necessidades (Tabela 1) que reflete as demandas identificadas e orienta as intervenções necessárias para a requalificação do espaço.

Esse programa organiza os ambientes em setores que abrangem diferentes funcionalidades essenciais para o local, além das quantidades, usuários fixos e variáveis, área por unidade e total. No setor público, foram previstos espaços como áreas de vivência, praça de alimentação, estacionamento e banheiros. O setor administrativo inclui administração e sala de monitoramento. No setor de serviço, contemplam-se áreas para carga e descarga, pesagem e triagem, depósito de lixo, abrigo de gás e sala de controle. O setor comercial foi planejado com boxes especializados para peixes, carnes, aves, verduras, legumes, frutas, cereais, lanchonetes, restaurantes e artesanato. Por fim, o programa também propõe um espaço dedicado ao esporte e lazer, com palco aberto, quadra poliesportiva, *playground*, academia ao ar livre e um *petplace*, buscando atender de forma integral às necessidades da comunidade e dos usuários do espaço.

PROGRAMA DE NECESSIDADES						
	AMBIENTES	QUANT.	USUÁRIOS FIXOS	USUÁRIOS VARIÁVEIS	ÁREA UNIDADE (m²)	ÁREA TOTAL (m²)
SETOR PÚBLICO	ESPAÇO PARA VIVÊNCIA	1	0			1
	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	1	0			-
	ESTACIONAMENTO	23	23	23	12,5	312,00
	WC. MASCULINO	1	0	6	11,02	11,02
	WC FEMININO	1	0	3	11,02	11,02
	WC. P.C.D UNISEX		0	1	3,96	3,96
	D.M.I.	1	0	2	3,15	3,15
SETOR ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO	1	3	3	5,90	5,90
	SALA DE MONITORAMENTO	1	3	3	4,80	4,80
SETOR DE SERVIÇO	CARGA E DESCARGA	1	4	7	87,70	87,70
	PESAGEM E TRIAGEM	1	2	4	10,82	10,82
	DEPÓSITO DE LIXO	2	0	0	5,50	11,00
	ABRIGO DE GAS	1	0	1	5,20	5,20
	SALA DE CONTROLE				6,24	6,24
SETOR COMERCIAL	BOX PARA PEIXES	4	2	2	6,76	27,04
	BOX PARA CARNES	4	2	2	6,76	27,04
	BOX PARA AVES	6	2	2	6,76	40,56
	BOX PARA VERDURAS E LEGUMES E FRUTAS	8	2	2	3,70	29,60
	LANCHONETE	2	2	2	6,76	13,52
	CEREAIS	2	2	5	6,76	13,52
	RESTAURANTES	8	3	3	16,52	132,16
	ARTESANATO	3	2	2	6,76	20,28
ESPORTE E LAZER	PALCO ABERTO	2	500	500	550,00	550,00
	QUADRA POLIESPORTIVA	1	20	25	540,00	540,00
	PLAY GROUND	1	8	10	60,42	60,42
	ACADEMIA AO AR LIVRE	1	8	8	30,00	30,00
	PETPLACE	1	8	10	80,65	80,65
	TOTAL	176				2037,60m²

Tabela 1. Programa de Necessidades

Fonte: Autores (2024)

3.4 Condicionantes legais

As condicionantes legais são diretrizes indispensáveis para o desenvolvimento de projetos que atendam às normas vigentes e assegurem segurança, funcionalidade, sustentabilidade e integração com o contexto urbano e ambiental. Englobam um conjunto de leis, regulamentos, normas técnicas e resoluções que regulamentam a ocupação e uso do solo, estabelecendo critérios para edificações. O projeto de requalificação da feira e praça do Rodão, é desenvolvido em conformidade com o Plano Diretor de São José de Ribamar (Lei nº 645, de 10 de outubro de 2006) conforme a tabela 2, garantindo a adequação às diretrizes urbanísticas locais. O projeto obedecerá à NBR 9050, assegurando acessibilidade universal no edifício, e à Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004, que regula boas práticas para serviços de alimentação. Essa abordagem integrada promove um espaço funcional, seguro e acessível para todos os usuários, respeitando as normas e atendendo às demandas da comunidade.

SIGLA	ZONA	Área Mínima do Lote (m²)	Testada Mínima (m)	ATME (%)	ALML (%)	Afast. Frontal (m)	Gabarito Máximo (unid.)
ZC	Zona Central	525	15	140	30	03	02
ZR 1	Zona Residencial 1	800	15	180	40	03	03
ZR 2	Zona Residencial 2	1.000	20	360	40	06	06
ZR 3	Zona Residencial 3	800	20	180	40	05	03
ZR 4	Zona Residencial 4	1.000	20	180	40	05	03
ZR 5	Zona Residencial 5	525	15	120	40	05	02

Tabela 2. Uso e ocupação do solo

Fonte: Lei Nº 645 (2006)



Levando em consideração a NBR 9050, o projeto estabelece diretrizes claras de acessibilidade, integrando a norma vigente ao partido arquitetônico. O objetivo é garantir segurança, conforto e autonomia às pessoas que utilizam a feira. As dimensões dos vãos de portas e a quantidade de vagas de estacionamento são projetadas em conformidade com os requisitos estabelecidos pela norma, assegurando funcionalidade e inclusão. Adicionalmente, por se tratar de um polo gerador de tráfego, uma edificação de alto fluxo, foi necessária a consulta à norma específica sobre polos geradores de tráfego, regulamentada pelo DENATRAN, considerando a legislação vigente no Distrito Federal. Essa abordagem assegura que o projeto atenda às demandas de mobilidade e acessibilidade de forma eficiente e integrada.

3.5 Estudo bioclimático e manchas

O estudo bioclimático, representado na Figura 05, foi desenvolvido por meio de uma análise detalhada das condições ambientais que influenciam a edificação existente. A investigação forneceu dados sobre a incidência solar e os padrões de ventilação natural na área. Esses fatores permitem identificar estratégias para maximizar o conforto térmico, a eficiência energética e a adequação ao clima local. A análise solar possibilitou a compreensão de áreas de maior exposição, auxiliando no posicionamento adequado de aberturas, sombreamento e elementos arquitetônicos que minimizem o ganho de calor.

Por sua vez, o estudo da ventilação mapeou os fluxos predominantes de vento, oferecendo subsídios para otimizar a circulação de ar nos ambientes, melhorando a qualidade interna e reduzindo a dependência de sistemas artificiais de climatização. Este trabalho integrado garante que a proposta seja funcional, sustentável e adequada às condições climáticas da região.

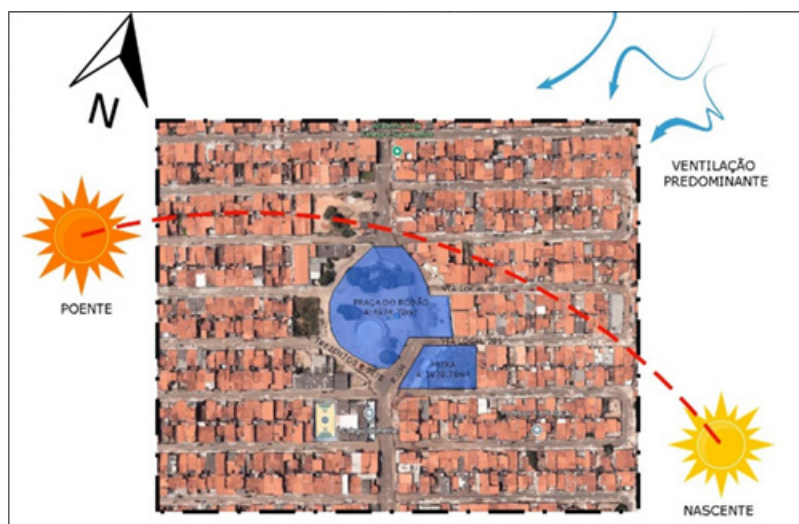


Figura 05. Estudo bioclimático e manchas da feira e praça do rodão

Fonte: Autores (2024)

3.6 Estudo de fluxos da feira

O fluxograma representado na Figura 06 organiza o espaço em três setores distintos, identificados por cores que facilitam a compreensão de suas funções e interações. O setor em vermelho corresponde à área de uso social ou público, destinada ao atendimento e

convivência dos usuários. Já o setor azul ciano é descrito como o núcleo central do fluxo, funcionando como o ponto de partida para as ramificações que conectam os demais setores, promovendo a integração entre as áreas. Em verde, encontra-se o setor de serviço, que abriga as operações relacionadas ao fornecimento e descarte de insumos, desempenhando um papel logístico fundamental para o funcionamento do espaço. Por fim, o setor em amarelo representa o centro administrativo, onde são realizadas as atividades de gestão e coordenação do prédio. As setas em azul-marinho indicam os serviços oferecidos pelo mercado e evidenciam as conexões e fluxos operacionais entre os setores, assegurando uma organização funcional e eficiente.

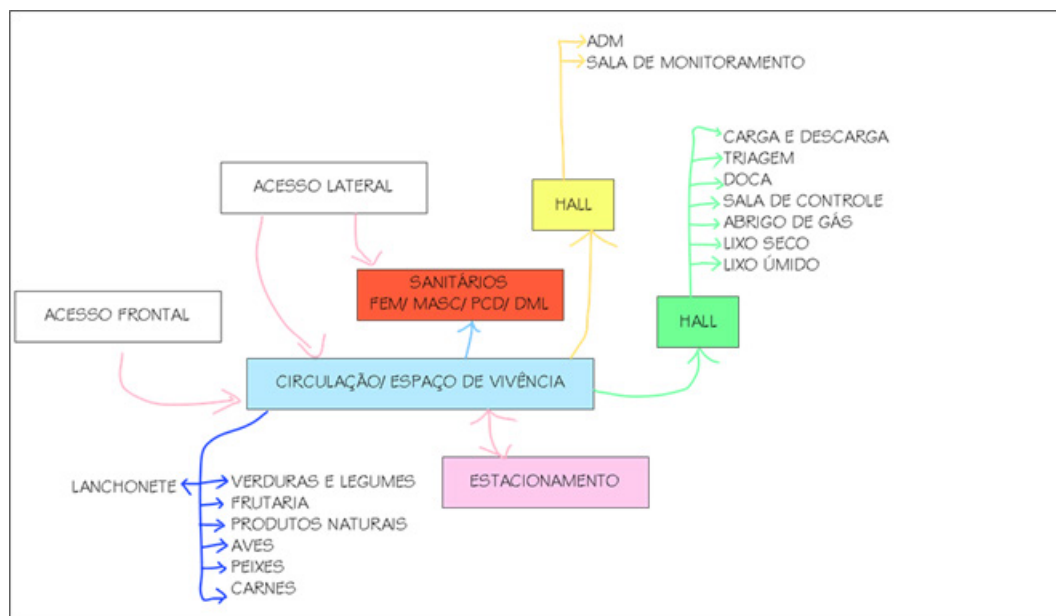


Figura 06. Fluxograma Feira

Fonte: Autores (2024)

3.7 Estudo de massas

O plano de massas, representado na Figura 07, consiste em um estudo preliminar da volumetria do projeto. Ele apresenta a organização espacial e a disposição dos volumes de forma simplificada, utilizando formas básicas e desprovidas de cores. Essa abordagem inicial permite visualizar, de maneira objetiva, a configuração geral da proposta, possibilitando ajustes e análises antes do desenvolvimento detalhado do projeto.

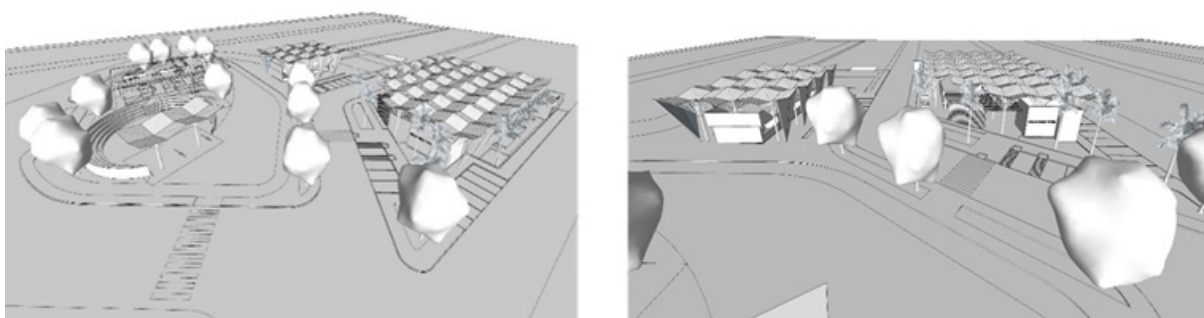


Figura 07. Estudo de massas

Fonte: Autores (2024)

4. RESULTADOS

4.1 Partido arquitetônico e conceito

O projeto proposto adota um partido arquitetônico fundamentado nos referenciais projetuais previamente mencionados, destacando uma arquitetura de traços lineares e retos, aliada a uma preocupação com o conforto ambiental interno. O conceito central está intimamente relacionado aos princípios da arquitetura bioclimática, buscando integrar a edificação ao contexto natural por meio do uso eficiente de recursos como ventilação e iluminação natural, privilegiando a entrada de luz difusa. As estruturas desempenham um papel essencial no conceito da proposta, com destaque para o uso de madeira nas fachadas. Esse material não apenas contribui para uma estética agradável e harmônica, mas também potencializa a funcionalidade da edificação ao dialogar com os recursos naturais, reforçando a sustentabilidade e a eficiência ambiental do projeto.

4.2 Projeto

4.2.1 Implantação: Feira e Praça

O projeto propõe diferentes formas de uso, planejadas para atender às necessidades específicas dos usuários da região. Para facilitar a compreensão, o espaço foi organizado em setores distintos, cada um voltado para atividades específicas como lazer ativo, recreação, esporte e comércio. Na Figura 08, é possível visualizar a área construída da lanchonete e feira separadas, e vagas de estacionamento para atender a demanda local.

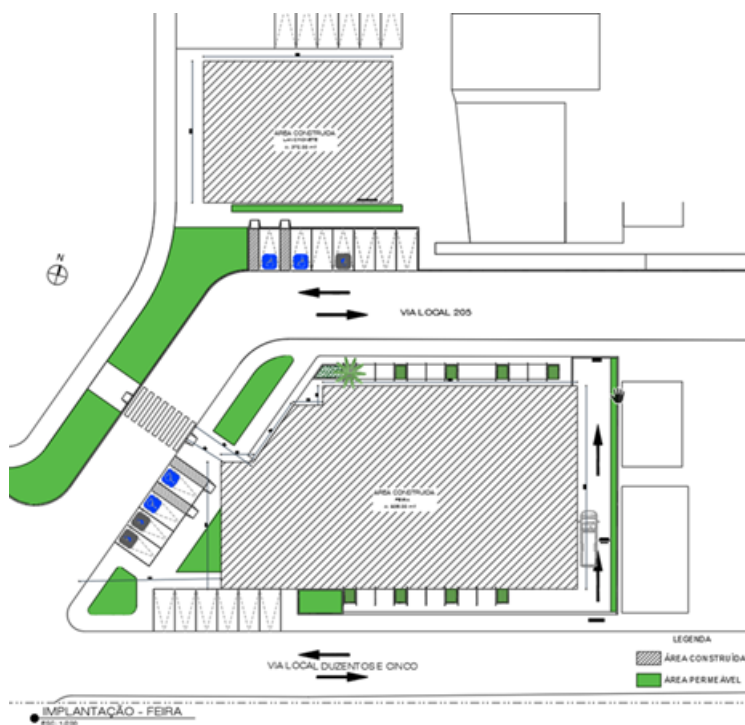


Figura 08. Implantação

Fonte: Autores (2024)

Os ambientes foram separados de acordo com os setores e seus respectivos usos, proporcionando uma organização clara e eficiente. A Figura 09, mostra a planta baixa da lanchonete que comporta oito quiosques.

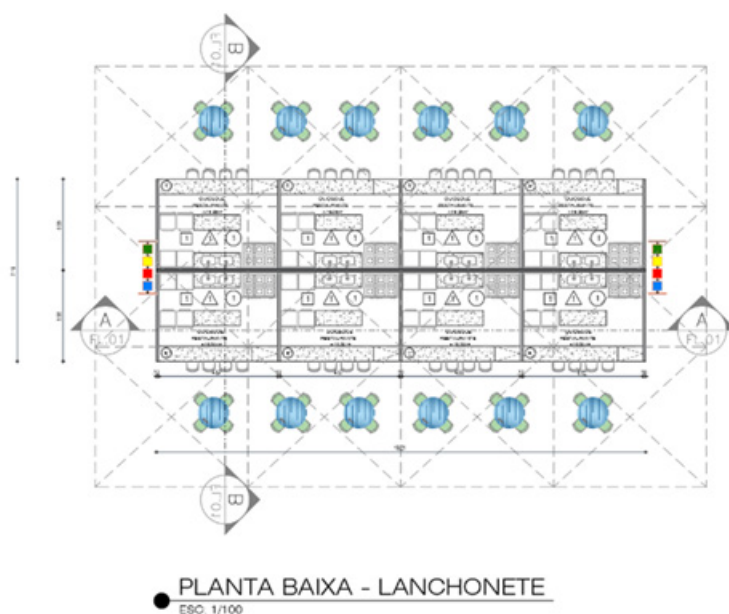


Figura 09. Planta baixa 01

Fonte: Autores (2024)

Na Figura 10, temos a planta baixa da feira separada por boxes de verduras e legumes, açougue, aves, peixes, lanchonetes, banheiros, área de vivência e setores de serviços como área de carga e descarga, doca e setor administrativo.



Figura 10. Planta baixa 02

Fonte: Autores (2024)

A proposta da praça (Figura 11), inclui uma ciclovvia ao longo de todo o perímetro da praça e arborização, além de equipamentos como quadra poliesportiva, academia ao ar livre, *petplace* e *playground*, promovendo opções de lazer e atividade física para diferentes públicos. Também foram previstos espaços que atendem aos critérios de inclusão e acessibilidade, em conformidade com a norma NBR 9050. Por fim, foram planejadas vias de fácil acesso, permitindo a integração harmoniosa entre todas as áreas do projeto.



Figura 11. Planta Geral

Fonte: Autores (2024)

Para as estruturas externas, foram aplicadas madeira ripada na região da platibanda da lanchonete (Figura 12), textura cimentícia nas paredes, cobertura com fechamento metálico revestido com tecido da linha *stobag*. A fachada da feira (Figura 13), segue os mesmos materiais como a madeira ripada no bloco frontal, o uso de pergolado amadeirada na área de convivência, cobertura em estrutura metálica com tubo de coleta central.

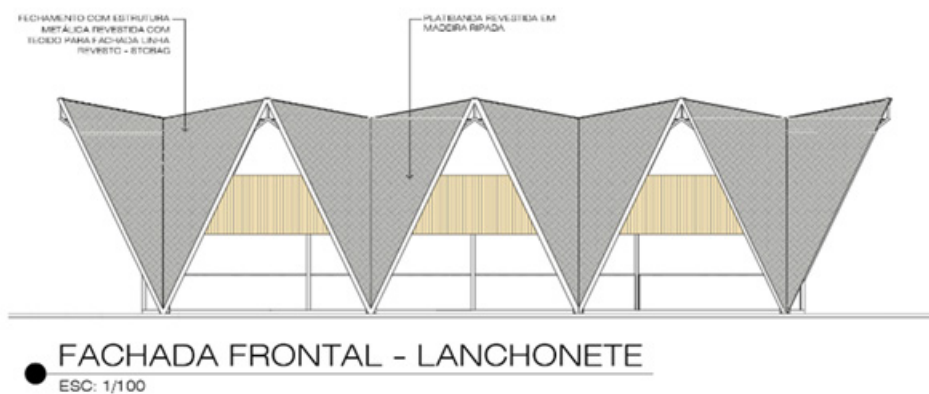


Figura 12. Fachada 1

Fonte: Autores (2024)

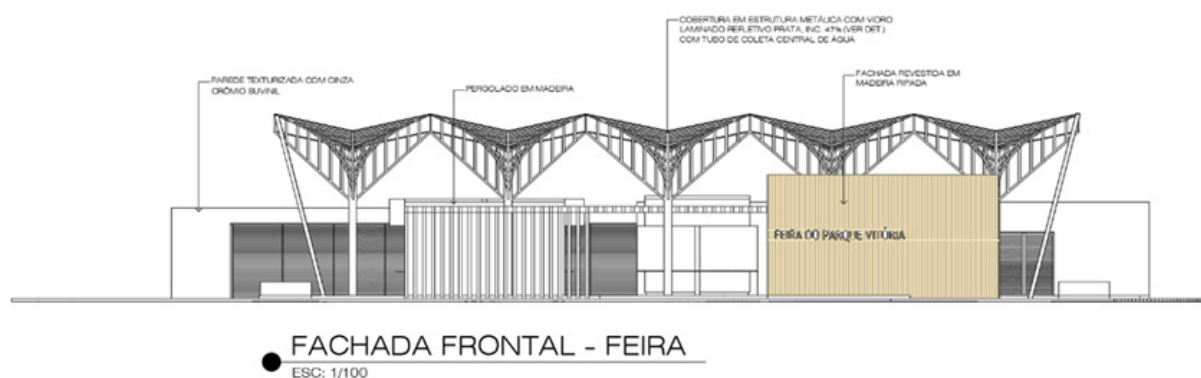


Figura 13. Fachada 2

Fonte: Autores (2024)

As perspectivas abaixo ilustram todo conceito do projeto, trazendo materiais atemporais e resistentes como a madeira, concreto aparente, e a vegetação como ponto importante. A cobertura da feira (Figura 14), entra como elemento de destaque, trazendo leveza, modernidade, além de eficiência energética para edificação como ventilação cruzada e iluminação natural.



Figura 14. Feira do Parque Vitória

Fonte: Autores (2024)

A requalificação da Praça do Rodão (Figura 15), manteve parte de sua vegetação existente, complementada com árvores frutíferas e que geram sombras para os ambientes, gerando conforto térmico de longa duração, aumentando o bem estar, saúde e lazer.

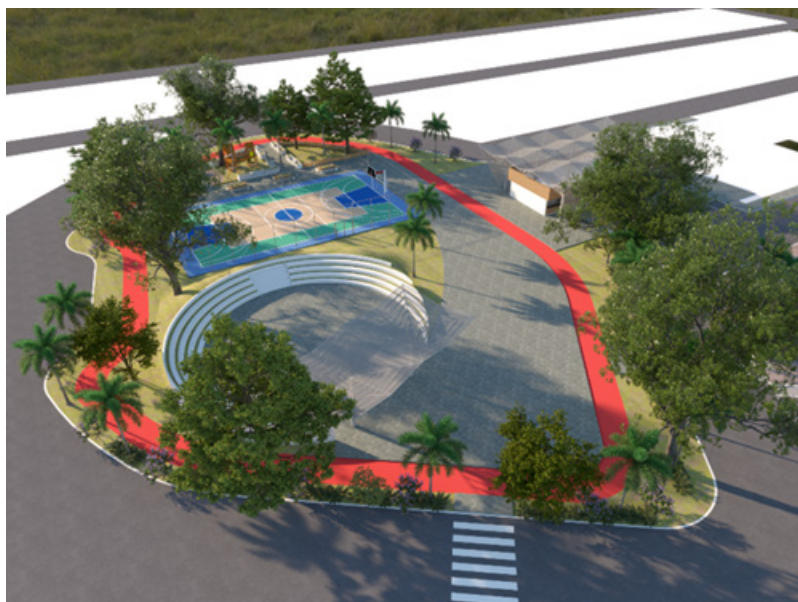


Figura 15. Praça do Rodão

Fonte: Autores (2024)

5. CONCLUSÃO

Com a proposta de requalificação arquitetônica para a Praça do Rodão e a Feira do Parque Vitória, em São José de Ribamar, foi possível evidenciar o potencial transformador da requalificação de espaços públicos, destacando a importância de projetos que conciliem, acessibilidade e valorização da identidade cultural local.

A redistribuição de espaços de comércio, convivência e serviços promoveu a otimização dos fluxos internos e externos, melhorando a funcionalidade e segurança do local. A integração da praça e da feira como um espaço multifuncional reforça os laços comunitários, incentiva a economia local e eleva a qualidade de vida da população. A implementação dessa iniciativa contribuirá para o fortalecimento da interação comunitária, criação de um ambiente mais acolhedor e revitalização da região.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinícius M. (Org.) Urbanidades. Rio de Janeiro: **Folio Digital – Letra e Imagem**, 2012.
- ALMEIDA, Mirella Dias; PENA, Paulo Gilvane Lopes . Feira livre e risco de contaminação alimentar: estudo de abordagem etnográfica em Santo Amaro, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 35, n. 1, 2011.
- CARVALHO, T. **Feiras livres da agricultura familiar**. 2016.
- GEHL, J. Cidade Para Pessoas. 2. ed. São Paulo: **Perspectiva**, 2013.
- JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. 2. ed. São Paulo: **Editora WMF Martins Fontes**, 2009.
- LIMA, T.; CÂMARA, T. **Importância cultural da feira livre para a população do município de Parnamirim/RN**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte IFRN, 2010.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MENDES, Camila, Faccioni. **Paisagem urbana: Uma mídia redescoberta**. São Paulo: SENAC. 2007.
- NORA, F. D.; DUTRA, M. R. P. Etnografando feiras livres em praças de Santa Maria-RS: as feiras ecológicas da Praça Saturnino de Brito e da Praça Saldanha Marinho. In: **Somos todas mulheres iguais! Estudo antropológico sobre feira, gênero e campesinato** (E-book) - São Leopoldo: Oikos, 2015.

PANERAI, Philippe et al. *Análise Urbana*. Tradução de Francisco Leitão; revisão técnica de Sylvia Ficher. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. 81Paisagem Ambiente: ensaios - n. 24 - São Paulo - p. 81 - 88 - 2007SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS: construindo um referencial teórico. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n. 24, p. 81-88, 2007.

SERVILHA, Mateus de Moraes; DOULA, Sheila Maria. O mercado como um lugar social: as contribuições de Braudel e Geertz para o estudo socioespacial de mercados municipais e feiras. **Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 11, n. 13, p. 123- 142, jan. 2019.

SILVA, Andrea da. **Sustentabilidade em empreendimentos de feiras livres**. 2017.

VARGAS, Heliana C. & CASTINHO, Ana Luis H. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos Estratégias e Resultados**. São Paulo: Manole. 2006.



capítulo 6

CENTRO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - MA

CULTURAL CENTER IN THE MUNICIPALITY OF SÃO BENTO - MA

Adryelle Amorim Cutrim

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Andréia Mesquita Santos Marques

Resumo

Este trabalho propõe o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um Centro Cultural no município de São Bento, Maranhão, visando preservar, promover e celebrar as práticas culturais locais. São Bento é amplamente reconhecido por sua herança cultural rica, manifestada no Tambor de Crioula, nas Festas Juninas e no artesanato em palha de coco babaçu. Essas expressões culturais não apenas são essenciais para a identidade da comunidade, como também desempenham um papel vital na coesão social e no desenvolvimento econômico da região. O Centro Cultural proposto será um ponto de encontro para a comunidade, proporcionando um espaço onde tradições podem ser celebradas e transmitidas para as futuras gerações, além de gerar oportunidades educacionais e econômicas. Através de uma arquitetura que valorize as práticas culturais locais, o centro será um polo inclusivo, fortalecendo os laços comunitários e promovendo o desenvolvimento social e cultural de São Bento.

Palavras-chave: Centro Cultural, São Bento-MA, Artesanato.

Abstract

This work proposes the development of an architectural project for a Cultural Center in the municipality of São Bento, Maranhão, aiming to preserve, promote and celebrate local cultural practices. São Bento is widely recognized for its rich cultural heritage, manifested in the Tambor de Crioula, the Festas Juninas and the babassu coconut straw crafts. Not only are these cultural expressions essential to the community's identity, they also play a vital role in the region's social cohesion and economic development. The proposed Cultural Center will be a meeting point for the community, providing a space where traditions can be celebrated and passed on to future generations, as well as generating educational and economic opportunities. Through architecture that values local cultural practices, the center will be an inclusive hub, strengthening community ties and promoting the social and cultural development of São Bento.

Keywords: Cultural Center, São Bento-MA, Handicrafts.

1. INTRODUÇÃO

Um centro cultural exerce um papel fundamental na promoção, produção e difusão de atividades culturais e artísticas, proporcionando à comunidade um ambiente de acesso à cultura e incentivando a participação ativa. De acordo com o Ministério da Cultura (Brasil, 2020), tais centros funcionam como catalisadores do desenvolvimento social, oferecendo um espaço de intercâmbio de conhecimento e estímulo à criatividade. Em localidades com ricas tradições culturais, como São Bento, no Maranhão, a construção de um centro cultural pode ser crucial para a preservação e revitalização das expressões culturais locais, gerando ainda benefícios econômicos através do turismo e da economia criativa.

Neste contexto, o presente artigo propõe o desenvolvimento de um centro cultural em São Bento, analisando de que forma um espaço planejado arquitetonicamente para apoiar e celebrar a cultura local pode beneficiar a comunidade em diversos aspectos. São Bento é amplamente reconhecido por suas tradições culturais singulares, como o tambor de crioula, as festas juninas e o artesanato em palha de coco babaçu (Sousa, 2017; Nascimento, 2020).

Essas expressões culturais, além de constituírem a base da identidade local, apresentam grande potencial para o desenvolvimento econômico e social, principalmente através da economia criativa e do turismo cultural. No entanto, a ausência de uma infraestrutura adequada para centralizar, profissionalizar e expandir essas atividades limita o impacto que elas podem gerar na região. A criação de um centro cultural, portanto, surge como uma resposta a essa demanda, oferecendo um local apropriado para a prática, o ensino e a exibição das artes e tradições locais, promovendo a participação comunitária e atraindo visitantes.

O desenvolvimento do projeto arquitetônico do centro cultural de São Bento requer uma abordagem que integre espaços multifuncionais capazes de acomodar uma ampla gama de atividades culturais e educacionais. Isso inclui auditórios, salas de exposição, oficinas e áreas ao ar livre que reflitam a diversidade das manifestações culturais da região. Além disso, o uso de materiais locais e sustentáveis, como a palha de buriti, reforça a conexão do edifício com o ambiente local e promove práticas ecologicamente responsáveis de construção (Sousa, 2017). O artigo explora como o design arquitetônico pode não apenas acomodar essas atividades, mas também celebrar e preservar a rica herança cultural de São Bento, criando um espaço que inspire criatividade e envolvimento da comunidade.

A metodologia adotada para a concepção do centro cultural envolve a análise das práticas culturais e das necessidades da comunidade, além de estudos de casos de centros culturais bem-sucedidos em contextos socioeconômicos similares. As estratégias de design são fundamentadas em princípios de arquitetura sustentável, com a incorporação de elementos que representem a identidade cultural local e o uso de tecnologias que reduzam o impacto ambiental.

Dessa forma, o centro cultural visa se tornar um marco de resiliência cultural e de desenvolvimento social, fornecendo um espaço onde tradição e inovação possam coexistir. O artigo detalha o processo de desenvolvimento do projeto, desde as fases iniciais de concepção até a proposta final, com foco na criação de um espaço que não só preserve a cultura de São Bento, mas também a projete para o futuro.

2. PRÁTICAS CULTURAIS EM SÃO BENTO - MA

São Bento, localizado na Baixada Maranhense, destaca-se pela diversidade de suas manifestações culturais, resultado da fusão de influências indígenas, africanas e europeias. Essas práticas refletem a complexidade da herança cultural da região, sendo expressas por meio de danças, festividades, literatura e artesanato. O Tambor de Crioula, por exemplo, é uma das expressões culturais mais significativas, sendo uma dança circular de origem africana que envolve música, dança e elementos religiosos. De acordo com Pereira e Almeida (2019), essa prática é uma forma de devoção e celebração, presente tanto em festividades seculares quanto religiosas. A continuidade do Tambor de Crioula em São Bento evidencia a resistência cultural das comunidades afrodescendentes, além de representar um símbolo da identidade cultural local. Além do Tambor de Crioula, o município de São Bento é amplamente reconhecido pelo trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Segundo Silva (2018), essas mulheres desempenham um papel fundamental na economia local, utilizando técnicas tradicionais para a coleta e quebra manual dos cocos de babaçu, conforme ilustra a Figura 1.



Figura 1. Mulher quebradeira de coco babaçu

Fonte: Porta (2024)

Conforme Porro (2019), a amêndoa extraída serve como matéria-prima para a produção de óleo, sabão e outros produtos. Além disso, elas utilizam as cascas e fibras do coco na confecção de artesanato, como cestas e utensílios, fortalecendo tanto a sustentabilidade ambiental quanto a identidade cultural da região. Este trabalho representa não apenas uma importante fonte de renda, mas também a preservação de saberes ancestrais, que são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do município.

As Festas Juninas também se destacam em São Bento, combinando elementos religiosos e festivos que são profundamente enraizados na cultura popular. Celebradas em honra de santos como São João, São Pedro e Santo Antônio, essas festas incluem quadrilhas, fogueiras e comidas típicas, fortalecendo os laços comunitários e atraindo visitantes (Almeida, 2019). Segundo Oliveira (2021), essas festividades não só preservam as tradições religiosas, mas também desempenham um papel importante na economia local, promovendo o turismo e a economia criativa. A hospitalidade da população e a integração dos valores religiosos e culturais fazem das Festas Juninas um evento significativo para a coesão social e o desenvolvimento econômico da região.

As práticas culturais de São Bento, como o Tambor de Crioula, as Festas Juninas e o artesanato de coco babaçu, são fundamentais para a preservação da identidade local. Essas tradições desempenham um papel essencial na coesão social e no desenvolvimento econômico, mas sua continuidade depende de iniciativas voltadas à promoção e ao apoio

da cultura local (Souza; Pereira, 2019). A criação de um centro cultural em São Bento visa responder a essa necessidade, proporcionando um espaço dedicado ao desenvolvimento artístico e à valorização das tradições locais.

De acordo com Ribeiro e Carvalho (2021), a infraestrutura desse centro deve ser projetada para apoiar essas práticas, oferecendo espaços para ensino, exposição e compartilhamento, além de promover o uso de materiais sustentáveis, como a palha de coco babaçu, que reforçam a conexão entre a arquitetura e o contexto cultural da região.

2. A IMPORTÂNCIA DE UM ESPAÇO DEDICADO À PRESERVAÇÃO DA CULTURA LOCAL

A visita à Casa de Cultura de São Bento, aberta ao público, revelou tanto as riquezas culturais da região quanto os desafios estruturais e funcionais enfrentados pelo espaço. Apesar de ser um ponto de referência para a promoção das práticas culturais locais, o local apresenta deficiências que limitam sua capacidade de atendimento à comunidade. Problemas como infiltrações, falta de manutenção e espaços inadequados para atividades culturais comprometem sua funcionalidade e relevância como centro de fomento à cultura. Segundo Silva (2019), a infraestrutura precária de espaços culturais pode afetar diretamente a participação da comunidade e a promoção das expressões artísticas.

Nesse cenário, a criação de um novo centro cultural em São Bento torna-se imprescindível. Um espaço planejado arquitetonicamente não apenas supriria as lacunas deixadas pela Casa de Cultura, mas também poderia incorporar práticas sustentáveis e o uso de materiais locais, reforçando a identidade cultural da região. O projeto deve incluir áreas multifuncionais, como auditórios, salas de exposição e workshops, que permitam a realização de eventos, cursos e atividades que celebrem as tradições locais. Como destacado por Ribeiro e Carvalho (2021), um centro cultural bem projetado pode se tornar um evento para o desenvolvimento social e econômico, atraindo turistas e fortalecendo a economia criativa.

Ao observar a dinâmica local e interagir com a comunidade, foi possível perceber como a falta de um espaço adequado limita o desenvolvimento dessas atividades. Como enfatiza Nascimento (2020), a preservação da cultura local exige não apenas reconhecimento, mas também uma infraestrutura que suporta e promove a diversidade cultural. Desta forma, uma visita não apenas destacou os desafios enfrentados pela Casa de Cultura, mas também evidenciou a necessidade urgente de um centro cultural que funcione como verdadeiro suporte à rica herança cultural de São Bento.

3. A ORIGEM DOS CENTROS CULTURAIS

A origem dos centros culturais no mundo remonta aos séculos XVIII e XIX, no contexto das transformações sociais e urbanas decorrentes da Revolução Industrial. Durante esse período, as cidades experimentaram um rápido crescimento populacional e uma nova organização econômica, o que gerou a necessidade de criar espaços voltados para a difusão da cultura, educação e lazer. Os primeiros centros culturais surgiram na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, como bibliotecas públicas e clubes culturais, com o intuito de democratizar o acesso ao conhecimento e à arte.

Segundo Karpik (2007), esses espaços foram fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a inclusão cultural das classes trabalhadoras, que antes tinham um acesso limitado à cultura. No Brasil, a institucionalização dos centros culturais

se consolidou a partir do século XX, especialmente após a década de 1930, com a criação de instituições voltadas para a promoção e preservação da cultura nacional. A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, foi um marco importante nesse processo, pois visava não apenas à preservação do patrimônio histórico, mas também à promoção de práticas culturais em nível nacional (Arantes, 2012).

Na década de 1980, houve uma expansão significativa dos centros culturais no Brasil, acompanhada pela crescente valorização da diversidade cultural e regional, conforme observado por Arantes (2012). Os centros culturais passaram a desempenhar um papel crucial na inclusão social, oferecendo espaços para a realização de atividades culturais, educativas e artísticas em diversas regiões do país.

Atualmente, os centros culturais no Brasil se consolidaram como importantes espaços de resistência cultural e de promoção da diversidade. A partir da redemocratização, com a Constituição de 1988, os centros culturais começaram a receber apoio institucional mais robusto, por meio de políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à cultura e para o reconhecimento das diversas manifestações artísticas regionais (Schwarcz, 2019).

A criação do Ministério da Cultura, em 1985, também impulsionou a construção e o desenvolvimento de centros culturais, como o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e o SESC, que se tornaram referências na promoção de eventos culturais e na formação artística. Esses espaços, como destaca Schwarcz (2019), desempenham um papel fundamental na formação da identidade cultural do país e na preservação das tradições locais.

4. REFERÊNCIAS PROJETOAIS

O Centro Cultural Curitiba destaca-se pela flexibilidade dos espaços, que acomodam exposições de arte, apresentações teatrais, oficinas e outros eventos culturais. Essa versatilidade reflete a visão do arquiteto de criar um ambiente que não apenas abrigue atividades artísticas, mas também promova o intercâmbio cultural e o desenvolvimento da comunidade. A Figura 2 exibe a planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Centro Cultural Curitiba.

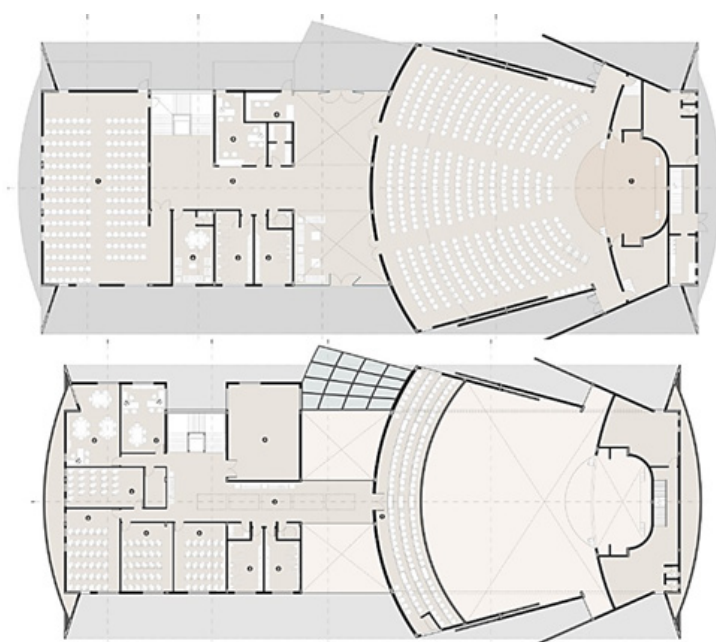


Figura 2. Planta baixa dos pavimentos térreo e superior do Centro Cultural Curitiba

Fonte: ArchDaily (2017)

Já a fachada, com um design contemporâneo e convidativo, conforme mostra a Figura 3, combina materiais de identidade sustentáveis e elementos que destacam o local. As estruturas metálicas modulares são um ponto de destaque, garantindo não apenas eficiência construtiva, mas também flexíveis para possíveis reconfigurações do espaço ao longo do tempo.



Figura 3. Fachada do Centro Cultural Curitiba

Fonte: ArchDaily (2017)

A escolha cuidadosa dos materiais e o uso criativo dos elementos inovadores reforçam o compromisso com a sustentabilidade, ao mesmo tempo em que garantem uma experiência visual marcante para os visitantes e moradores. Essa abordagem inovadora transforma o Centro Cultural Curitiba em um marco inovador que inspira criatividade.

5. LOCALIZAÇÃO

Localizado na Baixada Maranhense, região do estado indicada na Figura 4, o município de São Bento abrange uma área territorial de 456.997 km² e está situado a uma distância de 299 km da capital São Luís. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), São Bento apresenta uma estimativa populacional de aproximadamente 45.560 habitantes. Esta extensão territorial e a distribuição demográfica destacam a importância de considerar a infraestrutura cultural necessária para atender às necessidades de uma população diversificada e geograficamente dispersa. A implementação de um centro cultural em São Bento não apenas atenderia à demanda por acesso à cultura e educação, mas também fortaleceria os laços comunitários e proveria o desenvolvimento social e economia sustentável na região.

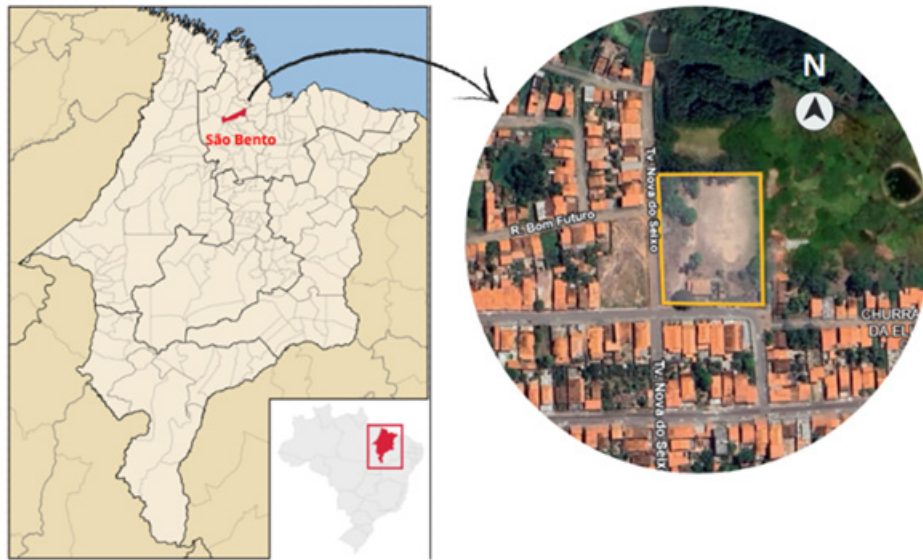


Figura 4. Localização do terreno no Município de São Bento-MA

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

6. ELEMENTOS PRÉ-PROJETUAIS

O terreno localizado no bairro Mutirão possui fácil acesso à comunidade, com vias pavimentadas que facilitam a chegada ao lote. Ele está inserido em uma área predominantemente residencial, conforme a Figura 5, caracterizada por alta densidade. Para uma análise mais detalhada do terreno proposto, foi realizado um estudo bioclimático do local, identificando as áreas de maior ventilação, além da orientação quanto à nascente e ao poente do sol. Com base nessa análise, será possível proporcionar um ambiente com melhor conforto térmico como mostra a figura 6.

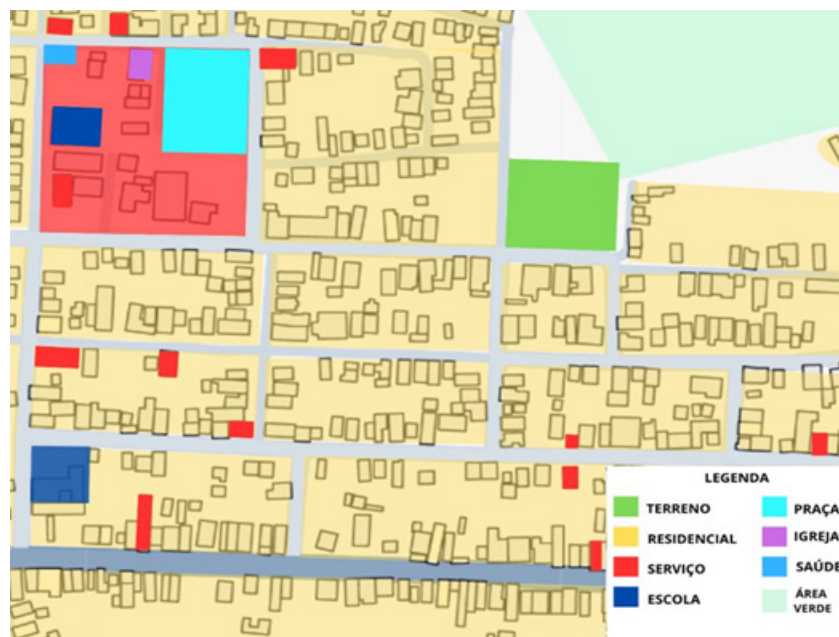


Figura 5. Mapa de Uso e Ocupação do Solo

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2024



Figura 6. Estudo de manchas

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2024

7. LEGISLAÇÃO

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, verificou-se que o município de São Bento não dispõe de uma legislação de zoneamento urbano em vigor que permita identificar formalmente as zonas de uso e ocupação do solo. Dada a ausência dessa regulamentação, torna-se inviável definir com precisão em qual zona o terreno destinado à construção do Centro Cultural se encontra. Dessa forma, a viabilidade do projeto considerará não apenas a localização do terreno, mas também aspectos como a proximidade de equipamentos públicos, acessibilidade, infraestrutura disponível e o impacto ambiental da construção.

8. PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades para o Centro Cultural de São Bento foi elaborado com base nas atividades culturais predominantes na região, como o Tambor de Crioula, o artesanato em coco babaçu e as Festas Juninas. Esse programa reflete as demandas da comunidade local, propondo espaços adequados para a preservação e o ensino dessas manifestações culturais. Os ambientes planejados incluem salas multifuncionais para oficinas de arte, exposições e apresentações culturais, além de áreas administrativas e de serviços, garantindo o funcionamento eficiente do centro (Nascimento, 2020).

A distribuição dos ambientes prioriza flexibilidade e integração, permitindo que o espaço seja adaptado conforme as necessidades de cada atividade. Os principais ambientes incluem um auditório para apresentações, uma biblioteca de apoio educacional e salas específicas para o artesanato e a dança. Também foram previstas áreas de convivência e lazer, como uma lanchonete e espaços ao ar livre, que promovem a interação entre a comunidade e os visitantes (Silva, 2015). Assim, a Tabela 1 apresenta o plano de necessidades.

Programa de necessidades		
Setor	Ambiente	Quantidade
Cultural	Hall/recepção	1
	Sala de artesanato	1
	Sala de arte e pintura	1
	Sala de dança	1
	Sala de teatro	1
	Sala de exposição	1
	Acervo técnico	1
	Auditório	1
	Camarim para o auditório	1
	Foyer do auditório	1
	Sala de controle de áudio, vídeo e iluminação	1
	Biblioteca	1
	Banheiro	2
Administrativo	Diretoria	1
	Sala de reunião	1
	Secretaria	1
	Almoxarifado	1
	Copa	1
Serviço	Lanchonete	2
	Cozinha	1
	Vestiário	2
	DML	1

Tabela 1. Programa de necessidades

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

8. PLANO DE MASSAS

O plano de massa reflete a volumetria do edifício, garantindo uma integração harmônica entre as construções e o ambiente externo. A configuração dos volumes foi projetada para gerar um impacto visual que destaca a importância do edifício como marco cultural da cidade, sem destoar da escala local. A disposição do volume principal em formato “L” permite um melhor aproveitamento do terreno, criando áreas internas de convivência e promovendo a integração com o entorno natural (Rocha, 2018). A Figura 7 apresenta o plano de massas.

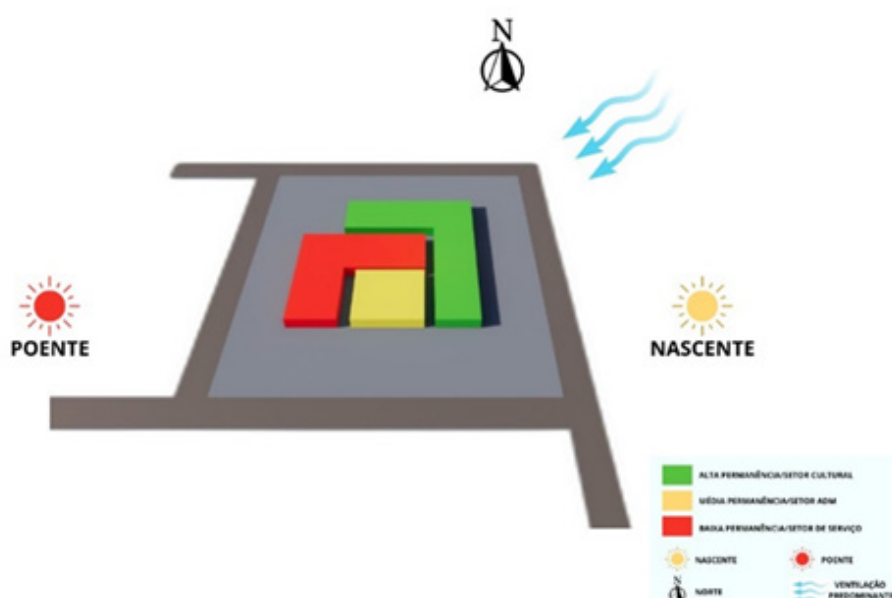


Figura 7. Plano de massas

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

9. PARTIDO ARQUITETÔNICO

O partido arquitetônico proposto fundamenta-se nos elementos culturais característicos de São Bento, valorizando tanto o artesanato local, representado especialmente pela palha de coco babaçu, quanto as manifestações populares que definem a identidade festiva da região, como o tambor de crioula e o bumba meu boi.

O uso da palha de coco babaçu, por exemplo, reflete uma abordagem de valorização dos recursos naturais e técnicas artesanais regionais, integrando-se à arquitetura como elemento decorativo e funcional, reforçando a identidade do lugar. As referências ao tambor de crioula e ao bumba meu boi são incorporadas como inspirações nas cores e texturas, celebrando o ritmo e a vitalidade dessas festividades populares.

10. FLUXOGRAMA

O fluxograma apresentado na Figura 8 ilustra os acessos presentes no projeto, destacando que todos os ambientes possuem conexão direta com o pátio central. A disposição dos acessos ao pátio central foi planejada de modo a reforçar a integração dos ambientes, permite que o pátio central atue como ponto de encontro e área de convivência, promovendo a interação social e o uso compartilhado do espaço por todos os visitantes. Além disso, a visibilidade e o fácil acesso ao pátio contribuem para a sensação de amplitude e conectividade entre os ambientes, valorizando a experiência espacial no interior do projeto.

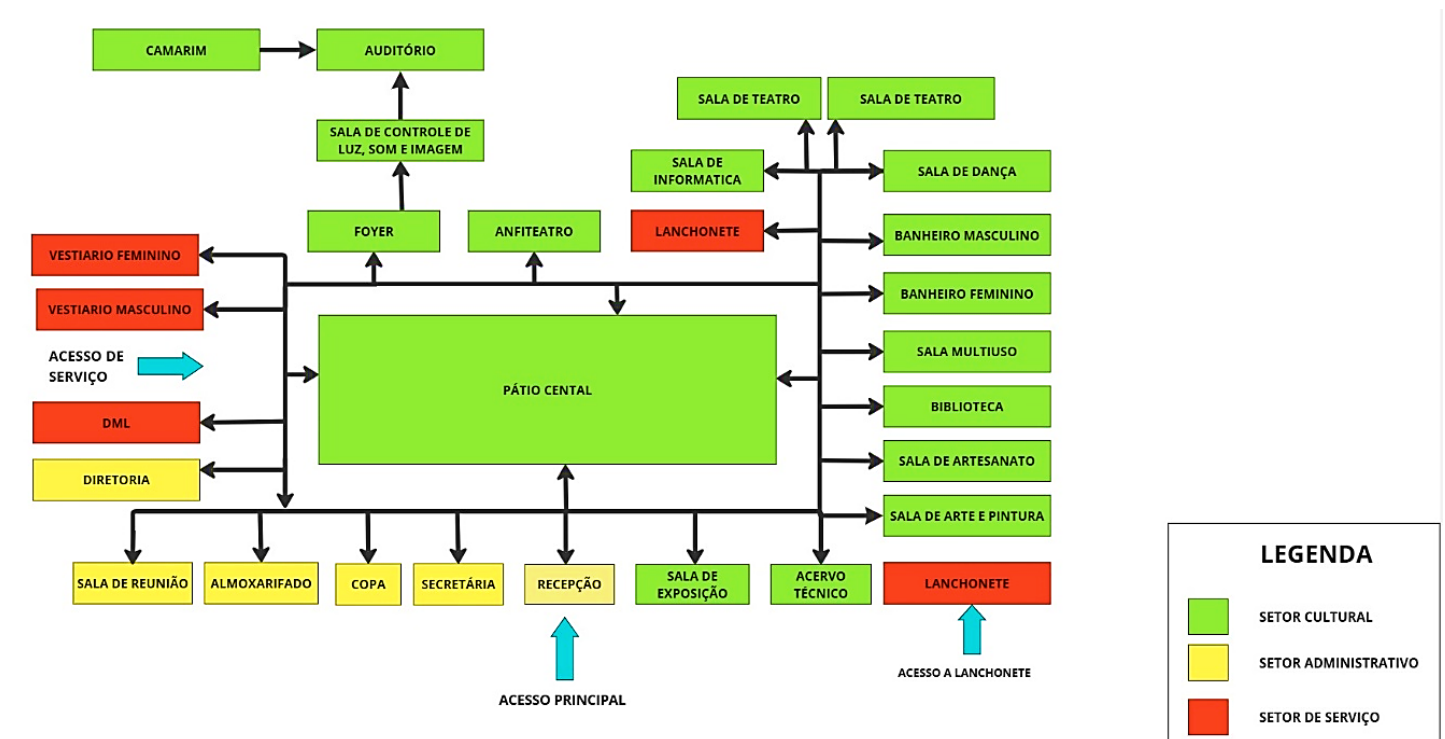


Figura 8. Fluxograma

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

11. O PROJETO

Na planta de implantação (Figura 9), destaca-se a integração do edifício com o entorno, incluindo áreas de estacionamento e acesso de pessoas com mobilidade reduzida,

conforme identificado nas vagas de acessibilidade. Além disso, a disposição das áreas verdes contribui para a harmonização do espaço, promovendo uma conexão com o ambiente natural e proporcionando uma área externa agradável aos visitantes. Essa implantação visa tanto à funcionalidade quanto à estética, criando um espaço convidativo e acessível a todos. A planta baixa (Figura 10) apresenta a Configuração Interna do Centro Cultural, evidenciando a setorização dos espaços de acordo com suas funções específicas. Os ambientes foram distribuídos de forma a otimizar o fluxo de circulação e facilitar o acesso a todas as áreas, como salas de atividade, áreas administrativas e espaços de convivência. A disposição dos móveis e equipamentos foi planejada com base em uma lógica funcional, proporcionando conforto e praticidade aos usuários, além de atender às normas de acessibilidade. Essa organização espacial fornece uma experiência integrada e eficiente, permitindo que cada ambiente desempenhe seu papel dentro do conjunto específico.

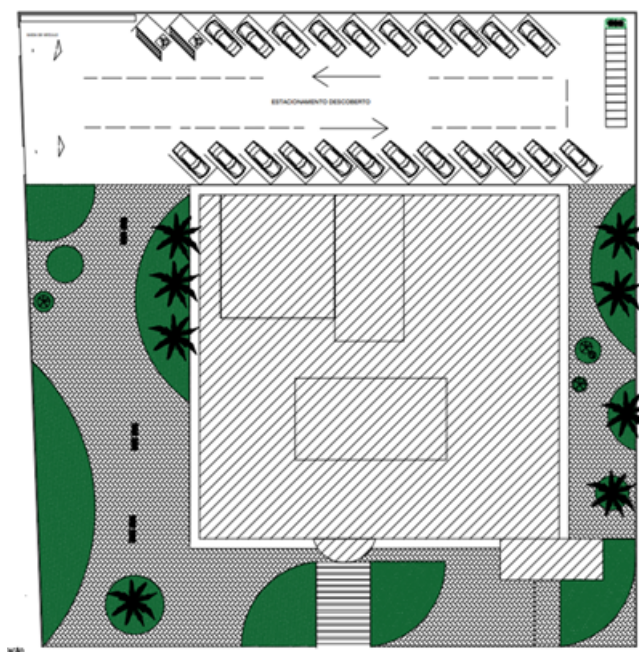


Figura 9. Implantação Geral

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

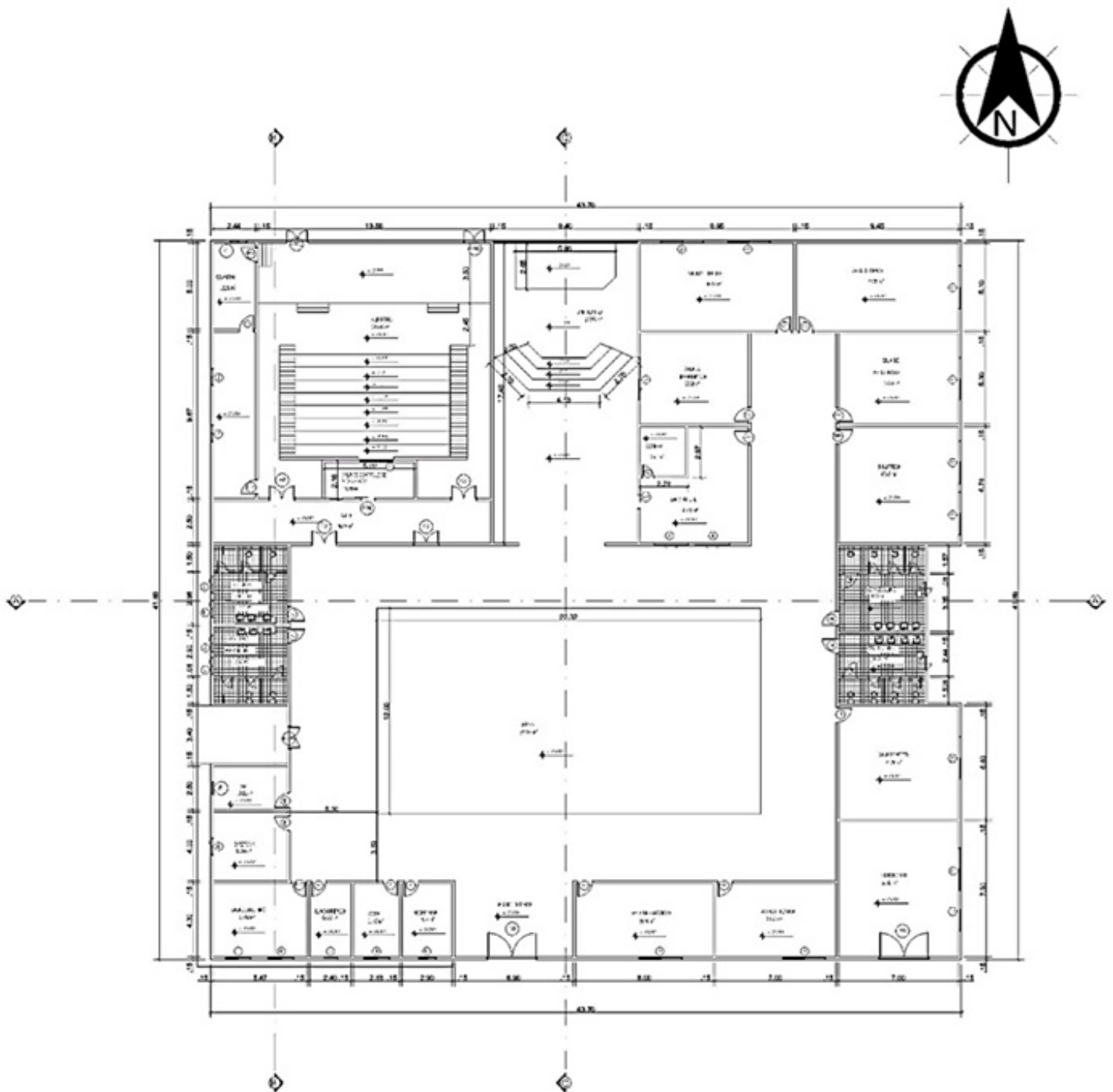


Figura 10. Planta Baixa

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A planta de *layout* (Figura 11) apresenta a organização interna do espaço, com áreas claramente definidas para as diversas atividades propostas. A disposição dos ambientes e móveis foi cuidadosamente planejada para garantir uma circulação eficiente e funcional, permitindo acesso prático e acessível a todos os setores. Os espaços foram estrategicamente organizados para otimizar a interação entre os ambientes e facilitar o fluxo de usuários.

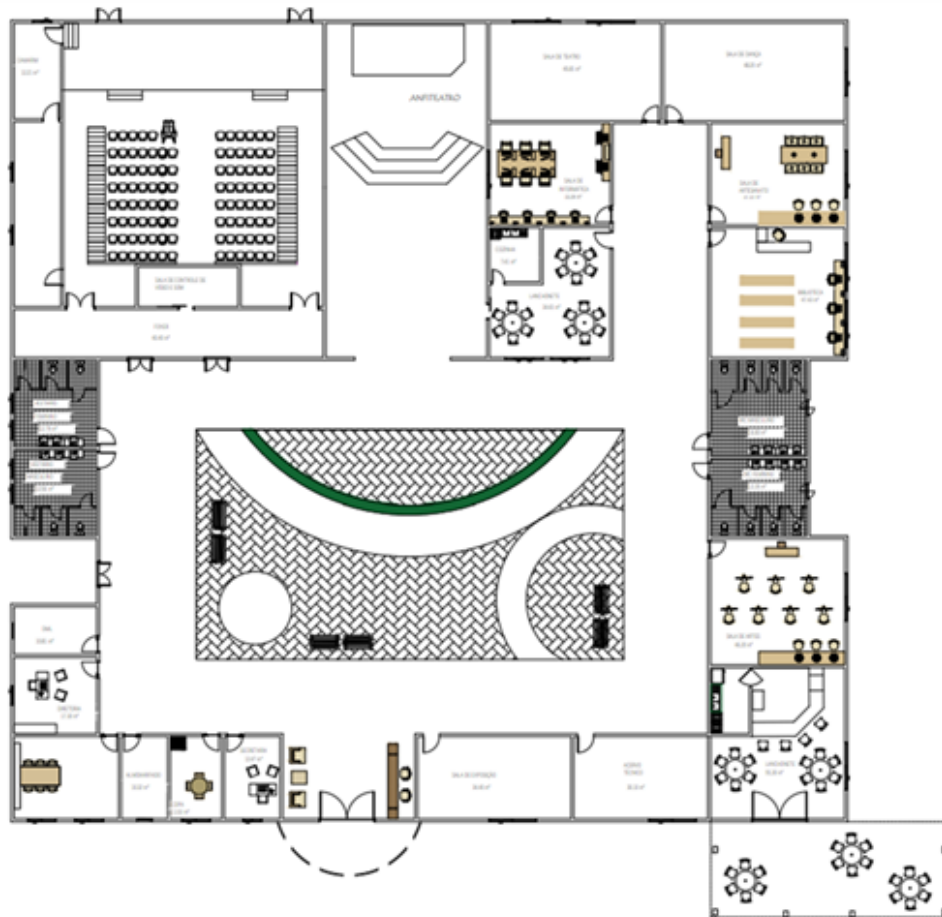


Figura 11. Planta de *Layout*

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A fachada frontal do Centro Cultural (Figura 12) adota uma estética minimalista, inspirada no Centro Cultural Curitiba, referência projetual escolhida para este trabalho. Para aliar estética e funcionalidade, foram incorporados brises na composição da fachada, garantindo uma ventilação eficiente e favorecendo o conforto térmico no interior do edifício. Na lateral direita do edifício (Figura 13), foi projetada uma lanchonete com acesso independente. Essa solução permite que o espaço funcione de forma autônoma, mesmo quando o Centro Cultural estiver fechado. A lanchonete busca atender às necessidades dos visitantes do complexo, ao mesmo tempo em que se integra à dinâmica urbana local, tornando-se um ponto de encontro acessível. Em complemento às vistas laterais, apresenta-se a lateral esquerda na Figura 14.

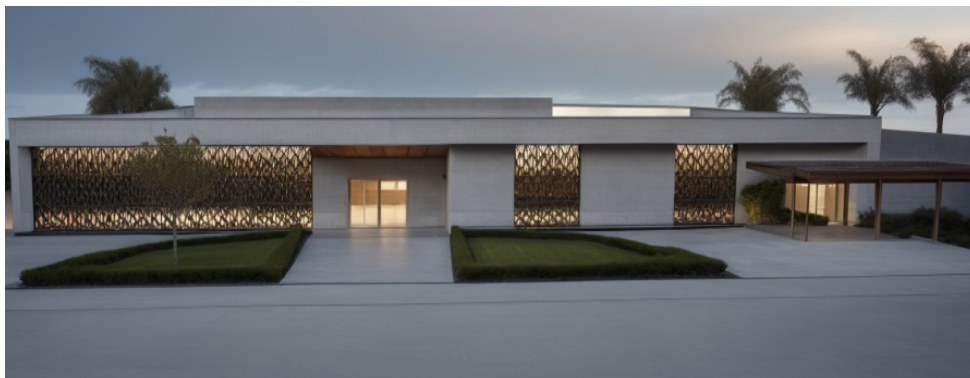


Figura 12. Fachada principal

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)



Figura 13. Fachada Lateral Direita

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

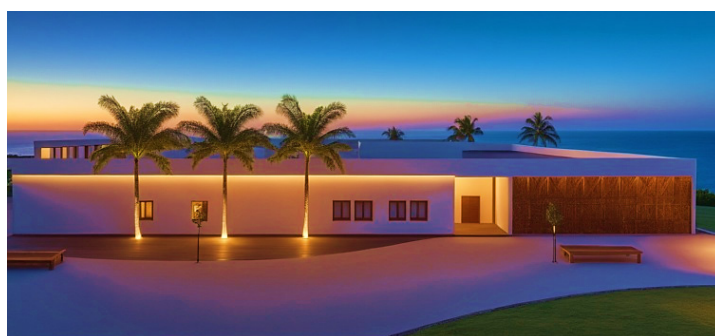


Figura 14. Fachada Lateral Esquerda

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a elaboração da proposta do Centro Cultural na cidade de São Bento do Maranhão nasce da intenção de valorizar e preservar a rica identidade cultural da região, promovendo um espaço de integração social, fortalecimento das tradições locais e incentivo à criatividade contemporânea. O processo de concepção foi guiado pelo respeito às características históricas e culturais do município, considerando elementos essenciais como o artesanato em palha de coco babaçu, o tambor de crioula, o bumba meu boi.

Ao propor espaços multifuncionais, como auditórios, oficinas de artesanato, galerias de exposição e áreas externas para apresentações culturais, o anteprojeto visa atender às necessidades da comunidade e oferecer um local de vivência inclusiva e dinâmica. A integração do centro com o entorno, por meio de acessos e praças que incentivam o convívio urbano, reforça seu papel como desenvolvimento cultural e social. Como resultado, este trabalho pretende não ser apenas um modelo atualizado de referência para o município, mas também uma contribuição efetiva para o fortalecimento da identidade cultural de São Bento.

Espera-se que o Centro Cultural se torne um símbolo de pertencimento e um agente transformador, promovendo o desenvolvimento humano e ampliando a visibilidade das riquezas culturais do Maranhão para além de suas fronteiras. O projeto representa o início de um diálogo que deve ser continuamente enriquecido pelas contribuições da comunidade local, mantendo viva a essência que torna São Bento um lugar único e inspirador.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria José. **Economia criativa e desenvolvimento cultural no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2019.
- ARANTES, Paulo E. **Cultura e periferia: a função dos centros culturais na inclusão social**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- ARCHDAILY. **Centro Cultural Curitiba / HARDT Planejamento**. 31 out. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/882145/centro-cultural-curitiba-hardt-planejamento>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Política Nacional de Cultura Viva**. Brasília: Ministério da Cultura, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura>. Acesso em: 15 out. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados: São Bento**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/sao-bento.html>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- KARPIK, L. **Os espaços culturais e o desenvolvimento do pensamento crítico**. Brasília: Editora Pensamento Crítico, 2007.
- NASCIMENTO, C. C. V. **Festas e tradições em São Bento: uma análise das manifestações culturais**. São Bento: Editora Cultural Maranhense, 2020.
- OLIVEIRA, A. M. **Festas Juninas e a economia criativa no Maranhão**. São Luís: Editora Maranhense, 2021.
- PEREIRA, T. S.; ALMEIDA, C. R. **Tambor de Crioula: patrimônio cultural de São Bento**. São Luís: UFMA, 2019.
- PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, p. 169-188, 2019.
- PORTA, Paula, **Babaçu**. 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.artesanatodomaranhao.com.br/destaques/81442/babacu>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- RIBEIRO, F. A.; CARVALHO, M. R. **Centros culturais como agentes de transformação social**. Brasília: Editora Social, 2021.
- ROCHA, Letícia A. **Arquitetura e cultura: o papel dos centros culturais na preservação das identidades locais**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SCHWARCZ, L. M. Centros culturais no Brasil: espaços de resistência e promoção da diversidade. **Revista Brasileira de Políticas Culturais**, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2019.
- SILVA, Ana Clara. **Patrimônios culturais imateriais no Maranhão: desafios e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2015.
- SILVA, T. M. **A relevância econômica e cultural das mulheres quebradeiras de coco babaçu em São Bento**. São Luís: Editora Maranhense, 2018.
- SILVA, T. M. **Infraestrutura cultural e participação comunitária: um estudo de caso na Casa de Cultura de São Bento**. São Luís: UFMA, 2019.
- SOUSA, J. R. **São Bento**. São Bento: Editora Cultural Maranhense, 2017.
- SOUZA, J. R.; PEREIRA, M. J. **A importância das práticas culturais para a coesão social e o desenvolvimento econômico em São Bento**. São Luís: Editora Social Brasileira, 2019.

capítulo 7

LAR CALABRIA - ABRIGO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SÃO LUÍS - MA

LAR CALABRIA - INSTITUTIONAL SHELTER FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS IN SÃO LUÍS - MA

Ana Lúcia Costa Bogéa do Nascimento

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

O aumento progressivo de crianças e adolescentes em vulnerabilidade demanda a criação de instituições que proporcionem proteção e oportunidades de desenvolvimento integral. Em São Luís, Maranhão, propõe-se a construção de um novo abrigo institucional que ofereça um ambiente que favoreça a interação social e a reconstrução de um ambiente familiar saudável, apesar dos desafios apresentados pela maioria dos abrigos atuais não serem de propriedade municipal e estarem adaptados de imóveis alugados. Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral avaliar e propor melhorias para o abrigo institucional Lar Calabria, visando otimizar o acolhimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes vulneráveis. A metodologia adotada para este estudo foi meteticulosamente planejada para abordar a complexidade e a sensibilidade envolvidas no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Lar Calabria. Este estudo reforça a necessidade de um compromisso contínuo com a melhoria dos sistemas de acolhimento, promovendo ambientes que não apenas protejam, mas que também fomentem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A esperança é que, com as devidas melhorias e um enfoque renovado em práticas mais humanizadas, o Lar Calabria possa servir como um modelo de sucesso na reinserção social e no apoio a jovens em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Casa Lar, Vulnerabilidade, Acolhimento Infantil, São Luís – MA.

Abstract

The progressive increase in the number of children and adolescents in vulnerable situations calls for the creation of institutions that provide protection and opportunities for comprehensive development. In São Luís, Maranhão, the construction of a new institutional shelter is proposed to offer an environment that fosters social interaction and the rebuilding of a healthy family environment, despite the challenges posed by most current shelters being non-municipal and adapted from rented properties. Given this context, the general objective of the study is to evaluate and propose improvements for the institutional shelter Lar Calabria, aiming to optimize the reception and development of vulnerable children and adolescents. The methodology adopted for this study was carefully planned to address the complexity and sensitivity involved in the institutional care of children and adolescents at Lar Calabria. This study reinforces the need for a continuous commitment to improving care systems, promoting environments that not only protect but also encourage the comprehensive development of children and adolescents. The hope is that, with the necessary improvements and a renewed focus on more humanized practices, Lar Calabria can serve as a successful model for social reintegration and support for youth in vulnerable situations.

Keywords: Home, Vulnerability, Child Care, São Luís – MA.



1. INTRODUÇÃO

O número de crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade, enfrentando desafios como abandono familiar, riscos sociais e violações de direitos, tem crescido progressivamente. No entanto, é um direito fundamental desses jovens serem acolhidos em instituições que ofereçam proteção, cuidado, e oportunidades para desenvolvimento social e integral. Cabe às autoridades municipais assegurarem que espaços adequados estejam disponíveis para acolher e apoiar esses jovens, proporcionando-lhes um suporte completo que favoreça sua estabilidade física e emocional (Fonseca *et al.*, 2013; Rezende; Cappellari; Pagani, 2022).

Atualmente, segundo a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEM-CAS (2019), o município de São Luís dispõe de apenas quatorze abrigos institucionais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. É importante destacar que a maioria dessas instalações não são de propriedade municipal, mas sim imóveis alugados adaptados para esse propósito, o que impõe desafios significativos para atender completamente às exigências de um abrigo adequado. Essas observações foram realizadas durante uma visita de campo a uma das unidades do Lar Calabria.

Neste contexto, a proposta de um novo abrigo institucional em São Luís, Maranhão, visa aprimorar as condições de moradia para esses menores, estabelecendo um ambiente exemplar que supere as expectativas e necessidades de seus residentes. O projeto inclui áreas destinadas à interação social, pessoal e educacional, além de esforços para recriar um ambiente familiar saudável. Essa iniciativa tem o potencial de elevar significativamente a qualidade de vida e garantir a proteção integral dos jovens acolhidos.

Diante do exposto, o estudo tem como objetivo geral avaliar e propor melhorias para o abrigo institucional Lar Calabria, visando otimizar o acolhimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes vulneráveis. Tendo como objetivo específico: ponderar sobre o contexto histórico dos abrigos brasileiros; investigar sobre casa lar e o ambiente familiar e descrever o acolhimento familiar no cenário nacional e em São Luís - MA.

A crescente incidência de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes, caracterizada por abandono familiar, riscos sociais e violações de direitos, demanda uma resposta institucional robusta e eficiente. O Lar Calabria representa uma dessas respostas, atuando como um abrigo institucional que tem o potencial de oferecer não apenas proteção, mas também oportunidades de desenvolvimento para seus residentes. Este estudo é justificado pela necessidade de avaliar a adequação das instalações e dos serviços oferecidos pelo Lar Calabria, visando assegurar que eles atendam às necessidades físicas, emocionais e educacionais dessas crianças e adolescentes.

Além disso, dada a realidade de que muitos abrigos funcionam em imóveis alugados e adaptados, frequentemente sem atender plenamente às especificações necessárias para um acolhimento adequado, torna-se essencial investigar e mapear as condições atuais do Lar Calabria. Isso permitirá identificar lacunas nos cuidados prestados e desenvolver estratégias para a melhoria contínua do ambiente e dos serviços, garantindo assim que o abrigo cumpra sua missão de reconstruir vidas em um contexto de segurança e dignidade.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DOS ABRIGOS BRASILEIROS

Ao longo da história do Brasil, os abrigos institucionais emergiram como uma resposta primordial do Estado para lidar com questões de infância e pobreza. Antes da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, as políticas voltadas para

esse público eram regidas pelos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Essas legislações se baseavam na Doutrina da Situação Irregular, que tratava crianças e adolescentes pobres, abandonados ou infratores como sujeitos a serem corrigidos, muitas vezes equiparando a pobreza com delinquência (Ito; Azevêdo, 2021).

Historicamente, a influência da Igreja também foi significativa, atuando junto ao Estado na gestão dessas políticas durante o Império e nos períodos subsequentes. Um exemplo disso era a prática dos “órfãos da roda”, originada na Idade Média e perpetuada no Brasil Colônia, onde crianças podiam ser anonimamente deixadas em instituições, uma medida que visava proteger a honra das famílias, mas que também expunha os bebês a altas taxas de mortalidade (Moura; Silva, 2021).

A história dos abrigos institucionais brasileiros, portanto, é um reflexo das mudanças políticas, sociais e culturais, mostrando como as percepções sobre criança, adolescente e família evoluíram e como as políticas públicas se adaptaram para atender a essas novas compreensões (Moura; Silva, 2021).

A função primordial de um abrigo é oferecer um espaço seguro e propício para o desenvolvimento de crianças e adolescentes que foram retirados de suas famílias devido a situações de risco, como abuso, negligência ou abandono. Os abrigos devem proporcionar mais do que apenas necessidades básicas como alimentação e moradia; eles são encarregados de garantir saúde, educação, e apoio psicológico, e de promover o bem-estar emocional e social dos acolhidos (Moura; Silva, 2021).

A estrutura das Casas Lar é pensada para que cada criança ou adolescente tenha seu próprio espaço, respeitando sua individualidade, ao mesmo tempo em que promove o sentimento de pertencimento a um grupo, o que é crucial para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Além disso, esses abrigos estão comumente localizados em comunidades residenciais, facilitando a integração dos jovens no tecido social e cultural local, e permitindo que eles participem de atividades extracurriculares, sociais e educacionais com outros jovens de fora do sistema de acolhimento (Moura; Silva, 2021).

Essas características das Casas Lar representam um avanço importante na redefinição dos abrigos institucionais, movendo-se em direção a uma abordagem mais holística e centrada na criança. Com esse modelo, busca-se mitigar os efeitos potencialmente negativos do acolhimento institucional prolongado, trabalhando para fortalecer ou reconstruir os laços familiares quando possível, ou preparando o jovem para uma vida independente em sociedade (Moura; Silva, 2021).

A transição dos grandes orfanatos para as Casas Lar reflete um compromisso mais profundo com a criação de um ambiente que não apenas proteja, mas que também fomente o desenvolvimento integral dos jovens. Com isso, os abrigos brasileiros continuam a evoluir, adaptando-se às novas realidades e desafios, e refletindo uma compreensão mais refinada das necessidades e direitos das crianças e adolescentes.

2.1 Casas Lar e o Ambiente Familiar

O serviço de acolhimento em Casas Lar é uma modalidade de assistência residencial temporária para crianças e adolescentes que, por medidas protetivas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), foram afastados de suas famílias devido a circunstâncias como abandono ou incapacidade temporária dos responsáveis em prover cuidado e proteção adequados. Neste modelo, pelo menos uma pessoa ou um casal reside na casa, atuando como cuidadores residentes, para oferecer um ambiente que simula

o contexto de um lar, com vistas a facilitar o retorno dos jovens ao convívio familiar ou a transição para uma família substituta (Teixeira; Villachan-Lyra, 2015).

Dentro das Casas Lar, é promovido um ambiente que reproduz a rotina de um lar tradicional, proporcionando aos jovens um vínculo estável com os educadores/cuidadores residentes e facilitando seu convívio com a comunidade. Os cuidadores são encorajados a tomar decisões relacionadas à organização da rotina diária, o que inclui a gestão das despesas da casa. Além disso, é recomendável que as crianças e adolescentes também participem nas decisões sobre a rotina diária, para que se reconheçam como membros ativos do ambiente familiar temporário (Gabatz, 2016).

Os cuidadores residentes desempenham um papel crucial ao estabelecer uma relação estável no ambiente de acolhimento, servindo como uma referência afetiva constante para as crianças e adolescentes. Isso permite uma maior flexibilidade na rotina da casa, adaptando-se às necessidades individuais dos jovens e proporcionando um acompanhamento mais próximo de suas atividades diárias, como reuniões escolares e festas. Essa configuração contrasta com a dos abrigos institucionais tradicionais, que frequentemente apresentam uma alta rotatividade de cuidadores (Teixeira; Villachan-Lyra, 2015).

A demanda emocional e psíquica elevada desta função exige que os cuidadores tenham acesso a suporte contínuo de uma equipe técnica especializada. Essa equipe não necessariamente precisa estar sediada na Casa Lar, mas deve oferecer orientação constante e apoiar os cuidadores na articulação com a rede de serviços local, para garantir que todas as necessidades das crianças e adolescentes sejam atendidas (Gabatz, 2016). Em suma, as Casas Lar buscam oferecer um ambiente mais personalizado e menos institucionalizado, promovendo desenvolvimento de um sentido de normalidade e segurança para crianças e adolescentes em situação de acolhimento, enquanto se trabalha para sua reintegração familiar ou transição para uma nova família (Teixeira; Villachan-Lyra, 2015).

2.2 Acolhimento Familiar no Cenário Nacional e em São Luís-MA

O acolhimento familiar é uma modalidade de cuidado alternativo que tem ganhado destaque no cenário brasileiro como uma forma mais humanizada e personalizada de assistência a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Diferente do acolhimento institucional, que envolve a permanência dos jovens em abrigos ou instituições, o acolhimento familiar coloca-os temporariamente em lares substitutos, onde cuidadores ou famílias acolhedoras oferecem um ambiente mais próximo do familiar (Nunes, 2021).

No Brasil, a legislação favorece o acolhimento familiar como uma alternativa preferencial ao institucional, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O acolhimento familiar é visto como uma oportunidade para que crianças e adolescentes experienciem um ambiente familiar estável, o que é essencial para o desenvolvimento saudável. Este modelo busca reproduzir a dinâmica de um lar, proporcionando cuidados individualizados e uma atenção mais próxima às necessidades emocionais e sociais dos acolhidos (Darcanchy, 2022).

Apesar desses benefícios, a implementação do acolhimento familiar no Brasil ainda enfrenta desafios, como a falta de famílias acolhedoras cadastradas, a necessidade de maior apoio e capacitação para as famílias acolhedoras, e uma certa resistência cultural em relação à adoção dessa modalidade de acolhimento (Darcanchy, 2022).

Em São Luís, capital do Maranhão, o acolhimento familiar é uma prática ainda em expansão. O município tem buscado desenvolver e fortalecer esta modalidade, reconhe-

cendo sua importância como uma estratégia eficaz para garantir o bem-estar e a reintegração social de crianças e adolescentes afastados de suas famílias biológicas. Para isso, a cidade tem investido em programas de capacitação para famílias acolhedoras, além de campanhas de sensibilização que visam aumentar o número de lares disponíveis para acolhimento. Essas iniciativas são acompanhadas de suporte psicológico e financeiro para as famílias acolhedoras, garantindo que elas estejam aptas a oferecer um ambiente seguro e acolhedor (Nunes, 2021).

A Prefeitura de São Luís também trabalha em colaboração com o judiciário e com as redes de assistência social para monitorar os casos de acolhimento familiar e assegurar que os direitos das crianças e adolescentes sejam plenamente respeitados e atendidos. Este acompanhamento inclui avaliações periódicas e visitas domiciliares, que ajudam a garantir a qualidade do acolhimento e a adequação das famílias acolhedoras (Darcanchy, 2022).

Embora haja progressos significativos, o sistema de acolhimento familiar em São Luís enfrenta desafios semelhantes aos observados no panorama nacional. A necessidade de mais famílias acolhedoras permanece como um dos principais obstáculos, juntamente com a demanda por recursos financeiros adicionais para apoiar a estruturação e manutenção deste serviço. Adicionalmente, a burocracia e a lentidão nos processos judiciais que regulam o acolhimento e a reintegração familiar podem desencorajar famílias potenciais (Nunes, 2021).

A expansão do acolhimento familiar em São Luís e no Brasil como um todo requer um compromisso contínuo com a sensibilização, a capacitação e o apoio às famílias acolhedoras. A implementação eficaz dessa modalidade não só alivia a pressão sobre os sistemas institucionais de acolhimento, como também oferece um ambiente mais propício para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em situação de risco (Darcanchy, 2022).

3. ESTUDO DE CASO

Ao analisar iniciativas voltadas para a melhoria do acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, é fundamental estudar projetos de referência que se destacam pela integração de boas práticas arquitetônicas e sociais. Este estudo de caso abrange o projeto que é referência nesse contexto, proporcionando insights valiosos para o desenvolvimento de novos abrigos ou a reestruturação de espaços já existentes.

O Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes (Figura 1), concebido pelos arquitetos Hessamfar e Vérons (2015), representa um marco no design arquitetônico focado no bem-estar juvenil. Situado na França, o projeto recebeu destaque na plataforma ArchDaily por sua capacidade de integrar funcionalidades que atendem às necessidades emocionais e sociais dos jovens. O design do centro é meticulosamente planejado para incluir áreas privativas que permitem introspecção e reflexão, juntamente com espaços comuns vibrantes, onde os residentes podem se engajar em atividades grupais. Essa disposição cuidadosa dos ambientes promove um equilíbrio saudável entre momentos de solidão e de socialização, essencial para o desenvolvimento emocional e social dos adolescentes.





Figura 1. Centro de Bem Estar para Crianças e Adolescentes (França)

Fonte: Adaptado de ArchDaily [s.d]

Esse projeto é exemplo na sua capacidade de combinar estética arquitetônica com funcionalidade profundamente alinhadas às necessidades de crianças e adolescentes em circunstâncias vulneráveis. O exemplo ilustra o potencial da arquitetura de influenciar positivamente a vida desses jovens, oferecendo-lhes espaços que não apenas atendem às suas necessidades básicas, mas também promovem seu crescimento integral e bem-estar em um ambiente estruturado e acolhedor. Esse estudo de caso foi fundamental para entender que o projeto arquitetônico e de planejamento podem influenciar diretamente no sucesso dos programas de acolhimento para menores.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo foi meticulosamente planejada para abordar a complexidade e a sensibilidade envolvidas no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Lar Calabria. O estudo iniciou-se com uma extensa revisão bibliográfica, explorando literatura acadêmica, relatórios governamentais e outros documentos relevantes que discutem as práticas e teorias subjacentes aos abrigos para menores. Essa fase incluiu também o levantamento de referências projetuais que pudessem oferecer insights sobre as melhores práticas e inovações no design e gestão de abrigos institucionais.

Além da pesquisa teórica, foram empregadas técnicas qualitativas de coleta de dados para capturar as dinâmicas e as percepções humanas no contexto específico do abrigo Casa Lírios do Campo. Essas técnicas incluíram entrevistas semiestruturadas com as funcionárias do abrigo e sessões de observação em campo. Durante as visitas, foram realizadas atividades interativas como brincadeiras com as crianças e adolescentes, permitindo uma observação mais aprofundada das interações entre os residentes e os cuidadores, bem como das próprias instalações.

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de fornecer uma compreensão mais profunda dos aspectos comportamentais e emocionais envolvidos. Diferente de métodos quantitativos, que se apoiam em procedimentos estatísticos, o foco estava em análises comportamentais e na coleta de opiniões e experiências pessoais, que são cruciais para entender o ambiente emocional e social dentro do abrigo.

5. DIRETRIZES E CONDICIONANTES PROJETOAIS

5.1 Localização

O terreno escolhido para a Implantação do Abrigo Institucional – Lar Calabria, fica localizado na Rua Moacir Torres, S/N, Apaco, Cidade Operária em São Luís – MA, a área pertence a Instituição Lar Calabria, com acesso pela Avenida Oeste Externa, nas proximidades da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. O terreno, ilustrado na Figura 3, possui uma área total de 15.040,07 m².

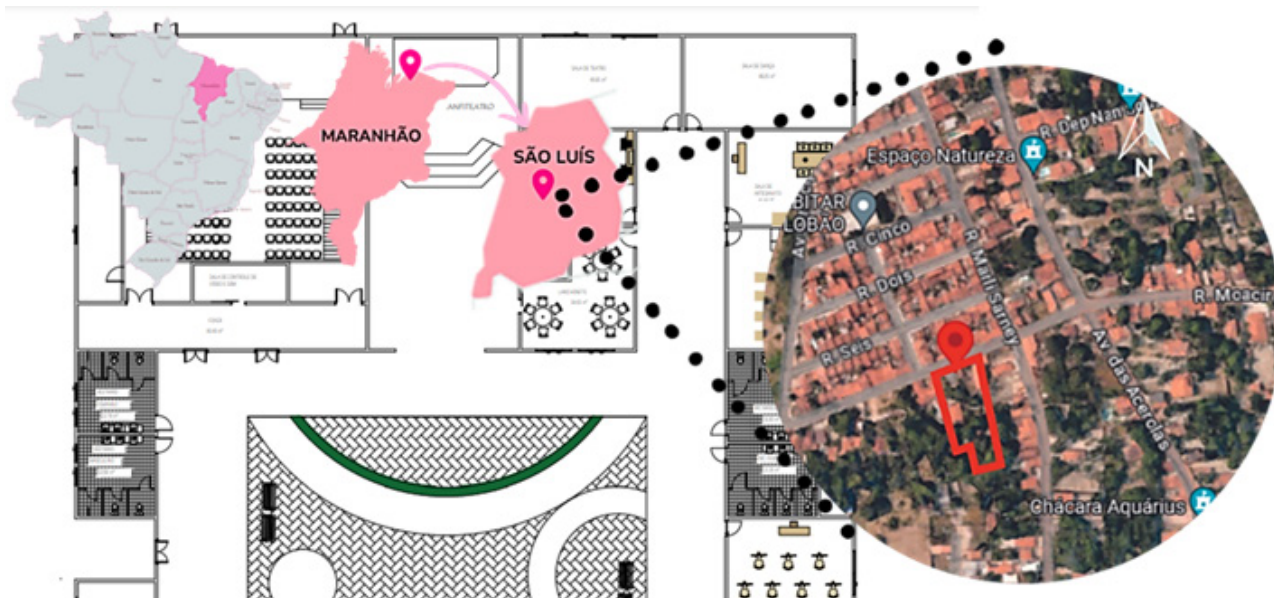


Figura 2. Localização do Terreno, Apaco, em São Luís, Maranhão

Fonte: Adaptado de Google Maps (2024)

5.2 Índices Urbanísticos

Com base na Lei nº3.253/1992, que trata do zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo de São Luís-MA, foi possível determinar que a área estudada está situada na Zona Residencial 4 (ZR4). Quadro 1, mostra, conforme o capítulo IV desta lei, os índices estabelecidos para esta zona.

SEÇÃO IV - ZONA RESIDENCIAL 4 – ZR 4						
Área Livre Mínima do Lote	Taxa Mínima de Permeabilidade	Recuo Frontal Mínimo			Área Total Máxima de Edificação	Gabarito Máximo
ALML	TP	RF			ATME	GM
		Via Local	Via 2ª	Via 1ª		
40	20	3			120	4
%	%	m			%	Pavimentos
porcentagem da área do lote (m²)	porcentagem da área do lote (m²)	distancia da testada do acesso principal (metros)			porcentagem sobre a área do lote (m²)	número de pisos utilizáveis (cobertos ou não)

Quadro 1. Índices Urbanísticos ZR4

Fonte: Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo (1992)

6. ELEMENTOS PRÉ-PROJETUAIS

6.1 Conceito e Partido Arquitetônico

Criar um ambiente acolhedor, seguro e inclusivo, onde cada criança e adolescente se sinta pertencente e amado. O projeto visa promover a sensação de lar, proporcionando espaços que estimulem o convívio social, o desenvolvimento pessoal e a integração com a natureza.

O partido arquitetônico será baseado na criação de ambientes amplos e bem iluminados, priorizando a funcionalidade e a acessibilidade. A distribuição dos espaços internos será pensada para garantir a privacidade e o conforto individual de cada residente, ao mesmo tempo em que favorece a interação e o convívio comunitário. Além disso, serão integrados espaços ao ar livre, como jardins e áreas de recreação, para promover o contato com a natureza e proporcionar momentos de lazer.

6.2 Programa de Necessidades

Com base no Manual de Orientações Técnicas e Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009, p. 80), a Infraestrutura de uma Casa Lar deve conter espaços mínimos com metragens parametrizadas conforme a Tabela 1, a qual fundamentou a elaboração do programa de necessidades.

ADMINISTRATIVO			ÍNTIMO	
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)	AMBIENTE	QUANTIDADE
RECEPÇÃO	1	9,00 m²	DORMITÓRIOS (acolhidos)	4
ADMINISTRATIVO	1	8,00 m²	BERÇÁRIO	1
PSICOLOGIA	1	8,00 m²	FRALDÁRIO	1
SERVIÇO SOCIAL	1	8,00 m²	BANHEIRO	6
SALA DE REUNIÃO	1	10,0m²	DORMITÓRIO (cuidador)	1
COPA	1	5,00 m²	SERVIÇO	
SANITÁRIO	1	3,50 m²	AMBIENTE	QUANTIDADE
DML	1	3,60 m²	COZINHA	1
SOCIAL			LAVANDERIA	1
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)	DESPENSA	1
SALA DE ESTAR	1	14,40 m²	DML	1
SALA DE JANTAR	1	12,00 m²	ESTENDAL	1
VARANDA	1	12,50 m²	ÁREA TOTAL:	
LAZER				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA (m²)		
BRINQUEDOTECA	1	12,0 m²		
BIBLIOTECA	1	28,0 m²		
SALA DE TV	1	20,0 m²		
PLAYGROUD	1	18,50 m²		

Tabela 1. Tabela de Programa de Necessidade e Setores.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

6.3 Análise Bioclimático e Estudo De Manchas

Conforme a Figura 3, o estudo bioclimático foi realizado juntamente com o estudo de manchas onde o lote tem a fachada principal voltada para o norte, com a lateral direita recebendo pouca luz solar durante a tarde, enquanto a lateral esquerda fica mais exposta ao sol no mesmo período. Além disso, o bairro tem restrições de altura das construções, o que facilita a circulação da ventilação predominante vinda do Nordeste. Atualmente, o terreno

possui muita vegetação rasteira e árvores de porte médio a grande.

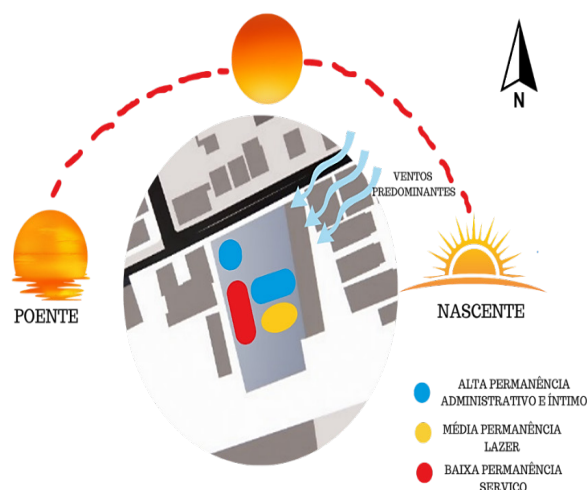


Figura 3. Estudo de Manchas e Análise Bioclimático

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

Portanto, a disposição dos setores da Casa Lar no terreno leva em consideração os aspectos climáticos mencionados, assim como a necessidade de interconexão entre os setores para garantir um fluxo eficiente na residência, visando aproveitar ao máximo a iluminação e ventilação predominantes. Dessa forma, as áreas íntimas e sociais foram posicionadas na região de maior permanência.

6.4 Estudos de Massas

Em seguida, foi elaborado o Estudo Massas para melhor visualização da disposição dos setores, suas conexões e distribuição dos ambientes no terreno, além da concepção inicial do volume que a residência adotará, isso é melhor visualizado na Figura 4.

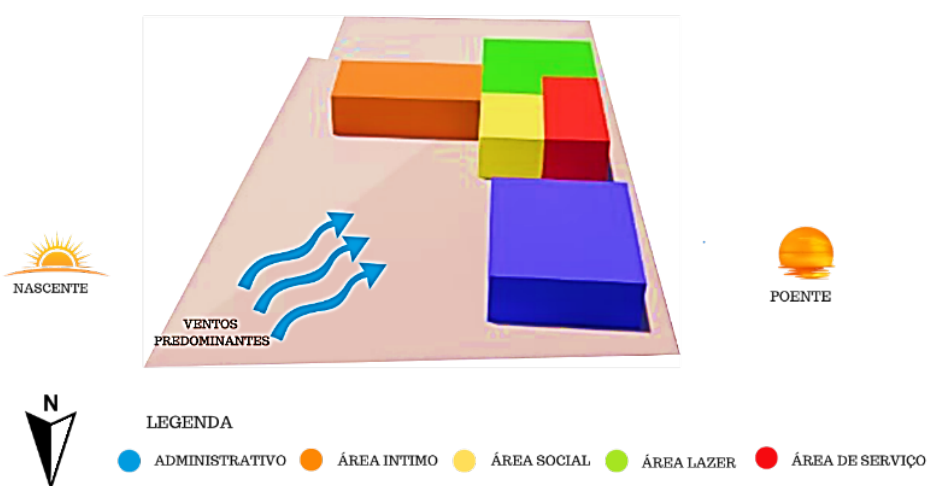
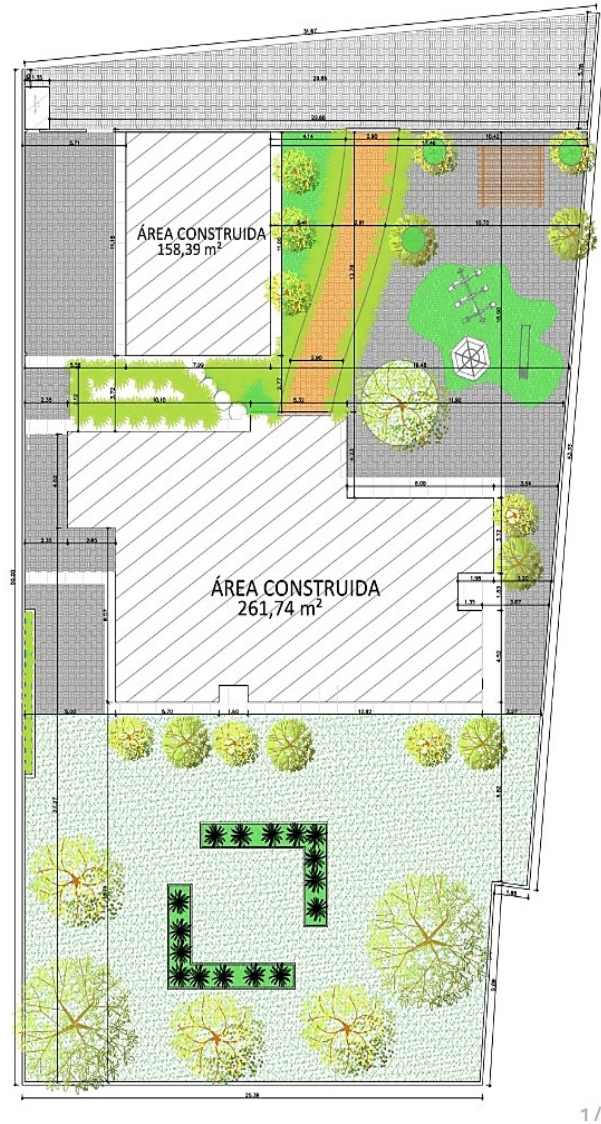


Figura 4. Estudo de Massas

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

7. PROJETO

A implementação do projeto foi realizada de maneira cuidadosa e bem planejada, levando em consideração as condições climáticas locais, que desempenharam um papel fundamental na distribuição e organização dos diferentes setores. Foi possível desenvolver um anteprojeto que reflete essas considerações. Essa proposta pode ser visualizada nas Figuras 5 e 6, que ilustram o resultado final dessa abordagem criteriosa. A planta de *layout* (Figura 7) revela a organização dos espaços na edificação.



1/1

Figura 5. Implantação Geral
Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

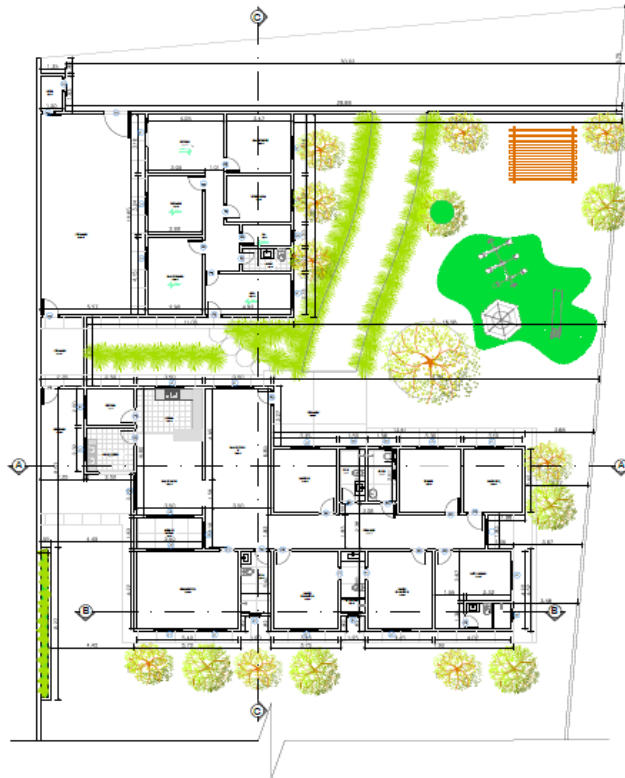


Figura 6. Planta baixa
Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)



Figura 7. *Layout*
Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

A fachada frontal do projeto foi pensada com uma abordagem minimalista, buscando a simplicidade e a elegância nas formas. Utilizou-se uma combinação de textura amadeirada com o tom cinza cromo, criando um contraste sutil entre o calor natural da madeira e a sofisticação do acabamento moderno. Essa integração entre materiais transmite uma sensação de harmonia, unindo o ambiente urbano à natureza de maneira contemporânea. O design visa não só a estética, mas também a criação de uma identidade visual que reflete a busca por equilíbrio e inovação, conforme apresenta-se nas Figuras 8.



Figura 8. Fachada frontal

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

A área de vivência foi projetada para ser um espaço acolhedor e estimulante, especialmente voltado para o bem-estar das crianças. Nela, conforme a Figura 9 inclui-se um *playground*, cuidadosamente planejado para oferecer diversão e segurança. A área livre foi pensada para que as crianças possam brincar e explorar de maneira livre, incentivando a interação com o espaço ao seu redor e promovendo o desenvolvimento motor e social.



Figura 9. Área de vivência

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024)

8. CONCLUSÃO

O estudo sobre o abrigo institucional Lar Calabria teve como objetivo avaliar e propor melhorias para otimizar o acolhimento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes

vulneráveis. A pesquisa abordou o estado atual do abrigo, o contexto histórico dos abrigos no Brasil, a implementação do modelo de casa lar e o cenário de acolhimento familiar, tanto nacionalmente quanto em São Luís, MA.

O estudo destaca a evolução das políticas de acolhimento, que passaram de um modelo punitivo para um modelo mais protetor e voltado ao bem-estar e reintegração social das crianças. A modalidade de Casa Lar foi ressaltada como eficaz por proporcionar um ambiente mais familiar e personalizado, essencial para o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes. Além disso, o acolhimento familiar, como prática emergente, surge como uma alternativa viável e humanizada ao acolhimento institucional, apesar dos desafios como a falta de famílias acolhedoras e o suporte governamental insuficiente.

Recomenda-se que o Lar Calabria considere integrar aspectos do modelo de casa lar, além de buscar parcerias para expandir o acolhimento familiar. Também é importante fortalecer políticas públicas e programas de capacitação para famílias acolhedoras, garantindo que o acolhimento seja alinhado com as necessidades dos jovens.

Este estudo reforça a importância de um compromisso contínuo com a melhoria dos sistemas de acolhimento, promovendo ambientes que protejam e incentivem o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. A esperança é que, com melhorias e práticas mais humanizadas, o Lar Calabria se torne um modelo de sucesso na reintegração social de jovens vulneráveis.

REFERÊNCIAS

- ARCHDAILY. **Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes / Marjan Hessamfar & Joe Vérons**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons>. Acesso em: 29 maio. 2024.
- DARCANCHY, Andrielly. **Famílias acolhedoras: uma revisão crítica da literatura científica sobre acolhimento familiar de crianças e adolescentes**. 2022. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- FONSECA, Franciele Fagundes. *et al.* As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, p. 258-264, 2013.
- FRANÇA-FREITAS, Maria Luiza Pontes de; DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda AP. Bem estar subjetivo: um estudo comparativo entre crianças dotadas e talentosas e crianças não dotadas. **Boletim-Academia Paulista de Psicologia**, v. 39, n. 97, p. 183-191, 2019.
- GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi. **Formação de vínculos e interação entre cuidadores e crianças em um abrigo**. 2016. 217 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- HESSAMFAR, Marjan; VÉRONS, Joe. **Centro de Bem-Estar para Crianças e Adolescentes / Marjan Hessamfar & Joe Vérons**. 2015. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/765064/centro-de-bem-estar-para-criancas-e-adolescentes-marjan-hessamfar-and-joe-verons>>. Acesso em 20 de abril de 2024.
- ITO, Sidney Issao; AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 1, p. 276-303, 2021.
- LIMA, Rebeca Fernandes Ferreira; DE MORAIS, Normanda Araujo. Fatores associados ao bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua. **Psico**, v. 47, n. 1, p. 24-34, 2016.
- MOURA, Mariana de Almeida de; SILVA, Marta Regina Paulo da. Acolhimento institucional no contexto histórico brasileiro pós Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): Institutional Shelter in the Brazilian historical context post Child and Adolescent Statute (ECA). **Revista Cocar**, v. 15, n. 33, 2021.
- NUNES, Mariana Martins Coelho Almeida. **Acolhimento institucional e acolhimento familiar: uma análise sobre os desafios e entraves na implementação da família acolhedora em São Luís (MA)**. Editora CRV, 2021.



REZENDE, Kamila; CAPPELLARI, Heloisa Cristina Luiz; PAGANI, Lucas Augusto Gaioski. Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e18611124587-e18611124587, 2022.

RIBEIRO, Jully Gomes. **Um Lar para crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: uma investigação sobre Casa Lar**. 2020. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMCAS). **Acolhimento Familiar e Institucional**. 2019. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/semcas/conteudo/157>. Acesso em: 05 dez. 2024.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. Sentidos de desacolhimento de mães sociais dos sistemas de casas lares. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 199-210, 2015.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; LAHR, Talita Bueno Salati. Proteção e bem-estar na escola: um emaranhado de nós para desatar em contextos pós-pandêmicos. **Revista tópicos educacionais**, v. 27, n. 1, p. 62-78, 2021.

capítulo 8

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA E AQUAVIÁRIA DE MARACAÇUMÉ *MARACAÇUMÉ BUS AND WATER STATION*

Yuri Pereira Marques

Andreia Jane Leandro Camara

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

A pesquisa justifica-se pela observação de problemas recorrentes em cidades maranhenses, onde trabalhadores e viajantes enfrentam riscos devido à falta de infraestrutura. O objetivo geral é a criação de uma estação rodoviária e aquaviária que ofereça sistema adequado para todos e os objetivos específicos incluem identificar as necessidades dos usuários, analisar projetos de referência, basear-se nos conceitos de Kevin Lynch (2011) e Jan Gehl (2013), e desenvolver uma proposta arquitetônica de um terminal multimodal para o município de Maracaçumé. Para a metodologia adotou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com levantamento local envolvendo entrevistas e questionários. As referências bibliográficas incluem teorias de Kevin Lynch (2011), em sua obra sobre “legibilidade urbana”, Jane Jacobs (2011), no livro “Morte e Vida das Grandes Cidades” sobre a importância da diversidade de usos e vitalidade urbana, e Jan Gehl (2013), em “Cidades para Pessoas” sobre o conceito de fachada ativa. O projeto visa integrar diferentes modais de transporte, proporcionando um ambiente seguro, confortável e sustentável, e promovendo a convivência e bem-estar da comunidade. Esta pesquisa visa contribuir com a melhoria da qualidade de vida na região.

Palavras chaves: Estação, intermodal, infraestrutura.

Abstract

The research is justified by the observation of recurring issues in cities of Maranhão, where workers and travelers face risks due to a lack of infrastructure. The general objective is to create a bus and waterway station that provides an adequate system for everyone. The specific objectives include identifying users' needs, analyzing reference projects, basing the work on the concepts of Kevin Lynch (2011) and Jan Gehl (2013), and developing an architectural proposal for a multimodal terminal in the municipality of Maracaçumé. The methodology adopted includes both qualitative and quantitative research, with local data collection involving interviews and questionnaires. The bibliographic references include theories by Kevin Lynch (2011), in his work on “urban legibility,” Jane Jacobs (2011), in the book *The Death and Life of Great American Cities* on the importance of mixed uses and urban vitality, and Jan Gehl (2013), in *Cities for People* on the concept of active facades. The project aims to integrate different transport modes, providing a safe, comfortable, and sustainable environment while promoting community interaction and well-being. This research seeks to contribute to the improvement of the quality of life in the region.

Keywords: Station: intermodal, infrastructure.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a elaboração de uma proposta arquitetônica de uma estação rodoviária e aquaviária que é de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico e a segurança dos usuários dos transportes em qualquer município. Maracaçumé, situada no estado do Maranhão, localiza-se ao longo da rodovia BR-316 e margeada pelo Rio Maracaçumé. Esta cidade, com sua localização estratégica, serve como ponto de partida para passageiros e transportadoras que se dirigem a diversas regiões do estado do Maranhão e se conectam diretamente com cidades que são grandes centros de extração de minérios, além de ficar próximo a capital Belém do estado do Pará.

Maracaçumé possui uma economia predominantemente baseada na agricultura, pesca, extração de areia e argila, atividades que demandam um sistema de transporte eficiente para escoamento de produtos e mobilidade de trabalhadores. A ausência de um ambiente adequado faz com que muitos usuários fiquem expostos as condições inseguras e inadequadas.

A proposta de uma estação visa proporcionar um local seguro e confortável para que passageiros, caminhoneiros, motoristas de ônibus e pescadores possam aguardar, descansar, alimentar-se, higienizar-se, embarcar e desembarcar. Além disso, a falta de espaços destinados ao lazer e cultura na região justifica a necessidade de um espaço interativo que beneficie tanto os habitantes locais quanto os transeuntes e usuários dos meios de transporte, integrando funcionalidades que contribuam para o bem-estar e a qualidade de vida da população que vai estimular o turismo e potencializar o crescimento econômico da região.

A escolha do tema justifica-se pela observação de um problema recorrente em diversas cidades maranhenses: que é a falta de infraestrutura adequada para esses trabalhadores e transeuntes. Muitas vezes, esses profissionais e viajantes são obrigados a esperar longos períodos em condições precárias, expondo-se a riscos de segurança e saúde. A criação de uma estação integrada rodoviária e aquaviária pode solucionar essas questões, promovendo não apenas o conforto e a segurança, mas também o desenvolvimento social e econômico da região. Além disso, ao incluir espaços de lazer e cultura, o projeto visa atender a uma demanda crescente por áreas públicas que promovam a convivência e o bem-estar da população.

O objetivo geral deste trabalho é proporcionar a criação de uma estação rodoviária e aquaviária que ofereça transporte adequado para todos, promovendo conforto, segurança e bem-estar, além de integrar praça de alimentação, espaços de lazer e cultura.

Identificar as necessidades específicas dos motoristas, passageiros, pescadores e outros usuários da estação; entender projetos de rodoviárias e cais de embarque que incluem restaurantes, abrigos para caminhoneiros, pescadores e demais usuários da estação, espaços de lazer e contemplação paisagística; basear-se no conceito de Kevin Lynch (2011) sobre a importância da legibilidade e da imagem da cidade. No qual ele defendia que a combinação de altas densidades, especialmente nas áreas centrais, com grandes áreas verdes, mediante a construção em altura; basear-se também, na teoria de Jan Gehl (2013), que defende a necessidade de repensar o planejamento urbano em focar nas necessidades da população e valorizar a escala humana por meio do protagonismo e participação ativa das pessoas, para tornar as cidades locais mais igualitários, ressaltando a importância do espaço público como elemento intimamente ligado à democracia; Desenvolver uma proposta de estação que atenda a todas essas necessidades e contribua para a melhoria da qualidade de vida na região.

Para o desenvolvimento desta proposta, foi adotada uma abordagem baseada em pesquisa qualitativa e quantitativa, realizou-se um levantamento local envolvendo usuários potenciais da estação. Esse levantamento incluiu entrevistas e questionários para identificar as principais demandas e problemas enfrentados. Esses estudos são fundamentais em projetos de revitalização de espaços públicos, que incluem ambientes de lazer e abrigos para caminhoneiros, além de cais de embarque com restaurantes e espaços culturais.

Realizou-se a pesquisa às margens da rodovia BR-316, no município de Maracaçumé, com moradores, caminhoneiros, passageiros, pescadores e outros usuários potenciais da estação. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e questionários, a fim de identificar as principais demandas, problemas enfrentados e sugestões de melhorias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento de uma estação intermodal, abrangendo tanto o transporte rodoviário quanto aquaviário, destinada a oferecer conforto e segurança a todos os usuários que atualmente enfrentam condições precárias às margens da rodovia, e para isso, é necessária uma base sólida de planejamento urbano. Este projeto se apoia nas contribuições de urbanistas renomados, cujas abordagens são essenciais para compreender e projetar ambientes urbanos eficazes e acolhedores. Essas perspectivas oferecem uma estrutura detalhada para garantir que a estação não só atenda às necessidades funcionais, mas também promova a qualidade de vida e a interação social.

Jane Jacobs (2011), em sua obra “Morte e Vida das Grandes Cidades”, destaca a importância da diversidade de usos e da vitalidade urbana. Segundo Jacobs (2011), a presença de diversos tipos de atividades em um mesmo espaço contribui para a segurança e a dinâmica do ambiente urbano. Jane Jacobs (2011), defende que “a mistura de usos residenciais, comerciais e de lazer promove a interação social e a vigilância natural, criando espaços mais seguros e vibrantes”. Aplicando essa teoria ao projeto da estação, é essencial integrar funções variadas como transporte, comércio, lazer e cultura para criar um ambiente dinâmico e seguro.

Jan Gehl (2013), em “Cidades para Pessoas”, enfatiza a necessidade de projetar cidades que priorizem as pessoas e não os automóveis. Para Gehl (2013), a qualidade dos espaços públicos é fundamental para promover a interação social e a qualidade de vida. Gehl (2013), argumenta que “espaços públicos devem ser atraentes, seguros e convidativos, incentivando as pessoas a utilizarem-nos e a interagir”. Portanto, o projeto da estação deve incluir áreas de convivência, zonas de sombra, paisagismo agradável e mobiliário urbano confortável para encorajar os usuários a permanecerem e interagir no local.

Kevin Lynch (2011), em “A Imagem da Cidade”, introduz o conceito de legibilidade urbana, que se refere à facilidade com que as pessoas podem compreender e navegar pelo ambiente urbano. Lynch (2011) afirma que “a legibilidade é essencial para que os cidadãos se orientem facilmente, encontrando rapidamente as instalações e serviços que necessitam”. Aplicando essa teoria, o projeto da estação deve incluir sinalização clara, rotas bem definidas e pontos de referência visuais que ajudem na orientação espacial. A disposição dos espaços deve ser intuitiva, promovendo uma experiência agradável e eficiente para todos os usuários.



Imagem 1. Rua Grande, São Luís, Maranhão

Fonte: <https://atual7.com/noticias/maranhao/2018/12/complexo-deodoro-e-1a-etapa-da-rua-grande-serao> (2018)

Além disso, o conceito de fachada ativa, que se refere a edifícios cujas fachadas no térreo são ocupadas por lojas, cafés, restaurantes ou outros serviços, é crucial para manter a vitalidade urbana. Segundo Jan Gehl (2013), “as fachadas ativas promovem a interação entre os pedestres e os edifícios, criando uma atmosfera mais acolhedora e segura”. No projeto da estação, a inclusão de fachadas ativas pode incentivar o uso contínuo dos espaços, melhorar a segurança por meio da vigilância natural e fomentar a economia local.

A interação entre o público e o privado se revela na zona de transição entre o edifício e a rua, onde a circulação dos pedestres desempenha um papel crucial. É nesse ponto que se encontram as portas, janelas, vitrines e outros elementos arquitetônicos de passagem e visualização. Assim, é no nível de circulação dos pedestres, na escala da rua, que se manifesta a dinâmica da fachada ativa, como pode ser observado na imagem 1.

Cecília Herzog (2013), em “Cidades para Todos, enfatiza a importância de um planejamento urbano inclusivo, que considere as diferentes necessidades da população, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas ou limitações, possam acessar e usufruir da cidade de forma igualitária. Esse conceito visa criar um ambiente urbano que promova a participação plena e o bem-estar de todas as pessoas, sem discriminação.

Integram-se assim, as teorias de Jacobs (2011), Gehl (2013), Lynch (2011) e Herzog (2018) para criar um projeto que não só atenda às necessidades funcionais dos usuários, mas que também promova a qualidade de vida, que é essencial para o bem-estar de cada pessoa. A proposta de uma estação integrada, que combina diferentes usos e serviços, visa garantir que o projeto seja não apenas operacional, mas também um impulsionador para a renovação urbana, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e sustentável.

2.1 Mobilidade Urbana

No contexto urbano contemporâneo, a eficiência dos transportes coletivos desempenha um papel crucial na promoção da mobilidade urbana sustentável. As cidades enfrentam desafios crescentes relacionados ao aumento da frota de veículos particulares, que não apenas são reservados para a gestão do tráfego, mas também para a gestão ambiental. Lewis Mumford (1961), em sua obra “Cidade Na História, A”, para Mumford (1961), o automóvel fragmenta as comunidades, destrói bairros históricos e promove a dispersão urbana, levando ao surgimento de cidades sem centro e com uma qualidade de vida inferior”. A implantação de equipamentos urbanos que priorizam o transporte coletivo eficiente não apenas reduz a emissão de poluentes, mas também promove uma distribuição mais

equitativa do espaço urbano, melhorando a acessibilidade para todos os cidadãos.

Além disso, tais estruturas urbanas têm o potencial de integrar diferentes modais de transporte, incentivando a intermodalidade e facilitando deslocamentos mais rápidos e seguros entre os locais. Terminais de transporte bem desenhados podem conectar ônibus, trens, bicicletas e outros modos de transporte, permitindo que os usuários se locomovam de maneira mais eficaz e sustentável. A intermodalidade, ao combinar diferentes formas de transporte, oferece uma solução prática, garantindo que todas as áreas da cidade sejam acessíveis.

Investir em infraestruturas que suportem e promovam o transporte coletivo não é apenas uma necessidade, mas uma estratégia fundamental para a construção de cidades mais habitáveis e sustentáveis. Infraestruturas como estações intermodais e corredores exclusivos para ônibus podem transformar a experiência de deslocamento urbano, tornando-a mais eficiente, confortável e segura. Além de melhorar a qualidade do ar e reduzir os congestionamentos, esses investimentos também estimulam a economia local, facilitando o acesso a empregos, educação e serviços.

A promoção do transporte coletivo eficiente também está alinhada com os princípios de urbanismo contemporâneo defendidos por especialistas como Kevin Lynch (2011), Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2013). Lynch (2011), enfatiza a importância da “legibilidade urbana”, onde as infraestruturas de transporte bem planejadas tornam a navegação pela cidade mais intuitiva e agradável. Jacobs (2011), destaca a necessidade da “diversidade de usos e vitalidade urbana”, que podem ser fortalecidas por terminais de transporte que servem como pontos de encontro e interação social. Gehl (2013), por sua vez, ressalta a importância de “criar espaços públicos ativos e seguros”, que encoraje as pessoas a caminhar e utilizar o transporte coletivo, promovendo uma vida urbana mais saudável e vibrante. Herzog (2018), defende que “o planejamento urbano deve ser inclusivo e garantir acessibilidade universal para todas as pessoas, independentemente de suas condições”, que visa eliminar obstáculos que impedem a inclusão e participação de todos no meio urbano, com o pleno uso da acessibilidade para todos.

Portanto, ao considerarmos a mobilidade urbana e a importância dos transportes coletivos, é evidente que a criação e implementação de equipamentos urbanos voltados a esse propósito são fundamentais. Eles não apenas atendem às necessidades imediatas de deslocamento dos cidadãos, mas também importantes para um futuro urbano mais sustentável, inclusivo e equilibrado.

3. METODOLOGIA

Para o planejamento da estação intermodal, adotou-se uma metodologia integrada que incluiu uma pesquisa teórica, coleta de informações em campo com dados qualitativos e quantitativos, também foram feitos levantamentos dos aspectos físicos e legais, para elaboração de estudos preliminares e de viabilidade.

A tabela 1 a seguir, demonstra os resultados da entrevista realizada no município, no qual estão inseridos os anseios da população local. Na primeira coluna, estão inseridos os modais e áreas específicas a serem implantadas no projeto. A segunda coluna, encontra-se o número específico de pessoas que sugeriram a necessidade da implantação dos elementos da primeira coluna. A terceira, cita os benefícios das sugestões escolhidas por cada entrevistado. A taxa de aprovação, é proporção de aceitação de cada sugestão da primeira coluna. Para este levantamento, foram entrevistadas 87 pessoas.

SUGESTÃO DO ENTREVISTADOS	NÚMERO DE SUGESTÕES	JUSTIFICATIVA	TAXA DE APROVAÇÃO
RODOVIÁRIA	52 PESSOAS	RODOVIÁRIA OFERECE CON-FORTO E SEGURANÇA PARA OS VIAJANTES	48%
CAIS	4 PESSOAS	OFERECE SEGURANÇA PARA PESCADORES E LAZER PARA A POPULAÇÃO E TRANSEUNTES	2%
ÁREA PARA CAMINHONEIROS	17 PESSOAS	ÁREA COM ABRIGO E ESTACIONAMENTO PARA CAMINHONEIROS OFERECE SEGURAÇA E CONFORTO	17%
LAZER E CULTURA	13 PESSOAS	ESPAÇO PARA O LAZER, CUL-TURA E GASTROMIA OFERECE INTERAÇÃO SOCIAL	9%
ESTAÇÃO INTEGRA-DA	87 PESSOAS	TODAS AS OPÇÕES SUGERIDAS INTEGRADAS EM UM SÓ LOCAL	100%

Tabela 1. Dados quantitativos e qualitativo da pesquisa feita no local

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa teórica abrangente, utilizando livros, artigos acadêmicos e documentos relacionados aos principais urbanistas mundiais. Esta pesquisa focou na compreensão dos princípios de Jacobs (2011), Gehl (2013) e Lynch (2011). Essa pesquisa incluiu a observação direta do ambiente urbano, análise da circulação de pedestres e veículos, e identificação das demandas do público-alvo.

4. ESTUDOS DE PROJETOS DE REFERÊNCIA

O estudo de referência baseia-se no Porto de Fukuoka, localizado em Fukuoka, Japão, e na Estação Marítima e Rodoviária de Macau, situada em Macau.



Imagem 2. Porto de Fukuoka no Japão

Fonte:istockphoto.com (2014)

Imagem 3. Estação Marítima e Rodoviária de Macau. Fonte: <https://hojemacau.com.mo> (2014)

Os terminais se destacam por possuírem elementos arquitetônicos que promovem a interação entre o público e o privado, como fachadas ativas que incluem vitrines, portas de acesso e espaços de espera cobertos e ao ar livre. Isso contribui para uma experiência agradável e funcional para os usuários, incentivando o uso dos espaços públicos e propor-

cionando conforto durante a espera. A aplicação dos princípios observados no Porto de Fukuoka e na Estação Marítima e Rodoviária de Macau irá fortalecer o desenvolvimento do projeto, garantindo um espaço urbano que atenda às necessidades dos usuários e da comunidade local.

5. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

5.1 Condicionantes físicos territoriais

Realizou-se um levantamento detalhado dos aspectos físicos do terreno onde a estação será construída. Isso incluiu a análise da topografia, infraestrutura existente, restrições ambientais, elementos condicionantes, microclima.

Com uma área de 32.641,48 metros quadrados e perímetro de 943.78 metros, o lote tem uma vegetação predominantemente rasteira, com pouquíssimas árvores de médio porte. Suas testadas confrontam com a Avenida Dayse de Sousa, com a Rua Beira Rio e com o Rio Maracaçumé, a testada confrontante com a Avenida, não possui nenhum tipo de pavimentação, sendo necessária a limpeza e construção da via até o lote.



Imagem 4. fotografia área do lote, Maracaçumé, Maranhão

Fonte: prefeitura de maracaçumé (2024)

A descrição do perímetro segue as arestas no sentido horário, iniciando-se na testada confrontante com a rodovia, que possui distância de 100.94 metros, até chegar na aresta confrontante com a Rua Beira Rio, que possui distância de 382.26 metros, até chegar na aresta posterior confrontante com a propriedade de terceiros, que possui distância de 70.13 metros, até chegar na aresta confrontante com o Rio Maro ponto que possui distância de 390.40 metros, até chegar na aresta confrontante com o ponto inicial da descrição deste perímetro.



Imagem 5. Planta de Localização

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

É importante destacar, que o lote em questão, encontra-se com afastamento superior 32 metros das faixas de domínio e com 127 metros de afastamento das faixas marginais do curso natural d'água. Portanto, está dentro parâmetros legais exigidos.

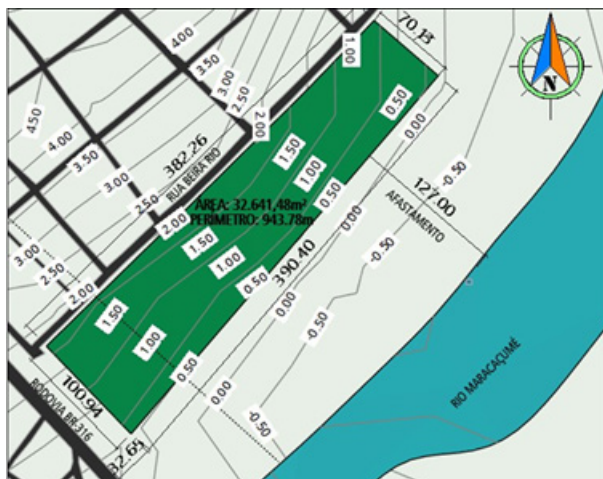


Imagem 6. Planta de Curvas de Níveis

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

5.2 Condicionantes Legais

Foi realizado um levantamento das condicionantes legais para implantação do equipamento no município de Maracaçumé. No entanto, constatou-se que o município não possui Plano Diretor e nenhuma outra lei de índices urbanísticos, neste caso foram adotadas leis vigentes no regimento federal.

O lote está inserido no município de Maracaçumé, no estado do Maranhão. Constatou-se que o município não possui plano diretor nem outras leis de índices urbanísticos. Devido à localização do lote às margens da BR-316 e do Rio Maracaçumé, foram adotadas as leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DENIT), que estabelece normas de construção ou ocupação ao longo das faixas de domínio público das rodovias e a lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Per-

manente e as áreas de Reserva Legal.

A implementação do projeto requer a observância de uma série de condicionantes legais devido à falta de um plano diretor e outras regulamentações urbanísticas específicas no município. Essas leis e normas estabelecem requisitos específicos para a ocupação e uso do solo, como a reserva de faixas não edificáveis ao longo das rodovias, a destinação de áreas para circulação e equipamentos urbanos, e a proteção de áreas de preservação permanente. A conformidade com essas regulamentações exige a elaboração e aprovação de projetos detalhados, estudos topográficos, memoriais e licenças necessárias junto aos órgãos competentes.

5.2.1 Sobre as Faixas de Domínio Público

Esta Lei altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou distrital, que estabelece os seguintes requisitos:

III - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado poderão ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado. (Redação dada pela Lei nº 13.913, de 2019).

III-A. - ao longo das águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado.

5.2.2 Sobre o Novo Código Florestal

No capítulo II, das áreas de preservação permanente, seção I, Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente, Art. 4º, considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - As faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

5.3 Resultados da pesquisa

O município de Maracaçumé está localizado no estado do Maranhão. Segundo o último censo do IBGE, realizado em 2020, possui uma população estimada de aproximadamente 21.164 habitantes. Em termos geográficos, Maracaçumé abrange uma área territorial de aproximadamente 1.283,457 km². Economicamente, o município é predominantemente voltado para atividades agrícolas e agropecuárias, com destaque para a produção de mandioca, milho, feijão e criação de gado. Além disso, possui um pequeno comércio local que atende às necessidades básicas da população, incluindo mercados, lojas de produtos agrícolas e pequenos serviços. No que diz respeito à infraestrutura urbana, Maracaçumé possui uma quantidade limitada de residências, concentradas principalmente na área central da cidade. Quanto à hospedagem, o município dispõe de alguns hotéis e pousadas destinadas principalmente a turistas e visitantes ocasionais.

Devido a essa localização estratégica, a cidade desempenha um papel fundamental como ponto de partida para passageiros e transportadoras que se dirigem a diversas regiões do estado. Além disso, serve como elo direto com importantes centros de extração de minérios como ouro, bauxita, areia, água mineral, entre outros, localizados em cidades como Cachoeira do Piriá, Centro Novo do Maranhão, Ilha de Trauíra em Cândido Mendes, Godofredo Viana e Centro do Guilherme. O que ocasiona um intenso fluxo de pessoas e veículos, especialmente carretas, que utilizam suas vias como rota principal para acessar essas áreas de produção e distribuição e justifica o intenso fluxo de pessoas e atividades econômicas. A cidade também está próxima à capital do estado do Pará, Belém, o que a coloca em uma posição central entre esses importantes polos econômicos, interligando o Maranhão ao Pará.

O terreno proposto está situado na Avenida Dayse de Sousa, paralelo a Rodovia Br-316 e as margens do rio Maracaçumé, no bairro Centro, no município de Maracaçumé do Estado do Maranhão. Trata-se de uma região que se destaca por diversas características que a tornam uma área vibrante e movimentada. O entorno é conhecido por abrigar uma grande concentração de edificações comerciais, bares e casas de eventos. A visão para o rio favorece uma paisagem natural marcante. No local, também tem um grande fluxo de veículos automotores, em dias de eventos, feriados e finais de semanas, a concentração de pessoas e veículos aumenta muito, em especial, caminhões que estacionam ao longo da avenida. A presença significativa dessas edificações comerciais, sugere um ambiente urbano desenvolvido, com uma ampla oferta de unidades residenciais e comerciais. Essa característica pode ser um atrativo para investidores imobiliários e empresas que desejam se estabelecer em um ambiente urbano. Além disso, o entorno também possui, o mercado municipal, feira de alimentos, açougues, peixarias, depósitos de bebidas, hotéis, lanchonetes, sorveterias, entre outros.

O bairro é caracterizado por ser agitado e dinâmico, contribuindo com o entretenimento e atividades sociais dos habitantes e transeuntes. A grande presença de barracas de refeições é um indicativo do fluxo intenso de pessoas. Isso é conveniente para as pessoas que desejam refeições rápidas e práticas.





Imagem 7. Entorno do lote (perímetro do lote demarcado com linhas tracejadas), Maracacumé, Maranhão
Fonte: prefeitura de maracacume (2024)

5.4 PROGRAMA DE NECESSIDADES

PRÉ-DIMENSIONAMENTO			
SETOR	AMBIENTE	QUANT	ÁREA PREVIST A (m²)
ADMINIS- TRATIVO	ADMINISTRAÇÃO DO TERMINAL	1	16,00
	SALA DE CONTROLE	1	36,00
	SERVIÇOS GERAIS/MANUTENÇÃO	1	13,00
	DEPÓSITO DE LIXO	5	12,00
	ALMOXARIFADO	1	40,00
	BANHEIRO PCD	2	5,40
	BANHEIROS E VESTIÁRIOS	2	74,00
	CANTINA	1	21,00
	GLP	1	3,00
	RECURSOS HUMANOS	1	12,00
	REFEITÓRIO	1	70,00
	ÁREA TÉCNICA	1	50,00
	RESERVATÓRIO	1	7,00
SERVIÇO PÚBLICO	SALA DE REUNIÕES	1	30,00
	DEPÓSITO DE MATERIAIS DE LIMPEZA	1	5,00
	ACHADOS E PERDIDOS	1	12,00
	INFORMAÇÃO	1	10,00
	POLÍCIA	1	25,00
	JUIZADO DE MENORES	1	30,00
	AMBULATÓRIO	1	35,00
	ASSISTENCIA SOCIAL	1	20,00
	SALVA VIDAS	1	12,00
	TELEFONE PÚBLICO	1	12,00

USO PÚBLICO	ACESSO SAÍDA	3	370,00
	ÁREA DE ESPERA/SAGUÃO	1	175,00
	CIRCULAÇÃO VERTICAL	2	50,00
	FRAUDÁRIO	1	15,00
	LAVABOS PCD	2	5,00
	LAVABOS	2	32,00
	BICICLETÁRIO	2	35,00
	TAXI	1	75,00
	ESTACIONAMENTO	1	580,00
	JARDINS	2	1500,00
	PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO	1	1400,00
	DEQUE	2	2000,00
	MIRANTE	1	105,00
	GAZEBO	4	20,00
COMERCIAL	PISTA DE COOPER	1	2300,00
	CICLOVIA	1	2800,00
	JORNAIS REVISTA	1	12,00
	LIVRARIA	1	17,00
	FARMÁCIA	1	21,00
	CONVENIÊNCIA	1	43,00
	LANCHONETE	15	20,00
	BAR RESTAURANTE	4	58,00
	CAIXA ELETRÔNICO	1	5,00
	CAFETERIA	1	50,00
	RECEPÇÃO	1	6,00
	SUÍTES HOSPEDAGEM	10	9,00
	BANHEIROS SUÍTES	10	3,00
	BANHEIROS E VESTIÁRIOS	2	40,00
OPERAÇÕES	PEDAGIO	2	11,00
	ESTACIONAMENTO PARA CAMINHÕES	1	3750,00
	BILHETERIA	5	5,00
	PLATAFORMAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE	2	360,00
	ÁREA DE MANOBRAS	1	2100,00
	ENTRADA E SAÍDA DE VEÍCULOS	2	30,00
	CABINE DE FISCALIZAÇÃO	4	4,00
CULTURA	PLATAFORMA DE EMBARQUE/DESEMBARQUE ÔNIBUS	1	360,00
	PLATAFORMA DE EMBARQUE/DESEMBARQUE DO CAIS	4	789,00
CULTURA	ÁREA PARA EVENTOS COM PALCO DE APRESENTAÇÃO	1	1200,00

Tabela 2. Programa de necessidades

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

5.5 Memorial justificativo

Foi realizada uma análise para a seleção das tecnologias e materiais mais adequados ao projeto, levando em consideração aspectos de sustentabilidade, durabilidade, eficiência energética e custo-benefício. Por conseguinte, analisou-se a disponibilidade de recursos locais para iniciar a definição do partido arquitetônico.

Este projeto inovador propõe a construção de uma estação intermodal que contempla a funcionalidade, o conforto e uma relação harmoniosa com o contexto natural e urbano de Maracaçumé. O estilo adotado é o contemporâneo, caracterizado por formas curvas e livres gerando ambientes dinâmicos e sensoriais. Para os materiais, foram adotados o concreto aparente, madeira, azulejos na cor amarela, aço e vidro. Estes elementos foram escolhidos para conferir ao edifício uma estética leve e sofisticada, além de garantir durabilidade e eficiência ao conjunto, imagem 8.

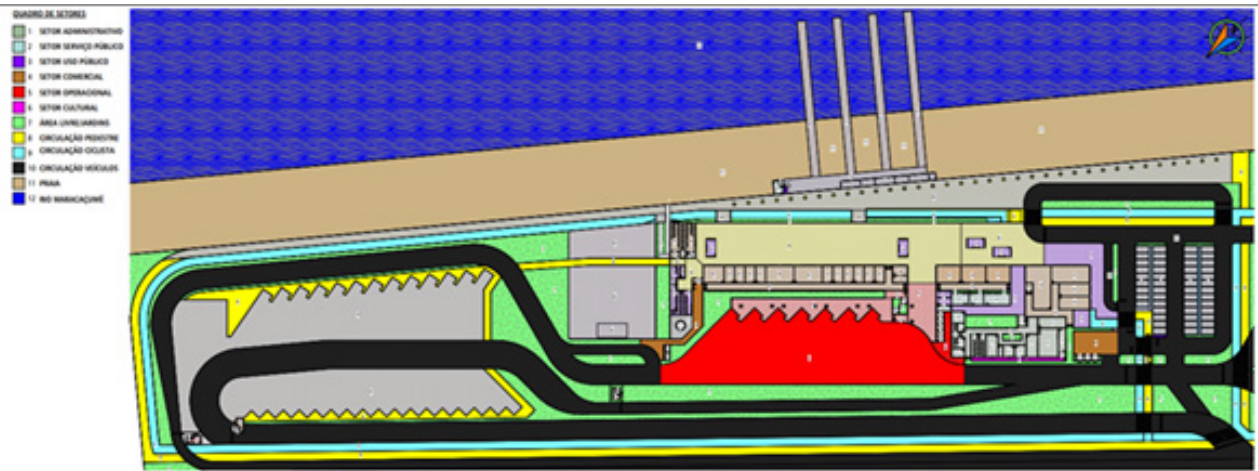


Imagem 8. Planta de Setorização

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A organização espacial foi planejada de maneira a promover fluidez e acessibilidade, integrando a estação ao seu entorno. As fachadas utilizam grandes esquadrias em aço e vidro, grandes vãos com brises para auxiliar na proteção contra raios solares, criando transparência e favorecendo a iluminação e ventilação natural, o que contribui para o conforto ambiental e redução de consumo de energia. Para tornar o espaço ao redor mais convidativo, o projeto é composto por um paisagismo leve com palmeiras e árvores que circundam toda a estação.

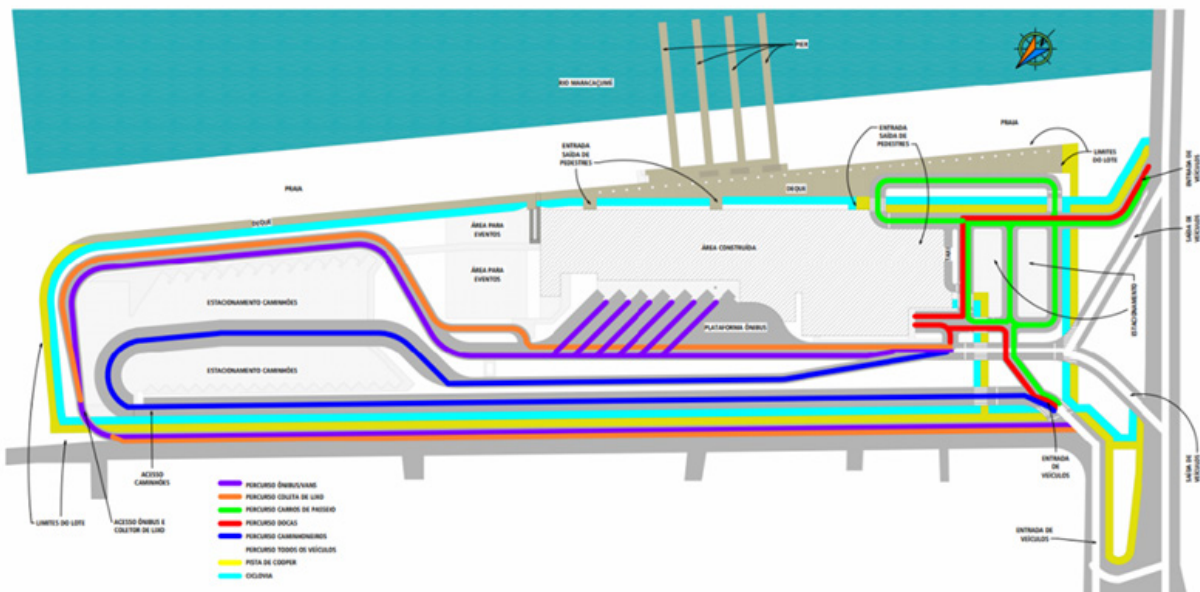


Imagem 09. Planta de Implantação

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os telhados contam com telhas termoacústica e telhados verde, que foi projetado com detalhes em vidro laminado e vazios locados de forma estratégica, principalmente sobre as circulações internas o que permite a entrada de luz natural (imagem 10 e 11).



Imagem 10. Corte B

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)



Imagem 11. Fachada Noroeste

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Além disso, foram implantados jardins internos para auxiliar na ventilação dos ambientes internos (imagem 12), criando ambientes acolhedores nos setores sociais. Além disso, foram adotados pé-direito duplo nos setores de uso público.

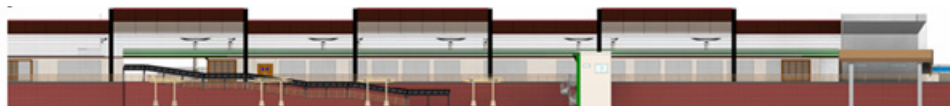


Imagem 12. Fachada Sudeste

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Na área externa, uma pista de cooper e uma ciclovia foram estrategicamente inseridas para estimular a prática de atividades físicas e a integração com o ambiente. (imagem 13)



Imagem 13. Fachada estação rodoviária e aquaviária de Maracaçumé

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

A escolha de cores vibrantes deste setor facilita a orientação do usuário (imagem 14).



Imagem 14. Fachadas estação rodoviária e aquaviária de Maracaçumé

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

As margens do Rio Maracaçumé, foi projetado um deque de madeira (imagem 15) que percorre toda a orla que é composta por uma alameda de palmeiras.



Imagem 15. Vista da estação rodoviária e aquaviária de Maracaçumé

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

No qual integra a praça de alimentação à praia, que utiliza uma rampa de acesso em pedras e concreto dando acesso a areia e ao píer de madeira que possui caramanchão em quase toda sua extensão. (imagem 16).



Imagem 16. Vista da estação rodoviária e aquaviária de Maracaçumé

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Ao lado do estacionamento para caminhoneiros, fica a área destinada para eventos municipais. (imagem 17). Este espaço conta com um palco em com base concreto armado e telhado metálico.



Imagem 17. Vista da estação rodoviária e aquaviária de Maracumé

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

6. CONCLUSÃO

Com base nas diretrizes apresentadas, a proposta da estação intermodal de Maracumé vai além de suprir as deficiências de infraestrutura e transporte, promovendo um impacto positivo no tecido social e econômico local. O projeto integra elementos arquitetônicos modernos, sustentabilidade e acessibilidade, criando um espaço que reflete as necessidades e anseios da comunidade. Dessa forma, busca-se não apenas atender às demandas funcionais, mas também fomentar um ambiente urbano mais seguro, inclusivo e propício à interação social, contribuindo para o desenvolvimento regional de maneira sustentável e inovadora.

Em resumo, o projeto foi idealizado para atender às necessidades dos usuários, oferecendo uma estação intermodal que combina funcionalidade, conforto, estética e harmonia com o ambiente natural. A seleção cuidadosa de materiais e soluções arquitetônicas modernas, aliada a práticas sustentáveis, visa criar um espaço preparado não apenas para as demandas atuais, mas também para os desafios futuros da mobilidade urbana. Além de priorizar o bem-estar e a segurança dos usuários, o projeto busca promover uma vivência única, com paisagismo de qualidade, áreas de convivência e acessibilidade universal. Assim, proporciona uma experiência eficiente e funcional, ao mesmo tempo que convida à interação social e à apreciação da paisagem deslumbrante, reforçando o compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável e a valorização da comunidade local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Normas para construção ou ocupação ao longo das faixas de domínio público das rodovias. Brasília, DF: DNIT, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2012.

BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

GEHL, Jan. Cidades para Pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERZOG, Cecília. Cidades para Todos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2020: Maracaçumé - MA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2024.

JACOBS, Jane. Morte e Vida das Grandes Cidades. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

capítulo 9

URBANIZAÇÃO DE ESPAÇO DESABITADO NA CIDADE DE VITÓRIA DO MEARIM PARA PROMOVER MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL

URBANIZATION OF UNINHABITED SPACE IN THE CITY OF VITÓRIA DO MEARIM TO PROMOTE IMPROVEMENTS IN THE QUALITY OF LIFE OF THE LOCAL POPULATION

Natan de Jesus Brito

Andreia Jane Leandro Camara

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

Nos últimos anos, o Bairro Novo, localizado na cidade de Vitória do Mearim, no interior do Maranhão teve um crescimento populacional considerável, porém, nota-se que a infraestrutura local tem se tornado um grande problema para os moradores, desde às ruas alagadas nos períodos de chuva, como à ausência de espaços urbanos próximos para o lazer e o entretenimento da população. Este trabalho visa, por meio da elaboração de um projeto de arquitetura, o uso de uma área desabitada que por anos, é utilizada apenas como local para descarte indevido de lixo, para a implantação de um parque, em formato linear, aplicando métodos e conceitos sustentáveis. Diante da grave situação, este estudo traz como proposta alguns objetivos específicos, como a implantação de técnicas e materiais construtivos sustentáveis, bem como à aplicação do conceito de cidades esponjas, ocupando boa parte do seu espaço com áreas verdes e permeáveis, contribuindo não só com a absorção da água proveniente da chuva, mas também com a economia local, com as políticas sociais, com a cultura e principalmente, com o conforto, a comodidade, o entretenimento e principalmente a qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Infraestrutura, Cidades Esponjas.

Abstract

In recent years, Bairro Novo, located in the city of Vitória do Mearim, in the interior of Maranhão, has seen considerable population growth, however, it is noted that local infrastructure has become a major problem for residents, from flooded streets in periods of rain, as well as the absence of nearby urban spaces for leisure and entertainment for the population. This work aims, through the elaboration of an architectural project, to use an uninhabited area that for years has only been used as a place for improper waste disposal, for the implementation of a park, in a linear format, applying methods and concepts sustainable. Given the serious situation, this study proposes some specific objectives, such as the implementation of sustainable construction techniques and materials, as well as the application of the concept of sponge cities, occupying a large part of its space with green and permeable areas, contributing not only to the absorption of water from rain, but also with the local economy, with social policies, with culture and mainly, with comfort, convenience, entertainment and mainly the quality of life of residents.

Keywords: Sustainability, Infrastructure, Sponge Cities.

1. INTRODUÇÃO

A realidade atual de um município de pequeno porte, é de pouquíssimos espaços urbanos devidamente aproveitados e planejados, com isso, se faz necessário a implantação de projetos de urbanização, pautados na sustentabilidade, onde o mesmo possa atender as necessidades da população, sendo elas para lazer, esporte, entretenimento ou comercial,

É de costume encontrar municípios no interior do estado do Maranhão, com situações precárias em infraestrutura e espaços urbanos, afetando diretamente a qualidade de vida da população local, principalmente pelo descaso do poder público e a falta de políticas sociais que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável da cidade e da região.

Esta realidade também se aplica ao município de Vitória do Mearim, onde a população é carente de espaços adequados e organizados que possam proporcionar momentos de entretenimento em família, com conforto, comodidade, acessibilidade, segurança, de fácil acesso, e com diversas finalidades.

Perante as informações acima colocadas, observou-se a necessidade de um projeto de intervenção urbana, com a aplicação de técnicas e materiais sustentáveis, que além de garantir o desenvolvimento e o futuro da cidade, contribui com a redução dos riscos de acúmulo de água que são provenientes das chuvas e do período da cheia do Rio Mearim.

O projeto contemplara uma diversidade de espaços, como academia ao ar livre, playground, espaço para lanches, aproveitando ao máximo repletos de paisagismo, atendendo assim, a todas as idades e gostos, e claro, prezando sempre pela qualidade de vida da população local.

Diante de um objetivo estabelecido, foram criadas demandas específicas com o intuito de conduzir de forma mais clara o projeto, como fazer pesquisa em campo, buscando entender a necessidade e as expectativas da população do bairro e da cidade. Buscar junto aos órgãos públicos, documentos referentes ao terreno, para saber a quem pertence e se existe a possibilidade de forma legal, de executar os serviços de urbanização no mesmo. Fazer um estudo da viabilidade de acordo com as características locais onde será executado o projeto de acordo com a legislação pertinente ao local. Elaborar um programa de necessidades para execução desta proposta, de acordo com as informações coletadas e desenvolver um projeto, de acordo com dados coletados in loco.

2. CIDADES-ESPONJA

A ideia de cidade-esponja é uma prática 100% sustentável que vem ganhando notoriedade em todo mundo, principalmente pela ineficiência dos sistemas de drenagens das grandes metrópoles. Com o objetivo de minimizar o risco de enchentes, os projetos são elaborados com a funcionalidade de absorção, de armazenamento e da liberação lentamente da água proveniente das chuvas, usando de técnicas e materiais naturais.

Segundo Januszkiewicz e Golebieski (2019), a ideia de “Cidades Sensíveis à Água” surge na primeira década do século 21, no intuito de reunir, em um mesmo conceito, uma relação ideal entre pessoas, governança, ambiente construído, infraestrutura, ecossistemas vivos, uso de recursos por exemplo, energia e água. Mecanismos como os Sistemas de Drenagem Sustentáveis, Infraestrutura Azul-Verde e Projeto Urbano Sensível à Água são reconhecidos por integrar o ciclo da água com o desenvolvimento urbano, contribuindo para ajudar no enfrentamento dos desafios contínuos das mudanças do clima e do rápido



crescimento urbano.

Ainda segundo Januszkiewicz e Golebieski (2019), uma Cidade Esponja, tem como um de seus objetivos principais o de “regular” o ciclo da água e chegar o mais próximo possível do ciclo hidrológico natural, através de medidas que consigam restaurar a capacidade da cidade de absorver, infiltrar, armazenar, purificar, drenar e gerenciar a água. Com isso, a Cidade Esponja tem a capacidade de integrar a gestão de risco de inundação urbana em suas políticas e projetos de planejamento urbano, assim como reaproveitar a água da chuva para ajudar a mitigar os impactos da escassez de água, além de capacitar melhor as comunidades visando a convivência com as águas.

O foco em um contexto urbano se deve ao fato das grandes metrópoles abrigarem a maior parte da população mundial e serem a origem de impactos significativos no ambiente natural (Howe; Mitchel, 2011). Assim, aplicar um planejamento urbano sensível à água destaca o papel do ciclo da água e dos sistemas de abastecimento de água, ao fazer a transição para um sistema hídrico sensível (Gleason; Cassiano Flores, 2021). A Cidade Esponja é um exemplo dessa implementação.

As cidades-esponja, conceito que foi criado pelo Arquiteto chinês Kongjian Yu (2012), um dos maiores do mundo, são projetadas para absorver um grande volume de água, baseando-se diretamente na implantação de infraestrutura verde e azul, como parques, bosques e lagos, dentro dos grandes centros urbanos, garantindo um solo muito mais permeável e consequentemente a possibilidade de maior retenção da água.

No Brasil, diante dos recentes acontecimentos, como as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, ficou evidente a necessidade de levantar e abordar o tema, com maior atenção, buscando apresentar as vantagens e os desafios que podem ser encontrados na busca por um Desenvolvimento Urbano Sustentável.

3. PARQUE LINEAR

Um Parque Linear pode ser entendido por um parque com dimensões lineares consideráveis, podendo ser localizado tanto em áreas urbanas quanto em áreas suburbanas.

Segundo Akinaga (2007), o parque linear apresenta-se como uma oportunidade que possibilita a concretização da visão de uma cidade mais sustentável e justa. Para Medeiros (2016), os parques lineares são equipamentos que abrigam a biodiversidade local, buscando conciliar a problemática ambiental aos usos antrópicos, utilizando-se de um paisagismo baseado em preceitos ecológicos.

A escassez de espaços alternativos para lazer nas cidades brasileiras se torna uma realidade, na medida em que são ocupados os fundos de vale por vias, os campos de várzeas por loteamentos, os riachos e rios se tornam poluídos por esgoto e lixo, e as lagoas urbanas correm risco de desaparecer (MACEDO, 2012, p.145).

Os parques lineares também são considerados uma eficiente estratégia de proteção ambiental, qualificando o tecido urbano para as cidades através da implementação de áreas verdes e de lazer por integrar espaços da cidade antes segregados.

Em diversos casos, os projetos de parques lineares também se voltam para prevenção de enchentes e de poluições desordenadas em rios e aquíferos. Muitos desses projetos são desenvolvidos visando resgatar espécies de plantas em extinção na determinada região.

Conforme Colding (2007), o grande desafio das cidades é fazer com que a urbanização ocorra de forma ordenada e sustentável, conservando sua biodiversidade, os recursos naturais, os serviços ecossistêmicos e a qualidade de vida dos seus habitantes.

A diferença principal dos parques lineares para os tradicionais e naturais está em sua finalidade. Como todo parque, eles têm como função proteger a biodiversidade, mas vão além. Enquanto os parques tradicionais buscam conciliar preservação e oferta de lazer e cultura para a população, nos parques lineares a proposta é somar às características dos outros a conservação de Áreas de Proteção Permanente (APP) nas margens dos rios urbanos e minimizar os efeitos negativos das enchentes. O processo contribui ainda para melhorar a qualidade de absorção do solo e para proteger os cursos d'água ainda não canalizados. (GLOBO ECOLIGIA, 2012).

Os Parque Lineares contribuem diretamente para o aumento e manutenção da qualidade de vida dos ocupantes, tendo em vista que melhora o clima, preserva os recursos naturais e ainda aproxima o homem da natureza.

4. O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM – MA

A cidade de Vitória do Mearim, localizada no estado do Maranhão, à 178,9 km da sua capital São Luís. Com 191 anos de emancipação política e banhada pelo saudoso Rio Mearim, Vitória possui 32.956 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2021 e tem como principal fonte de renda a produção rural e como principal evento o Festejo da Padroeira, Nossa Senhora de Nazaré, que acontece no mês de setembro, entre os dias 01 a 08.

No turismo, podemos destacar as praças da Matriz, o Cais do Rio Mearim, e recentemente, a Praça da Santa, que sofreu intervenções, se tonando hoje o ponto de mais destaque e mais frequentado pela população no município.

5. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido baseado em pesquisas juntamente com a população do bairro e da cidade, bem como pesquisas em regiões vizinhas, coletando o máximo de informações possíveis, para assim, mapear de forma precisa a possibilidade de intervenção no local.

Os casos foram analisados de forma minuciosa através de todas as informações coletadas, visitas no local e proximidades, pesquisas em arquivos públicos e livros que abordam a funcionalidade e a importância do referente tema como melhoria de vida para os moradores de uma cidade.

A busca foi fundamental na aplicação do Urbanismo como instrumento de melhoria na qualidade de vida dos moradores da cidade, bem como contribuir com o crescimento do turismo, que nos últimos anos, teve uma queda considerável, beneficiando principalmente o mercado local, trazendo novas oportunidades de emprego e renda para os moradores.

A participação da população local no levantamento e coleta de informações, foi de fundamental importância para a precisão na elaboração no projeto, tendo em vista que, um projeto que atenda às necessidades dos mesmos, contribuirá para um resultado final

satisfatório para todos.

Portanto, a pesquisa foi realizada com objetivo de buscar o máximo de informação e necessidades daquela população, sempre com o intuito de atender o máximo possível a carência das pessoas, que não só vivem na cidade, mas que possuem apego sentimental com a mesma.

6. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

A área de intervenção está localizada no município de Vitória do Mearim – MA, à 178,9 km de distância da capital São Luís, mais precisamente na avenida da Coheb, bairro novo, onde o mesmo teve crescimento populacional considerável e de forma desordenada nos últimos anos.

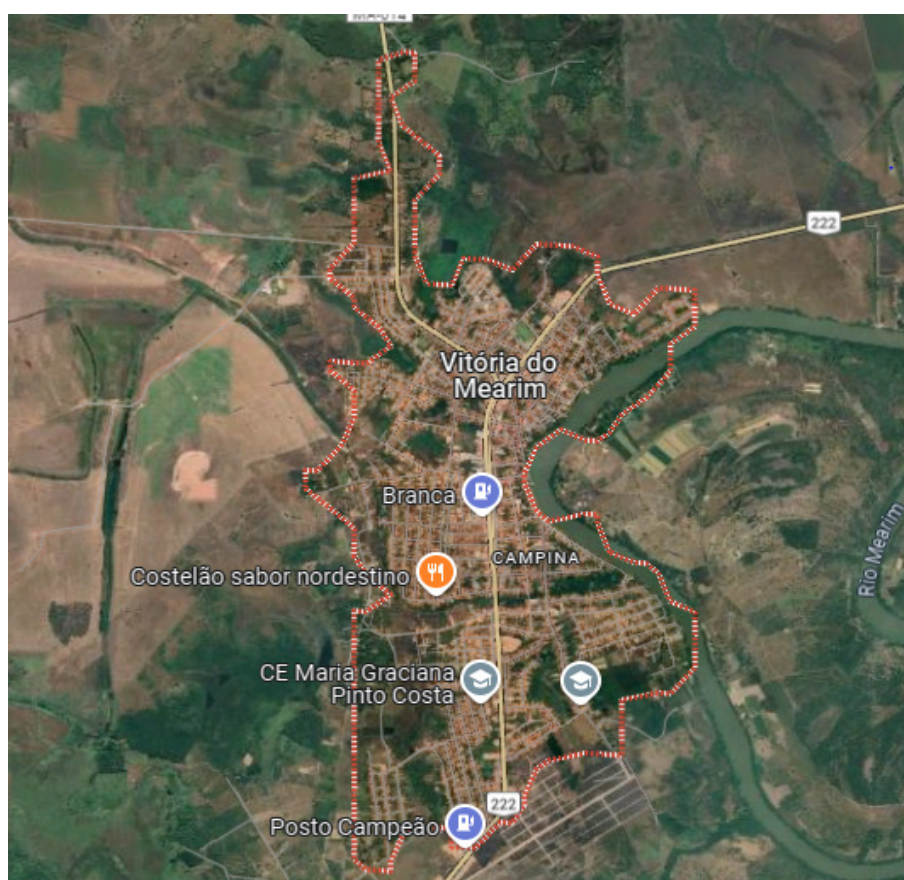


Figura 1. Localização de Vitória do Mearim

Fonte: Google Maps, 2024

O espaço atualmente é composto por uma área desabitada (figura 02), coberto por vegetação indesejada, servindo de pasto para animais de médio porte, e principalmente para o despejo de lixo doméstico e entulhos derivados de obras, assim como para o acúmulo de água provenientes das chuvas e esgoto local.

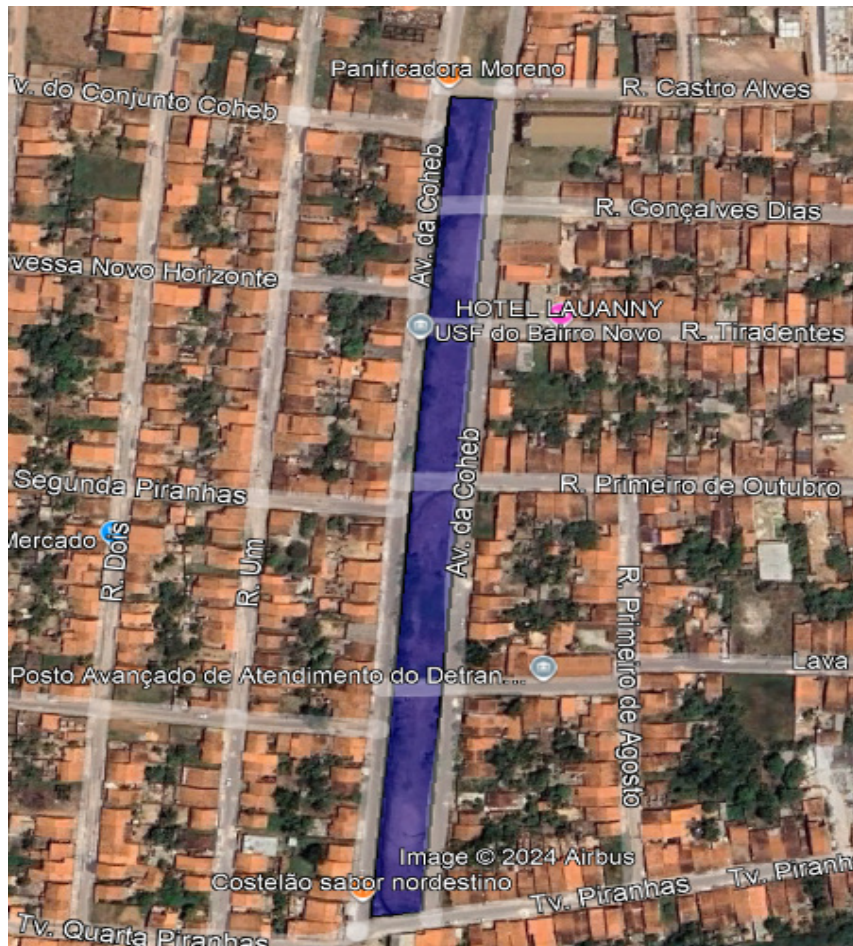


Figura 2. Área de Intervenção

Fonte: Google Maps, 2024

O local de intervenção possui 12.600m² e está subdividido por 5 ruas, que do seu lado direito, são corredores para a BR-222, e do seu lado esquerdo, para o Rio Mearim, bem principais acessos para o bairro novo. As ruas não apresentam pavimentação satisfatória, não possuem sinalização e iluminação suficiente para o local.



Figura 3 e 4. Área de Intervenção

Fonte: Autores, 2024

No intuito de trabalhar dentro das normas vigentes da região, foi constatado que o município ainda não possui plano diretor e que o mesmo está em processo de elaboração, com o prazo de conclusão para 2025, afirmou a secretaria de infraestrutura de Vitória do Mearim.



Figura 5 e 6. Ausência de pavimentação e presença de animais

Fonte: Autores, 2019

7. RESULTADOS OBTIDOS

Diante do estudo realizado, uma análise mais representativa das características físicas do local de intervenção e com o intuito de organização do espaço, foi definido dividir um projeto em três blocos distintos, para que dessa forma, seja possível aproveitar cada uma das funcionalidades dos diferentes ambiente e acomodações, fortalecendo também a interação, não somente na área de implantação do projeto, mas também com demais locais do entorno que não sofreram intervenção, permitindo atender também a todos os públicos e seus respectivos interesses.



Figura 7. Programa de necessidades

Fonte: Autores, 2024

8. ESTUDO BIOCLIMÁTICO

O estudo bioclimático tem como objetivo facilitar um entendimento sobre o direcionamento dos ventos, nos permitindo projetar de forma mais precisa e planejada cada ambiente, de acordo com a posição do norte, proporcionando mais conforto para o seu usuário.

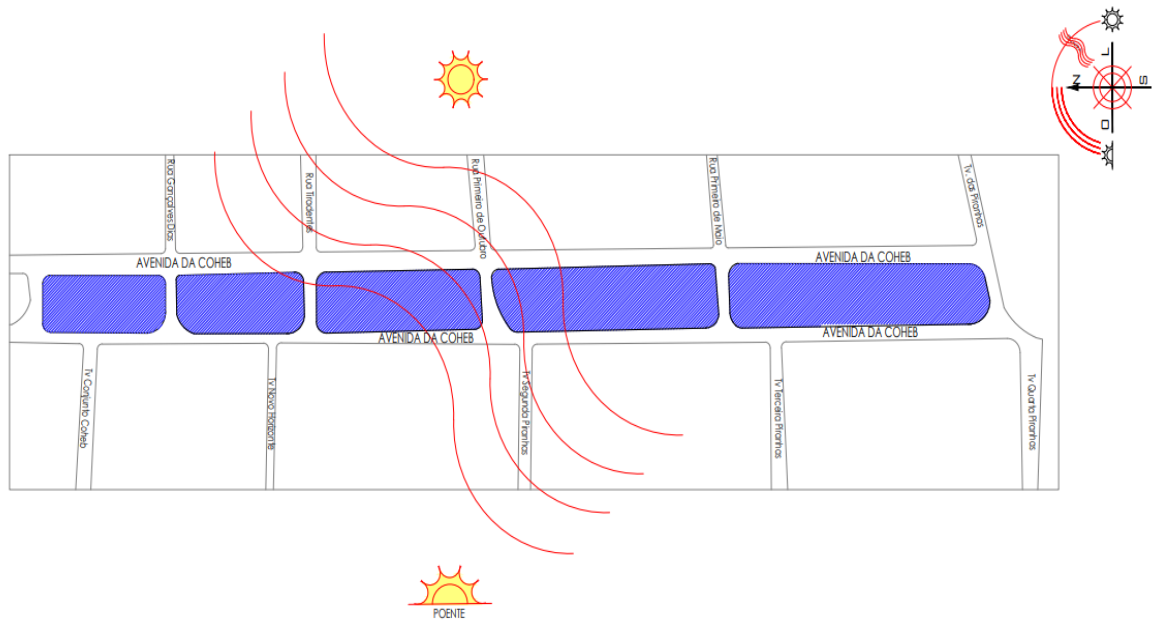


Figura 8. Estudo Bioclimático

Fonte: Autores, 2024

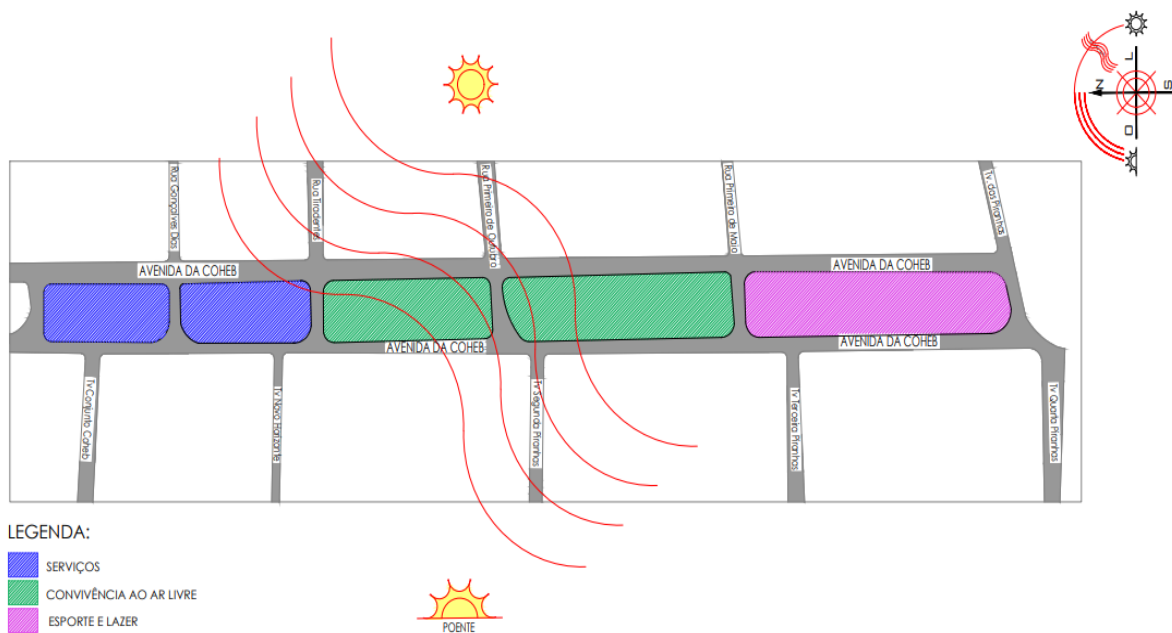


Figura 9. Estudo de Massas

Fonte: Autores, 2024

9. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ARQUITETÔNICO/URBANÍSTICO

Após o levantamento de dados, juntamente com a elaboração do plano de necessidades, nos deparamos com o desafio de atender e elaborar um projeto harmônico e interativo e eficaz, visando diretamente às necessidades dos usuários, bem como usufruir de recursos naturais e culturais do município de Vitória do Mearim.

Com um design peculiar, em formato de parque linear e dividido em 5 partes, permitiu-nos setorizar o projeto, destinando cada ambiente a uma atividade específica, a um público alvo, deixando o ambiente organizado, visualmente limpo, sustentável, bem iluminado e seguro para os seus usuários. A seguir, as plantas técnicas e layouts representando a nossa ideia.

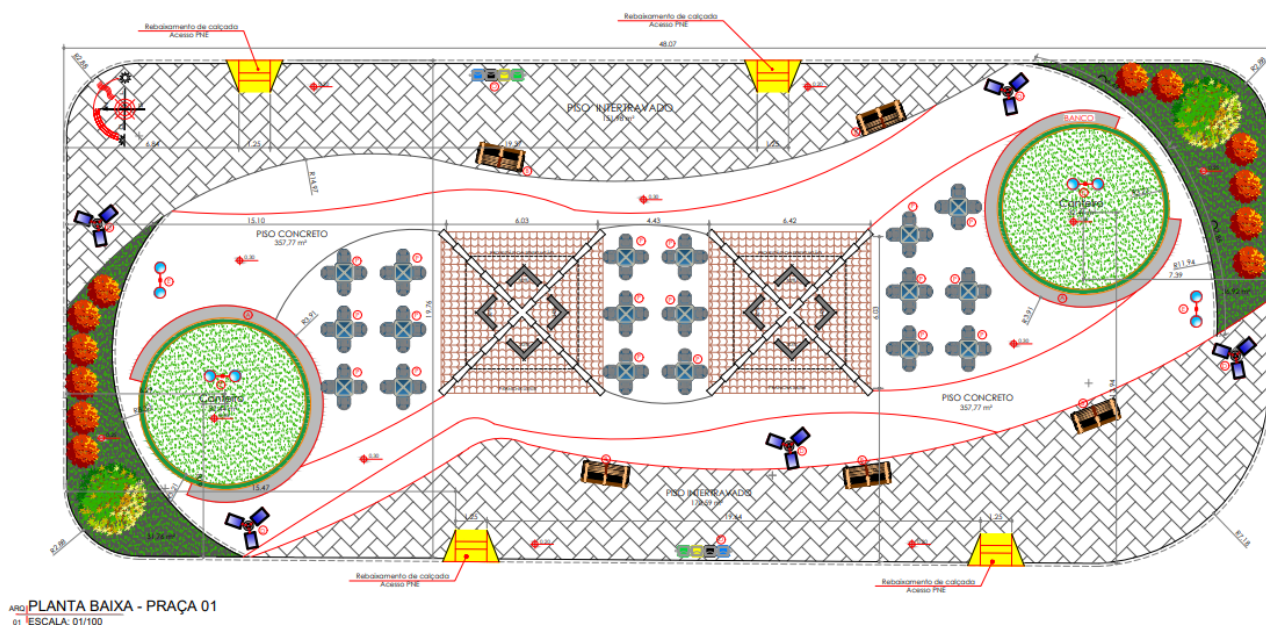


Figura 10. Planta Baixa Setor 01

Fonte: Autores, 2024

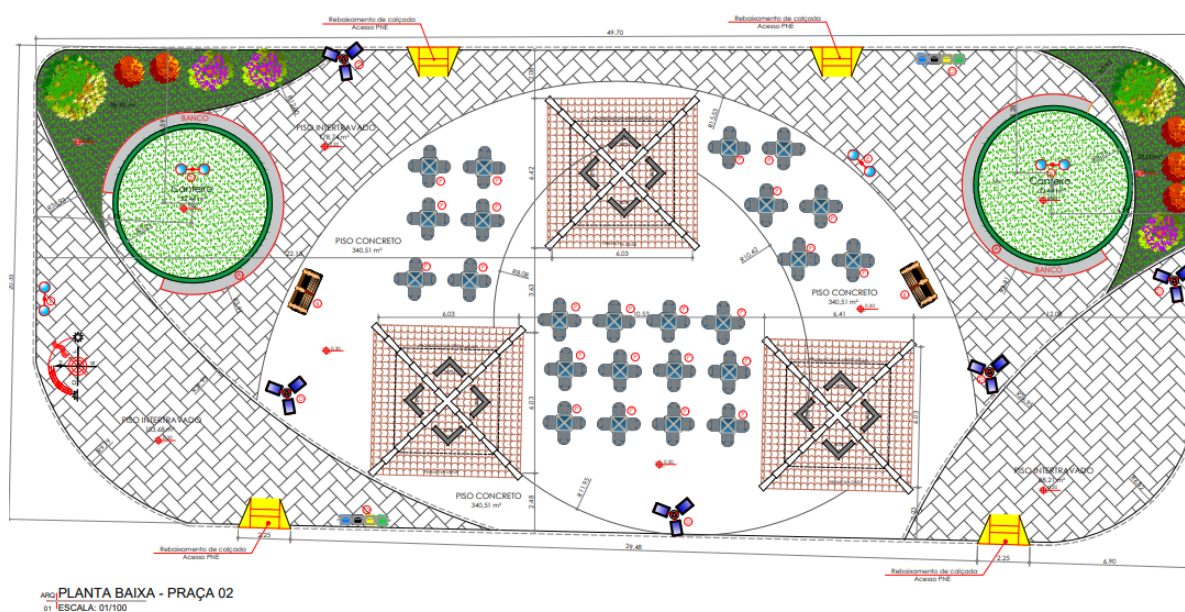


Figura 11. Planta Baixa Setor 02

Fonte: Autores, 2024

Nos setores 01 e 02 do parque linear, conforme a figura 10 e 11, foram pensados e projetados como área de serviços, com a implantação de quiosques para lanches diversos, ampla praça de alimentação, espaços de convivência e circulação com pavimentação em material permeável, áreas verdes combinadas com paisagismo, e boa iluminação noturna, usufruindo dos recursos naturais do local.



Figura 12. Planta Baixa Setor 03

Fonte: Autores, 2024

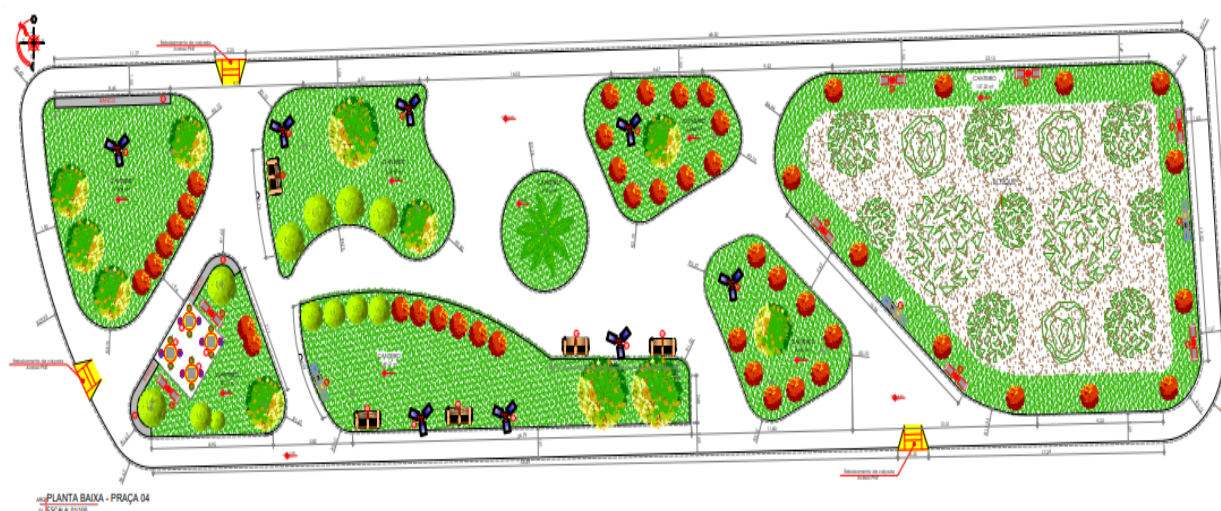


Figura 13. Planta Baixa Setor 04

Fonte: Autores, 2024

Já nos setores 03 e 04 do parque linear, foram pensados e projetados como área de convivência e comunicação, com a circulação cercada de áreas permeáveis e a implantação de paisagismo, visualmente harmônicos e aconchegantes, com boa iluminação e segurança para os usuários, conforme as figuras 12 e 13. O uso dos recursos naturais na sua composição, constitui e contribui para melhor absorção da água que é proveniente das chuvas, evitando alagamentos, tendo em vista que o parque linear, fica próximo à beira do Rio Mearim.



Figura 14. Planta Baixa Setor 05

Fonte: Autores, 2024

Já no setor 05 do parque linear, foi pensado com uma abordagem voltada para a saúde e lazer dos moradores da região e usuários em geral, com a implantação de academia ao ar livre, de um playground, pista para a prática de skate, assim como áreas de convivência e comunicação, circulação usando de materiais permeáveis e cercada por áreas verdes somadas ao paisagismo já predominante nos outros setores, conforme observado na figura 14.

É importante ressaltar, que além da preocupação com a qualidade, com a funcionalidade e a sustentabilidade do nosso projeto, o nosso projeto está 100% acessível, desde a instalação das rampas de acessibilidade, corredores com larguras vantajosas e piso tátil, implantação de mapa braile, permitindo a interação e integração de todos os usuários sem nenhuma restrição.

Abaixo, podemos observar as plantas técnicas dos pontos de apoio que integram o nosso projeto.

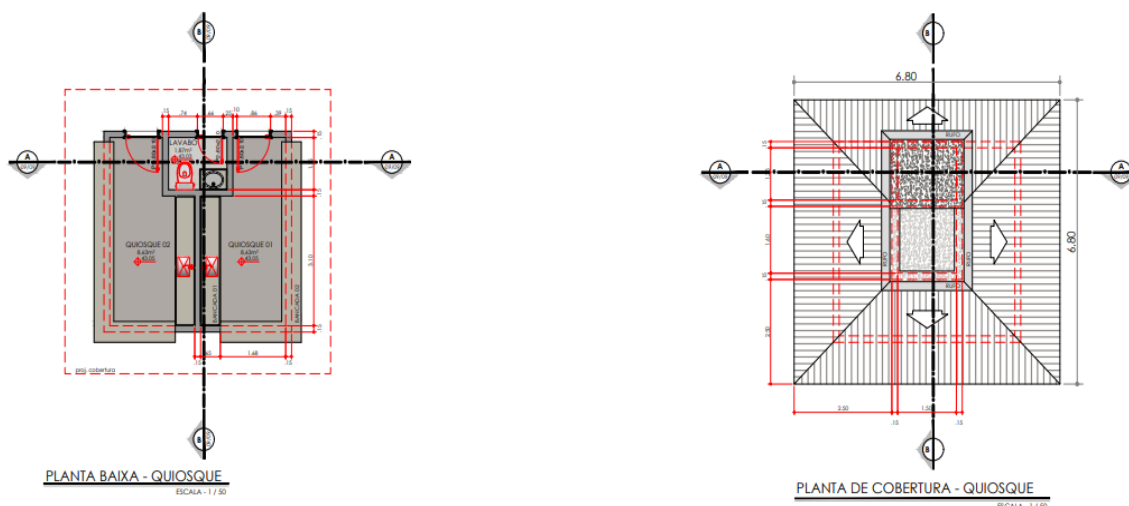


Figura 15. Planta Baixa e Cobertura Quiosque

Fonte: Autores, 2024

Na figura 15, apresentamos a planta baixa dos quiosques do setor 01 e 02, conforme figuras 10 e 11. Medindo 4.80x4.80m, a proposta visa a construção em tijolo ecológico, onde cada edificação terá dois quiosques de vendas, permitindo assim uma maior variedade de alimentos e contribuindo também para o aquecimento do comércio local.

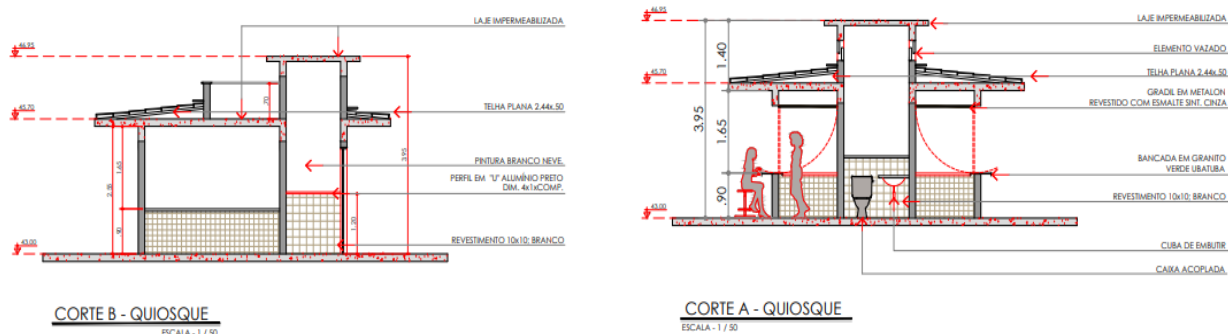


Figura 16. Cortes Quiosques

Fonte: Autores, 2024

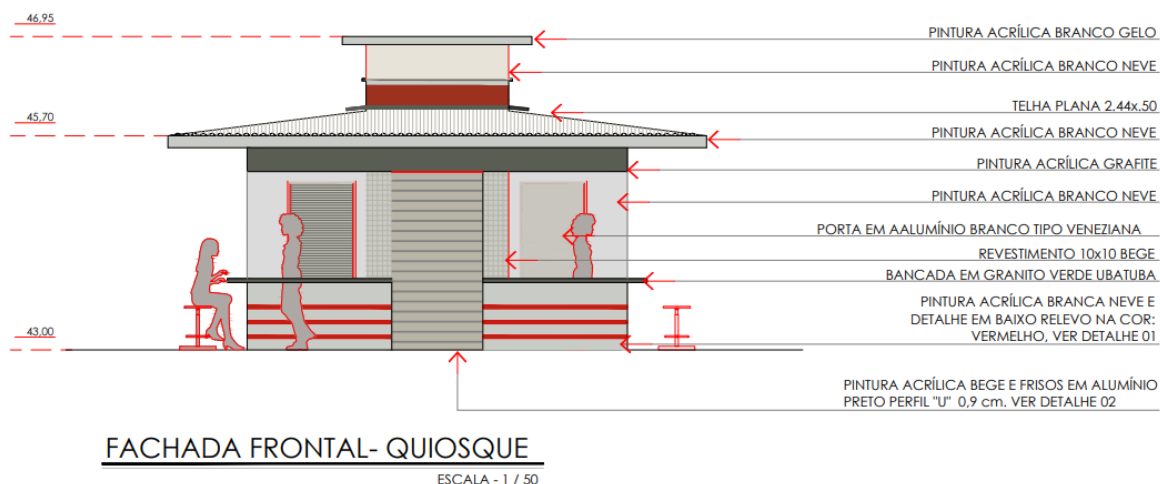


Figura 17. Fachada Quiosques

Fonte: Autores, 2024

Nas figuras 16 e 17, podemos observar os detalhes construtivos de cada quiosque, desde o seu material de vedação, como as esquadrias em alumínio branco, as bancadas em granito verde Ubatuba, assim como a pintura em tinta acrílica com cores variadas e os revestimentos cerâmicos aplicados nas paredes internas, garantindo uma melhor higienização do local. Já a figura 18 já podemos observar também o detalhamento das mesas de jogos, em concreto pré-moldado, que pode ser adquirido no comércio local, e que serão usadas no setor 5 do nosso projeto, setor que foi destinado ao esporte e lazer.

MESA DE CONCRETO PRÉ-MOLDADA PARA JOGOS

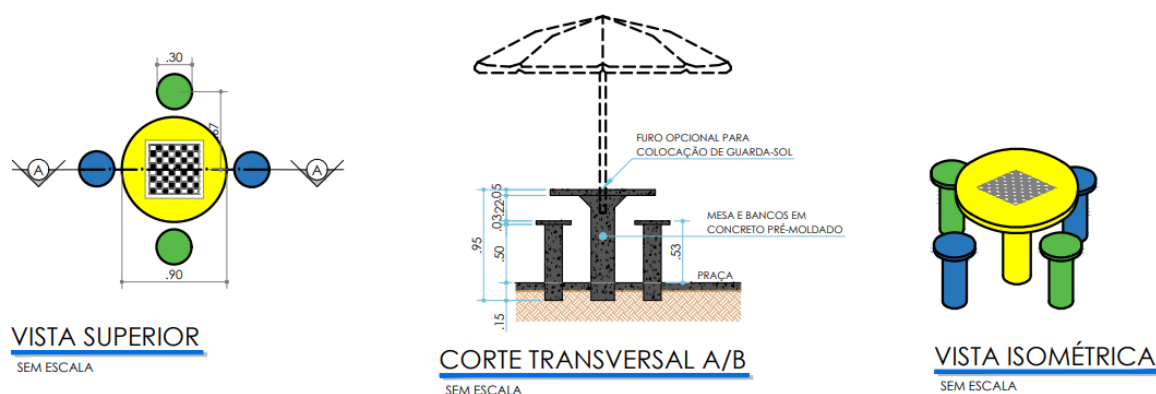


Figura 18. Mobiliário Urbano

Fonte: Autores, 2024

10. CONCLUSÃO

O trabalho aborda, de forma clara, a importância da aplicação de técnicas e métodos sustentáveis nos projetos de intervenção urbana, mais especificamente, o conceito de Cidades Esponjas, que vai muito além da criação de ambientes com estética. O projeto traz funcionalidade, tanto para a população, quanto para a expectativa de um futuro mais limpo e sustentável, da nossa geração das gerações posteriores.

Portanto, esperamos que este projeto, não só contribui para um futuro melhor e mais sustentável, mas também para a qualidade de vida da população de Vitória do Mearim. Esperamos fortemente que sirva de espelho e motivação, tanto para os gestores públicos, para a iniciativa privada e para os próprios usuários, a aprimoração, expansão e aplicação de outros projetos de intervenção urbana, na certeza de que possamos transformar os espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

- BENINI, Sandra Medina. **Infraestrutura verde como prática sustentável para subsidiar a elaboração de planos de drenagem urbana**: estudo de caso da cidade de Tupã/SP. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123900>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- BOVO, M. C. **Áreas Verdes Urbanas, Imagem e Uso: Um Estudo Geográfico sobre a Cidade de Maringá/PR**. Tese (Doutorado em Geografia - Produção do Espaço Geográfico) Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, 2009.
- GUZZO, P. **Estudo dos Espaços Livres de Uso Público e da Cobertura Vegetal em Área Urbana da Cidade de Ribeirão Preto/SP**. Dissertação (Mestrado em Geociências - Geociências e Meio Ambiente) Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro, 1999.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2003.
- MENEZES, L. A. A. I; et al. Cidades esponjas e suas técnicas compensatórias: uma revisão sistemática de literatura, **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, July 2022

capítulo 10

PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO COMO SOLUÇÃO PARA A OCUPAÇÃO INDEVIDA DE QUIOSQUES EM VIA PÚBLICA NA TRAVESSA DA ESTRADA DE RIBAMAR

FOOD COURT AS A SOLUTION TO THE UNDUE OCCUPATION OF KIOSKS ON PUBLIC ROADS IN TRAVESSA DA ESTRADA DE RIBAMAR

Janilde Batista Falcão

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Andreia Jane Leandro Camara

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Resumo

Este trabalho aborda a revitalização urbana na Travessa da Estrada de Ribamar, no bairro da Mata, destacando a problemática da ocupação irregular de quiosques em vias públicas. Tal situação compromete a mobilidade, segurança e paisagem urbana, evidenciando a necessidade de uma intervenção que equilibre os interesses econômicos e sociais. O objetivo principal foi propor a implantação de uma praça de alimentação para centralizar os quiosques, promovendo um espaço planejado, funcional e acessível. Metodologicamente, a pesquisa envolveu duas etapas: um levantamento detalhado do local, com análises de mobilidade, segurança e uso do espaço público, e o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e urbanístico para reorganização dos 24 quiosques existentes. Os resultados esperados incluem a recuperação das calçadas para circulação de pedestres, a formalização do comércio local e a criação de um espaço que promova convivência e lazer, respeitando a cultura e necessidades da comunidade. A proposta visa transformar o local em um ponto de encontro atrativo, revitalizando a área e incentivando o desenvolvimento econômico e social. A solução apresentada visa contribuir para a qualidade de vida dos moradores e visitantes, ao mesmo tempo fortalecer o comércio local, consolidando o bairro da Mata como um exemplo de urbanismo sustentável e inclusivo.

Palavras-chave: Revitalização Urbana, Acessibilidade, Comércio Local.

Abstract

This work deals with the urban requalification of Travessa da Estrada de Ribamar, in the Mata neighborhood, highlighting the problem of the irregular occupation of kiosks on public roads. This situation compromises mobility, safety and the urban landscape, highlighting the need for an intervention that balances economic and social interests. The main objective was to propose the implementation of a food court to centralize the kiosks, promoting a planned, functional and accessible space. Methodologically, the research involved two stages: a detailed survey of the site, with analyses of mobility, safety and the use of public space, and the development of an architectural and urban planning project to reorganize the 23 existing kiosks. The expected results include the recovery of the sidewalks for pedestrian circulation, the formalization of local commerce and the creation of a space that promotes coexistence and leisure, respecting the culture and needs of the community. The proposal aims to transform the site into an attractive meeting point, revitalizing the area and encouraging economic and social development. The solution presented aims to contribute to the quality of life of residents and visitors, while strengthening local commerce, consolidating the Mata neighborhood as an example of sustainable and inclusive urbanism.

Keywords: Urban regeneration, accessibility, local commerce.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação irregular de quiosques em vias públicas é um problema recorrente em diversas cidades brasileiras, impactando negativamente a mobilidade, a segurança e a paisagem urbana. Na Travessa da Estrada de Ribamar, localizada no bairro da Mata, essa situação é evidente, com quiosques e barracas instalados de maneira desordenada, ocupando calçadas e áreas de passagem. Essa ocupação irregular não apenas dificulta a circulação de pedestres, mas também compromete a segurança viária e desvaloriza o espaço público, afetando a qualidade de vida dos moradores e visitantes.

Neste local, atualmente, estão instalados 24 quiosques na Travessa da Estrada de Ribamar ocupando o canteiro central da rua onde deveria ser um espaço de segurança viária, uso dos pedestres e separação de vias.

O objetivo geral deste trabalho é propor e desenvolver um projeto arquitetônico e urbanístico para a implantação de uma praça de alimentação na Travessa da Estrada de Ribamar, e tem como objetivo específico a reordenação da ocupação dos 24 quiosques existentes, a recuperação do canteiro central como espaço de segurança viária, circulação de pedestres, e a promoção da acessibilidade, segurança e qualidade de vida na área.

A justificativa é que a Travessa da Estrada de Ribamar sofre com a ocupação irregular e desordenada de quiosques em vias públicas e no canteiro central, o que gera impactos negativos diretos na mobilidade, segurança viária e paisagem urbana. Essa situação não apenas dificulta severamente a circulação de pedestres e veículos, mas também compromete a segurança dos usuários e desvaloriza o espaço público, afetando a qualidade de vida de moradores e visitantes. A criação deste projeto justifica-se pela urgência em reverter esse cenário, oferecendo uma solução organizada e integrada que não só regularize as atividades comerciais dos quiosques, mas também restabeleça a função original do canteiro central, garantindo um ambiente urbano mais seguro, acessível e esteticamente agradável para toda a comunidade.

Metodologicamente, o estudo foi dividido em duas etapas. Na primeira, foi realizado um levantamento detalhado da situação atual, incluindo observação direta, registros fotográficos e mapeamento dos principais pontos de conflito entre pedestres e veículos. Essa análise permitiu identificar problemas de mobilidade, acessibilidade e uso inadequado do espaço público causados pela ocupação desordenada. Foi utilizado estudo de caso do autor Tito Livio Frascino como referência para análise e diagnóstico. Na segunda etapa, desenvolveu-se um projeto arquitetônico e urbanístico para a implantação da praça de alimentação. Este contempla a remodelação dos quiosques, com mobiliário e equipamentos projetados para atender às atividades comerciais de maneira organizada e integrada ao ambiente urbano.

Esse projeto de intervenção foi idealizado de forma a impedir a reocupação desordenada do passeio público, garantindo a circulação adequada de pedestres e promovendo a segurança e conforto dos usuários.

2. PLANEJAMENTO URBANO E CAMINHABILIDADE

A caminhabilidade é conceito que se destaca no Novo Urbanismo, principalmente à medida que as cidades buscam criar ambientes mais saudáveis, seguros e acessíveis para seus moradores. Segundo Duarte (2009), o planejamento urbano deve priorizar a escala humana, criando espaços que favoreçam a circulação a pé e promovam encontros sociais, em vez de focar exclusivamente em infraestrutura para veículos. O autor observa que, ao



priorizar o pedestre, as cidades não apenas se tornam mais amigáveis e habitáveis, mas também promovem o comércio local e aumentam a qualidade de vida. Esses princípios estão no cerne das cidades Contemporâneas, onde a ideia é fazer dos espaços públicos locais de interação e lazer, ao mesmo tempo que proporcionam acessibilidade e segurança.

A caminhabilidade também é associada à melhoria da saúde pública. Estudos apontam que ambientes urbanos amigáveis aos pedestres incentivam a prática de atividades físicas, como caminhar e andar de bicicleta, o que contribui para a redução de problemas como obesidade, doenças cardíacas e ansiedade (Vegi *et al.*, 2022).

Jacobs (1961 apud Goulart *et al.* 2023) em seu trabalho sobre a vida urbana, destaca que as calçadas são espaços de socialização e segurança, onde a presença contínua de pessoas inibe crimes e cria uma “vigilância natural.” Esse argumento é relevante para áreas de comércio informal, onde o fluxo de pessoas tende a ser intenso.

No contexto brasileiro, as cidades ainda enfrentam desafios significativos quanto a caminhabilidade, especialmente em regiões onde o comércio informal ocupa as vias públicas de maneira desorganizada. Segundo Almeida (2018), em muitas cidades brasileiras, a falta de um planejamento urbano adequado para acomodar comerciantes ambulantes resulta em uma infraestrutura urbana que não atende plenamente às necessidades dos pedestres. Para resolver esse tipo de problema, o planejamento urbano deve implementar soluções que contemplem tanto os direitos dos trabalhadores informais quanto a mobilidade urbana. Nesse sentido, a criação de espaços específicos para o comércio, como praças de alimentação, permite que o pedestre usufrua de áreas de circulação amplas e seguras, ao mesmo tempo em que oferece aos comerciantes uma infraestrutura adequada para suas atividades.

A caminhabilidade, então, não se trata apenas de criar calçadas, mas de pensar em um conjunto de elementos que tornam o ato de caminhar pela cidade confortável e atraente. Para Pitilin (2020), um espaço caminhável deve incluir elementos como acessibilidade universal, boa iluminação, segurança e pontos de descanso, além de ser bem conectado a outras áreas da cidade.

A partir dessa perspectiva, a caminhabilidade passa a ser não apenas um benefício funcional, mas também estético e social. A cidade, ao facilitar o caminhar, também se torna mais bela e acolhedora, incentivando a população a utilizar mais os espaços públicos. Quando bem planejada, a caminhabilidade contribui para a construção de uma cidade onde as pessoas se sintam pertencentes ao espaço, promovendo uma qualidade de vida superior.

2.1 Comércio Ambulante e Ocupação do Espaço Público

O comércio ambulante é uma prática comum em muitos centros urbanos, principalmente em países em desenvolvimento, onde se configura como uma importante fonte de sustento para muitos trabalhadores informais. Contudo, a ocupação desordenada do espaço público por comerciantes ambulantes pode gerar conflitos com as diretrizes de planejamento urbano e com os direitos dos cidadãos de usufruírem de um ambiente seguro e acessível. Segundo Trindade e Ramos (2022), a informalidade e a falta de regulamentação do comércio ambulante geram impactos diretos na infraestrutura urbana, especialmente em áreas destinadas ao trânsito de pedestres, como calçadas e praças.

Ainda segundo os autores, o espaço público deve ser um local de convivência e inclusão, permitindo o acesso livre e seguro a todos os cidadãos. Porém, quando essas áreas são

ocupadas irregularmente por quiosques e vendedores, a função social do espaço público é comprometida.

Segundo Sydow (2023, p. 02), “o que se observa (...) é que a grande maioria das pessoas que utilizam os espaços públicos, o fazem em espaços limitados, com ruídos, poluição e obstáculos, colocando-os em risco de acidentes, contribuindo, assim, para condições de vida com qualidade ruim.”

Deste modo, Fernandes e Quintão (2022) ressaltam a importância de políticas públicas que conciliem o direito ao trabalho dos vendedores ambulantes com o direito ao espaço público dos pedestres. Isso pode ser alcançado por meio da regulamentação e da criação de locais específicos para o comércio ambulante, como praças de alimentação e feiras populares. Dessa forma, o planejamento urbano consegue, ao mesmo tempo, garantir o ordenamento dos espaços públicos e fomentar a economia local, integrando o comércio informal de forma organizada e harmoniosa ao ambiente urbano.

2.2 Praças de Alimentação como solução de revitalização urbana

A criação de praças de alimentação em áreas urbanas, além de resolver problemas de ocupação indevida e promover a reorganização espacial, oferece diversas funcionalidades que beneficiam o ambiente econômico, estético e social da cidade. Esses espaços têm o potencial de regiões de grande fluxo, centralizando o comércio ambulante e promovendo um ambiente mais acessível.

Do ponto de vista econômico, as praças de alimentação servem como catalisadores para o comércio local, proporcionando uma estrutura onde os vendedores informais podem operar em condições regulares e seguras. Segundo Duarte (2022), esse tipo de intervenção permite que os comerciantes tenham maior visibilidade, atraiam mais clientes e, assim, aumentem suas oportunidades de lucro. Ao reunir vendedores em um só espaço, o poder público também facilita a fiscalização e regulamentação das atividades, promovendo uma economia mais organizada e menos sujeita a conflitos entre vendedores e a administração municipal. Essa centralização do comércio além de melhorar as condições de trabalho dos ambulantes, também transforma a área em um ponto de atração econômica, aumentando o fluxo de pessoas e promovendo o desenvolvimento do comércio adjacente.

Ainda, no aspecto estético, a praça de alimentação contribui para a valorização visual e arquitetônica da área, organizando o espaço urbano de maneira planejada e harmoniosa. Segundo Vieira (2020), a criação de “lugares” bem projetados, onde o design e a função estão alinhados, gera um “sentido de lugar” que enriquece a identidade do local e reforça o sentimento de pertencimento entre os frequentadores. A implementação de mobiliário urbano adequado, como mesas, bancos, lixeiras e arborização, cria um ambiente agradável e convidativo, transformando o espaço em um ponto de encontro visualmente atrativo. Isso impacta diretamente a percepção dos usuários e eleva o valor do espaço público, tornando-o um local de convivência que reflete cuidado e valorização da comunidade. Para a autora em questão, esses elementos de paisagismo urbano são importantes para criar uma atmosfera estética agradável que convida as pessoas a permanecerem e utilizarem o espaço.

Socialmente, a praça de alimentação promove a convivência e interação entre moradores, comerciantes e visitantes, tornando-se um ponto de referência no bairro. Santos e Paulino (2020) discutem a importância dos espaços públicos como locais de interação e troca cultural, onde os indivíduos podem compartilhar experiências e construir laços comunitários. Esse ambiente estimula o encontro entre pessoas de diferentes origens e interesses, fortalecendo o senso de comunidade e promovendo uma maior coesão social. Além disso, como espaço planejado, a praça de alimentação também integra elementos



de acessibilidade universal, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, possam usufruir do local de forma inclusiva e segura.

Considera-se assim, que em termos de funcionalidade urbana, a praça de alimentação reorganiza a circulação dos pedestres, liberando as calçadas e áreas de passagem pública para seu uso original. Segundo Jacobs (1961 (apud Goulart *et al.* 2023), uma das principais funções das calçadas é servir como espaço de circulação e socialização, promovendo uma “vigilância natural” e reforçando a segurança da área. Ao relocar os quiosques para um espaço específico, a praça de alimentação permite que as vias públicas se tornem mais seguras e acessíveis para todos, melhorando a mobilidade e contribuindo para a criação de um ambiente urbano mais equilibrado e funcional.

3. ESTUDO DE CASOS

Considera-se que projetos de revitalização urbana que envolvem a organização de espaços públicos e a centralização de quiosques e comércios em locais específicos têm demonstrado resultados positivos em diversas cidades ao redor do mundo.

Menciona-se assim, o Butantan Food Park em São Paulo e o Mercado de San Miguel em Madri, os quais, têm mostrado benefícios para o ambiente urbano, a economia e o bem-estar social. O Butantan Food Park, criado em 2014 para solucionar problemas de ocupação desordenada e mobilidade, ofereceu infraestrutura adequada, mobiliário urbano, acessibilidade e áreas de convivência, além de fomentar o comércio local e formalizar negócios. Em 2016, foi transformado na Vila Butantan, integrando sustentabilidade e inovação ao incluir lojas e restaurantes em contêineres reciclados, consolidando-se como polo cultural e gastronômico.



Figura 1. Projeto gráfico

Fonte: Época (2014)

O projeto de requalificação em São Paulo, foi desenvolvido pelo arquiteto Tito Livio Frascino, vencedor de um concurso público realizado em 2001 durante a gestão da prefeita Marta Suplicy.

Já, o projeto de requalificação do Mercado de San Miguel foi finalizado em 2009. A reforma do mercado integrou quiosques organizados, com áreas de circulação amplas e confortáveis para o tráfego de pedestres, mantendo o equilíbrio entre a funcionalidade e a preservação histórica do espaço. A estrutura de ferro característica do edifício foi mantida, e a revitalização incorporou um design moderno que dialoga com o patrimônio arquitetônico de Madri. Esse projeto foi desenhado para atrair não só moradores locais, mas também turistas.



Figura 2. Mercado de San Miguel
Google imagens (2024).

O Mercado de San Miguel, em Madri, foi projetado pelo arquiteto Alfonso Dubé y Díez. Esse projeto exemplifica como a criação de uma praça de alimentação, com infraestrutura adequada e arquitetura integrada ao contexto local, pode beneficiar tanto a economia quanto a paisagem urbana. O Mercado de San Miguel transformou-se em um local de referência cultural e social, reforçando a ideia de que a revitalização e organização de espaços públicos de comércio podem valorizar a identidade local e criar ambientes inclusivos e acolhedores para toda a comunidade.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de natureza descritiva, do tipo transversal, baseada em pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi feita em sites científicos, revistas, livros, projetos e afins; e o levantamento geográfico com o uso do site *Google Maps*, e programas como Sketchup e AutoCAD; sendo o levantamento fotográfico realizado com o uso de celular Xiaomi Note 13 Pro.

O projeto elaborado foi dividido em duas etapas: primeiro, urbanização do passeio público e segundo a implantação da praça de alimentação no terreno localizado na Estrada de Ribamar. Para análise desta pesquisa utilizou-se o programa da *Microsoft Office Word* 2016 e o 365, também foi utilizado os programas Sketchup e AutoCAD para confecção das pranchas e plantas do projeto de intervenção.

4.1 Diagnóstico do Bairro

O bairro Mata está localizado na cidade de São José de Ribamar, no estado do Maranhão, ao longo da Estrada de São José de Ribamar, uma das principais vias que ligam essa cidade à capital, São Luís. Essa área é predominantemente mista e que na sua extensão da avenida o comercio tem seu grande potencial.



Figura 3. Mapas de localização

Fonte: google, researchgate.net (2020); editado pela autora.

O bairro da Mata foi criado na década de 1990, como resultado da expansão urbana de São Luís em direção a São José de Ribamar. A criação de condomínios residenciais impulsionou o desenvolvimento da região. O bairro não apresenta rios ou áreas de mangue diretamente dentro do seu perímetro. Não há áreas de dunas ou praias próximas, mas a região possui algumas áreas verdes e canteiros, embora o bairro seja limitado, devido à ocupação urbana.

4.1.1 Área de intervenção do passeio urbano: primeira fase

O projeto de intervenção da primeira fase se dá em uma área de passeio público localizado na rua travessa da estrada de Ribamar - Mata em São José de Ribamar -MA. Que conforme naquela área vem se desenvolvendo com moradias de conjunto habitacional. Toda área da extensão do canteiro central da rua está sendo ocupado de forma irregular por quiosques e trailers para venda de lanche. Dificultando assim a caminhabilidade na via pública das pessoas. Conforme a figura 4.

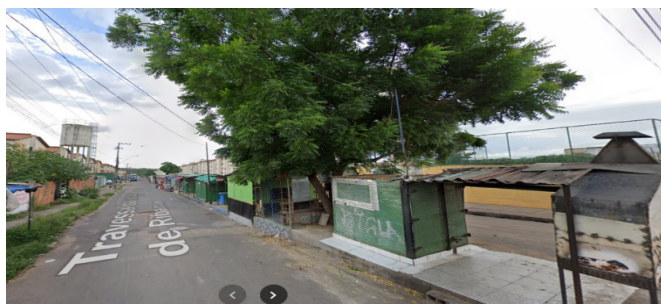


Figura 4. canteiro central da rua ocupado por vendedores ambulantes

Fonte: Google Maps (2022).

Observou-se alguns pontos a serem notados que destaca algumas irregularidades, como: a falta de estacionamento adequado, os canteiros são estreitos as mesas e cadeiras são colocadas na via de carros e os *drive-thrus*, quiosques e churrasqueiras ocupam toda a área de calçamento sendo perigoso para causar acidentes. Pois os pedestres são obrigados a andar na via de trânsito. Conforme as fotos registradas na figura 5



Figura 5. canteiro central da rua ocupado por vendedores ambulantes

Fonte: Autora (2024).

A proposta visa desocupar a área de passeio atualmente ocupada de forma irregular pelos ambulantes que trabalham no local. São 24 quiosques que oferecem serviços de alimentação, refeições, bares e fast food. Todos serão realocados para um terreno próximo, onde será implantada uma praça de alimentação que atenderá a todos de forma organizada e estrutural. Essa solução permitirá que os comerciantes continuem exercendo suas atividades comerciais em um ambiente adequado. A desocupação do canteiro central proporcionará uma revitalização urbanística, com a criação de espaços dotados de mobiliário urbano, arborização, iluminação pública e áreas de convivência. Essas melhorias trarão maior conforto e segurança para os pedestres. A foto abaixo ilustra a solução proposta para a intervenção na área de passeio.

4.2 Implantação da Praça de Alimentação: segunda fase:

4.2.1 Análise do terreno

O terreno escolhido para Intervenção da praça de alimentação está localizado na Estrada de Ribamar com perímetro de 242,71m e área total de 3774,73m² sua Lateral direita se dá para a rua Travessa da Estrada de Ribamar com 40,21m e lateral esquerda medindo 41,58m, os fundos com 80,02 m e a frente do terreno situado a Avenida da Estrada de Ribamar- Ma201, medindo 80,11m.

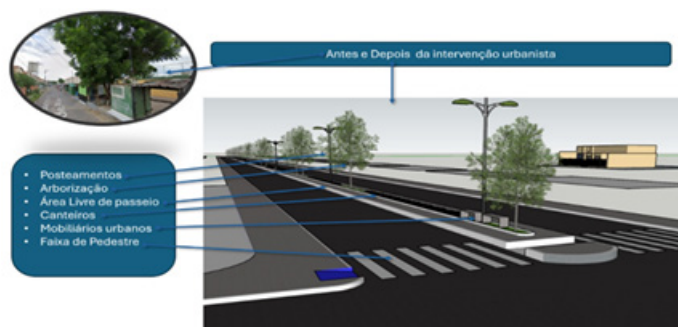


Figura 6. Intervenção do Passeio público em estudo, bairro Mata em São José de Ribamar-MA.

Fonte: Autora, 2024.

Sendo um terreno ideal para a construção da praça de alimentação, pois se encontra em frente ao terreno que fica de esquina com a área de intervenção do Passeio, cerca de 10 metros, em estudo onde não impactará seu traslado. O terreno também é de esquina e sua testada principal se dá a movimentada estrada de Ribamar com ponto de ônibus próximo onde é constante o tráfego de veículos sendo assim de boa visibilidade.



Figura 7. Mapa do bairro e localização do Terreno de Intervenção
Fonte: Google Maps- editado pela Autora, 2024

4.3 Legislação Urbana

O terreno de intervenção pertence à Zona Urbana de São José de Ribamar, ZDS2 – Zona de Desenvolvimento Social 2, que regula o uso do solo, a ocupação dos lotes conforme a Lei complementar nº 09 de 08 de novembro de 2007.

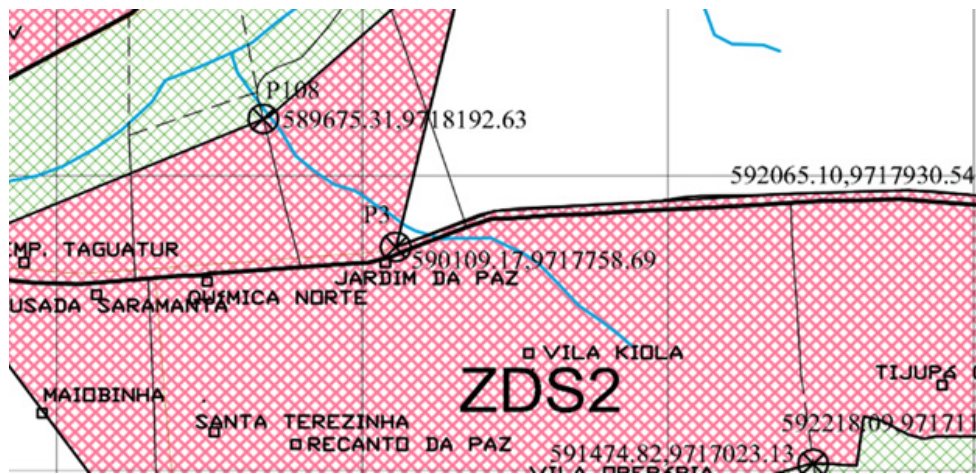


Figura 8. Mapa de Zoneamento de São José de Ribamar
Fonte: mdr.gov.br -2007 / editado pela Autora.

Área Mínima do Lote (m²)	240,00 m²
Testada Mínima do Lote (m)	12,00m
Área Total Máxima da Edificação (ATME)	210%
Área Livre Mínima do Lote (ALML)	30%
Afastamento Frontal	3,00m
Gabarito Máximo Permitido	3

Quadro 1. Índices urbanísticos ZDS2

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Adaptado de Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo (2007)

AFASTAMENTOS (ZDS2)			
Gabarito	Lateral Principal (m)	Lateral Secundária	Fundos
3	1,50m	1,50m	2,00m
2	1,50m	1,00m	1,00m
1	1,00m	1,00m	1,00m

Quadro 2. Índices urbanísticos ZDS2

Fonte: Elaborado pela autora, 2024. Adaptado de Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, (2007)

4.4 Mapeamento da área do entorno

A análise do uso e ocupação do solo mapa (figura 9), indica vários usos no raio de 400m a partir da área de intervenção, como comércios, escolas, igrejas, posto de saúde dentre outros, não foram observados área de praças em seu entorno, propiciando ainda mais o uso da área verde como proposta de intervenção para a praça de alimentação.

Com relação ao mapa de gabaritos, ele retrata que predomina imóveis com um pavimento, por se tratar de uma área de conjunto habitacional com casas e prédios de até 4 pavimentos.

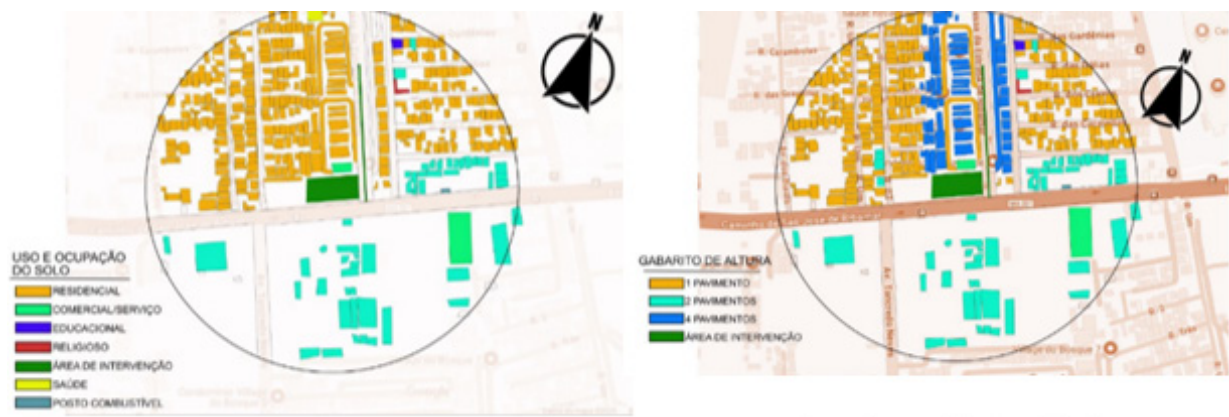


Figura 9. Mapas de uso e ocupação do solo e gabarito de altura
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na figura 10 do Mapa de Sistema Viário vemos a circulação e o escoamento nas vias, bem como pontos de ônibus, a localização do terreno e segurança dos clientes com as sinalizações do local. Mostrando a viabilidade do projeto.

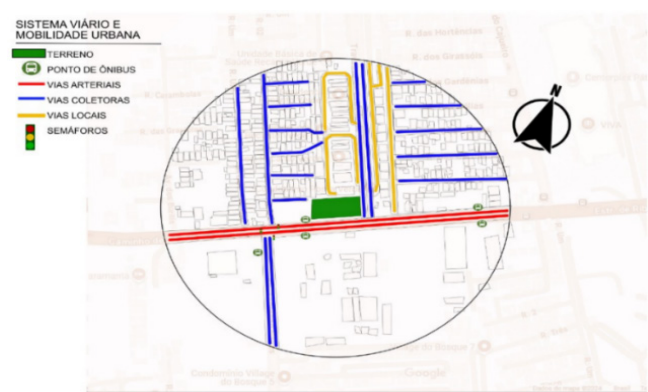


Figura 10. Mapa do sistema Viário
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

4.5 Estudo bioclimático do terreno proposto para área de intervenção

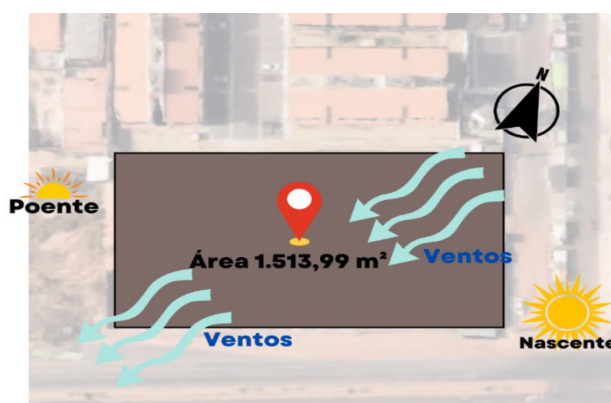


Figura 11. Terreno com orientação solar e do vento dominante

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Conforme a figura 11, o terreno não possui árvores no local então, não haverá sombras. O estudo mostra que o sol nascente se dá para a frente do terreno na estrada de Ribamar e para a lateral esquerda na rua da Travessa da Estrada de Ribamar. porém existem edificações ao fundo do terreno com até quatro pavimentos proporcionando assim sombra no Oeste do terreno onde a incidência solar é mais elevada trazendo uma sensação de resfriamento a um determinado período da tarde.

Já os Ventos são predominantes ao Nordeste e possuem barreiras por meio dos edifícios até o terreno.

4.6 Conceito e Partido arquitetônico

O conceito arquitetônico foi priorizado a funcionalidade, a acessibilidade e o conforto, criando um ambiente acolhedor e convidativo. A disposição dos quiosques será planejada de forma a facilitar a circulação e a interação entre os usuários.

As formas circulares e as cores são utilizadas para criar um ambiente harmonioso e visualmente estimulante. Para o partido utilizamos materiais específicos como piso emborrachado na área do Playground onde este material é ideal para espaços de grande movimentação, pois é antiderrapante e fácil de limpar, resistente em espaços de grande movimentação. Deque de porcelanato imitando madeira na área dos quiosques. Bancos circulares em concreto são dispostos ao redor das palmeiras imperiais, criando áreas de descanso e convivência. A iluminação é projetada para realçar as formas orgânicas e os círculos, utilizando luzes direcionais e difusas para criar efeitos visuais interessantes.

4.7 Programa de necessidade

Baseado no projeto de revitalização urbana para melhor satisfazer a comunidade e também as pessoas que trabalham na área abordada da intervenção é necessário um estudo minucioso para atingir as necessidades do local com o intuito de propor um projeto bem elaborado que venha trazer satisfação, conforto, acessibilidade e segurança a comunidade.

No quadro a seguir apresenta as informações das necessidades e dimensionamentos

para a praça de Alimentação.

SETOR	AMBIENTE	QTDE.	ÁREA UNIT. MIN. (m²)
COMERCIAL	Área de atendimento	24	4,71
	Cozinha	24	3,93
	Circulação		2.904,07
	Depósito	24	1,20
PÚBLICO	Banheiro masculino	1	15,80
	Banheiro feminino	1	15,80
	Playground	1	1.016,91
	Academia	1	1.016,91
	Praça de alimentação	1	4.677,80
	Pista de caminhada	1	238,33
	Estacionamento	25 normais/ 03 PCD	525,49

Quadro 3: Ambientes e áreas do projeto
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

4.8 Estudo de Fluxograma

Um fluxograma de uma praça de alimentação é uma representação visual que descreve o fluxo de atividades e processos dentro desse espaço. Ele ajuda a entender como os diferentes elementos interagem e se conectam para proporcionar uma experiência eficiente e agradável aos visitantes

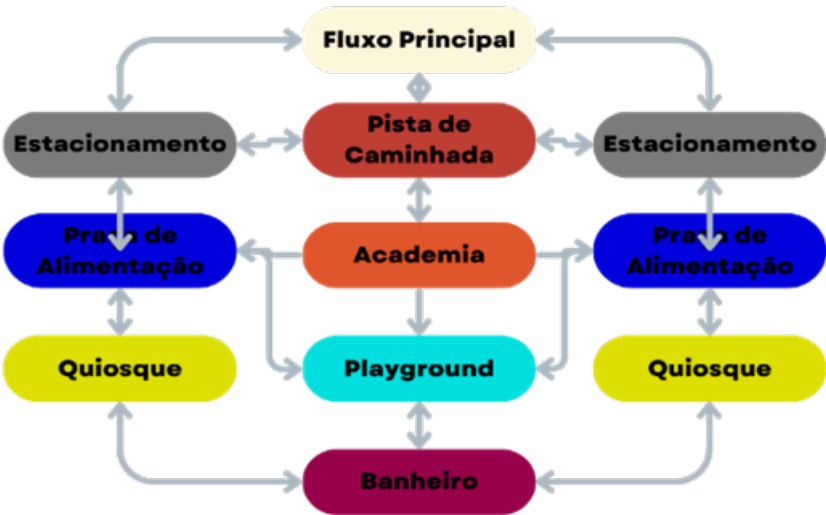


Figura 12. Estudo De Fluxograma
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.9 Estudo Massas

O Estudo de Massas (figura 13) apresenta a Praça de Alimentação. Este estudo volumétrico define a disposição dos elementos principais a serem construídos e a disposição deles dentro do terreno.

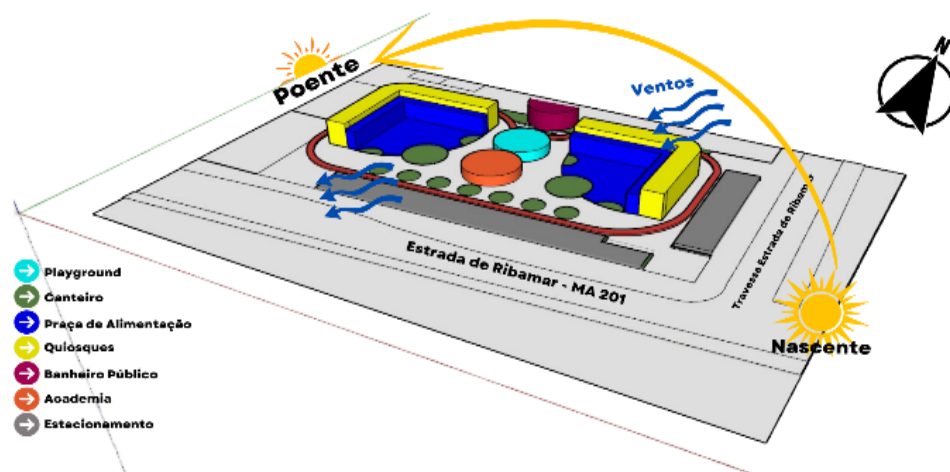


Figura 13. Estudo de manchas e massas

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

4.10 Projeto

A planta de implantação apresenta uma proposta de revitalização para a Travessa da Estrada de Ribamar, visando a organização da ocupação irregular de quiosques. O projeto centraliza os quiosques em duas grandes áreas retangulares, ladeadas por espaços verdes e de convivência, criando uma praça de alimentação com estrutura planejada. Essa reorganização busca otimizar a mobilidade de pedestres e veículos, além de qualificar o espaço público.

A proposta inclui a criação de áreas de circulação claras, com a presença de vegetação e mobiliário urbano para promover o conforto e a acessibilidade. A configuração geral sugere um ambiente mais seguro, atrativo e funcional para comerciantes e visitantes, transformando a área em um ponto de encontro e comércio organizado, conforme indicado pela legenda “Proposta Implantação”

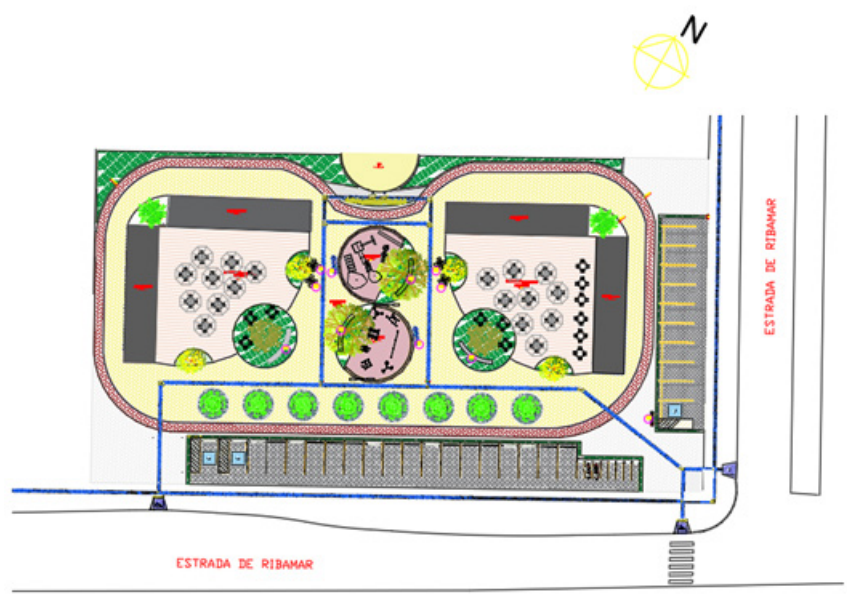


Figura 14. Proposta Implantação
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

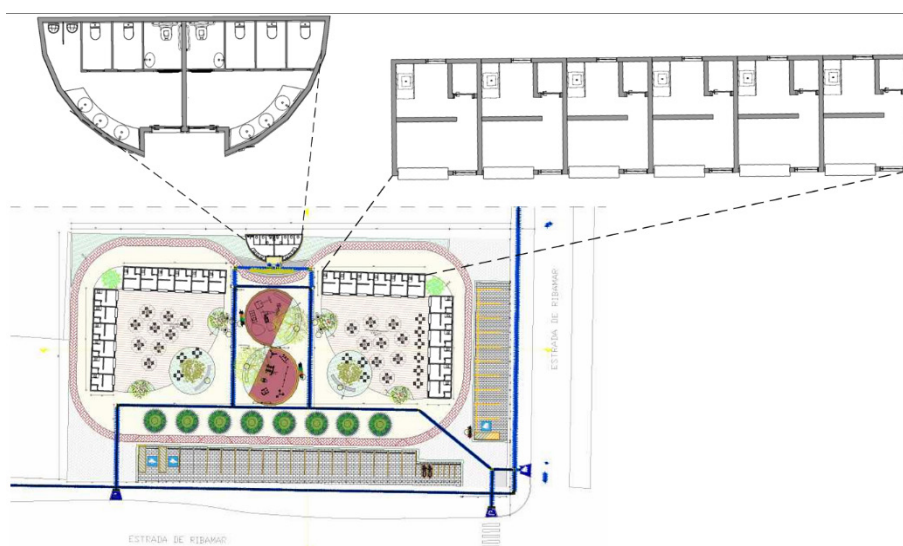


Figura 15. Proposta Implantação e Planta Baixa dos Banheiros e Lanchonetes
Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Através da Planta Baixa podemos observar melhor os quiosques e o banheiro e toda a estrutura do projeto

O render 3D (Figura 16) oferece uma representação realista do projeto final da praça de alimentação, destacando em primeiro plano uma área de estacionamento claramente demarcada e canteiros com vegetação exuberante, incluindo palmeiras e árvores que proporcionam sombra. Os quiosques estão estrategicamente divididos e localizados nas duas laterais da praça, enquanto a área central é dedicada a espaços de lazer, como um playground e uma academia ao ar livre, promovendo um ambiente funcional e convidativo.



Figura 16. Render fachada principal

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A imagem interna da praça de alimentação revela um espaço de convivência vibrante e funcional. Mesas e cadeiras de madeira preenchem uma área com piso deck, parte sob uma estrutura de pergolado que oferece sombreamento, e parte ao ar livre, protegida por grandes ombrelones. Ao fundo, observam-se os balcões dos quiosques, que se destacam pelas cores vivas, enquanto a área gramada adjacente e as árvores complementam o ambiente, convidando os usuários a desfrutar de momentos de lazer e socialização.

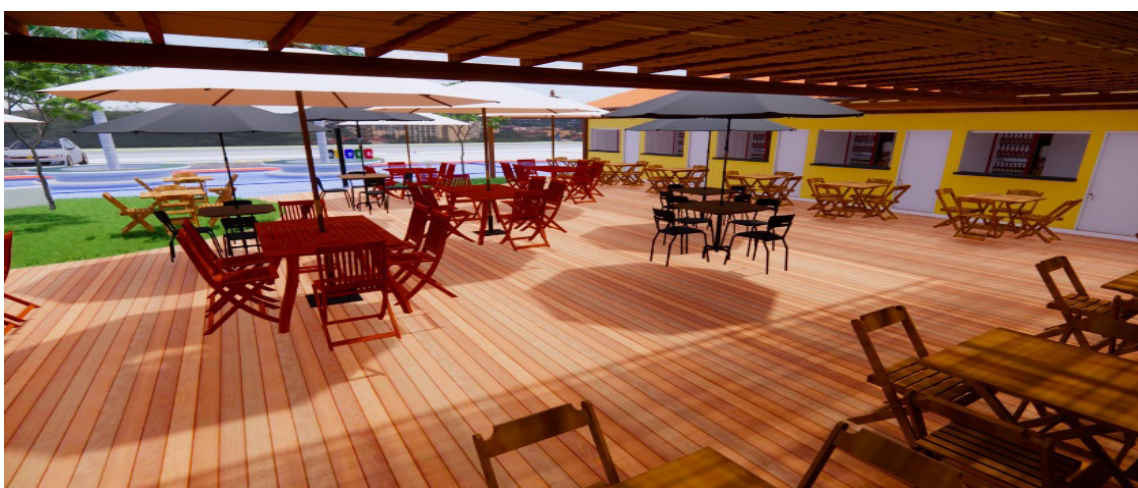


Figura 17. Render vista a partir dos quiosques

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

5. CONCLUSÃO

A intervenção proposta para a reorganização dos quiosques da Travessa da Estrada de Ribamar, no bairro da Mata, reflete um projeto que alia funcionalidade, acessibilidade e conforto. O conceito arquitetônico prioriza a criação de um espaço acolhedor e convidativo, onde a circulação dos usuários é facilitada e a interação social é estimulada. A escolha das formas circulares e das cores harmoniosas confere ao ambiente um caráter estético agradável e visualmente estimulante.

O partido arquitetônico reforça a funcionalidade e a durabilidade dos materiais es-

colhidos. O piso emborrachado na área do playground garante segurança e praticidade, enquanto o deque de porcelanato com aparência de madeira na área dos quiosques combina resistência e estética. Os bancos circulares em concreto, dispostos ao redor das palmeiras imperiais, criam espaços de convivência que integram natureza e urbanismo. A iluminação cuidadosamente planejada complementa o ambiente, destacando suas formas e criando uma atmosfera acolhedora e atrativa, especialmente à noite.

Com essa proposta, a intervenção atende às necessidades de reordenamento urbano, valorizando o espaço público e promovendo a convivência e o lazer. A funcionalidade, aliada à estética e à sustentabilidade, transforma a área em um polo de interação social e comercial, resgatando a função social do espaço e beneficiando comerciantes, moradores e visitantes. Conclui-se que este projeto não apenas soluciona os problemas da ocupação desordenada, mas também contribui para a revitalização do bairro, consolidando-o como um exemplo de urbanismo planejado e inclusivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juscidalva Rodrigues. Planejamento urbano: uma abordagem sistêmica da interferência das áreas verdes na definição da qualidade de vida. **Paisagem e Ambiente**, n. 41, p. 187-210, 2018.

DUARTE, Alice. O centro comercial, o espaço público e os cidadãos. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 43, n. 1-2, 2003.

DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano**. Editora Ibpx, 2009.

ÉPOCA. **Butantan Food Park**: São Paulo ganha praça de alimentação ao ar livre. Disponível em: <https://epoca.globo.com/regional/sp/comida-e-bebida/noticia/2014/05/bbutant-comida-pa-sao-p-gan-pratica-de-a-ao-ar-liv.h>.

FERNANDES, Lilian Mara Ferreira; QUINTÃO, Ronan Torres. Transformação de Espaços Públicos em Espaços Emancipados pelos Consumidores: um Estudo Longitudinal sobre o Carnaval de Rua de Belo Horizonte. **Organizações & Sociedade**, v. 29, p. 177-194, 2022.

FRASCINO, Tito Lívio; WAISMAN, Jaime; FERIANCIC, Gabriel. Renovação urbana e mobilidade: o projeto do Largo da Batata. In: **Brasília, Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, ponência apresentada em el 19 Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito**. 2013.

GOULART, Fernanda et al. Antecedentes da arborização urbana à caminhabilidade: um estudo exploratório no Brasil. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 12, n. 2, p. e23476-e23476, 2023.

PITILIN, Taiany Richard et al. A caminhabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 8, n. 2, p. e00129-e00129, 2020.

SANTOS, Bruna Eduarda; PAULINO, Felipe. Conflitos socioespaciais na Praça da Bandeira em Presidente Prudente-SP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 9, p. 25-39, 2020.

SYDOW, Elisabeth; SILVA, Paola. Em busca de uma calçada para caminhar: a privatização dos espaços públicos. **Revista Espacios**, v. 44, n. 7, 2023.

TUDO SOBRE MADRID. Mercado de San Miguel – **Tudo sobre Madrid**. Disponível em: <https://www.tudosobremadrid.com/mercado-san-miguel>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TRINDADE, Rhaiani Vasconcellos; RAMOS, Larissa Leticia. ATIVIDADES COMERCIAIS TRANSITÓRIAS Dinâmicas socioespaciais e apropriações urbanas. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 22, 2022.

VEGI, Aline Siqueira Fogal et al. Caminhabilidade e envelhecimento saudável: uma proposta de análise para cidades brasileiras de pequeno e médio porte. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00215218, 2020.

VIEIRA, Patrícia Soares; CALHEIROS, Fernanda Madeira. Desafios na urbanidade do centro histórico de Macaíó/AL. **Revista Ímpeto**, n. 10, 2020.



capítulo 11

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE EMOCIONAL: PROPOSTA DE CENTRO ESPORTIVO EM SÃO LUÍS, MA

PHYSICAL ACTIVITY AND EMOTIONAL HEALTH: PROPOSAL FOR A SPORTS CENTER IN SÃO LUÍS, MA

João Victor Silva Gomes

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Andreia Jane Leandro Câmara

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

A proposta de um centro esportivo na cidade de São Luís, capital do Maranhão, visa a criação de um espaço que proporcione um ambiente estimulante, inclusivo e seguro, onde as pessoas possam praticar atividades físicas de forma positiva. Para isso, foram considerados aspectos como a disposição adequada dos ambientes, a qualidade dos equipamentos, a acessibilidade universal e a integração com o entorno. A metodologia adotada para este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica, que oferece fundamentação teórica para apoiar os conceitos relacionados ao esporte e suas origens, além de destacar os benefícios que os centros esportivos podem proporcionar à saúde mental dos praticantes. Como resultado, foi desenvolvido um pré-projeto arquitetônico que atende às demandas funcionais e sociais, contribuindo diretamente para a promoção da saúde emocional, da inclusão social e da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Centro Esportivo, Inclusão social, Saúde Mental.

Abstract

The proposal for a sports center in the city of São Luís, the capital of Maranhão, aims to create a space that provides a stimulating, inclusive, and safe environment where people can engage in physical activities in a positive way. To achieve this, aspects such as the proper layout of spaces, the quality of equipment, universal accessibility, and integration with the surrounding environment were considered. The methodology adopted for this work is based on a bibliographic review, which provides a theoretical foundation to support concepts related to sports and their origins, as well as highlighting the benefits that sports centers can offer to the mental health of their users. As a result, an architectural preliminary design was developed that meets both functional and social demands, directly contributing to the promotion of emotional well-being, social inclusion, and the overall quality of life of the population.

Keywords: Sports Center, Social Inclusion, Mental Health.

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental das pessoas tornou-se uma crescente preocupação na sociedade contemporânea. Diante dos desafios e demandas da vida moderna, é evidente o enfrentamento de questões ligadas ao estresse, ansiedade, depressão e outros transtornos mentais. A busca por aprimoramentos nesse aspecto torna-se crucial, tanto para o bem-estar individual quanto para o funcionamento saudável da sociedade como um todo.

Os transtornos mentais e neurológicos representam uma realidade global que transcende fronteiras, impactando diversas camadas da sociedade atual. Em um cenário no qual essas condições afetam indivíduos em seu bem-estar psicológico e exercem influência nas dinâmicas familiares, no ambiente de trabalho e nos sistemas de saúde. “[...] tais transtornos são comuns, afetando 20–25% de todas as pessoas em dado momento durante a sua vida. São também universais, afetando todos os países e sociedades, bem como indivíduos de todas as idades [...]” (OMS, 2001, p.10).

O sedentarismo, ao comprometer a saúde física, estabelece um vínculo direto com impactos adversos no bem-estar mental. Essa relação intrínseca destaca a necessidade premente de incorporar hábitos regulares de exercícios como uma prática essencial para manter um equilíbrio saudável entre corpo e mente.

Muitas pessoas recorrem a tratamentos terapêuticos, como psicoterapia e o uso de medicamentos, para lidar com os desafios emocionais e psicológicos. A integração regular de atividades físicas e esportivas se revela como uma das estratégias complementares para a promoção da vitalidade mental.

Em vista disto, este trabalho tem como objetivo desenvolver um anteprojeto arquitetônico de um centro esportivo na região de São Luís, capital do Maranhão. A proposta é ampliar as opções de espaços dedicados à prática de atividades físicas, visando a promoção da saúde mental e do bem-estar emocional. O anteprojeto busca criar um ambiente inclusivo, seguro e acolhedor, que ofereça suporte e incentivo para a prática esportiva, resultando em uma melhor qualidade de vida para a população local.

2. REFERÊNCIAS TÉORICOS

2.1 A origem do esporte

A trajetória do esporte se estende como um fio condutor através das eras, entrelaçando-se intimamente com a evolução cultural e social da humanidade. Tubino (2010, p.8), defende que “Esporte é uma das maiores manifestações culturais desde a Antiguidade. A história cultural do mundo passa pela história do esporte”. Neste contexto, o esporte emerge não apenas como uma prática atlética, mas como uma expressão multifacetada da condição humana, moldando e sendo moldado pelas complexidades da sociedade ao longo do tempo.

Segundo Oliveira *et al.* (2011), na perspectiva do homem primitivo, a sobrevivência era vista como um presente divino. Dessa forma, ele empregava não apenas a dança, mas também desempenhava diversos exercícios corporais rudimentares ritmados como forma de culto aos deuses. As atividades físicas nas sociedades pré-históricas eram motivadas por quatro principais razões: a busca pela sobrevivência, práticas culturais, preparação para confrontos, caça e ações competitivas.

No que diz respeito ao período clássico na Grécia, a prática esportiva encontrava-se centrada em jogos e treinamentos intensivos, com ênfase em objetivos militares, disci-

plina cívica, competição, fortalecimento físico e energia espiritual. A preparação de atletas para os Jogos Olímpicos, impulsionada pelo espírito competitivo grego, destacava-se como a atividade predominante, envolvendo a sociedade em uma celebração constante do esporte (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

Por volta de 2.500 a.C., os Jogos Olímpicos na Grécia antiga, ocorriam a cada quatro anos em Olímpia, Élida, em homenagem a Zeus Horquios. Anunciados pelos arautos, tais jogos eram meticulosamente organizados pelos helenoices. O evento abrangia uma variedade de provas, incluindo corrida, luta, pentatlo, corrida de quadrigas, pancrácio, corrida de cavalos, corrida com armas, corrida de bigas, pugilato, entre outras modalidades. (TUBINO, 2010).

Sigoli e Junior (2004) afirmam que, diferente dos jogos gregos, na Antiga Roma, a cultura promovia jogos religiosos nos imponentes circos e anfiteatros durante festividades sagradas e feriados. Estes eventos eram uma concessão dos líderes romanos à população, visando mitigar as tensões sociais. Os jogos se destacavam por apresentações peculiares e violentas, incluindo combates armados que perduravam até a morte dos gladiadores, enfrentamentos contra animais selvagens como tigres, leões e panteras, e execuções de criminosos e cristãos.

Le Goof e Truong (2006) apontam que o esporte desapareceu na Idade Média devido à ideologia anticorporal, resultando no desaparecimento de infraestruturas dedicadas ao esporte, como estádios, circos e ginásios. Não obstante, as pessoas ainda se envolviam em atividades físicas; entretanto, de maneira diferente do esporte contemporâneo. O século XIX marcou uma retomada e definição do que hoje é conhecido como esporte, sugerindo uma conexão com práticas antigas.

As transformações do esporte moderno, rumo à sua configuração contemporânea, foram marcadas por uma evolução gradual, influenciada tanto por mudanças de paradigmas quanto por eventos históricos. Esse processo ganhou maior impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando o esporte se tornou mais politicamente utilizado, popularizado e globalizado, transformando-se em um espetáculo, atingindo seu ápice no final da Guerra Fria (MARQUES; GUITIERREZ; ALMEIDA, 1992).

2.2 O surgimento do esporte no Brasil

De acordo com os estudos de Tubino (2010), até meados da década de 1980, não havia sido estabelecido nenhum instrumento legal ou plano que abordasse o esporte no Brasil. Foi somente por meio da atuação da Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro que esse tema passou a ser abordado no país. Vale ressaltar que a orientação dessa Comissão foi fundamentada na Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO, de 1978, a qual, em seu primeiro artigo, proclamava que a atividade física e a prática esportiva eram direitos universais.

A efetivação do Direito ao Esporte no Brasil ocorreu de forma significativa com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O *caput* do artigo 217, integrante do Capítulo III, Seção III, destinado ao Desporto, foi determinante ao estipular que o Estado tem o dever de promover práticas esportivas formais e não-formais como um direito de cada indivíduo. Esse dispositivo constitucional representou uma ruptura com o conceito preexistente de esporte no país, anteriormente centrado no alto rendimento, abrindo caminho para uma compreensão mais abrangente e inclusiva (TUBINO, 2010).



Historicamente, o esporte no Brasil costuma ser dividido nas seguintes fases: a primeira, até 1908, ano em que aparece a primeira obra editada no país sobre os esportes (O livro *Sports Athletics*, traduzido do original de E. Weber, com informações sobre atletismo, tênis, natação, hóquei, pelota basca, futebol e pólo aquático: é a fase da implantação; a segunda, com a fundação de clubes e federações, culminando com a criação da Confederação Brasileira de Desportos, em 1914, é a fase da organização; a terceira, terminam do com o Decreto - Lei 3.199, de 14.04.41, que criou o Conselho Nacional de Desportos e estabeleceu bases para a organização esportiva em todo o país, é a da popularização; e a quarta, em que o apoio oficial se torna efetivo e o esporte passa a ser supervisionado pelo Ministério da Educação, vem até os dias de hoje (SANTOS *et al.*, 1997, p. 158).

A efetivação do Direito ao Esporte no Brasil ocorreu de forma significativa com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O *caput* do artigo 217, integrante do Capítulo III, Seção III, destinado ao Desporto, foi determinante ao estipular que o Estado tem o dever de promover práticas esportivas formais e não-formais como um direito de cada indivíduo. Esse dispositivo constitucional representou uma ruptura com o conceito preexistente de esporte no país, anteriormente centrado no alto rendimento, abrindo caminho para uma compreensão mais abrangente e inclusiva (TUBINO, 2010).

2.3 O esporte em São Luís/MA

A promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988 representou um marco significativo na estrutura legal do país. Após esse evento crucial, um conjunto abrangente de ordenamentos legais foi implementado com o objetivo de orientar e regular o planejamento das atividades governamentais em diversas esferas, incluindo a federal, estadual e municipal (ARAUJO; VIANA, 2010).

Conhecida por suas ricas tradições culturais, São Luís oferece um cenário propício para diversas atividades esportivas, desde partidas de futebol até eventos esportivos anuais. A paixão pelo esporte permeia os campos e quadras, refletindo o comprometimento da população com um estilo de vida ativo.

Iniciativas como a implementação da Lei de Incentivo ao Esporte, aprovada em 15 de agosto de 2011, fortalece ainda mais esse envolvimento, impulsionando projetos que promovem a saúde e une a sociedade em torno do espírito esportivo. Essa legislação, de autoria do Secretário de Estado do Esporte e Lazer, Joaquim Haickel, representa um marco significativo para o fortalecimento e fomento das atividades esportivas, proporcionando o patrocínio que beneficia vários atletas da região (SEDEL, 2011).

Sobre a infraestrutura esportiva em São Luís, destaca a Arena Domingos Leal, o Ginásio Costa Rodrigues, o Ginásio do SESC Centro, o Ginásio do SESC Olho D'água e o Complexo Esportivo do Castelão como exemplares locais que fomentam a cultura esportiva na cidade. Cada um desses espaços desempenha um papel importante na promoção de atividades físicas, competições e eventos que engajam a comunidade, estimulando a participação ativa dos cidadãos.

O Complexo Esportivo do Castelão, situado no Bairro Jordoia em São Luís, sobressai-se pela diversidade de instalações esportivas, compreendendo diversas facilidades que viabilizam a prática de várias modalidades. O local engloba uma pista de atletismo, uma pista de kart, um parque aquático, um estádio e dois ginásios.

Entretanto, no decorrer dos anos, algumas das instalações situadas no complexo, sofreram com a falta de manutenção e descaso do poder público. O descaso é evidenciado pelo estado precário de diversas estruturas, que sofrem com a deterioração devido à ausência de intervenções adequadas.

O presente Secretário de Estado do Esporte e Lazer, Naldir Lopes, demonstra comprometimento na revitalização do Complexo Esportivo do Castelão. O início desse processo se dá no Ginásio Georgina Pflueger, popularmente conhecido como Castelinho, o qual atualmente passa por uma abrangente etapa de reforma (SEDEL, 2023).

2.4 A prática de atividades físicas e seu impacto na saúde mental

O sedentarismo, caracterizado pela escassez de atividade física regular na vida cotidiana, emerge como um desafio para a saúde global. Em um mundo moderno onde a tecnologia facilita a comodidade, muitos indivíduos encontram-se presos a um estilo de vida sedentário, alheios aos impactos negativos que essa inatividade pode desencadear.

O impacto à saúde mental é pelo menos igualmente devastador, compreendendo diminuição da autoestima, da autoimagem, do bem-estar e da sociabilidade, aumento de ansiedade, de estresse e de depressão, como também dos riscos para os males de Alzheimer e de Parkinson, de acordo com estudos mais recentes, e até prejuízo à cognição (OLIVEIRA, 2011, pg.128).

Em 2016, um alarmante cenário global foi revelado, indicando que 28% dos adultos, com idade igual ou superior a 18 anos, não conseguiram atender às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para atividade física. Essas diretrizes preconizam a prática de 150 a 300 minutos por semana de atividade física com intensidade moderada a vigorosa (SOARES, 2023).

Segundo Merege et al. (2014), há uma relação positiva entre a prática de exercícios físicos e o funcionamento do sistema nervoso central. O artigo ressalta que aqueles que se exercitam regularmente demonstram desempenho cognitivo superior em comparação com os sedentários. Essas constatações têm despertado um interesse crescente na aplicação do treinamento físico em diversos segmentos populacionais, tanto no âmbito clínico quanto científico.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2001) “As estimativas iniciais indicam que cerca de 450 milhões de pessoas atualmente vivas sofrem transtornos mentais ou neurológicos”. Em um contexto em que as demandas cotidianas, tecnológicas e sociais se entrelaçam, a busca por um estado de saúde mental positivo, exige uma abordagem cuidadosa e adaptável.

Mello (2005, p. 203) menciona que, “Estudos realizados nos EUA afirmam que a prática sistemática do exercício físico para a população em geral está associada à ausência ou a poucos sintomas depressivos ou de ansiedade[...]”. Essa constatação ressalta um possível vislumbre em novas perspectivas e abordagens para promover uma vida mentalmente saudável e equilibrada.

O caminho para alcançar o bem-estar mental está diretamente ligado à superação dos desafios que surgem diante das complexidades da vida moderna. “Estudos realizados nos EUA afirmam que a prática sistemática do exercício físico para a população em geral está associada à ausência ou a poucos sintomas depressivos ou de ansiedade[...]” (MELLO



et al., p 203, 2005). Apesar de haver disponibilidade de mais de oito classes de antidepressivos, com aproximadamente 22 substâncias ativas no mercado mundial para o tratamento farmacológico da depressão, somente 30 a 35% dos pacientes depressivos respondem ao tratamento com psicofármacos (MORAES et al., 2007, p. 71).

É crucial explorar alternativas e abordagens complementares que possam proporcionar benefícios ao fortalecimento e a nutrição da mente. Para Cevada et al. (2012, p. 1) “A prática de exercício físico promove efeitos benéficos não só para o sistema cardiorrespiratório e muscular, mas também para a função comportamental e a saúde mental”.

3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1 Estudo internacional: Centro esportivo em Neudorf.

O projeto desenvolvido pelo Atelier Zündel Cristea é uma referência inspiradora na concepção de centros esportivos contemporâneos. Localizado em Neudorf, este projeto exemplifica a aplicação inovadora de princípios arquitetônicos e o uso eficiente do espaço para criar um ambiente esportivo funcional e esteticamente atraente. Um dos aspectos notáveis desse projeto é a configuração arquitetônica, com suas formas arrojadadas e linhas fluidas, criando uma identidade visual marcante. A arquitetura contemporânea e dinâmica do centro esportivo se destaca na paisagem, tornando-se um marco emblemático na região.

Localização	Strasbourg, França
Área	4290 m²
Ano	2014
Arquitetos	Atelier Zündel Cristea

Figura 1. Área do Centro esportivo Neudorf

Fonte: Archdaily Brasil (2016)

A funcionalidade do centro esportivo também é um destaque do projeto. O Atelier Zündel Cristea concebeu espaços internos versáteis e bem planejados, que atendem às diferentes necessidades esportivas e proporcionam uma experiência de uso confortável. Desde quadras poliesportivas até salas especializadas, como academias e espaços para a prática de esportes de combate, o centro esportivo oferece uma ampla gama de instalações para atender a diversos públicos e modalidades esportivas.



Figura 2. Fachada do Centro esportivo Neudorf.

Fonte: Fonte: Archdaily Brasil (2016)

Um aspecto relevante do projeto arquitetônico é o uso predominante de madeira como material renovável e sustentável. A decisão de empregar a madeira na base de concreto, abrangendo a quadra poliesportiva, arquibancadas, vestiários, hall de entrada e cafeteria, proporciona uma atmosfera acolhedora e esteticamente agradável ao edifício. Essa escolha confere ao edifício uma atmosfera acolhedora e esteticamente agradável, ao mesmo tempo em que promove a utilização de um recurso renovável, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

Conscientes da importância da sustentabilidade, os projetistas basearam suas decisões construtivas nas demandas do projeto e na busca por uma maior utilização desse material. A madeira é empregada na base de concreto, onde estão localizadas a quadra poliesportiva, as arquibancadas, os vestiários, o hall de entrada e a cafeteria. Essa escolha confere ao edifício uma atmosfera acolhedora e esteticamente agradável, ao mesmo tempo em que promove a utilização de um recurso renovável, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

A variedade de métodos construtivos utilizados no projeto é expressa tanto na volumetria quanto nos interiores do edifício. Essa abordagem proporciona uma riqueza visual e uma sensação de dinamismo, ressaltando a integração entre a forma arquitetônica e a construção do edifício.

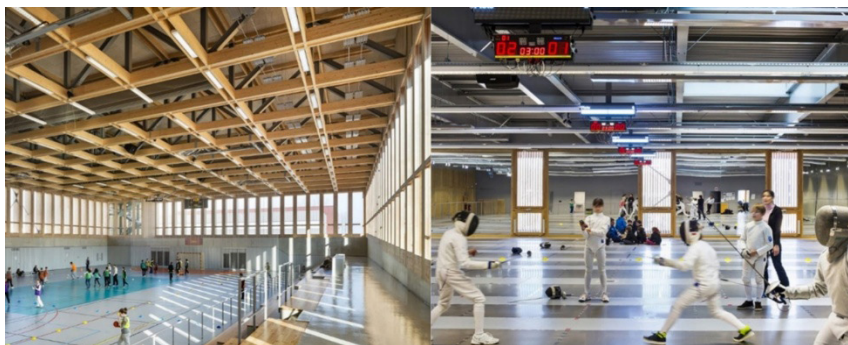


Figura 3. Quadra Poliesportiva e Sala de esgrima

Fonte: Archdaily Brasil (2016)

Uma característica marcante do projeto é a disposição da principal quadra esportiva, que se encontra enterrada a 2 metros do nível do térreo. Essa solução de projeto resulta em uma redução do volume aparente do edifício, conferindo-lhe uma escala mais adequada em relação ao espaço público circundante. Além disso, essa disposição estratégica proporciona um uso eficiente do espaço disponível, permitindo que outras áreas funcionais do centro esportivo sejam distribuídas de forma otimizada.

O edifício é eficiente em termos de consumo de energia, se beneficiando de uma quantidade ótima de iluminação natural, tanto nas quadras, quanto nos espaços de circulação, hall de entrada, principais rotas através da construção e alguns dos vestiários. Os eventos esportivos podem ser ventilados naturalmente para manter temperaturas confortáveis.

3.2 Estudo Nacional: Ginásio de Esportes do Colégio São Luís

O Ginásio do Colégio São Luís representa uma conquista significativa para a instituição e para a comunidade escolar como um todo. Com base em um planejamento arquitetônico cuidadosamente elaborado ao longo de 12 anos, essa construção exemplar incorpora os princípios educacionais e as necessidades específicas do colégio de maneira excepcional.

Localização	São Paulo, Brasil
Área	9062 m²
Ano	2015
arquitetos	URDI Arquitetura

Figura 4. Área do Colégio São Luís.

Fonte: Archdaily Brasil (2016)

O objetivo primordial da reorganização do setor esportivo era expandir a oferta de espaços para atividades de educação física, sem a necessidade de aumentar a área total do edifício ou interromper as atividades cotidianas da escola. Essa tarefa desafiadora exigiu uma abordagem criativa e inovadora, que resultou na concepção do Ginásio de Esportes atual.



Figura 5. Fachada do Colégio São Luís

Fonte: Archdaily Brasil (2016)

Uma das características mais impressionantes desse projeto é a otimização do espaço disponível. Mesmo ocupando a mesma área do edifício anterior, o Ginásio conseguiu ampliar significativamente o número de quadras esportivas de uma para quatro. Essa conquista foi possível graças a soluções inteligentes e engenhosas, que aproveitaram o espaço vertical e horizontal de forma eficiente.

Além disso, o Ginásio do Colégio apresenta uma solução engenhosa para a expansão das quadras. Com a implementação de uma arquibancada retrátil, duas quadras adicionais são criadas quando a arquibancada está recolhida. Essa flexibilidade é fundamental para a maximização do espaço disponível, permitindo que diferentes atividades esportivas sejam realizadas simultaneamente, atendendo às necessidades diversificadas dos alunos.

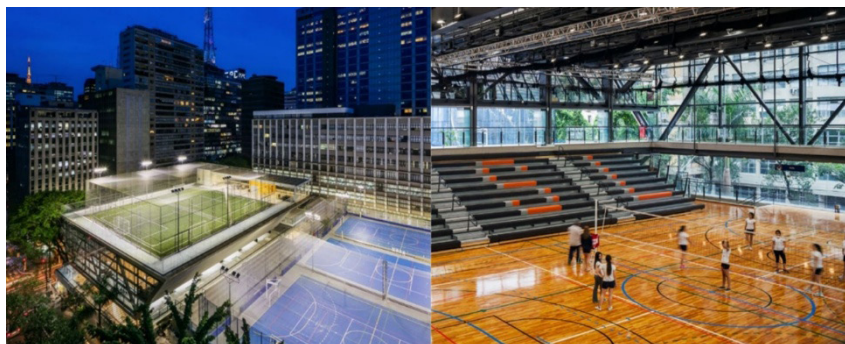


Figura 6. Campo e quadras do Colégio São Luís.

Fonte: Archdaily Brasil (2016)

Todo espaço criado foi concebido para incentivar o convívio, transformando quadras, arquibancadas e corredores em pontos de encontro e descanso, sempre integrados à referência visual da cidade. O ambiente é projetado para incentivar a interação social com um edifício que possui condicionamento térmico através do sistema de ventilação natural e dos vidros low-e da fachada, resultando em economia sem a necessidade de climatização, oferecendo um ambiente moderno, funcional.

4. DIAGNÓSTICO DA ÁREA

4.1 Localização

O terreno para a proposta deste trabalho está localizado na Rua Santa Quitéria, inserido no bairro Jardim Eldorado, em São Luís, Maranhão. O local é extremamente reconhecido por sua localização privilegiada, caracterizando-se como um bairro de classe média e média alta, que se destaca pela facilidade de acesso por meio das Avenidas Daniel de La Touche e São Luís Rei de França. Uma das principais características distintivas desse bairro são as residências com vários estilos modernos presentes em suas ruas.

O espaço destinado ao projeto abrange uma área generosa de 6.686,30 m² (seis mil seiscentos e oitenta e seis metros quadrados). A concepção do centro esportivo apresenta vastas oportunidades e desafios instigantes. Por outro lado, a complexidade do projeto exige uma abordagem cuidadosa para equilibrar a funcionalidade do empreendimento.

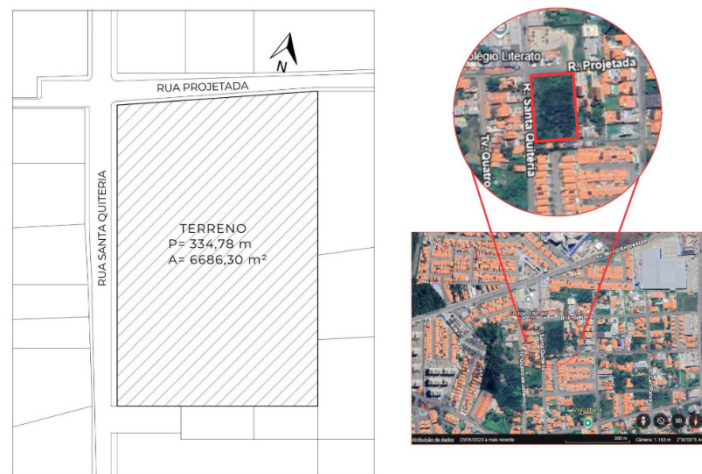


Figura 7. Planta de Localização e Situação.

Fonte: Autoria própria (2025)

4.2 Especificação de zona

A Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís (1992) serve como base fundamental para o entendimento dos parâmetros construtivos relacionados ao zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, além de abordar outras providências pertinentes. Esta legislação estabelece a divisão do município em diferentes zonas e define as normas para o parcelamento e uso do solo, especificando as intensidades de ocupação, as formas de utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas em cada zona. No contexto específico da elaboração de um anteprojeto arquitetônico, o terreno destinado à proposta do centro esportivo está localizado na Zona Residencial 6 (ZR6).

ZONA	CARACTERÍSTICAS DE DIMENSIONAMENTO, RECUOS, OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO DO LOTE																	
	ÁREA MÍNIMA (m²)	TESTADA MÍNIMA (m)	AFASTAMENTO FRONTAL (m)			AFASTAMENTO LATERAL (m)			AFASTAMENTO FUNDOS (m)			GABARITO MÁXIMO	SOLO CRIADO	ATME (%)	SOLO CRIADO	ALML (%)	TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE (%)	TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE EM ÁREA DE RECARGA DE AQUIFER (%)
			Via	Via	Via													
			LOCAL	SECUNDÁRIO	PRIMÁRIO	1 PAVT	Nº PAVT MÁX	SOLO CRIADO	1 PAVT	Nº PAVT MÁX	SOLO CRIADO							
ZR6 - ZONA RESIDENCIAL 6	250	10	4	6	10	2	5	7	2	5	7	8	12	220	280	40	20	30

Figura 8. Uso e ocupação de Solo.

Fonte: Lei de Zoneamento, Uso e ocupação de solo de São Luís (1992)

4.3 Programa de necessidades

O Programa de necessidade foi cuidadosamente planejado para garantir que todo o projeto atenda à demanda de transformar o espaço em um local funcional, acolhedor e atrativo. A escolha dos ambientes para o projeto do centro esportivo foi feita com base na funcionalidade e diversidade de atividades que podem ser oferecidas aos usuários. A academia conta com áreas de musculação, sala de funcional, cross fit e sala de avaliação, visando atender às necessidades dos praticantes de exercícios físicos.

Já o espaço destinado aos esportes, atende as artes marciais (Judô, muay thai, jiu-jítsu) e salas de dança, proporcionando um local adequado para a prática de diferentes modalidades. A área destinada à natação possui piscina curta para competição, arquibancada e piscina curta para treinamento, permitindo o desenvolvimento de atividades aquáticas. O último pavimento abriga um campo de society com vestiários e arquibancada.

O setor administrativo foi projetado para proporcionar um espaço adequado para a gestão e coordenação das atividades do centro esportivo, possuindo sala de administração, escritórios, sala de controle, garantindo o funcionamento adequado das instalações. Além disso, o centro esportivo inclui espaços para serviços gerais, DML, lavabos e vestiários, e uma área terapêutica com sala de meditação e sala de massagem.

AMBIENTE	COMPARTIMENTOS	ÁREA/m²	AMBIENTE	COMPARTIMENTOS	ÁREA/m²
ESTACIONAMENTO	ÁREA DE ESTACIONAMENTO	2060 m²	SERVIÇO	VESTIÁRIO MASC./PAV TÉRREO	61 m²
	ÁREA DE ESPERA	130 m²		VESTIÁRIO FEM./PAV TÉRREO	52 m²
ADMINISTRATIVO	RECEPÇÃO	7 m²		VESTIÁRIO MASC./PAV. 1	64 m²
	COPA	15 m²		VESTIÁRIO FEM./PAV. 1	64 m²
	SALA DE ADM.	51 m²		VESTIÁRIO MASC./PAV. 2	44 m²
	ESCRITÓRIO I	27 m²		VESTIÁRIO FEM./PAV. 2	43 m²
	ESCRITÓRIO II	13 m²		LAVABO I	3 m²
	ESCRITÓRIO III	21 m²		LAVABO II	3 m²
	SALA DE SEGURANÇA	20 m²		W.C PCD/PAV. TERREO	6 m²
				W.C PCD/PAV. 1	6 m²
ESPORTE	SALA DE ARTES MARCIAIS I	142 m²		DML/TÉRREO	9 m²
	SALA DE ARTES MARCIAIS II	166 m²		DML/PAV. 1	12 m²
	SALA DE DANÇA I	90 m²		DML/PAV. 2	9 m²
	SALA DE DANÇA II	90 m²		SALA DE EQUIPAMENTOS I	21 m²
	SALA DE TÊNIS DE MESA	208 m²		SALA DE EQUIPAMENTOS II	13 m²
	PISCINA CURTA PARA COMPETIÇÃO	425 m²		SALA DE EQUIPAMENTOS III	22 m²
	ARQUIBANCADA DA PISCINA COMPE.	53 m²		CASA DE MAQUINAS	23 m²
	PISCINA CURTA PARA TREINO	325 m²	LANCHONETE	COZINHA	34 m²
SETOR TERAPÊUTICO	SALA DE PRIMEIROS SOCORROS	29 m²		ATENDIMENTO	18 m²
	CAMPO DE FUT. SOCIETY	1124 m²		ÁREA DE REFEIÇÃO	74 m²
	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FUT.	221 m²	ACADEMIA	SALÃO DE MUSCULAÇÃO	1114 m²
	ARQUIBANCADA FUT. SOCIETY	73 m²		SALA DE AVALIAÇÃO FÍSICA I	15 m²
	SALA DE YOGA/MASSAGEM	59 m²		SALA DE AVALIAÇÃO FÍSICA II	15 m²
	RECEPÇÃO/ÁREA DE ESPERA	32 m²		SALA DE FUNCIONAL	130 m²
	LOJA	33 m²		SALA DE CROSSFIT	124 m²
	CIRCULAÇÃO TÉRREO	208 m²		ÁREA DE DESCANSO	111 m²
TOTAL			7712 m²		

Figura 9. Programa de necessidades.

Fonte: Autoria própria (2025)

4.4 Análise bioclimática

Essa etapa envolve investigar fatores como incidência solar e ventilação. O propósito dessa investigação é empregar estratégias arquitetônicas que otimizem o aproveitamento da luz solar, promovam uma ventilação natural eficiente e explorem o sombreamento de maneira apropriada. Ao compreender e integrar esses fatores, o projeto foi planejado a fim de criar ambientes que se beneficiam das condições climáticas locais, proporcionando conforto térmico, eficiência energética e bem-estar aos usuários.



Figura 10. Estudo bioclimática.

Fonte: Autoria própria (2025)

4.5 Estudo de manchas

O estudo de manchas consiste na análise preliminar da distribuição e organização espacial dos elementos dentro do terreno, considerando aspectos como topografia, orientação solar, acessos, e interações com o entorno. Essa etapa é crucial para garantir a funcionalidade, a eficiência e a integração harmoniosa do projeto. Através desse estudo, é possível otimizar o aproveitamento do espaço, melhorar a qualidade ambiental, e antecipar possíveis desafios, assegurando que a proposta atenda às necessidades dos usuários.

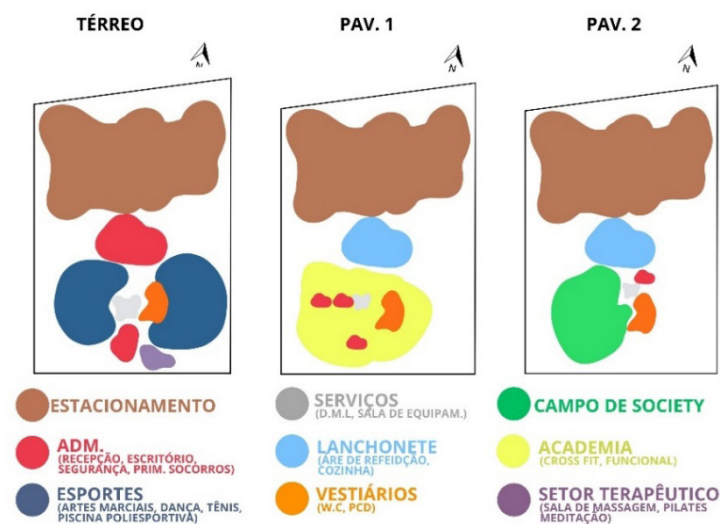


Figura 11. Estudo de manchas.

Fonte: Autoria própria (2025)

4.6 Conceito e Partido arquitetônico

O conceito arquitetônico adotado para este projeto baseia-se na busca por configurações específicas, incorporando linhas tradicionais e acolhedoras com o objetivo de evocar uma atmosfera de tranquilidade. Essa escolha estética vai além da aparência, representando um convite caloroso tanto aos frequentadores regulares quanto aos visitantes. A proposta busca criar um refúgio que agrade esteticamente e proporcione uma pausa bem-vinda do ritmo acelerado da vida cotidiana, encorajando a introspecção e a busca pela paz interior.

O partido inovador, por sua vez, manifesta-se na adoção dessas linhas tradicionais e na utilização de materiais naturais, como madeira e pedra, para promover conforto e harmonia, reforçando a criação de um ambiente acolhedor e sereno.

5. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

A fachada do edifício se destaca por sua proposta arquitetônica contemporânea e versátil, inspirada no charme acolhedor dos chalés. Essa solução estética confere ao conjunto uma identidade visual marcante, ao mesmo tempo em que promove uma atmosfera convidativa e familiar para os usuários.



Figura 12. Perspectiva 3D da fachada.

Fonte: Autoria própria (2025)

O espaço frontal do projeto foi estrategicamente destinado a um estacionamento, cuidadosamente dimensionado para suprir a demanda do empreendimento. Essa solução não apenas otimiza o fluxo de acesso e permanência, mas também garante conforto, praticidade e acessibilidade aos frequentadores, contribuindo para a funcionalidade e eficiência do centro esportivo.

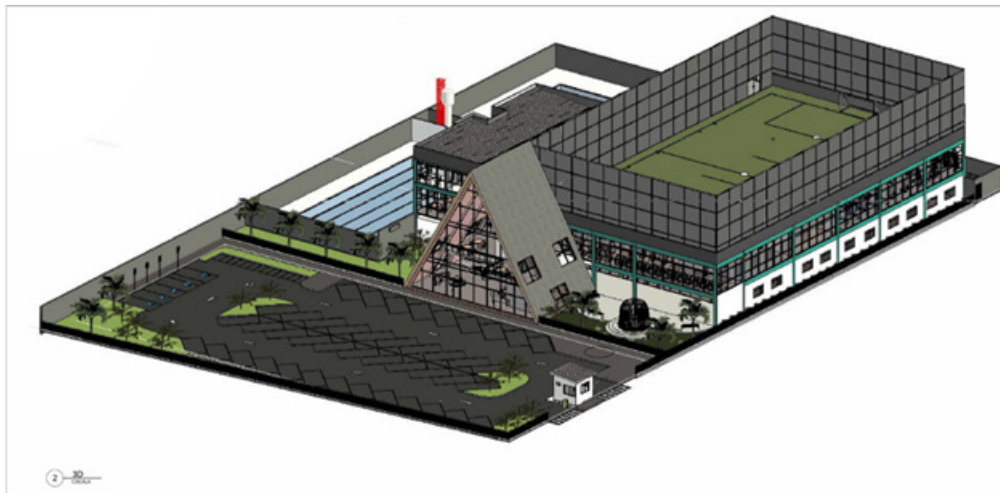


Figura 13. Perspectiva isométrica.

Fonte: Autoria própria (2025)

Os espaços internos foram planejados para garantir circulação eficiente e harmonia entre os ambientes. No pavimento térreo, banheiros estrategicamente posicionados asseguram fácil acesso ao público. As salas de artes marciais, dança e tênis de mesa oferecem atividades físicas e culturais, voltadas ao desenvolvimento corporal e ao lazer. A disposição dos ambientes é complementada por duas piscinas localizadas nesse mesmo pavimento, ampliando as opções de uso e promoção da atividade esportiva.



Figura 14. Planta de Layout do Térreo, primeiro pav. e segundo pav.

Fonte: Autoria própria (2025)

No primeiro pavimento, está localizada a academia, caracterizada por uma ampla superfície envidraçada que potencializa a entrada de luz natural e promove a integração visual com o ambiente externo. Adjacente a ela, encontra-se a lanchonete, estrategicamente posicionada para usufruir da vista proporcionada pelo mezanino, consolidando-se como um espaço de convivência e socialização. No segundo pavimento, por sua vez, está disposto o campo de futebol Society, que ocupa uma área generosa e bem ventilada, ideal para a prática esportiva e o estímulo à interação entre os usuários.



Figura 15. Planta de Implantação.

Fonte: Autoria própria (2025)



Figura 16. Perspectivas 3D dos ambientes.

Fonte: Autoria própria (2025)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste projeto, explorou-se a relação entre atividade física e saúde emocional, resultando na proposta de um centro esportivo projetado para melhorar o bem-estar físico e mental dos indivíduos. A literatura aponta que exercícios regulares reduzem o estresse, a ansiedade e a depressão, além de aumentarem a autoestima e o bem-estar geral. Para concretizar este projeto, todas as normas e legislações foram minuciosamente examinadas, garantindo sua segurança e conformidade legal. Através da arquitetura, colaboramos de forma apropriada, legal e segura, na criação e desenvolvimento desses espaços.

Desde a concepção até a implementação, cada aspecto arquitetônico tem o potencial de influenciar positivamente a motivação, segurança e conforto dos usuários, fortalecendo os laços sociais e melhorando a qualidade de vida nas comunidades. Em síntese, através da arquitetura, podemos criar espaços esportivos que não apenas transformam paisagens urbanas, mas também impactam positivamente as vidas das pessoas, promovendo saúde, felicidade e um senso de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Silvana Martins de; Viana, **Raimunda Nonato Assunção. Esporte e Lazer na Cidade De São Luís-MA**: elementos para a construção de uma política pública. 1a ed. São Luís: EDUFMA; p.134, 2008.
- CEVADA, Thais et al. Relação entre esporte, resiliência, qualidade de vida e ansiedade. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 39, p. 85-89, 2012.
- CIVINSKI, Cristian; MONTIBELLER, André; DE OLIVEIRA, André Luiz. A importância do exercício físico no envelhecimento. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, 2011.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. **A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo**: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria.in ENCONTRO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTÚDIOS SOCIALES DEL DEPORTE, v. 1, p. 1-8, 2008.
- MEREGE, Carlos Alberto Abujabra et al. **Influência do exercício físico na cognição**: uma atualização sobre mecanismos fisiológicos. *Revista de Educação Física*. v. 20, n. 3, p. 201-205, 2014.
- MORAES, Helena et al. O exercício físico no tratamento da depressão em idosos: revisão sistemática. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 29, p. 70-79, 2007.
- OLIVEIRA, Eliany Nazaré et al. **Benefícios da atividade física para saúde mental**. *Saúde Coletiva*, v. 8, n. 50, p. 126-130, 2011.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). **Relatório sobre a saúde no Mundo 2001**: saúde mental: nova Concepção, nova Esperança. Geneva: OMS; 2001. Acesso em: 9 out. 2023.
- SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins et al. **Esportes no Brasil**: situação atual e propostas para desenvolvimento. Rio de Janeiro, n. 6, p. 157-168, set 1997.
- SEDEL. Governador vistoria obras no Castelinho e assina ordem de serviço para urbanização do entorno do ginásio. **Secretaria de Esporte do Estado e Lazer**, 2023. Disponível em: <https://sedel.ma.gov.br/noticias/governador-vistoria-obras-no-castelinho-e-assina-ordem-de-servico-para-urbanizacao-do-entorno-do-ginasio>. Acesso em 10 set. 2023.
- SIGOLI, Mário A.; JUNIOR, Dante de R. A história do uso político do esporte. **Revista brasileira de Ciência e Movimento**, v. 12, n. 2, p. 111-120, 2004.
- SOARES, Carlos Alex Martins et al. Tendência temporal de atividade física em adolescentes brasileiros: análise da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2009 a 2019. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, p. e00063423, 2023.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Estudos brasileiros sobre o esporte**: ênfase no esporte educação. 2010.



capítulo 12

REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CHÁCARA BRASIL EM SÃO LUÍS MARANHÃO

REVITALIZATION OF CHÁCARA BRASIL SQUARE IN SÃO LUÍZ MARANHÃO

Victor Lorrán Azevedo serra

Nairama Pereira Barriga Feitosa

Andreia Jane Leandro Câmara

Cintia Maria de Aguiar Moraes

Resumo

Este artigo propõe um anteprojeto de revitalização de uma praça localizada entre a Avenida Mato Grosso e a Rua Campo grande no bairro da Chácara Brasil em São Luís do Maranhão, que tem por objetivo propor melhorias em um espaço público e sua readequação para utilização, afim de atender as necessidades da população residente. Atualmente a praça encontra-se em situação de desvalorização por parte da população, contudo existe uma grande circulação de pessoas que transitam e usufruem do espaço. Com base em pesquisas bibliográficas, leitura, análise e interpretação de diversas fontes teóricas. Buscou-se resultados sobre a identidade da praça e sua função perante a sociedade, pesquisa de campo e estudos de caso, complementam a metodologia utilizada. Com este trabalho pretende-se deixar uma contribuição urbanística e paisagística que revitalize o espaço público com novos usos e funcionalidades, valorizando o bairro e melhorando a qualidade de vida da população residente e próximos.

Palavras-chave: Praça, Valorização, Requalificação, Chácara Brasil, São Luís MA.

Abstract

This article proposes a preliminary project for the revitalization of a square located between Avenida Mato Grosso and Rua Campo Grande in the Chácara Brasil neighborhood in São Luís do Maranhão, with the aim of proposing improvements to a public space and its requalification for use, in order to meet the needs of the resident population. Currently, the square is in a state of devaluation by the population. However, there is a large circulation of people who pass through and make use of the space. Based on bibliographic research, reading, analysis, and interpretation of various theoretical sources. The study sought results regarding the identity of the square and its role in society; field research and case studies complement the methodology used. With this work, the intention is to provide an urbanistic and landscape contribution that revitalizes the public space with new uses and functionalities, valuing the neighborhood and improving the quality of life of the resident and nearby population

Keywords: Public Square, Urban Value, Requalification, Chácara Brasil, São Luís MA.



1. INTRODUÇÃO

A praça teve sua função, percepção, concepções e significados alterados ao longo da história humana. Contudo, independente do momento, a praça sempre foi vista como um espaço de grande importância para as áreas urbanas, funcionando como ponto de encontro, lazer e circulação típicos do cotidiano da população. De acordo com Coulanges (1975, p 106), a praça sempre foi vista como um ponto de encontro entre os cidadãos, um ponto de convivência que carrega parte da história do local como a alma da cidade, simbolizando a própria cidade que se desenvolve por meio das atividades cotidianas, além das manifestações de cultos e de participações políticas.

A Praça da Chácara Brasil em São Luís, encontra-se atualmente em situação de desvalorização, não cumprindo funções básicas como iluminação e acessibilidade, contudo o local ainda é usado pela população de forma improvisada que manifesta falta de satisfação, por partes dos moradores pela desvalorização do local, o que poderia ser resolvido com uma revitalização para não apenas revigorar o local, como também cumprir as necessidades atuais para o desenvolvimento do bairro da Chácara Brasil.

Este trabalho tem como objetivo propor um anteprojeto urbanístico e paisagístico para revitalização da praça Chácara Brasil, criando um espaço com funcionalidades e usos adequados para a população residente, além de propor um novo desenho urbano para a valorização econômica e social da região. Os objetivos específicos deste trabalho foram desenvolver a fundamentação teórica baseada em pesquisa bibliográfica com fontes conceituadas na temática de praças e espaços públicos urbanos, cidades para pessoas e revitalização urbana. Utilizamos autores tais como Solange Dias para apresentar como se constituiu a ideia do projeto paisagístico que norteou o pensamento intelectual do presente trabalho. Os outros objetivos específicos foram analisar projetos de referência de praças públicas e observar sua concepção e funcionalidade; realizar pesquisa de campo com a população e por fim desenvolver a metodologia prática de elaboração das etapas de um anteprojeto urbanístico e paisagístico.

A metodologia utilizada neste trabalho teve base de pesquisa qualitativa e descritiva. Para a pesquisa de campo foram feitos formulários e visita presencial sobre a região para compreensão melhor do entorno. Foi realizado registro fotográfico do entorno e examinando os principais problemas em que a região se encontra. Para a elaboração do anteprojeto utilizamos o software AutoCAD, seguindo a legislação de zoneamento de São Luís.

A proposta de elaboração de um projeto urbanístico e paisagístico para revitalização da Praça Chácara Brasil se justifica em razão da quantidade de pessoas que circulam pelo local, além disso há comerciantes que utilizam o espaço para realizar suas atividades econômicas. É importante frisar que próximo da região não há outro espaço público qualificado e com uso de praça que atenda a população local. Considerando a alta densidade do bairro e arredores, se faz relevante propor melhorias para valorização econômica e social da região, revitalizando um dos seus espaços públicos mais centrais e de localização estratégica no tecido urbano.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceituação sobre espaços públicos

É considerado um espaço público qualquer área que estimule o convívio além da interação social por aqueles que estão nele presentes. Segundo Lynch (2011) define que

praças são espaços onde o principal objetivo é o bem-estar dos indivíduos, relacionado com a morfologia da região, fazendo parte da malha urbana. Entre suas diversas funções no mesmo espaço, atuando entre as edificações como um ponto nodal no tecido urbano além carregar o fator social da cidade.

Sitte (1992) aponta que a praça tradicionalmente, como a rua, entrelaça uma relação sobre espaços livres entre as edificações, organizada como parte do cenário urbano. Interferindo na qualidade da vida urbana, seguindo em espaços abertos de grande porte que são utilizadas para festas públicas, para áreas fechadas e que interfere na qualidade artística da cidade, onde se tinha as principais instituições como igrejas, câmaras legislativas e palácios governamentais.

Já para Vaz (2010), a praça é um local de estímulo e convívio, em função da relação de vizinhança, aproximando as pessoas de forma que essas características interferem no espaço e na sociabilidade por parte dos residentes. Para o autor, a arquitetura deve estar relacionada com o espaço, a fim de promover as atividades que ocorrerão. Segundo Caldeira (2007), A praça carrega uma importante função cultural no ocidente, onde a cidade contém uma praça que seja palco de eventos históricos e servindo de símbolo urbano. Sendo uma tipologia comum às culturas urbanas de origem europeia ocidental.

Unwin (1986) por sua vez, chama outro ponto importante, a configuração dos lugares, um traçado urbano com composição volumétrica quanto a formatação dos lugares entre os cruzamentos e nós de forma que dê destaque aos espaços, estando de acordo com a percepção de SITTE sobre uma revalorização da cidade tradicional e seus espaços morfológicos.

Por fim, Mascaró (2009) concebe a ideia de a praça não ser apenas um local, mas um espaço do qual apresenta exposições de ideias e reúne as pessoas, o local de celebração e visita. Desde a Grécia antiga até hoje, entre a vegetação e espaço de interação entre as pessoas, onde o mesmo acompanha o desenvolvimento do entorno, se modernizando com o bairro.

Os autores citados frisam a importância da praça enquanto símbolo cultural urbano e enfatizam seu papel no fortalecimento das relações de vizinhança que promovem a vitalidade de um bairro ou de uma região. Considera-se relevante também pontuar o pensamento dos autores sobre a configuração espacial que resulta em um desenho urbano com potencial para transformação do tecido urbano local.

2.2 Revitalização urbana.

Sobre a revitalização dos espaços públicos, Lerner (2011) ressalta que muitas vezes as referências antigas do lugar já não existem mais e para isso deve se buscar novas atividades para dar vida a esse lugar. A revitalização dos lugares dá a chance de dar vida as cidades novamente.

Cada cidade tem sua história, seus pontos de referência. Não me refiro somente àquelas construções que são classificadas como marcas importantes do patrimônio histórico da nação. Refiro-me, principalmente, aos locais que pertencem à memória da cidade e que são pontos fundamentais da identidade, do sentimento de pertencer a uma cidade. Seja uma determinada fábrica, um ponto do antigo bonde ou uma daquelas antigas vendas que tinham tudo ingenuamente exposto (LERNER 2011, p. 41).



Meyer (2000) aponta os projetos urbanos de forma a planejar seu valor estratégico sobre os projetos segundo a autora, a capacidade de transformar o espaço de forma significativa, aumentando o poder de influência e atratividade da área metropolitana. Um planejamento urbano tem como objetivo ser um instrumento capaz apensar componentes em seu território e organizar de forma funcional no espaço metropolitano.

Para Solá-Morales (2001) evidencia que o processo de requalificação de áreas, se deve principalmente pela sua importância simbólica e arquitetônica do patrimônio cultural, antes de qualquer intervenção. Seu valor histórico, as memórias e estéticas de sua qualidade, sendo elementos a serem ressaltados segundo o autor. Enquanto questões econômicas e de infraestruturas devem ser considerados no planejamento da requalificação.

Por fim, Almeida (2001) diz que a requalificações de áreas centrais é algo que anda se desenvolvendo em várias cidades afim de recuperar e modernizar seus centros como uma forma de inserção na ordem mundial. Onde princípios, avaliações e conceitos são percebidos e assim confirmados. Dando importância em ideias que devem ser cada vez mais divulgadas, desenvolvidas e assim, submetê-las às provas empíricas para debatê-las.

A revitalização de um espaço urbano não é apenas uma questão estrutural, mas de forma que interfere a região e seus arredores afim de beneficiar social e economicamente. Seja ela como espaços públicos que demanda conforto básico e acessibilidade para os moradores e visitantes tais como as praças, gerando sensação de importância ao local e seus usuários, quanto ao comércio, pela estrutura preparada a suprir a demanda e promover organização para tais práticas. A praça é um espaço moldado pela forma que a população interaja nela, e revitalizar significa dar um novo ar ao ambiente afim de continuar a cumprir suas exigências pela qual foi criada e as novas demandadas exigidas com base no tempo de uso.

3. ANÁLISE DE PROJETOS DE REFERÊNCIA

O planejamento de uma cidade para o melhor aproveitamento e atendimento das necessidades da população, é fundamental a existência de espaços urbanos qualificados com uso de praças ou parques. Em um contexto urbano, praças são pontos de reunião e locais de encontro, além de um lugar onde é possível a criação de relações sociais, convívio e manutenção de áreas verdes, incentivando o contato com a natureza e uma melhora na saúde mental, como mostrado na figura 1. Para a criação de espaços públicos que promovam o convívio é preciso atender às necessidades mínimas para o local, melhorando não apenas o bem-estar dos indivíduos que residem próximo, mas também a própria situação do bairro, interferindo diretamente na parte social, econômica e ambiental.

Em relação a requalificação de um espaço público podemos dar como exemplo a requalificação da Praça da Misericórdia no Centro de São Luís MA, que teve como objetivo da sua proposta de intervenção, promover a acessibilidade e sinalização, melhora na iluminação pública, além de regularização quanto melhoria nos espaços e equipamento urbano.

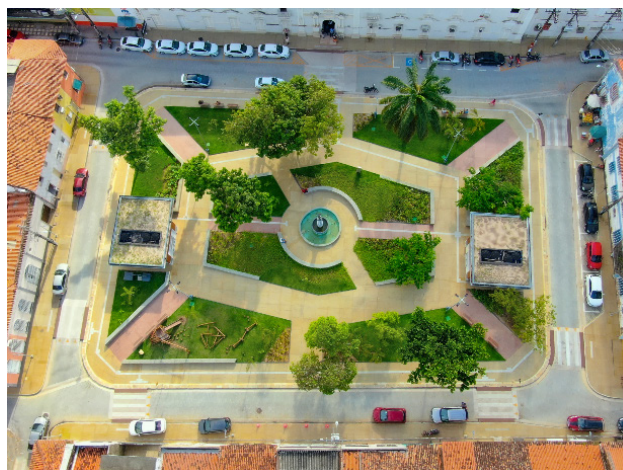


Figura 1. Praça da misericórdia em vista superior

Fonte: Meireles Jr. (2018)

O projeto apresenta um simples conceito, mas solucionando problemas principais em áreas urbanas onde o convívio e lazer são importantes, além da valorização do seu redor. A proposta cumpre uma melhor versatilidade e aproveitamento do espaço, além de valorização cultural e paisagística apresentado na figura 2.



Figura 2. Praça da misericórdia vista lateral

Fonte: Meireles Jr (2018)

Os principais pontos sobre o projeto são os benefícios gerados para a população tais como: comércio local como bancas e quiosques para circulação da economia local, espaços de estacionamentos para bicicletas além de um sistema de assistência social para cadastrar o comerciante, o que antes era ocupado de forma irregular e improvisada, degradando o espaço sem uma assistência e organização.

4. ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO E SUAS CONDICIONANTES

O bairro do Turu teve seu processo de construção em meados dos anos 90, antes sendo uma área de reserva fundiária que com o passar do tempo ganhou forma a partir das iniciativas privadas. Atualmente o bairro do Turu possui 50578 pessoas residentes (INCID 2022), sendo considerado um bairro de alta densidade e de grande movimentação por parte dos moradores e do comércio local, entre restaurantes, lojas, serviços entre outros.

4.1 Características do terreno e entorno

O espaço público em estudo se encontra na Chácara Brasil (INCID 2010) sendo considerado um ponto de encontro para a população residente e as que circulam no local. O espaço atende aos endereços como Chácara Brasil, Jardim Eldorado e o Bairro do Turu, sendo delimitado pelas ruas Campo grande, rua Paraná e avenida Mato Grosso. Sua localização é considerada um ponto de referência em função dos serviços empregados como venda de produtos e lanchonetes (Fig. 03).



Figura 3. Localização da Praça

Fonte: google maps / google Earth (2024)

Embora não tenha sido oficialmente planejada como uma praça, o espaço público é comumente chamado pela população de Praça da Chácara Brasil. O terreno tem 353,39m de perímetro, entre a Rua Paraná até a Rua São Paulo por volta de 133 metros, enquanto da Rua Campo Grande até a Avenida Mato até 45 metros. Totalizando 5854,78 m² de área. Quanto a sua cobertura vegetal, apresenta vegetação arbórea parcial (Fig. 04), tais como Coqueiro de grande porte, *Tapirira guianensis* e *Tapirira obtusa* (popularmente conhecida como pé-de-pombo).



Figura 4. Norte da praça Turu

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A grande movimentação do local se deve ao comércio de alimentício, dentre outros. Há também um ponto de ônibus para transporte público, atendendo a linha para o Habitacional Turu até o terminal da Cohama.

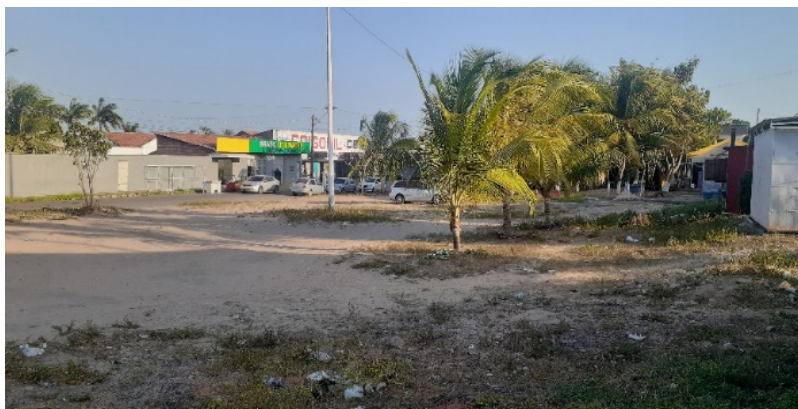


Figura 5. Sul da praça Turu

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As áreas em volta se mesclam entre uso residencial de casas e condomínios de até 4 pavimentos (condomínio Parthenon e Athenas), enquanto as áreas de uso comercial possuem variedades dentre frigorífico, lojas de materiais e construção, padaria, quitandas, áreas de alimentação e centro de eventos, conforme a (Fig. 6).

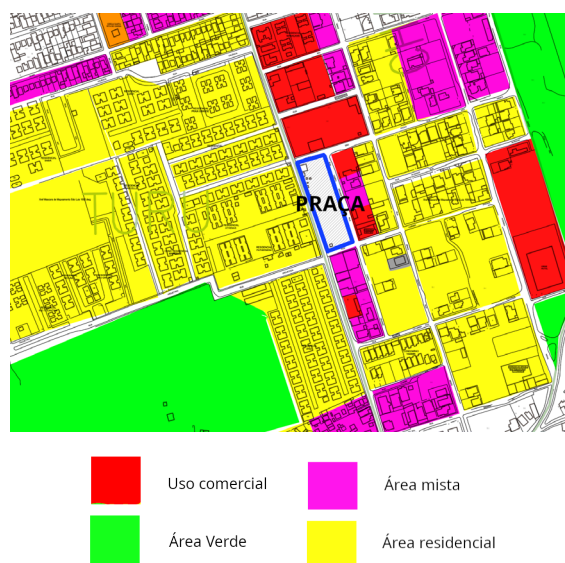


Figura 6. Uso do Solo

Fonte: Google Earth adaptado pelo autor (2025)

Mesmo que o espaço esteja em uso, além das manutenções do gramado, a área não tem o devido cuidado. Há uma grande circulação de pessoas em uma área sem pavimento (Fig. 07) enquanto a falta de acessibilidade restringe a movimentação dos cidadãos ao espaço.



Figura 7. Pavimento da praça pela noite

Fonte: Autoral (2024)

Quando se trata de momentos noturnos, a situação se agrava, pois mesmo com a iluminação pública instalada em volta e no centro de praça, os espaços ainda não apresentam iluminação suficiente para atender à necessidade atual (Fig. 08).



Figura 8. Área interna da Praça pela noite

Fonte: Autoral (2024)

Em relação ao transporte público e suas condicionantes viárias da região, o ponto de ônibus se encontra justamente na final do terreno seguindo em direção à Avenida Mato Grosso percorrendo Jardim Eldorado, enquanto seu outro ponto está do outro lado da rua em direção à Avenida General Arthur Carvalho.

5. PROPOSTA PROJETUAL

5.1 Condicionantes Legais

Para desenvolver o projeto da praça utilizamos como parâmetro legal, a Lei de Zoneamento de São Luís (nº 3.253/92) que dispõe as condições e exigências, quanto os limites do Uso e ocupação do solo. Segundo o mapa de zoneamento municipal de 1992 (INCID 2014) a praça se encontra na zona residencial 6 (ZR6), fazendo limite físico com o Município de São José de Ribamar (Fig. 9). A lei de Zoneamento contempla os seguintes índices urbanísticos para a ZR6 - área mínima do lote igual a 450m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), testada mínima é igual a 20m (vinte metros), Área Total Máxima da Edificação (ATME) é igual a 210% (duzentos e dez por cento) da área do terreno, enquanto a Área Livre Mínima do lote (ALML) é igual a 50% (cinquenta por cento) do terreno e gabarito de 10 (dez) pavimentos.



Figura 9. Mapa de zoneamento.

Fonte: São Luís (1992)

Ainda de acordo com a referida Lei, os afastamentos laterais e de fundos atendem a Tabela 1, abaixo.

AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2-3	4-5*	6-8*	9-12**	13-15**
LATERAL PRINCIPAL (m)	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	1,00

* Com até mais um pavimento de garagem

** Com até mais dois pavimentos de garagem

Tabela 1. tabela de afastamento (Gabarito)

Fonte: São Luís (1992)

5.2 Programa de Necessidades

A fim de entender as necessidades da população, foram aplicados questionários com perguntas sobre os temas como iluminação pública, espaços para lazer e convívio, saneamento, dentre outros. Dessa forma, foram pesquisadas 45 pessoas residentes e os resultados estão reunidos no gráfico 01.

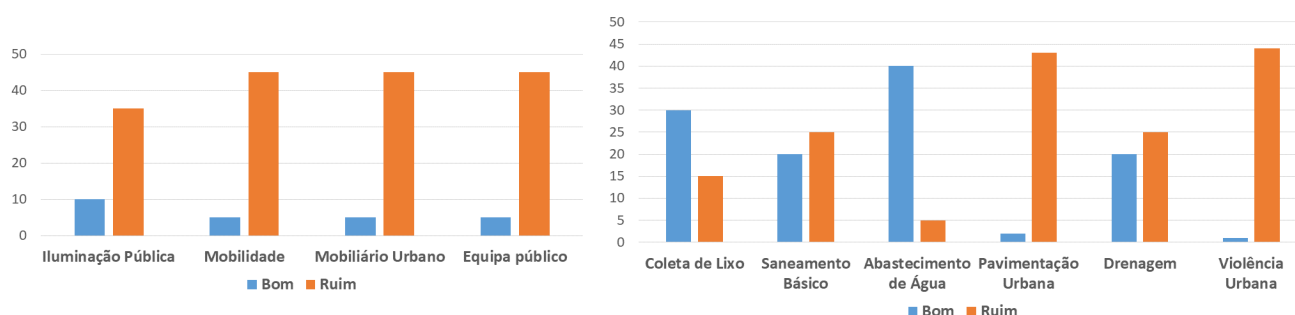


Gráfico 01. Pesquisa com moradores do Turu

Fonte: Autoral (2024)

Os principais problemas apontados pelos entrevistados foram a violência urbana e falta de pavimentação do entorno, além de melhorias na iluminação pública e falta de mobilidade. Com base nas pesquisas foi desenvolvido o programa de necessidades que

visa atender as necessidades da população em relação a ocupação do espaço. Foi assim estabelecido os seguintes Setores: Administração, Social, Alimentação, Recreação, Áreas Verdes, Banheiros e Circulação e os ambientes, conforme tabela 2 a seguir:

PROGRAMA DE NECESSIDADES				
Setor	Ambiente	Descrição	Quantidade	Área
Administração	Área de fiscalização	Policiamento	1	22,46m ²
Social	Área de permanência	Ambiente de convivência como bancos de praça	1	1620,35m ²
Alimentação	Lanchonetes	Ambiente para venda de alimentos	2	540m ²
Recreação	Academia e parque	Ambiente para exercitar e recreação	1	542m ²
Área verdes	Vegetação e Jardim	Ambientes Naturais	6	921,41m ²
Uso público e geral	Banheiros	Masculino/Feminino/PCD	3	58,00m ²
Circulação	Ciclovias e Calçada	Local de Passagem	1	2,149,49m ²
Total				5854,78m ²

Tabela 2. Programa de necessidades
Fonte: Autoral (2025)

5.3 Estudo Bioclimático e estudo de Manchas

O estudo de manchas demonstra a visão geral de como será setorizado as áreas (Fig. 10), sendo as principais as áreas verdes, recreação e social. A ventilação está voltada para o nordeste, dando ênfase para as áreas verdes, seguindo social e recreação.



Figura 10. Plano de manchas e estudo Bioclimático.
Fonte: Google Earth modificado (2024)

5.4 Fluxograma

O fluxograma atende a necessidade associada com o estudo bioclimático, uma melhor setorização do espaço das atividades sobre a edificação no terreno. Com base no fluxograma para definir a distribuição de atividades de cada espaço (Fig. 11).

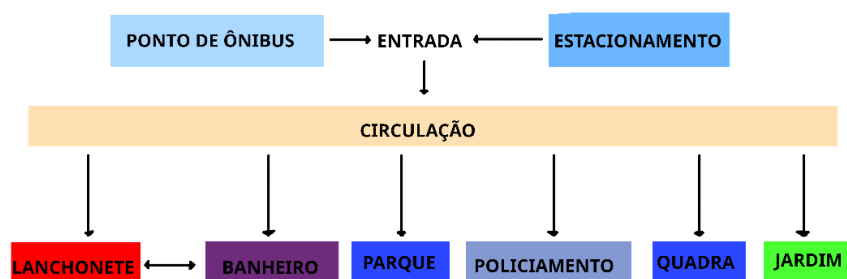


Figura 11. fluxograma

Fonte: Autoral (2025)

5.5 Estudo Massas e Volumétrico

O Estudo de massa apresenta de forma tridimensional as áreas de cada setor, separando os espaços a fim de auxiliar na orientação e percepção volumétrica em relação ao terreno que será construído. Além do ponto nascente e poente, quanto a ventilação predominante do Nordeste (Fig. 12).

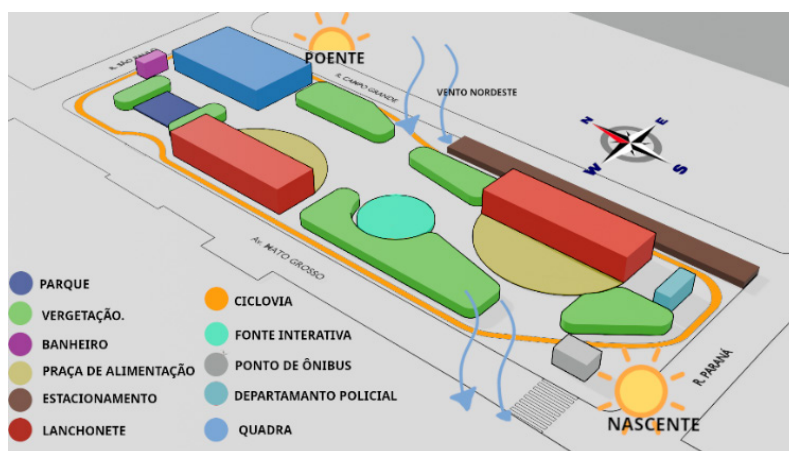


Figura 12. Estudo de massas.

Fonte: Autoral (2025)

5.6 Conceito e partido

A ideia principal para o conceito inclui a sensação de pertencimento do bairro no cotidiano da população, como também um ponto de repouso da vida cotidiana, visto que a região é recente e tem muito potencial de crescimento. O partido adotado para concretizar esse projeto baseia-se em melhorar a mobilidade e circulação na parte central da praça, sendo padronizadas as lanchonetes. O projeto segue uma estética mais simples, com o uso de materiais contemporâneos como concreto armado, vidro e aço em áreas internas quanto externas.

5.7 Planta de Implantação

A proposta de intervenção tem como objetivo melhorar a qualidade do local, pensando nas necessidades dos residentes. Setor de Administração, como policiamento em função da segurança, do setor social para áreas de permanência para descanso como os bancos, setor de alimentação distribuído na praça entre a circulação de pessoa, setor de Recreação e área verde, para atividades lúdicas e natureza em ambiente urbano. Já o Setor Uso Público e Geral possui banheiros para atender a circulação além das próprias lanchonetes (Fig. 13).

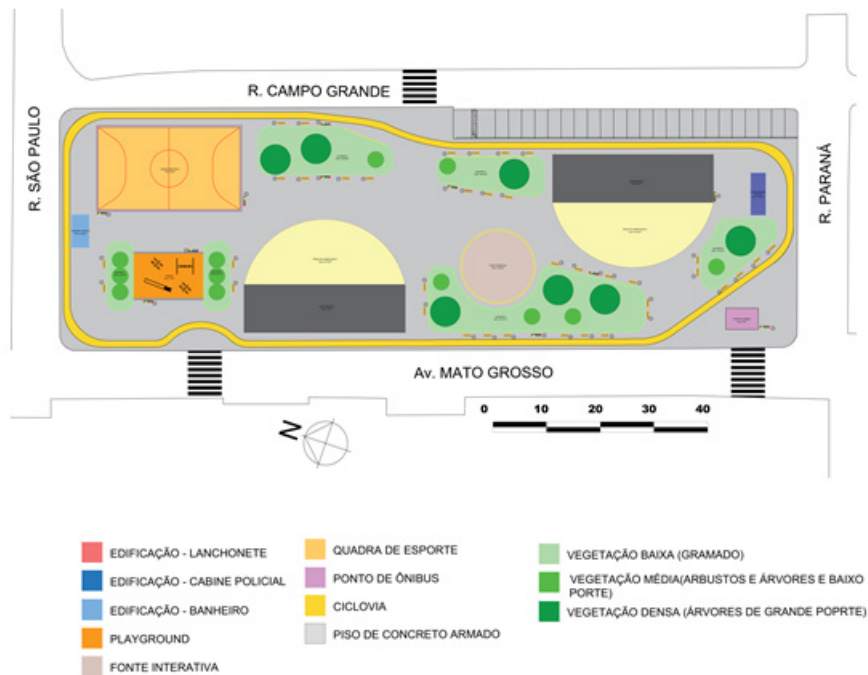


Figura 13. Planta de Implantação

Fonte: Autoral (2025)

5.8 Planta dos elementos Construtivos

A praça segue com quatro lanchonete em cada lado, sendo acompanhado com banheiros na área central (Fig. 14). Para atender ao público durante a noite nas lanchonetes que foram criadas por oportunidade dos próprios moradores, atualmente sendo improvisadas no espaço.

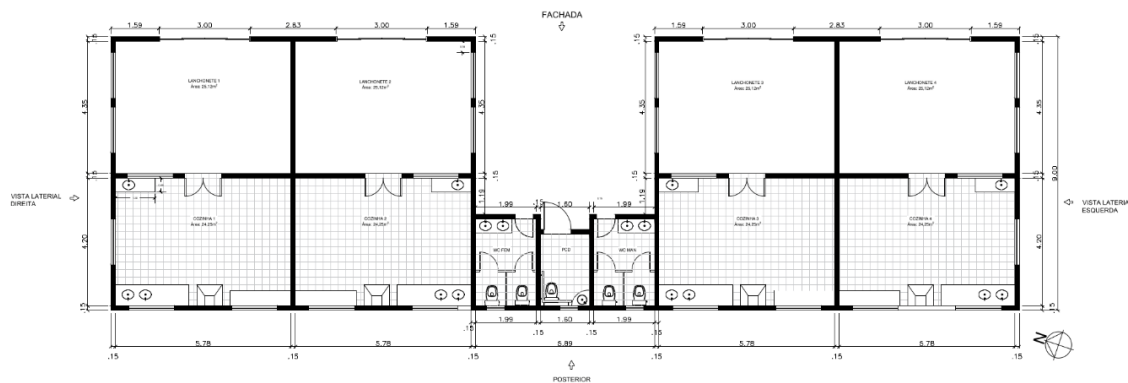


Figura 14 - Planta de elemento construtivo lanchonete

Fonte: Autoral (2025)

A estruturas separadas como o banheiro tem como propósito suprir as necessidades daqueles que estão mais distantes da lanchonete localizada na parte lateral esquerda da praça (Fig. 15). Já a cabine policial está no outro direito, próximo ao ponto de ônibus.

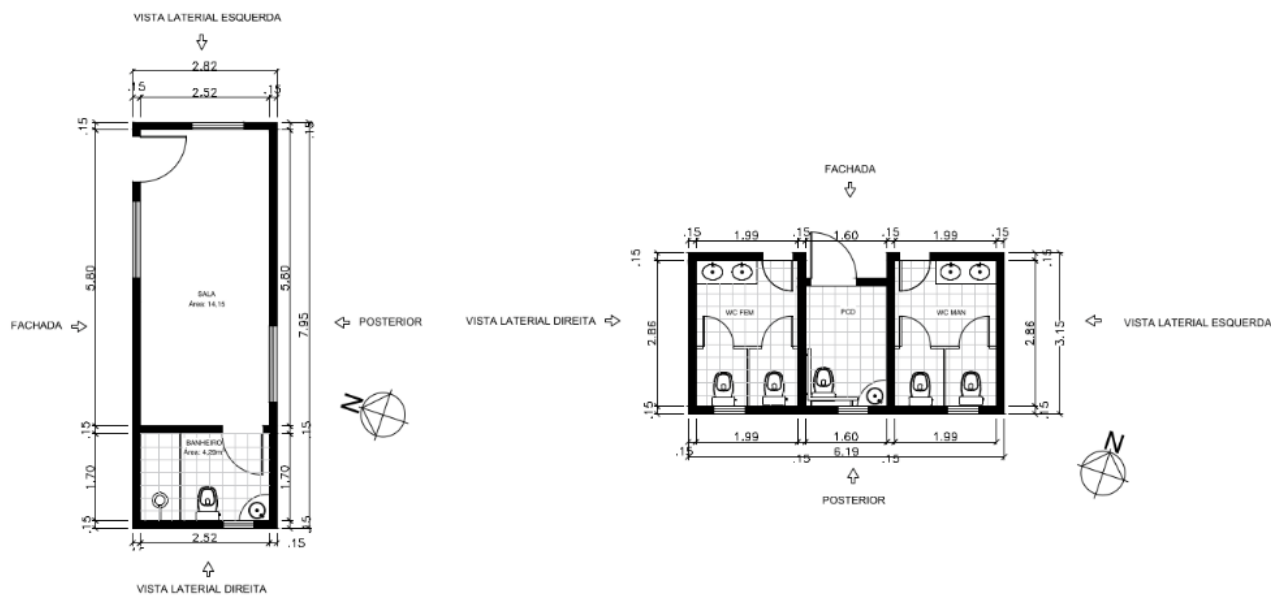


Figura 15. Planta de elemento construtivo departamento e banheiro

Fonte: Autoral (2025)

5.9 Composição Paisagística

A composição paisagística apresenta as seguintes vegetações: *Tapirira guianensis* (Pé de Pombo) e *Roystonea oleracea* (Palmeira Imperial) por serem nativas e promoverem sombreamento, com a adição do *Handroanthus serratifolius* (Ipê Amarelo). O tipo de grama proposto para a praça é a *Zoyssia japonica* (Grama Esmeralda) (Fig. 16).



Figura 16. Composição paisagística

Fonte: Autoral (2025)

5.10 Proposta de intervenção

O anteprojeto de revitalização urbana da praça da Chácara Brasil tem como objetivo transformar a área em um local de encontro e uso da comunidade, com áreas de circulação, acesso para lanchonetes e a fonte interativa (Fig.17). Além da quadra de esporte e parque infantil para lazer com preferência no uso de materiais como madeira e plástico no mobiliário (Fig. 18).

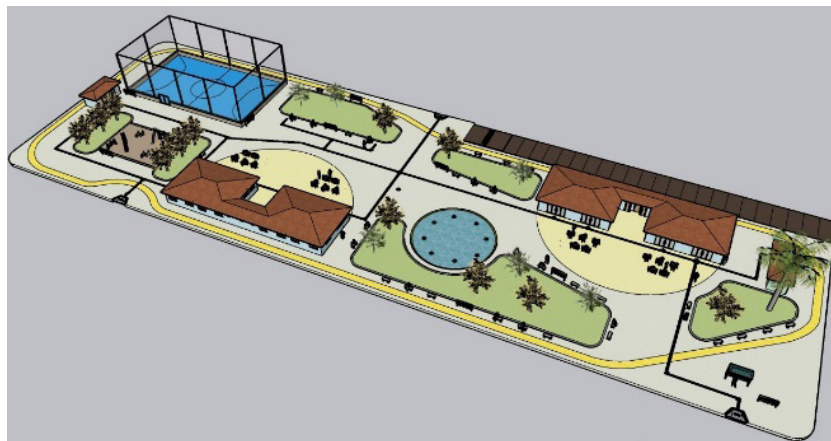


Figura 17. Planta Baixa

Fonte: Autoral (2025)

As lanchonetes possuem banheiros próprios para atender o público, além de outro banheiro próximo a quadra disposto de forma estratégica a fim de atender a demanda de circulação. Todo o espaço tem a presença de piso tátil, promovendo acessibilidade para deficientes visuais.



Figura 18. quadra e parque

Fonte: Autoral (2025)

6. CONCLUSÃO

A praça tem sua principal função de encontro, também como permanência, contemplação, circulação e visita. Para reunir aqueles que fazem parte da região e como ponto de referência para aqueles que vêm de fora. No momento que um ponto nodal é definido como um centro integrativo, um local de atividades e opiniões, onde as pessoas debatem e exercem seu cotidiano moldando o espaço ao seu redor.

Para desenvolver a proposta de revitalização urbana buscamos as necessidades da população local. Com as pesquisas, observou-se as necessidades, visando a melhora do ambiente, a circulação da área, seus elementos urbanos para prover as acessibilidades e garantir as mesmas funções como as lanchonetes que são a atração da praça. A requalificação busca principalmente atender as necessidades com base na pesquisa de campo, além de ser um espaço de convivência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marco Antonio Ramos de. Apresentação. In: MEYER, Regina Maria Prosperi (Org.). *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Associação Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001.
- CALDEIRA, Júnia Marques. *Praça: território de sociabilidade. Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte*. Campinas: Unicamp. Dissertação de Mestrado, 1998.
- COULANGES, Fustel. *A cidade antiga: estudo sobre o culto* 1975 p106. Cidadão é aquele “participa da religião da cidade”.
- DIAS, Solange I. S. *Introdução a Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo*. Cascavel: FAG, 2005.
- LERNER, Jaime. *Acupuntura Urbana*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- LAMAS, José M. Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- MASCARÓ, L. & MASCARÓ, J *Ambiência Urbana 3º Ed*. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009.
- MEYER, Regina Maria Prosperi. *Atributos da Metrópole Moderna. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo 2000.
- PRAÇA DA SAUDADE / NATUREZA URBANA. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/965431/praca-da-saudade-natureza-urbana>>. Acesso em 20 mar. 2025.
- SITTE. *A Construção de Cidades Segundo Princípios Artísticos*. Organizado e Apresentação de Carlos Roberto de Andrade, Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- SOLÁ-MORALES, Manuel de. *Ações Estratégicas de Reforço do Centro*. In: MEYER, Regina Maria Prosperi (Org.). *Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Associação Viva o Centro; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2001.
- SÃO LUÍS. Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís 1992. Disponível em <https://gepfs.ufma.br/wp-content/uploads/2022/01/LEI-3253.pdf> Acesso em: 28 mar.2025.
- SÃO LUÍS. Mapa de zoneamento municipal de 1992. Dispõe os limites urbanos, mapeamento das zonas e corredores urbanos. 2014. Disponível em: [https://www.saoluis.ma.gov.br/arquivos/anexo_iv_-_mapa_zoneamento_\(1992\)_17120012.pdf](https://www.saoluis.ma.gov.br/arquivos/anexo_iv_-_mapa_zoneamento_(1992)_17120012.pdf). Acesso em: 28 mar.2025.

Este livro apresenta uma abordagem integrada entre arquitetura, urbanismo e paisagismo, com foco na melhoria da qualidade de vida nas cidades. Por meio de propostas de projetos e reflexões críticas, a obra discute a importância das políticas públicas, da responsabilidade social e da análise de viabilidade técnica e econômica. Destinado a estudantes e profissionais, o livro enfatiza a necessidade de considerar fatores culturais, ambientais, estéticos e de acessibilidade. Com capítulos que incentivam a pesquisa, propõe soluções para cidades mais inclusivas, sustentáveis e eficientes.

